

ALEXANDRO NEUNDORF

*INTELECTUALIDADE, FRONTEIRAS E IDENTIDADE:
O PARANÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX.*

CURITIBA
2009

ALEXANDRO NEUNDORF

***INTELECTUALIDADE, FRONTEIRAS E IDENTIDADE:
O PARANÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX.***

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História (linha de pesquisa “Cultura e Poder”), Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helenice Rodrigues da Silva

**CURITIBA
2009**

A minha família e amigos...

AGRADECIMENTOS.

Inicialmente, meus agradecimentos dirigem-se a minha orientadora, Prof^a. Helenice, por todo o zelo, paciência e comprometimento destinados à orientação de mais este trabalho.

Agradeço também aos professores Ana Maria Burmester e Carlos Lima, pelos oportunos apontamentos na banca de qualificação; e aos professores Carlos Lima e Christiane Szesz pelas contribuições apresentadas na banca de defesa.

Aos professores Judite Trindade, Renato Lopes Leite, Renata Garraffoni e Euclides Marchi, pelas contribuições apresentadas nas disciplinas cursadas.

Estendo meu “obrigado” a todos os amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a execução desse trabalho, ou com suas críticas e opiniões, ou com a companhia e conversas descomprometidas ao longo desses longos dois anos. Nominalmente: Aruanã, Luiz Felipe, Daniel, Andréa, Paulo, Ana Paula, Martha, Helena, Deisi, Fabiano, Rafael, Fábio, Lete, Meng Po e Reverton.

Por fim, agradeço ao programa de bolsas da CAPES, que possibilitou atenção integral à execução e efetivação desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender como se deu, no Paraná do início do século XX, o envolvimento (sua forma, dinâmica e vicissitudes) de políticos e intelectuais em duas questões imbricadas e das mais importantes para seu tempo: as fronteiras e a identidade paranaense. A partir disso, procuramos situar o momento e contexto específicos desses debates, assim como determinar as estratégias presentes no envolvimento desses personagens, tanto na contenda sobre os limites entre os dois estados, como dentro de uma dimensão mais ampla de definição e construção de uma identificação “do” povo paranaense, mas, ainda, “para” o povo paranaense. Da mesma forma, também procuramos situar e caracterizar o contexto de formação do discurso identitário regional, assim como, compreender o procedimento de construção do “mesmo” e do “outro” coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: FRONTEIRAS, IDENTIDADE, INTELECTUALIDADE, PARANÁ.

ABSTRACT

This main objective of this work is to understand how, in the state of Paraná of the early 20th century, involvement (their structure, dynamic and vicissitudes) of politicians and intellectuals of the time, which in turn became interlinked with two important issues: the boundaries and Paranaense Identity. From this, we look at the specific time and context of the discussions, which the term in the strategies and the involvement of these characters, both in the dispute over the boundaries between the two states, but also the secondary but more important issue, the identity of the Paranaense people. Similarly, try locating and characterizing the context of formation of regional identity discourse, as well as understand the process of building the "same" and the "other".

KEY WORDS: BOUNDARIES, IDENTITY, INTELLECTUALITY.

SUMÁRIO.

Introdução– “Fronteiras da pesquisa e identidade do pesquisador”	7
Objeto, hipóteses e pressupostos	13
“Fontes” e metodologia de abordagem.....	18
Organização da dissertação	20
Capítulo 01 – Os “intelectuais” e as “fronteiras intelectuais”	22
Intelectual ou “Intelectual”?	25
Quadros de referência e projeções “intelectuais”	29
Tessitura da arena política e do campo “intelectual”	55
O discurso intelectual, o discurso político. Os lugares do discurso	67
A história, o discurso historiográfico e a construção do acontecimento	69
Capítulo 02 – O debate sobre as fronteiras e as “fronteiras do debate”	83
As Fronteiras do Conceito: da “materialidade” dos limites à “intangibilidade” do simbólico	84
A construção das fronteiras e da região, a domesticação do espaço.....	90
Os “intelectuais” e as fronteiras	100
O discurso intelectual sobre o espaço.....	106
O debate	110
As “fronteiras do debate”	127
Capítulo 03 – Regimes de identidade e fronteiras do humano.....	131
Identidade e diferença, identificações e regimes de identidade	133
O discurso intelectual sobre o Paraná e o paranaense	140
O discurso da “herança” e a herança no discurso	149
As fronteiras da “civilização/barbárie”	154
O “outro” ou as narrativas de alteridade	159
Processos de identificação: ou “O Intelectual” pelos “intelectuais”	166
Considerações Finais – “Fronteiras” finais (...)	175
“Apoteose dos Intelectuais...”	177
“... No debate sobre as fronteiras e na invenção do Paraná”	180
Referências	182
“Fontes”	187

INTRODUÇÃO.

“Fronteiras da pesquisa e identidade de pesquisador”.

“Fronteira que, em outros termos, é fronteira de muitas e diferentes coisas, fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteiras de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, ‘fronteira do humano’”.¹

É já no exercício de escrita desta introdução que podemos antever e verificar, mesmo que sob a forma de analogias, os elementos que perpassam os objetivos principais deste trabalho. Se de início, buscar no passado nosso objeto requer uma delicada “conversa” com os mortos – e estes se oferecem como a *alteridade* ante nossos olhos de curiosos observadores² –, logo após, precisamos compor nossas reflexões sobre esta conversa de modo que produzam um sentido comumente aceito – ou seja, *identificado* com a cultura (historiográfica, acadêmica, etc.) a qual estamos inseridos. Se ao principiar a escrita somos tomados por essa visão, não menos real é o fato de que, entre a idéia contida na mente e a sua objetivação na escrita, enfrentamos uma *fronteira* habitualmente chamada “início”³.

Sobre estes três pontos insinuados acima desenvolveremos as reflexões contidas ao longo deste trabalho – o que não vai ser diferente nesta introdução, onde abordaremos as “fronteiras” de nossa pesquisa e a “identidade” de nossos posicionamentos teóricos, conceituais e metodológicos (ainda que superficialmente). Em uma modificação da premissa bourdieusiana que ressalta o fato de que para se “*compreender objetivamente o mundo em que se vive é necessário compreender a lógica desta compreensão*”⁴, poderíamos dizer que para se compreender, com maior profundidade e rigor, a reflexão sobre um determinado objeto de pesquisa (pois, também é uma tentativa de compreensão do mundo onde se vive, portanto, de si mesmo), a necessidade de se compreender a lógica

¹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 13.

² Quando voltamos ao passado, estamos vendo a alteridade, o outro nesse passado... Ou então, nessa perspectiva da História como reconstituição da “vida dos mortos”, por e para os “vivos”. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

³ Entre muitas outras, uma analogia possível poderia ser feita com a própria idéia de “acontecimento”. Afinal: “este destaca-se sobre o fundo de uniformidade; é uma diferença, uma coisa que não podemos conhecer a priori”, ainda, “porque acontecimento é diferença e sabemos bem qual é o esforço característico do ofício de historiador e o que lhe dá o seu sabor: espantar-se com o que é evidente”. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1992, p. 15, 17.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris, Mruit, 1984, p. 31.

e a estrutura dessa reflexão: o ideário, as concepções e a visão de mundo que as coordena⁵.

Ao longo dessa pesquisa, procuramos ter sempre em mente que “*um acontecimento não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis*”⁶. Assim, teríamos sempre presente a noção de que um objeto de pesquisa determinado seria a todo momento “tocado” por questões, aspectos, nuances, a ele pertinentes, que caracterizariam o real à ser estudado em sua complexidade. De tal modo, um dos desafios se comporia na clareza ao abster-se de alguns aspectos integrantes, de um ou outro itinerário.

Nosso itinerário, ou em outras palavras nosso objeto, transmutou-se ao longo do desenvolver-se da pesquisa. De início, o interesse em pesquisar um tema aparentemente inosso, enfadonho talvez, partiu de algumas motivações desenvolvidas ao momento da execução de trabalhos anteriores, para só a partir de então se chegar a um esboço do que se pretendia aqui. Tais motivações cercavam-se no interesse em compreender um momento dramático da história paranaense e que ainda possuía repercussões no imaginário contemporâneo (uma visão “competidora” e “desconfiada” em relação aos estados vizinhos). Um aspecto mais profundo que também despertava o interesse, talvez principalmente, era o de tentar perceber e, portanto, “descortinar” uma malha de dominação (e suas forças) que o Estado lança sobre sua população, o controle que ele objetiva e como esta ação se reveste de variados processos, alguns mais evidentes, outros mais sutis.

Primeiramente, tinha-se por objetivo compreender o desenvolvimento da questão dos limites do Paraná com Santa Catarina única e exclusivamente. Porém, no estudo do tema verificou-se a imbricação deste, com uma questão maior que era a da constituição de uma identidade para o Paraná, via ação dos intelectuais (que discutiam com Santa Catarina a definição dos limites). Em consequência desta mudança de foco (ele tornava-se não tão restritivo à problemática das fronteiras), também se fez necessário integrar à pesquisa a questão do “outro”, a dimensão da alteridade. Tudo isso, sempre pensado a partir da construção intelectual veiculada através de diversas narrativas publicadas à época. Neste viés, tanto as fronteiras, como a identidade e a alteridade, seriam compreendidas como constructos intelectuais, como imagens produzidas pela sua ação discursiva.

⁵ O que é de certa forma, a execução daquela perspectiva contemporânea da história, de compreender os próprios posicionamentos. A “*identidade do pesquisador*” é exatamente o enaltecimento da necessidade de se compreender o lugar que se ocupa e as ferramentas das quais se utiliza na consecução de um trabalho de pesquisa. “*Teoria não é mais que uma elaboração especial dessa constante reflexão do sujeito cognoscente sobre si mesmo [...] essa reflexão se efetiva, em correlação com o objeto primário do pensamento: a ‘história’ [...] [nesse sentido a] teoria da história articula-se com a auto-reflexão do pensamento histórico, que se processa no trabalho cotidiano da pesquisa histórica*”. RUSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UNB, 2001, p. 25-6

⁶ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, s.d., p. 49.

Tomando-se em conta as transformações na proposta inicial, o objetivo principal desse trabalho foi tentar compreender o envolvimento (sua forma, dinâmica e vicissitudes) dos personagens (políticos e intelectuais), motivo desta pesquisa, em duas questões imbricadas e das mais importantes para seu tempo: as fronteiras e a identidade paranaense. Procuramos, então, situar o momento e contexto específicos desses debates, assim como determinar as estratégias presentes no envolvimento desses personagens, tanto na contenda sobre os limites entre os dois estados, como dentro de uma dimensão mais ampla, ou seja, de definição e construção de uma identificação “do” povo paranaense, mas, ainda, “para” o povo paranaense - enquanto ação deliberada e idealizada pelos intelectuais. A partir daí, também procuramos situar e caracterizar o contexto de formação do discurso identitário regional, assim como, compreender o procedimento de construção do “mesmo” e do “outro” coletivo.

Falando de conceitos operacionais a essa pesquisa (aqueles que são efetivamente utilizados no estudo de um objeto de pesquisa, ou como contribuinte na compreensão/reflexão sobre ele, ou como de um importante uso metodológico), podemos apontar que é a partir do conceito de intelectual, da concepção de fronteira (diretamente relacionada a de “região”, de “lugar”, de “limites”, etc.), das noções de alteridade e de identidade, que procuraremos empreender uma melhor compreensão do tema.

O intelectual, nessa pesquisa, é um conceito posto em suspensão. Na medida em que se levam em consideração as abordagens que enfatizam o intelectual desvinculado de paixões políticas (no sentido de sectarismos partidários e de defesa de interesses particularistas), assim como as que o qualificam como, não só “produtores” de conhecimento e “divulgadores” ou “publicadores”, como defensores de causas universais em palco público, no Paraná os personagens caracterizados como intelectuais (que estão diretamente envolvidos com interesses diversos), são mencionados como “intelectual” (com o uso de aspas).

Com relação à idéia de fronteiras, estas são as marcas definidoras e contedoras de um espaço, de um território, de um corpo. Mas também, quando se trata de um projeto que visa à construção de uma identidade cultural, as fronteiras são o local de exclusão dos “outros” coletivos, o limite onde se confina com a diferença, com a alteridade. São, então, “*fronteiras de exclusão*”⁷. Neste trabalho o conceito de fronteira assume status privilegiado na medida em que o concebemos (para além da definição anterior) como fenômeno indispensável à constituição de regimes de identidade. Ao constituir-se uma coisa qualquer (objeto, sociedade ou grupo humano, idéia, etc.) como dotada de um sentido de identidade, naturalmente está se edificando uma fronteira (ou várias). Neste momento, ao tratarmos

⁷ Cf. LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

sobre a idéia de “fronteira”, por exemplo, estamos criando fronteiras entre o que a idéia é o que ela não é. A fronteira aqui utilizada é, tal como na epigrafe desta introdução, “*fronteira de muitas e diferentes coisas*”.

Em se tratando da noção de região, grosso modo, compreendemo-la como uma porção territorial que se distingue das demais por características próprias e acentuadas; mas também, através da ação intelectual constituindo e dando sentido para essa “porção de terra”, um território delimitado, cujos marcos fronteiriços, às vezes acondicionam uma unidade jurídico-administrativa, elementos da paisagem e da sociedade característicos e que acabam por singularizar um determinado espaço ante o *continuum* espacial do qual é um recorte (nesse sentido, a região é também uma construção). É nesse espaço circunscrito que se desenvolve uma determinada população e seus laços de identidade, assim como uma cultura específica.

“Lugar” é uma concepção da geografia humanística e que “*significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança*”⁸. No caso, lugar atua muito mais, em nossa pesquisa, como uma funcionalidade heurística, em uma dimensão de uso metodológico, como uma forma de se tentar reconstruir um lugar (chamado “quadros de referencia” ou “lugares de encontro”).

Já para identidade, entendemos essa noção, em um primeiro sentido, como uma relação, ou processo, de reconhecimento que o sujeito social produz ao viver em uma determinada cultura e assume como algo próprio, ou seja, é a forma como os sujeitos sociais incorporam e expressam os elementos da cultura dos grupos do qual fazem parte – sendo nessa acepção específica, mais coerente chamarmos de procedimentos de *identificação*⁹, procedimentos de construção de sentidos para uma dada identidade; em uma segunda acepção, as identidades são construções projetadas, são discursos que pretendem a constituição de universos simbólicos, geralmente calcados em pontos de vista essencialistas no que tange a cultura e os elementos que a compõe. Neste procedimento de formação identitária encontra-se também um processo de geração de regionalismos – de geração de formas específicas de se viver a cultura a partir de diferentes experiências vivenciadas por grupos sociais que habitam diferentes espaços geográficos e históricos¹⁰. Convém enfatizar que estamos enfocando prioritariamente o segundo sentido na medida em

⁸ RELPH, apud: LEITE, Adriana Filgueira. *O Lugar: Duas Acepções Geográficas*. In: Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ Volume 21 / 1998.

⁹ Quando estivermos tratando da identidade nesse sentido específico nos utilizaremos dessa expressão daqui para frente.

¹⁰ Cf. EDER, Karl. . Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº. 53; ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

que trabalhamos com narrativas de intelectuais que visam à constituição de identidades. No entanto, o primeiro sentido é também operacional, pois ao mesmo tempo objetivamos compreender a imagem que esses intelectuais estão projetando deles mesmos através de seus discursos. É assim que tratamos de “*regimes de identidade*”: a identidade construída a partir de diferentes posições referenciais (no primeiro e segundo sentidos) e as diferentes dimensões no interior dos processos de identificação e construção de identidade (a identidade construída do Paraná e do paranaense e o processo de identificação nas diferentes comunidades de “paranaenses”; a identificação em curso dos quadros intelectuais; a identificação das fronteiras entre os estados, etc.).

“A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobre-determinação, e não uma subsunção. Há sempre 'demasiado' ou 'muito pouco' – uma sobre-determinação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao 'jogo' da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de 'efeitos de fronteiras'. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui”.¹¹

Na medida em que compreendemos a identidade como sendo relacional, marcada pela diferença, também inserimos na análise de nosso objeto, a dimensão do outro no que tange a construção discursiva (da parte dos intelectuais) de imagens da alteridade, pois a identidade é marcada pela construção de sistemas de representações calcados na formulação de pares de oposição:

[...] para que o mundo faça sentido e seja analisável enquanto tal, é preciso que ele nos apareça como um universo articulado – como um sistema de relações no qual, por exemplo, o “dia” não é a “noite”, no qual a “vida” se opõe à “morte”, no qual a “cultura” se diferencia da “natureza”, no qual o “aqui” contrasta com um “acolá” etc. Embora a maneira pela qual essas grandezas diferem entre si varie de caso para caso, o principal, em todos os casos, é o reconhecimento de uma diferença, qualquer que seja sua ordem. Só ele permite constituir como unidades discretas e significantes as grandezas consideradas e associar a elas, não menos diferencialmente, certos valores, por exemplo, de ordem existencial, tímica ou estética.¹²

Já com relação às noções posicionais do pesquisador (aquelas que acabam por “condicionar” o pensamento do pesquisador), de caráter fundamental, antes de qualquer outra noção, é a idéia de cultura. É claro que ao tratar-se de identidades, necessariamente

¹¹ SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000, p. 106.

¹² LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 03.

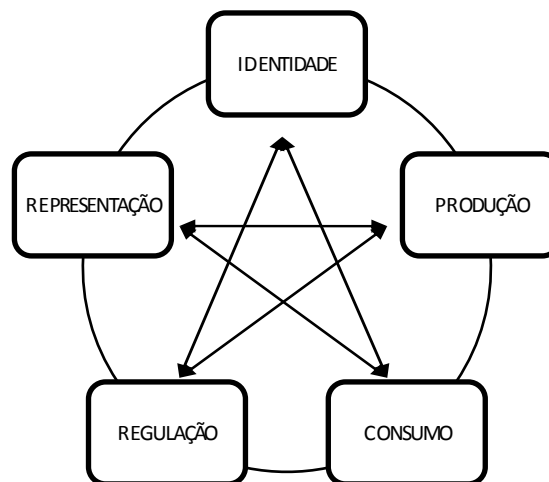
estamos nos propondo um “olhar cultural” sobre nosso objeto ¹³. Para além da definição de “cultura” como conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios, pensamos que ela deva incorporar a idéia de representação. Sendo assim, uma história que privilegia a cultura deve não só fixar-se no estudo das formas de representação do mundo, no interior de grupos humanos, como também na gestação, expressão e transmissão dessas mesmas representações; em outros termos, uma história de enfoque cultural atenta para as produções simbólicas de grupo e, em primeiro lugar, a seus discursos tomados como produtos simbólicos. Uma das vantagens desse “olhar cultural” é a possibilidade de tocar em variadas dimensões da vida social, sem, no entanto, cair no “todo cultural” ¹⁴ e em seus problemas.

A cultura nesse viés nada mais é do que, em um nível mais profundo e reflexivo ¹⁵, o conjunto de sistemas de representação, sendo estes formados não só pelas

¹³ Apesar disso, concordamos que: “O essencial em história não é preencher rubricas, merecer ou honrar etiquetas, mas trazer alguns novos conhecimentos e produzir reflexões que possam ter, de tempos a tempos, valor de explicação”. AGULHON, Maurice. Mariana, objeto de cultura? In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 112. “L’histoire ‘culturelle’ est elle un domaine ou un regard? [...] circonscrire le champ de recherche de l’histoire culturelle par la tension entre un domaine privilégié et un regard spécifique”. URFALINO, Philippe. L’histoire culturelle: Programme de recherche ou grand chantier? In: *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, No. 57, (Jan. - Mar., 1998), pp. 115-120, Sciences Po University Press.

¹⁴ Ver: ORTIZ, Renato. *Mundialização & cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006; RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

¹⁵ Poderíamos mesmo dizer que para o estudo da cultura, deveríamos atentar para os variados níveis que a compõe: primeiramente, em um nível mais superficial, a cultura como conjunto de conhecimentos, crenças, normas, costumes, instituições, produções artísticas e intelectuais, experiências e realizações humanas; em um nível mais profundo, como um conjunto de atitudes e comportamentos que caracterizam uma certa mentalidade (aquele como objetivação desta); e ainda, aprofundando mais a reflexão, como um conjunto de processos variados, como aquele que constrói representações por exemplo, ou aquele que gera identidades, que articula sistemas de representação e de classificação, etc. Uma idéia das mais interessantes, foi desenvolvido por Stuart Hall, e é representada mediante a figura de um circuito:



Enquanto “circuito de cultura”, não tem começo, não é linear nem sequencial. Cf. Du GAY, P., HALL, S. et al. *Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman*. Londres: Sage, 1997.

representações do mundo, como por sistemas simbólicos e de significação (condição necessária a formação do sentido). A cultura opera como um fator de identidade, na medida em que toda cultura é cultura de um grupo particular, muito embora toda cultura seja partilhada, pois ela é a mediação entre os indivíduos que compõe um grupo (é o que estabelece a comunicação e a comunidade entre eles). Além disso, a cultura também é a mediação entre o indivíduo e sua experiência, posto que o permite pensar essa mesma experiência, dizê-lo a si mesmo e aos outros.

Objeto, hipóteses e pressupostos.

Uma vez apresentados alguns dos aspectos norteadores, convém a partir disso, tornar mais claros não só o objeto motivo dessa pesquisa, como também algumas de nossas hipóteses e pressupostos mais gerais.

Se ao longo do século XIX, em toda a América Latina as independências e formações das diversas repúblicas exigiram dos quadros dirigentes uma reflexão mais apurada sobre o status e a legitimidade dos limites que demarcam seus respectivos territórios (e, em consequência, “demarcam” também seu povo), esse pensamento, não obstante, também se fez presente no recém independente Brasil.

Embora a preocupação inicial tenha sido em tornar independente o estado, logo em seguida mostrar-se-ia de extrema importância a consecução de um projeto de nação que definisse não só as características, como também o conjunto do que viria a ser chamado “povo brasileiro”. A função de tal projeto residia na necessidade de legitimação da nação e de suas balizas geográficas ante a instabilidade dos estados recém formados em toda a América Latina.

Para cumprir com este objetivo, um primeiro passo constituir-se-ia com a elaboração de uma história pátria, uma história nacional que estruturasse o passado e, em consequência, projetasse o presente da nação, tecendo seu enredo com as características de uma “cultura”, de um “espírito” nacional brasileiro. Dessa forma, produzindo também um sistema de representações que originasse e fundamentasse um sentimento de pertencimento, tão importante ao preceito fundamental da autodeterminação dos povos (origem de diversas reivindicações de independência no período).

É devido a isso que, já em 1838, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que se encarregaria de buscar no passado o sentido do “ser brasileiro”, ressaltando os elementos de unidade nacional, as peculiaridades do povo e a herança civilizadora dos colonizadores europeus. Se a sua criação fora inspirada no Institut Historique de Paris (este fundado em 1834), não menor seria a influência deste no

pensamento daquele. A orientação geral, apresentada mais claramente a partir da segunda metade do século XIX, era a da construção de narrativas históricas nas províncias, atreladas a um projeto de história nacional do IHGB que pretendia integrar as diversidades provinciais (posteriormente, diversidades estaduais).¹⁶ De toda forma, não exatamente um fomento à construção de regionalismos, prejudicial à constituição de uma história nacional, mas o incentivo a procura e arquivamento de documentos que contassem uma fração da história pátria, através também, de narrativas históricas nas províncias.

No Paraná o tema da identidade é também um problema a ser resolvido, embora a tentativa planejada de construção de uma identidade seja relativamente tardia, quando se tem em mente que a emancipação da então província ocorre em 1853 e a busca deliberada por elementos que corroborem na sua construção ocorre, com ênfase, somente a partir da república.¹⁷ Perfeitamente compreensível, no entanto, pois com a república instaura-se também o regime federativo que fornece relativa autonomia às ex-províncias.

Em 1900 é fundado o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, seguindo as normas do IHGB, cujo quadro de sócios era composto por indivíduos destacados da cena pública local. Na mesma orientação do homônimo nacional, o IHGEP enfatiza as diferenças regionais, a dimensão territorial, em uma abordagem histórico-regional que prioriza os aspectos físicos e geográficos.

O escopo maior, no entanto, era o de tomar os “fatos memoráveis” e os “filhos ilustres” eternizados na memória das populações, como fator gerador de identidade do povo (na geração de “exemplos” ao povo). Para isso, uma das estratégias era (nas narrativas) tentar minimizar a dimensão tensiva, conflitante, contraditória, excludente da história das diversas regiões, mascarando dessa forma as diferenças internas (mas ao mesmo tempo marcando o “regime de identidade” em relação a uma alteridade para além das fronteiras da região estudada). E é nesse aspecto que a questão de limites e posteriormente a Guerra do Contestado constituem um dos maiores problemas para a constituição de uma identidade para o Paraná, na medida em que tornam visíveis em demasia essa dimensão de conflito e exclusão. Por exemplo, para uma atitude performática como a dos intelectuais e políticos ao

¹⁶ Um exemplo que evidencia essa postura pode ser extraída da condução efetivada pelo primeiro congênere regional do IHGB, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro: esta *“associação regional que tinha como meta principal ligar a história do Rio Grande à história da nação brasileira e servir à idéia imperial de forjamento de um sentimento de identidade nacional que unisse todos os membros do Estado. O grupo rio-grandense afirmava que o “patriotismo sempre foi o mais bello apanagio da gente rio-grandense”, embora um sentimento regionalista também pudesse ser percebido como característica marcante da instituição, que previa ser a Província o “berço de uma geração vigorosa”, destinada a suceder as gerações passadas na defesa das fronteiras do Império”*. BOEIRA, Luciana Fernandes. Quando a pátria é o Rio Grande, se escreve a história da nação. In: Anais Eletrônicos do 9º Encontro Estadual de História, ANPUH/RS. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/analseletronicos>. Consulta em: 12/01/2009.

¹⁷ Cf. WACHOWICZ, Ruy C. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983, p. 19-20.

se apresentarem em público (ou nas tribunas ou mesmo nos jornais), é fato que precisam discursar sobre aspectos que tragam uma carga de “positividade” a sua imagem, por isso, evidentemente, a recusa em tratar de assuntos “espinhosos”.

Desde a constituição da província do Paraná, um problema aliado a necessidade de constituição de uma identidade que fundamente e legitime a autonomia política, é a resolução da questão das fronteiras territoriais com Santa Catarina. Já com a emancipação se percebia a necessidade da elaboração de um discurso que pudesse melhor consolidar a nova província, enquanto uma unidade – autônoma e distinta das demais – do Império. Ou seja, à orientação geral do IHGB vem somar-se a necessidade de justificar a autonomia.

Conjuntamente, no mesmo período (ao longo do segundo quartel do século XIX), intelectuais e políticos se auto-promoveram os forjadores da nacionalidade, e, no Paraná, se propuseram à confecção de um caráter identitário paranaense. Para tanto, a afirmação dos limites com o estado ao sul passou a ser um *locus* privilegiado aos interesses identitários¹⁸ de “intelectuais” e políticos paranaenses. Devido a isso, um aspecto característico das narrativas intelectuais da época era a ênfase na construção de uma identidade para o Paraná e o paranaense, sendo que para isso havia a necessidade estratégica premente de definir suas fronteiras (separando assim dois regimes de identidade), assim como, a de caracterizar a alteridade contida para além das marcas limítrofes (constituindo, dessa forma, “efeitos de fronteira”).

Partindo do pressuposto de que o estabelecimento de fronteiras é ao mesmo tempo a delimitação de identidades (ou então, vice-versa), procuraremos demonstrar como a discussão da chamada “questão de limites” entre os estados do Paraná e Santa Catarina se insere na problemática maior da construção de uma identidade para o Paraná e o seu povo. A “questão de limites” é uma discussão mais “localizada” e que, apesar de envolver muitos personagens, não, necessariamente, envolve e diz respeito a toda população do território. Também porque é uma discussão que tem um começo e um fim no tempo, mas mesmo assim produzindo efeitos sensíveis até os dias de hoje. Já a “questão identitária” é muito mais abrangente porque é contínua e se lança rumo ao futuro, em uma fala até mesmo utópica, da mesma forma que diz respeito ao paranaense *in totum*. Além da

¹⁸ Para Karl Eder, existe uma complementaridade entre o princípio de integração social – promovido pelas identidades coletivas – e o princípio constituído pelos interesses; o primeiro busca a definição de um espaço onde atuarão os interesses de um “nós”, e o segundo conduz a uma busca pela inclusão de “outros”, de “eles”, “[...] mediante um cálculo racional, ou seja, levam a prover um mundo de pessoas suficientes para dele se beneficiarem”. Esse movimento conflitante leva a uma tensão constante que deve ser atenuada pela ação de instituições fortes que criem e mantenham relações sociais estáveis: daí a função dos intelectuais e políticos, assim como das instituições a quem se vinculavam, que, através de seus discursos, operacionalizam estratégias para aglutinar as populações em torno de pontos comuns na agenda de discussões de sua sociedade. Cf. EDER, Karl. Identidades coletivas e mobilização de identidades. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº. 53, p. 07-08.

definição dos limites territoriais, de sistemas de representação, de espaço de mando, da cultura... A construção identitária perpassa outros aspectos e processos, tais como o do papel do estado, instituições e sujeitos (intelectuais e políticos) construtores de opinião (representações, sentido).

É assim que se constitui uma de nossas hipóteses: a de que a questão de limites teria sido tomada pelos intelectuais da época como um elemento chave ao debate sobre a identidade, não só porque teria como função aglutinar a população ante um tema relevante (a manutenção “do espaço paranaense”), como também por ser ela mesma (a discussão sobre os limites) o meio através da qual se edificaria um sentido de identidade.

Se ao reunir uma população em torno de um objetivo comum objetiva-se à edificação de uma comunidade de interesses, não menos importante verifica-se a necessidade de construir um sistema simbólico que garanta a coesão dessa comunidade, através da construção do próprio sentido de “comunidade” e do fabrico do “interesse em comum”. Dessa forma, a comunidade é o “povo paranaense” e o “interesse em comum” é a chamada “causa paranaense” na questão de limites. A articulação entre a questão de limites/questão identitária e o sistema simbólico (próprio dessas discussões) é obra principal de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, vincularam-se a tais debates, construindo e coligindo imagens/representações ao mesmo tempo em que as ordenavam e classificavam no conjunto maior de um sistema próprio, onde, por exemplo, selvagem/arcaico/atrasado/criminoso/fanático/ímmoral estão de um lado e moderno/científico/iluminado/verdadeiro/justo estão de outro.

Ao mesmo tempo acreditamos que, ao tornar a questão de limites o tema central de todo um período (da emancipação da província em 1853 à resolução do litígio em 1916), os intelectuais e políticos tomariam esta como um veículo de discussão que não só produziria uma identificação para estes como os “defensores do Paraná”, como também serviria de instrumento de perpetuação política.¹⁹

¹⁹ Em resumo, se a “questão de limites” fora tomada pelos intelectuais de forma deliberada como um mote para sua performance pública e para seus interesses, então teríamos um movimento complexo que correlacionaria: o interesse em aglutinar a população, criando uma “comunidade de interesses”, em torno de um objetivo comum; a construção de uma identidade, no sentido de “povo defensor de seus direitos, da justiça e da verdade”, “povo aguerrido que tem consciência de suas potências”; a necessidade dos intelectuais e políticos locais, de compreender a dimensão e força (autoridade e legitimidade) de sua “voz” na condução do povo, no “pastoreio”; se tomado enquanto “veículo de discussão”, a questão de limites possibilita a construção de identidades aos intelectuais e políticos, como os “grandes nomes” na defesa dos interesses do Paraná; e por fim, mantendo-se na discussão, garantem visibilidade, além de legitimar o lugar que ocupam, como políticos (perpetuação no poder) e intelectuais (condutores dos destinos do país). Evidentemente que essas considerações podem parecer por demais especulativas, mas podemos verificar o papel dos intelectuais nessa sociedade a partir de dois olhares: ou compreendendo que o papel de intelectuais e políticos é demasiadamente inconsciente, ou não-deliberativo, e recaímos no problema de ser excessivamente ingênuo e tomar esses personagens como que motivados pela revelação, ou destituídos de interesses; ou então os

Ao construírem sua imagem, afirmando ideais de honra, verdade, justiça, patriotismo, entre outros, estariam produzindo também sua afirmação no campo intelectual e político do estado, e ainda, legitimando seu “lugar de dizer” e, conseqüentemente, do seu “dizer”. Em outros termos, produzindo qualificações que conduzam a uma “força” simbólica positiva para a recepção de seus discursos e para a manutenção de seus status.

No entanto, e aqui é conveniente lembrar, que apesar de ser um dos temas centrais dos debates no Paraná, muitas outras questões incomodavam a placidez da ordem pública e a tranqüilidade dos intelectuais: a questão dos limites com a Argentina, chamada “Questão de Palmas”, a guerra do Paraguai e os conflitos posteriores na Europa principalmente, a questão indígena e também as campanhas abolicionistas, o debate e advento republicano, a efervescência dos diversos movimentos literários e artísticos que no mesmo período se desenvolveram, os conflitos com a igreja católica, entre muitos outros. Durante todo este longo período, após a emancipação, e que culmina com a guerra do Contestado, outros eventos e debates se somaram e acabaram por conformar o problema das fronteiras como central: em primeiro lugar, pela longevidade do debate que inicia logo após a emancipação e que seria resolvido tão somente na segunda década do século seguinte; logo após, o envolvimento de grande parte da sociedade e de personalidades no debate; e por fim, por razões variadas (econômica, moral, cultural, simbólica, etc.), a necessidade vital da manutenção das fronteiras, ditas “herdadas” de São Paulo.

Uma das formas para se chegar até a população se daria através das diversas narrativas, cujos argumentos acentuariam a legitimidade do Paraná, em contraposição à idéia do “outro” residente no vizinho estado. Nessas narrativas veiculadas nas mais diversas formas (jornais, livros, relatórios) constrói-se todo um sistema de representações que ao mesmo tempo em que intenta a criação de uma identidade para o “povo paranaense”, também o faz com os quadros intelectuais engajados na discussão. O discurso intelectual tem, logicamente, um público receptor e um poder de difusão limitado, que não se dá ao infinito, e também dependem do meio de veiculação e da linguagem utilizada, assim como do status do emissor. De toda forma, a irradiação do pensamento contido no discurso pode ser bastante abrangente. Por exemplo, para uma linguagem culta ou hermética, sempre existiram os tradutores para uma linguagem comum, assim como para os analfabetos ou estrangeiros sempre haveriam tradutores igualmente.

Ainda, esse “outro” do momento da guerra do Contestado (o caboclo dito “invasor, místico, fanático, selvagem, fera indigna” entre outros qualificativos) deve desaparecer (na mentalidade dos intelectuais), na medida em que incorpora os elementos que nem o Paraná e nem Santa Catarina pretendem para suas populações – e para sua

assumimos como que participes de uma rede complexa e imbricada de interesses que os “dirigia” em suas ações.

identidade. Chegamos a essa consideração ao verificar a força formada para expulsar o chamado “invasor” dotada de um verdadeiro arsenal de guerra, remanescentes em parte da guerra do Paraguai. No entanto, esse “intruso” oferece ao Paraná a chance de vencer Santa Catarina (mesmo que simbolicamente), pois a atribuição de “catarinenses” é comum nas narrativas paranaenses (mesmo que os catarinenses também estivessem empenhados na dissolução do grupo “fanático”). Dessa forma a vitória paranaense proporcionaria não só a garantia e a posse legítima do território contra os “invasores catarinenses”, como também uma amostra simbólica de sua superioridade ante o vizinho estado.

Devido a essas considerações que estudaremos o período que percorre os anos entre 1900 e 1916, mas sem negligenciar o momento anterior que teria formado todo um conjunto de discursos fundadores às questões mencionadas. É nesse período (que também perfaz o da “guerra do Contestado”), onde o debate se intensifica, que se encontra o momento mais profícuo, tanto das narrativas sobre as fronteiras como as que têm como escopo a identidade-alteridade.

“Fontes” e metodologia de abordagem.

As “fontes”²⁰ utilizadas nessa pesquisa são basicamente de três ordens: provenientes de textos retirados de jornais e revistas; pela necessidade de uma “triangulação” das informações contidas nos anteriores, também utilizamo-nos de narrativas contidas em publicações sob a forma de livros, coletâneas documentais, compilações de crônicas, memoriais, etc., enfim, publicações dos diversos personagens objeto dessa pesquisa; e, por fim, documentos “oficiais” de governo (mensagens, relatórios, discursos, etc.).

Essa escolha se justifica pela própria dinâmica em que se processa a intervenção de intelectuais e políticos nas questões principais da agenda dos debates no Paraná. Tais debates se desenvolvem basicamente em dois foros: nos jornais e revistas, assim como nas publicações diversas desses personagens (livros principalmente); e na esfera “oficial” da comunicação entre os governos dos estados, nacional, entre os poderes (executivo, legislativo), e entre o estado e sua população.

²⁰ *“El concepto de fuente histórica abarca todas las fuentes del conocimiento histórico (directas o indirectas), es decir, toda la información (em el sentido de la teoría de la información) sobre el pasado humano, dondequiera que se encuentre esa información, junto con los modos de transmitir esa información (canales de información). El pasado humano se interpreta de forma amplia, y abarca, por tanto, las condiciones naturales em las que vivía la gente. Es decir, el concepto de fuente histórica abarca toda a información sobre la vida humana em el pasado, incluyendo los canales de información”.* TOPOLSKY, Jerzy. *Metodología de la historia*. Madrid: Cátedra, 1982, p. 300. No entanto, o uso de “fonte” entre aspas é providencial e reflete nosso descontentamento no uso desse termo. A idéia de “fonte” é, assim, aqui “autorizada” pelo uso tradicional na pesquisa histórica.

Das diversas narrativas sobre tais questões, apenas parte delas foram utilizadas enquanto “fontes”. Destarte, a triagem apreciou dois aspectos: relevância para com a reflexão sobre os debates (das fronteiras e da identidade paranaense) e para com a compreensão não só de um ethos do período, mas do próprio contexto histórico.

Nas narrativas *escolhidas* procurou-se, metodologicamente, abordá-las através de uma “leitura intensiva” que enfatizasse diferentes enunciados, tais como: enunciados de identidade/alteridade (do Paraná e do outro, do intelectual e intelectualidade), enunciados sobre fronteira/região, enunciados sobre “história” e “tempo”, enunciados factuais/contextuais. Dentro dessas categorias de análise, dividiram-se as narrativas/notícias por temas: específicos 1) questão de limites; 2) guerra do contestado; geral: 3) contexto local, nacional, mundo; 4) política, cultural, intelectuais.

Metodologicamente as “fontes” foram tratadas (principalmente as fontes jornalísticas), e aqui um truísmo que convém ser exposto, não como reflexo da realidade da qual são produto, mas como “discursos constrangidos” por uma série de fatores de ordens diversas. Interesses político-partidários, negócios particulares, relações de amizade, visões de mundo, imposições jurídico-legais, figuras retóricas, obrigações editoriais, entre outros fatores mais “formais”, tais como o próprio espaço disponibilizado pelos jornais, a estrutura e disposição das matérias, a formatação icônica, etc. seriam alguns desses aspectos conformadores desse discurso intelectual/político.

Dessa forma, o discurso das “fontes” jornalísticas foi confrontado com discursos provindos de outras “fontes” diversas, assim como com discursos da historiografia ²¹. Devido aos “constrangimentos” a que estão dispostos os discursos jornalísticos a necessidade de se proceder através de uma orientação que promova um cruzamento de informações junto a “fontes” de outra natureza (como as que aqui se chamou de “oficiais”).

Outro aspecto que orientou a abordagem das “fontes” jornalísticas foi o de observar não só a presença ou ausência, como a frequência, a orientação ou tonalidade das notícias ali veiculadas. Com relação à localização do artigo no interior do jornal, a área dedicada ao artigo, ao tipo de artigo (editorial, crônica, entrevista), procurou-se sempre que possível sinalizar para a importância dessas verificações. De toda forma, a grande maioria das notícias encontradas foi veiculada na primeira página ²², em geral como crônicas ou mesmo editoriais, abarcando às vezes duas colunas. Além dessa verificação, a de que em

²¹A historiografia seria tratada de igual forma. Nesse sentido, autoriza-se a premissa que sugere o discurso histórico como possuindo um valor de “verdade em suspensão”, passível de verificações e confirmações. O valor do discurso histórico reside, dessa forma, no seu caráter explicativo, mesmo que temporário

²² Em jornais que contam na maioria com seis a oito páginas, sendo entre duas e três compostas basicamente de propagandas, informativos, avisos de governo, etc.

quase todas as edições, ao menos em uma nota atentava-se para os problemas de fronteira.

Organização da dissertação.

A exposição narrativa de uma pesquisa é, até certo ponto, a objetivação e produto de uma grade analítica, portanto, efetivação textualizada da forma com que se aborda (na mente) um objeto. Nesse sentido, a organização textual aqui apresentada é também a exposição da forma com que, analiticamente, tratou-se tal objeto de pesquisa. Dessa forma, esta dissertação compõe-se de três capítulos, cada um enfatizando um dos pontos expressos no parágrafo que abre essa introdução, quais sejam: intelectuais, fronteiras, identidade e alteridade.

Em um primeiro momento, em um primeiro capítulo: **Os “intelectuais” e as “fronteiras intelectuais”**, onde, primeiramente faremos uma discussão sobre a noção de “intelectual”, assim como o seu uso no contexto específico de nosso objeto, procurando traçar as especificidades e a dinâmica dos quadros intelectuais curitibanos da época. Também procuraremos compreender o ideário, sistemas de pensamento, visões de mundo, vigentes naquela sociedade e que acabam por conformar o pensar e o agir desses personagens. Da mesma forma, a necessidade de se verificar a organização dos quadros político e intelectual dispostos nos debates. Por fim, na tentativa de se reconhecer a gravidade e dramaticidade que assumia a questão das fronteiras para aquela sociedade, a reflexão sobre a história e a construção do acontecimento “questão de limites”. O mote que orienta esse primeiro capítulo é a verificação não só dos limites no uso da noção de “intelectual” aos personagens aqui mencionados, como também dos limites entre os grupos intelectuais e políticos (os simbolistas em relação os demais, intelectuais envolvidos com a política local e aqueles que não se envolvem em questões políticas, a geração literária dos “novos” em relação aos “novíssimos”, republicanos contra conservadores e liberais, etc.), os limites entre os lugares que ocupam (por exemplo, cargos no museu paranaense e no liceu, ou nos editoriais de jornais locais, etc.), ou que participam, projetam-se, transpassam.. As “fronteiras intelectuais” são, nesse sentido, tão somente a averiguação de que “algo separa” intelectual de político, intelectual de “intelectual”... é a idéia de que existem fronteiras, mesmo que tênues e em constante mudança, *entre* as diferentes ações intelectuais (sua dimensão, amplitude, forma...), *entre* as formas e dimensão do envolvimento de intelectuais e políticos nos debates, *entre* a forma e dimensão das polêmicas *entre* os grupos envolvidos...

Em um segundo momento, com base na intervenção desses intelectuais em dois debates fundamentais de sua sociedade, a compreensão da sua “fala”, do seu “discurso” sobre tais questões (fronteiras e identidade paranaense) são os objetos. Em **O debate sobre as fronteiras e as “fronteiras do debate”** (segundo capítulo), pretendemos apresentar o debate sobre as fronteiras geográficas do Paraná na chamada “questão de limites”, passando pela verificação da diferença entre uma fronteira de ordem simbólica de outra que poderíamos chamar de “formal” ou “material”. Também a compreensão da forma como se “domesticara” o espaço paranaense através da construção paulatina das fronteiras e da região. Por fim, as “fronteiras do debate” são a efetivação de uma reflexão sobre o debate envolvendo Paraná e Santa Catarina no que tange as fronteiras e as limitações observadas na maneira como este se desenvolve: a ausência de originalidade na argumentação, o padrão dos discursos, a falta de novas evidências no que tange a defesa da “causa paranaense”, os lugares para onde ele se projeta.

Por fim, em **Regimes de identidade e fronteiras do humano**, falaremos não só sobre os regimes de identidade (ou então, identificações) envolvidos na discussão dos limites entre Paraná e Santa Catarina, como também do *modus operandi* do fabrico dessas identidades (principalmente através da orientação dos discursos para a sinalização da alteridade). Também orientaremos nossas reflexões para as especificidades da constituição de identidades para os “intelectuais” (tanto na perspectiva da auto-afirmação enquanto intelectuais, quanto no “retorno” através da “aceitação”, portanto, legitimação e autorização desses, como intelectuais, pela sociedade), na medida em que sua intervenção (discursos e seu conteúdo) promove a confecção de um sentido para sua categoria social e mesmo um “retorno simbólico” na medida em que são vistos (pois ocupam esse lugar) como “defensores do Paraná”.

Se esta organização também remete a forma como o pesquisador compreende analiticamente seu objeto, no entanto, queremos também ressaltar que a divisão em itens de um fenômeno integrado e imbricado, portanto, difícil de desmembrar, é parte muito mais de uma estratégia heurística do que propriamente da maneira como se pensa aqui nosso objeto; seria nossa chave analítica. Pode parecer até uma certa contradição com o que havia se comentado no início deste texto, mas a intenção, no entanto, era a de afirmar, aqui, a consciência que se tem de que o fenômeno é complexo e não “compartimentável”, mas que para ser “estudável” necessita se dobrar as necessidades metodológicas e analíticas do pesquisador. Uma abordagem holística (no sentido preciso do termo) seria impossível.

CAPÍTULO 01.

Intelectuais e Fronteiras “Intelectuais”.

Em toda sociedade, os indivíduos que a compõe, assumem (e/ou são assumidos) certas posições que possuem uma configuração de funções, códigos de comportamento, formas de proceder, uma ética, etc., sempre muito específicas e que acabam por gerar a identidade desses grupos e os torna reconhecíveis. Nesse sentido, o intelectual é um indivíduo que, partícipe do grupo maior “intelectualidade”, conforma-se a sua posição na organização de sua sociedade. Portanto, independente de seu status particular ou de grupo, ocupa um “lugar”²³ nessa sociedade.

Assim sendo, no estudo do “lugar” que ocupam e que a eles é reservado (ou que eles mesmos se reservam), compõem-se como objetivos primários, não só a compreensão do termo que os nomeia (e que é também fornecedor de identidade²⁴); mas o entendimento das idéias, sistemas de pensamento, visões de mundo, que conformam as mentes e as ações; a forma como esses indivíduos (enquanto partícipes do grupo nomeado) projetam-se na sociedade; a organização e os vínculos entre os indivíduos que compõe esse grupo (através do seu discurso e da sua ação); a “identidade” do seu discurso e os lugares onde ele é produzido e emitido.

Ao tratar da temática dos intelectuais, uma das primeiras constatações é a de que o termo que os nomeia surge com uma defasagem temporal relativamente ampla em relação à origem e desenvolvimento do grupo social particular. Nesse sentido, pode-se pensar uma história particular do termo e seu desenvolvimento, paralela de uma história do grupo social específico a que aquele referencia.

Embora por analogia, em um sentido *lato sensu*, o intelectual seja identificado em momentos históricos muito anteriores a sua “data de nascimento”²⁵ – geralmente percebido como uma genérica “classe culta” –, é somente na época moderna que o termo pode ser adequadamente usado, em um sentido próprio, embora ainda assim devamos

²³ Lugar, mas não em um sentido estamental, ou então corporativista, mas como um espaço humanizado dotado de identidade, como “domínios de socialização” ou então “ecossistema”; em um sentido mais “duro”, pode ser relativo a situação espacial de um corpo, mas em um sentido figurado, também pode ser definido como tudo aquilo que pode ser relacionado a um ser ou no que se pode situá-lo. Um exemplo pode ser dado com a frase de Malebranche: “*deus é o lócus dos espíritos*”.

²⁴ Devemos ter em mente, que o próprio “nome” que o grupo atribui a si mesmo (ou que noutros casos é lhes atribuído) é produto de uma confecção que leva em consideração (talvez em parte) essa posição, esse “lugar” ocupado. Dessa forma, como um reconhecimento antecipado da identidade de grupo. “Nomear” é impor limites, conter a polissemia e estabelecer domínios (ou “lugares”).

²⁵ Embora a coerência exija que chamemos, nesse jogo de palavras, de “data de batismo”, desde que levadas as colocações acima mencionadas em consideração.

pensá-lo como um intelectual *avant la lettre*. É a partir de um maior desenvolvimento das forças produtivas e a formação de uma sociedade civil, perpassando pelas reformas do aparelho administrativo e burocrático estatal, a maior flexibilização do acesso aos cargos burocráticos, a criação das escolas públicas e renovação das universidades, que uma profunda mudança nas chamadas *Ars Liberales* torna possível a existência de uma classe culta para além do clero e da aristocracia. Já em Jean Le Rond d’Alembert, passando por Edmund Burke, Johann Gottlieb Fichte e Aléxis de Tocqueville, que se verifica uma reflexão sobre os problemas dos intelectuais (o lugar que ocupam e a legitimidade para o ocuparem), embora escrevessem referindo-se às “*gens de lettres*”, aos “*philosophes*” ou aos “*gelehrten*”²⁶.

No entanto, se o processo de autonomização da razão – nos diversos campos da arte, das ciências, da técnica, do direito, da ética – com relação às instituições eclesiais e estatais, ocorre ao longo dos séculos XVIII e XIX, é somente ao fim deste último que se torna possível a formação dos “intelectuais” como um grupo distinto, definido e nomeado. A atribuição do termo “intelectual” ao grupo referente marca o local e a sua data de nascimento, ou em outros termos, a intersecção do termo com o grupo social específico que àquele nomeia.

²⁶ O primeiro tratado, no sentido moderno, sobre o problema dos intelectuais fora escrito por D’Alembert em 1753: o “*Essai sur les gens de lettres*”, cujo tema é a polémica contra o mecenatismo corruptor dos grandes e nobres e a apresentação do *Philosophe* como um novo Diógenes, ou seja, despojado de qualquer interesse que não a auto-suficiência, numa recusa a condição de subalterno e cortês. Posteriormente, Edmund Burke escreve, já em 1790, suas “*Reflexions on the revolution in France*”, embora num viés contrário à D’Alembert, alertando sobre a ameaça de os homens de letras assumirem a posição de políticos, conseguindo formar uma “cabala filosófica e literária” dominando a opinião pública. Acusa-os de corromperem as camadas inferiores, a fim de conquistar poder, fingindo estar ao lado delas. Alguns anos depois, é Fichte quem escreve suas lições sobre a missão do sábio, na qual a autonomia dos “doutos” e a livre comunicação do saber são reivindicadas como sendo a expressão fenomênica mais próxima do ideal kantiano da autodeterminação como fim em si dos seres racionais. Para ele, a autonomia do douto não pode realizar-se no isolamento: deve ele conhecer as necessidades de seu tempo e os meios para satisfazê-las, promovendo a mais ampla e orgânica cooperação entre os homens, como forma de socialização da liberdade. Escreve em 1794 seu “*Einige Vorlesungen über die Bestimmung des Gelehrten*”. Já bem posteriormente, Tocqueville com “*L’ancien regime et la révolution*” publicado em 1856, procura mostrar, retomando Burke, que os intelectuais em política possuem um papel negativo, através da simplificação que promovem em suas reflexões acabam por exaltar as massas e abrir caminho para o despotismo. O papel dos intelectuais na política é negativo para ele. Max Weber, já no século XX, enfatiza o papel do intelectual, dividido entre a pura dedicação aos seus estudos e a necessidade de se envolver em questões do seu tempo. Sua função seria um contínuo esforço crítico e a tensão entre a compreensão e a autonomia de seu juízo. Uma ética da responsabilidade de suas intenções, termos que, apesar de inconciliáveis, seria preciso confrontar. Em 1929 é escrito o “*Ideologie und Utopie*” de Karl Mannheim, que, de uma forma ligeiramente diferente, procurou dar uma resposta minimamente positiva ao dilema do intelectual, através de uma terceira via: onde Weber via a possibilidade crítica, Mannheim viu garantia sociológica de imparcialidade e de capacidade de esquivar-se do condicionamento histórico e existencial de todo pensamento. Cf. MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 637-40.

É na França, ao momento do *affaire* Dreyfus, que Émile Zola convoca a público uma nova categoria: a dos intelectuais²⁷. Neste momento, o foco dos interesses residia na defesa de valores morais e políticos tomados como causas universais: a justiça, a verdade, a liberdade.²⁸

Com base no caso Dreyfus e na gênese da categoria, podemos iniciar uma tentativa de definição da noção de “intelectual”: em primeiro lugar, a defesa de determinados valores de uma sociedade; e – nesta defesa – em segundo lugar, a inserção na cena pública. Como consequência *a posteriori* das anteriores, um outro aspecto que os caracteriza é o fato dos intelectuais possuírem certo renome: como artistas, literatos, cientistas, poetas.

No entanto, a condição do “ser intelectual” não cabe em uma definição tão “dura” e formal, uma vez que “o seu papel na sociedade, derivando de conjunturas históricas precisas, evolui de acordo com as próprias mutações intelectuais e políticas. Desse modo, cada época parece fornecer um modelo específico de intelectual”²⁹, ou em outros termos, toda “sociedade tem os intelectuais que lhe convêm”³⁰. Partindo desse pressuposto, a compreensão da especificidade de uma determinada realidade sócio-cultural, assim como uma problematização da noção de “intelectual”, fornecerá as coordenadas para uma reflexão sobre o arquétipo de intelectual presente em cada contexto histórico³¹.

No caso específico do Paraná, a compreensão do ideário e das peculiaridades históricas concernentes ao período estudado, ou seja, a verificação dos quadros de

²⁷ A título de contextualização, genericamente, o caso consistiu na identificação de uma ação de espionagem na França, que estaria em colaboração com o *Reich* Alemão, logo seguida de uma investigação que colocaria Alfred Dreyfus como culpado sumário do episódio. Dreyfus seria o “traidor ideal” por ser ao mesmo tempo, judeu e alsaciano (região francesa ocupada pela Alemanha em 1871), em um momento de uma forte onda anti-semita na França. O caso desenrolar-se-ia sob a forma de forte protesto ante a inocência do acusado, mantido como tal a fim de que o exército francês não se visse fragilizado por incorrer em um erro de julgamento. Como fato mais significativo desse momento destaca-se o ingresso do escritor Émile Zola (o mais popular da França) e sua carta “*J'accuse!*” publicada no *L'Aurore* de George Clemenceau. Seguindo à Zola, inúmeros outros intelectuais aderiram ao “Manifesto dos Intelectuais”, entre eles Anatole France e Marcel Proust.

²⁸ Ver: PROCHASSON, Christophe. O Caso em todos os seus aspectos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 221-236. Outro autor, Serge Berstein, verifica uma dupla dimensão de descobrimentos posteriores do caso: “*Une dimension pénitentielle d'une part dont les interventions sur Sorel, Halévy et les Tharaud ont mis en avant les caractères et les nuances et une dimension normative d'autre part qui s'incarne dans la défense des valeurs et constitue le soubassement de la culture républicaine, incarnation la plus forte et la plus durable de la postérité de l'Affaire Dreyfus*”. LAURENT, Sébastien. *L'Affaire après l'Affaire*. In: *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, No. 52, Numéro spécial: Les crises économiques du 20e siècle, (Oct. - Dec., 1996), pp. 135-136, Sciences Po University Press.

²⁹ SILVA, Helenice Rodrigues da. *O intelectual, entre mitos e realidades*. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 29, Out. 2003.

³⁰ BOBBIO, Norberto. Intelectuais e vida política na Itália. In: BASTOS, Élide Rugai; REGO, Walquíria D. Leão. (Orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'água, 1999, p. 157.

³¹ Concordamos que não há “o intelectual” como uma categoria a-histórica e homogênea, mas que há um certo núcleo semântico, relativamente permanente, que é condição necessária para que a noção seja dotada de sentido.

referências a que esses “intelectuais” tiveram acesso nos permitirá entender não só a singularidade desses personagens que chamamos “intelectuais”, observando também suas projeções na cena pública através do debate sobre as fronteiras, como também os limites no uso dessa noção ao nosso objeto. Um próximo passo consiste em compreender as narrativas intelectuais como manifestações dos respectivos sistemas de representação as quais estão inseridas que, ao mesmo tempo em que nos fornecem uma maneira de apreender o contexto da época, também possibilitam entender o *modus operandi* da construção de identidades “intelectuais”, por exemplo.

Intelectual ou “intelectual”?

Uma primeira fronteira a ser decifrada, consiste na compreensão não só dos limites do uso do termo “intelectual”³² aos personagens objeto dessa pesquisa como também nos próprios limites da categoria social, ou então, nos limites de uma definição que de conta das especificidades do “intelectual” no contexto histórico do Paraná do início do século XX.

Embora na acepção *dreyfusiana* do termo, “intelectual” remeta muito mais a um modo de ação ou mesmo de comportamento (haja vista a ênfase na *defesa* de valores universais *em cena pública*), em outros contextos, como o brasileiro, o termo assume uma conotação “pervertida” da original ao se referir muito mais a uma espécie de marca, de qualificativo, de epíteto, sem vinculação necessária a qualquer forma de conduta ou de proceder. Poderíamos concordar que no caso específico brasileiro, a categoria “intelectual” designe com maior objetividade o conceito numa acepção trivial, sem comprometimento, como no caso francês, com uma forma de comportamento³³.

Ainda que acreditemos que em grande parte isso possa ser atribuído ao contexto brasileiro, no Paraná, a querela dos limites com Santa Catarina ocupou um espaço vital da vida política e intelectual obrigando diversos personagens a entrar em cena, na defesa daquilo que julgavam justo e verdadeiro, como valores centrais de sua sociedade. Se essas bandeiras foram defendidas com honestidade ou simplesmente porque ofereciam ao discurso uma maior carga emocional, positivamente favorável à recepção de seus interlocutores, aqui não vem ao caso. Queremos afirmar, no entanto, que há uma inserção no palco público em torno da defesa de uma determinada causa: há uma fala pública, uma

³² E as posições conceituais a seguir apresentadas são tomadas mais como ponto de partida para o entendimento da especificidade paranaense, do que como uma explicação final. Ver, nesse sentido: SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

³³ Ver: SILVA, Helenice Rodrigues da. *O intelectual, entre mitos e realidades*. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 29, Out. 2003.

ação exercida em espaço público, e uma ação de *defesa em cena pública* que, de fato, promove um retorno em termos de renome a esses personagens.

Se o intelectual é o artista, ou o cientista, poeta, jurista, literato, que intervém criticamente no espaço público, acreditamos que, até aqui, os personagens estudados qualificam-se para serem chamados “intelectuais”. Porém, outros aspectos podem ser tomados e agregados aos anteriores, a fim de se compreender a complexidade da categoria, e em específico no contexto de nossa pesquisa.

Outras qualidades poderiam ser preenchidas a fim de se chegar a uma definição mais precisa (ou aproximada) do “intelectual”: se num primeiro instante – no âmbito das representações cotidianas –, ao pensarmos a figura do intelectual, nos vêm à mente a imagem de alguém que se dedica a leituras, estudos e às coisas da inteligência, poderíamos daí derivar que um dos critérios (aliado aos já mencionados acima) para se estabelecer quem é e quem não é um intelectual, seria o fato de ele ser mais instruído que a maioria ³⁴, em uma comparação efetuada no âmbito de sua sociedade em específico. Dessa forma, poderíamos dizer que o intelectual detém uma determinada competência cognitiva que o diferencia e que o permite formular argumentos que o possibilitam tomar a palavra em público para a defesa de uma determinada causa. Poderíamos mesmo diferenciá-lo por um critério de alfabetização: num contexto onde a escolarização ainda é incipiente, como o estudado por nós, o intelectual bem poderia ser demarcado como aquele que goza de uma formação privilegiada, que possui uma competência diplomada (embora se deva atentar para a existência de competências autodidatas). Refinando ainda mais, é possível dizer que o intelectual também deva “produzir”, deva publicar, sejam artigos, sejam livros (o que não deixa de ser também uma forma de intervenção em cena pública).

Com base nisso, é possível estabelecermos uma diferenciação entre aqueles intelectuais que o são por vocação, pois se preocupam e manifestam-se por valores centrais de uma dada sociedade, e aqueles que o são por qualificação ³⁵. Acreditamos, no entanto, que em muitos casos ocorre um cruzamento entre essas duas formas: aqueles indivíduos que são mais instruídos, ou qualificados, que os demais, em sua especificidade contextual, tendem a assumir a pecha de “condutores”, “defensores”, de sua sociedade.

³⁴ Alertamos que com isso não pretendemos uma qualificação em termos de “níveis culturais”, à moda da clássica divisão entre cultura popular e erudita. Acreditamos sim, que há uma ligação estreita e circular, portanto de influências mútuas, que impossibilitam o estabelecimento de limites precisos e definidos entre uma cultura e outra. No entanto, existe uma pré-definição do que seria “o erudito”, com um conjunto de características que a orientam. É através desse pré-senso, advindo do senso comum ou de um conhecimento intuitivo, que apontamos essa caracterização que perpassa o plano das representações cotidianas da sociedade.

³⁵ Classificação proposta em: MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 637-40.

Porém, outro ponto precisa ser verificado. Para Pierre Bourdieu – que retoma a intuição de d’Alembert e também a problemática desenvolvida, já nos anos de 1920, sobre “*La trahison des clercs*” de Julien Benda ³⁶–, o intelectual deve preencher duas condições: em primeiro lugar, precisa manifestar sua perícia e autoridade específicas numa atividade política exterior a seu campo particular de atividade intelectual, condição preenchida em nosso estudo; em segundo lugar, também deve pertencer a um campo intelectual autônomo, independente do poder religioso, político e econômico, e precisa respeitar as leis desse campo, em outros termos, precisa permanecer um produtor cultural em tempo integral sem se tornar um político. ³⁷

Quando pensa nessa definição, Bourdieu tem em mente o intelectual por vocação, o intelectual engajado no compromisso de defesa dos valores consagrados de uma sociedade. Uma vez que atrelado a outro determinado campo (religioso, político-partidário, econômico), o intelectual não gozaria de total autonomia e, conseqüentemente, sua defesa estaria limitada; seria uma defesa parcial, a fim de que não entrasse em conflito com os interesses do campo a que está ligado.

Já para Norberto Bobbio, “*se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que ele trai sua missão de clérigo*”, em uma referência a Julien Benda, mas se “*o homem de cultura põe-se acima do combate [al di sopra della mischia] para não trair e se ‘desinteressar das paixões da cidade’, diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral*”. ³⁸ Convém então verificar que aos intelectuais cabe, em determinados momentos, imbuir-se de uma tarefa

³⁶ Que condenava o servilismo, ou mesmo a anuência, dos “intelectuais”, quem fossem, às paixões políticas. Para o autor, os intelectuais deviam ser “*aqueles que falam ao mundo no modo transcendente*” e que não estão vinculados a valores sectários, mas universais. A verdade não seria verificada pela sua utilidade e nem a justiça seria definida pelo sabor das circunstâncias. Os intelectuais não seriam profissionais a serviço de uma classe ou grupo social, mas seriam caracterizados pela independência e liberdade com que moviam seu pensamento ante a resolução dos problemas da sociedade. Cf. BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, Elide Rugai; REGO, Walquíria D. Leão. (Orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d’água, 1999, pp. 65-121; o original é de 1927, “*La trahison des clercs*”. “*Three characteristics define intellectuals. Their ends are non-material and non-utilitarian; they seek their joy in the practice of an art or a science or a metaphysical speculation. They are committed to the value and importance of reason. Lastly, they speak to the world in a transcendental manner. For example, the intellectual in the political arena does not defend or attack social systems as a representative of any group. When he is motivated by ideological interests rather than the ideal of justice, he betrays and shirks his responsibilities. More concretely, the intellectual who defends a social system because he is a patriotic citizen is behaving in a socially irresponsible fashion.*” HAUSKNECHT, Murray. Review. In: *Social Problems*, Vol. 3, No. 3, (Jan., 1956), p. 197-198, University of California Press on behalf of the Society for the Study of Social Problems.

³⁷ Ver: BOURDIEU, Pierre; SAPIRO, Gisele; MCHALE, Brian. Fourth Lecture. Universal Corporatism: The Role of Intellectuals in the Modern World. *Poetics Today*, Vol. 12, No. 4, National Literatures/Social Spaces, (Winter, 1991), p. 655-669; BOURDIEU, Pierre. The Corporatism of the Universal: The Role of Intellectuals in the Modern World. *Telos*, 1989, nº 81, p. 99.

³⁸ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo, Editora da UNESP, 1997, pp. 21-2, grifo autor.

política (embora não sectária): como por exemplo, os *philosophes* em relação à Revolução Francesa ou a *intelligentsia* russa com relação à Revolução de 1917.

No entanto, um outro aspecto que precisa ser problematizado é a questão dos valores que são defendidos pelo intelectual: usualmente nomeados “valores universais” de uma dada sociedade; sociedade à qual o intelectual se insere. Com base no que já foi discutido, o que se verifica é a inclusão de uma questão ética (mais especificamente, uma deontologia) na relação com o proceder do intelectual: ele *deve*, na posição de intelectual, defender os valores e virtudes da sua sociedade. Por isso, a posição de Bourdieu enfatizando a autonomia do intelectual frente a outros campos do poder.

Mas para além da questão ética envolvida, o que chama a atenção é a ênfase nos “valores universais” a serem defendidos. O que deve ser problematizado aqui é a natureza desses valores, assim como o domínio no qual eles se constituem como valores. Queremos dizer que para eles poderem ser definidos como “valores universais”, deve-se compreender a sociedade em que se insere o intelectual e ao mesmo tempo, definir qual o “universo” de ação desses valores. Por exemplo, a defesa da “causa paranaense” na questão de limites compreende não só os valores da justiça e da verdade, como da honra e da honestidade; valores esses, específicos e definidos de acordo com o seu contexto peculiar – o domínio (proposto nas narrativas dos intelectuais) desses valores é especificamente a sociedade paranaense; e esses valores, apesar de possuírem um núcleo semântico genérico, são particulares do contexto no qual fazem sentido: em Santa Catarina, por exemplo, a “causa paranaense” não faz jus à justiça ou a verdade, constituindo assim muito mais um interesse particular dos intelectuais paranaenses do que um valor universal. A questão do que é um valor universal ou um interesse particularista só faz sentido quando definido o domínio de atuação do intelectual em sua defesa: no nosso caso, o domínio constitui-se no Paraná e mais especificamente, no campo intelectual.

Embora tenhamos delimitado uma outra forma de ser “intelectual” (por qualificação), aceitamos as condições acima propostas por Bourdieu, acreditando que ocorre uma intersecção – na ação do intelectual – entre sua qualificação e sua vocação, ou que uma produziria a outra, em grande parte dos casos. Acreditamos que para esse estudo, uma vez que os personagens aqui trabalhados estão todos envolvidos de uma forma ou de outra com o campo político (na acepção partidária, e, por conseguinte, alienados a outros interesses que não somente o da defesa da “causa paranaense” – e que compõe uma de nossas hipóteses: a da inserção no debate como forma de produção de imagens positivadas a esses personagens), não possamos usar a noção de intelectual no sentido dreyfusiano, de intelectual por vocação.

Outro “porém” vem se associar a este acima na designação dos intelectuais paranaenses. Apesar de acreditarmos na competência cognitiva e também atestarmos a

instrução, a diplomação e as publicações dos envolvidos, observamos uma carência de inovações e também profundidade no que tange o debate sobre os limites com Santa Catarina. Na leitura das diversas narrativas, tanto do período estudado como anteriores, verificamos não só uma ausência de ineditismo como uma certa repetição demasiada dos argumentos centrais e periféricos, em um tributarismo da matriz argumentativa “fundadora”, negativo à própria imagem que esses personagens estão construindo deles mesmos. A estrutura das narrativas também se oferece com uma espécie de padrão: uma apresentação da situação seguida de um apanhado histórico que remete desde as capitânicas hereditárias até a emancipação e a posterior querela com Santa Catarina, concluindo com tons exaltados de defesa da justiça e da verdade ³⁹.

Em outros termos, queremos dizer que o debate oferece pouco refinamento e profundidade reflexiva baseando-se sobremaneira na qualidade retórica e na eloquência simplesmente. Ainda porque, para além de tudo isso, havia um processo em andamento de construção de uma identificação para os quadros intelectuais.

Assim (e aliado à ausência de uma vocação no sentido bourdieusiano), quando estivermos nos referindo aos personagens atuantes no debate, é que gostaríamos de usar a expressão entre aspas: “intelectual” ⁴⁰, em uma espécie de suspensão, para não só deixarmos claro nossa opção pela crítica às rigorosas delimitações conceituais (que acabam por congelar o seu potencial heurístico), como também pela necessidade de problematizar o uso das noções basilares em qualquer trabalho de pesquisa.

Quadros de referência e projeções “intelectuais”.

Se toda “*sociedade tem os intelectuais que lhe convém*” ⁴¹; convém de nossa parte, verificar em qual contexto eles se inserem, identificando não só a realidade sócio-cultural de um modo geral (mesmo que de maneira panorâmica: o sistema de instrução, os locais de formação, as agendas de discussão da sua sociedade – os debates em que ela se vê envolvida –, a organização política, as idéias em voga e circulação), mas, especificamente, os nomes mais expressivos de sua intelectualidade e os nomes menores, quase obscuros, os lugares de possíveis encontros e debates, os diferentes ambientes de

³⁹ É nesse sentido, que a construção da identidade em suas especificidades locais e nacionais também apresenta um aspecto de organizadora do discurso histórico em um determinado período. Cf. DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001, p.11-38.

⁴⁰ Poderíamos mesmo dizer que a partir do discurso historiográfico sobre o “intelectual” paranaense do período, levadas as reflexões acima apontadas em consideração, que ocorre uma “*invenção do intelectual*” para o Paraná dos fins do XIX e início do século XX.

⁴¹ BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e vida política na Itália*. In: BASTOS, E. R. & RÉGO, W. D. L. (Orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d’água, 1999, p. 157.

produção e projeção intelectuais, os veículos que permitiam a emissão e circulação dos discursos. Através disso, a tentativa de reconstrução dos pequenos domínios de sociabilidade, aqui chamados “quadros de referência”, caracterizados pelos laços ambivalentes de identificação, por seus “*ethos*” distintivos, por suas formas próprias de sociabilidade.

Tendo isso em mente, e partindo para uma contextualização mais abrangente, a fim também de situar os debates sobre as fronteiras e sobre a identidade no Paraná em uma conjuntura mais ampla, uma vez que muitos outros debates também se desenvolveram de igual forma no período. No entanto, apesar de intelectuais e políticos envolverem-se, em sua maioria, nos variados debates, é em relação àquele que reivindica a demarcação das fronteiras e, mesmo que subterraneamente, àquele que requer a construção de uma identidade para o Paraná, que ocupam um lugar central na agenda dos debates de sua sociedade.

No Paraná, a principal fonte de divisas constitui-se com a emergência da economia ervateira que, em detrimento das atividades pecuárias, transformaria inclusive o interior paranaense através da ocupação de novas áreas de extrativismo. Com isso, e em conjunto com a pecuária, a formação de vastas fazendas e de elites econômicas no Paraná. Nesse ambiente, “*a necessidade de educação formal era quase nula e os 'doutores' que o percorriam não deixaram de destacar a ignorância extrema dos fazendeiros e do pessoal ligado às tropas*”⁴². Essa situação, devido à alteração no cotidiano das famílias fazendeiras, inicia uma mudança, na medida em que parte dessas famílias passam a residir nas vilas, local onde já haviam se instalado populações ligadas à economia ervateira. Com esse aumento populacional, as vilas passam a ser um importante e intenso *locus* de vida social e política das províncias.⁴³

No aspecto político, essas elites econômicas projetavam-se como o Partido Liberal, representado pela facção dos fazendeiros de gado, e pelo Partido Conservador, representado pelos proprietários de engenhos de mate.⁴⁴ Destaca-se que ao longo dos 36 anos da província, 54 presidentes⁴⁵ a governaram, revelando uma alta alternância no poder político, o que, de fato, “*é uma demonstração cabal da instabilidade dos governos*

⁴² TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 41. (itálico das autoras). Para os “doutores” mencionados, as autoras referem-se a Saint-Hilaire.

⁴³ Cf. TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 41-2.

⁴⁴ Cf. BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 05.

⁴⁵ Cf. COSTA, Samuel Guimarães. *História Política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Vol. 01. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994, p. 65.

provinciais, bem como de sua ineficiência administrativa”⁴⁶. Nomeados pelo imperador, os presidentes eram escolhidos dentre os nomes pertencentes a uma das duas chapas, no caso, aquela que dominava o cenário político na época determinada, sendo somente após 1889, que um aumento da autonomia política da província, com a nomeação de políticos locais⁴⁷, é verificada. Durante todo este período, dominado por um “*caráter personalista de disputa pelo poder, também conhecido como coronelismo ou mandonismo local*”⁴⁸, os chefes políticos, organizados nos partidos conservador e liberal – e que na verdade não possuíam grandes diferenças programáticas⁴⁹ –, exerciam seu poder político através do controle eleitoral proporcionado pelo dinheiro e pelo voto em aberto. Dessa forma “*os cargos públicos não eram senão uma extensão dos interesses privados*”⁵⁰.

No período provincial destacaram-se politicamente poucos nomes, entre eles o de Adolfo Lamenha Lins, que foi presidente entre os anos de 1875 e 1877. Sendo do Partido Liberal, em sua administração enfocou a instrução, criando a Escola Normal e renovando o Liceu Paranaense⁵¹, assim como implementou – e foi a meta de seu governo – sua política de imigração européia, conhecida como “linismo”⁵². Nela percebe-se a característica funcionalista que apresenta no que tange o campo cultural (na época, convém lembrar, estava em voga as diversas teorias racialistas de Joseph Arthur de Gobineau e Louis Agassiz), na medida em que, ao motivar a imigração européia, além de promover um “branqueamento” da população estaria também “europeizando-a”.

Ao longo do período provincial, a instrução pública, a desdém da importância e complexidade que as vilas vinham assumindo, era muito precária, sendo o ensino secundário quase inexistente, ou quando passa a ser incentivado (1870 em diante), torna-se um benefício para as elites prioritariamente.⁵³ Para os filhos dessa elite econômica paranaense, os estudos superiores⁵⁴ se fariam na Europa ou, então, em São Paulo, Recife

⁴⁶ WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p. 125. O presidente que por mais tempo governou foi Adolfo Lamenha Lins, pelo período de pouco mais de dois anos. Para BALHANA, Altiva Pilati; *et alii*. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 146, são 55 presidentes.

⁴⁷ Cf. WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p. 125.

⁴⁸ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001, p. 25.

⁴⁹ Era comum na época dizer-se que “nada era mais parecido com um conservador do que um liberal no poder”, numa referência a falta de nitidez ideológica dos partidos.

⁵⁰ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001, p. 26.

⁵¹ Cf. WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p. 129.

⁵² A problemática racial foi uma questão tão presente para aquela sociedade que se chega a pensar uma política de imigração para “europeização” (branqueamento) do povo no fim do século XIX.

⁵³ Cf. TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 61.

⁵⁴ É conveniente lembrar, que “a letra apareceu como a alavanca de ascensão social, da respeitabilidade e da incorporação aos centros do poder”. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 79.

e Rio de Janeiro, e somente aos que possuíam recursos suficientes para tal empreendimento.⁵⁵

Apesar disso, Rocha Pombo procurava mostrar (e construir uma imagem) como a impressão deixada pelas primeiras crônicas sobre o Paraná, era “*a da preocupação, desde cedo afirmada, da necessidade de instruir a infância*”, onde qualquer vila ou mesmo simples povoação “*muito antes de ter se organizado a província, os próprios habitantes mantiveram á sua custa uma escola primaria*”. O autor afirmaria essa atitude como “*reveladora das tendências da população*”⁵⁶.

Seria, no entanto, somente com a implantação da província que a questão do ensino se encaminharia e com a “*primeira legislatura paranaense deu logo provas de que a instrução popular era a causa de todos*”⁵⁷. Em 1900, descreveria Rocha Pombo a sua situação: “*a instrução deve estar hoje muito desenvolvida no Estado – é o mais que podemos dizer*”⁵⁸. Posteriormente, e em discordância com o “otimismo” de Rocha Pombo, a constatação de que, com relação ao problema da instrução pública, “*sómente acompanhamos, com doloroso olhar, a sua marcha para traz*”, uma vez que o governo “*por vezes, voltou a sua atenção para elle, não o fez, porem, com proveito*”. Por fim, a conclusão: “*infelizmente podemos dizer que no Paraná não há instrução*”⁵⁹ e que, aqui, o problema “*é mais moral do que material*”⁶⁰.

Com este contexto marcado pela educação modesta e timidamente desenvolvida, o campo das letras também se veria afetado. Neste período poucos personagens destacar-se-iam, sendo os principais centros as cidades de Paranaguá e de Curitiba: nomes como Fernando Amaro, Brasília Itiberê da Cunha e Júlia da Costa em Paranaguá, e no âmbito da poesia popular, Bento Cego⁶¹. Apesar do acanhado quadro

⁵⁵ Cf. BALHANA, Altiva Pilati; *et alii*. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 249.

⁵⁶ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 169.

⁵⁷ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 275-6.

⁵⁸ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 279.

⁵⁹ SILVIUS. *Nas Regiões do Ensino*. In: *Diário da Tarde*, 31 de janeiro de 1912, p. 01. A segunda parte do artigo, em: SILVIUS. *Nas Regiões do Ensino - II*. In: *Diário da Tarde*, 01 de fevereiro de 1912, p. 01.

⁶⁰ Esta constatação seria compartilhada por outros articulistas: das questões a serem resolvidas “*a mais explorada pela rhetorica official, é a instrução publica [...] o actual presidente prestou á instrução publica primaria um relevante serviço [...] mas isso está longe de resolver o problema, que é mais moral do que material*”. BALLÃO, Jayme. *A Nova Administração*. In: *Diário da Tarde*, 16 de fevereiro de 1912, p. 01. Ver também: Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 08 de fevereiro de 1855, p. 12 e 26.

⁶¹ Cf. VELLOZO, Dario. *Pela literatura*. Revista do Club Coritibano. Número 08 de 1894; _____. *A literatura no Paraná*. Revista do Club Coritibano. 1895; _____. *Esmerilhos – literatura no Paraná*. Revista do Club Coritibano. Números 04 e 06 de 1896; nestes artigos, além de defender a tese de que “o Paraná não tem literatura”, Vellozo divide as manifestações literárias paranaenses em três

intelectual, aos poucos, este iria tomando forma para se tornar relativamente marcante nas gerações posteriores, após 1880 e nos inícios do século XX.

Se Fernando Amaro é recuperado, reiteradas vezes, como a “voz *mais longínqua da literatura local*”⁶², numa tentativa de (re)construir o passado literário do estado, não menor é a ênfase dada a importância de constituí-lo como o homem de letras exemplar de seu contexto: o da precariedade intelectual e da instrução no Paraná pós-emancipação. Isso numa tentativa de demonstrar o processo de evolução que o Paraná assume com sua autonomização: de um lugar acanhado intelectualmente pela subserviência aos centros do sudeste e nordeste, ao local onde a atividade intelectual torna-se efervescente e autônoma, que culmina com o *boom* das primeiras décadas do século XX no âmbito do movimento simbolista, também no do domínio editorial, e com a proposta e depois fundação da Universidade do Paraná.

Nessa mesma conduta que intenta, através de projetos de divulgação de obras e autores, propor as linhas de uma tradição cultural em evolução, surge o nome de Brasília Itiberê da Cunha (o músico e Diplomata) como o precursor da arte nativista e de elogio ao elemento nacional. Com sua composição mais conhecida, “A Sertaneja”, e sua atuação como diplomata em diversos países europeus, foi promovido a divulgador do Brasil e de sua cultura no exterior. Novamente, a construção da imagem do “pioneiro” e do “fundador”: do patriotismo e difusor da cultura pátria.⁶³

Esses nomes, aliados a outros de menor expressão, não seriam mencionados como uma primeira geração⁶⁴ de intelectuais paranaenses nem por Dario Vellozo (um dos primeiros a preocupar-se com um projeto de recuperação da história das letras no Paraná), nem – posteriormente – por Rocha Pombo e Romário Martins. Comporiam sim, uma espécie de “geração fundadora” ou “impulso precursor” das letras e da intelectualidade no Paraná,

períodos: da emancipação política da província até o ano de 1870, uma segunda época de 1870 a 1885 e uma terceira, de 1885 a 1895. Também verificar: PERNETA, Emiliano. *Literatura no Paraná em 1890*. Revista do Club Coritibano, 1898; POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 289 e seguintes.

⁶² CAROLLO, Cassiana Lacerda. Fernando Amaro. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p.16-19.

⁶³ Como exemplo da ressonância dessa perspectiva elogiosa e monumentalizadora de “nomes como heróis” e de “fatos como exemplos” (ou *Historia est Magistra Vitae*) no hodierno, ver as publicações chamadas “oficiais”. Neste ponto de vista, sucessor e tributário da orientação que movia nomes como Romário Martins, David Carneiro e de toda uma literatura paranista, a ênfase na rememoração de personagens como “exemplos estendidos” (exemplos à nível nacional, geralmente tratados como “precursores” de algo) são uma das tônicas da narrativa. O objetivo é recuperar um passado e dotá-lo de importância e, é claro, dessa forma, produzindo e dotando de “importância” a experiência no presente (como “herança” do passado).

⁶⁴ A utilização é na acepção trivial, que expressa um sentido de “conjunto de personagens coetâneos”. A expressão, em seus diversos desdobramentos conceituais, abre margem para algumas imprecisões e interpretações equivocadas, tais como pensar um grupo de indivíduos como possuindo um pensamento homogêneo, ou então, no problema que se cria com a transmissão do pensamento entre as gerações, por exemplo. Dessa forma, “geração” aqui, opera em um sentido de “agrupador” simplesmente.

vistos muito mais como a tal “voz longínqua” do que propriamente como um filão ao qual as gerações posteriores seriam tributárias e seriam, então, a “voz ecoante”.

Nesse mesmo período “de desenvolvimento” e de “reações românticas e naturalistas”⁶⁵, convém destacar o papel que exerceu o primeiro jornal paranaense: “O Dezenove de Dezembro” (posteriormente, apenas “Dezenove de Dezembro”), único até 1857 quando surge o primeiro jornal literário da província, chamado “O Jasmim” (de duração efêmera, porém). Este veículo, do seu primeiro número em 1º de abril de 1854 ao seu último em 9 de abril de 1890, foi o principal elo de ligação, não só entre a “Parte Oficial” (destinada às notícias do governo local), como também do precário cenário das letras e dos acontecimentos locais (início das atividades teatrais, vida comercial local, por exemplo) e a população da capital. É, de fato, com sua criação, e a difusão da imprensa no estado de um modo geral, que “começaram a aparecer as primeiras manifestações literárias”⁶⁶.

Em seu primeiro editorial, expresso numa certa “declaração de intenções”, movidas, desde aquele momento, por um desejo de imparcialidade ante o campo político-partidário⁶⁷:

“A imprensa, como todas as instituições e coisas humanas, tem um lado bom e outro mau, pois se é origem fecunda de *vantagens sociais*, também com razão se lhe atribuem *males gravíssimos*”. Contrário tanto à imprensa que tudo pública, sem nada edificar, ou àquela que só investiga a “verdade útil” o Dezenove de Dezembro não hesita no caminho que deve trilhar: o patriotismo, tanto como seu próprio interesse, traça-lhe, em alto brado, o programa, que, em carreira, longe, ou breve, próspera, ou afortunado cumpre-lhe desempenhar. Este programa é: informar o público do procedimento do governo da província; e das diversas autoridades dela, mediante a publicação de atos oficiais, aportar e discutir com a devida circunspeção as medidas que mais consentânea forem ao engrandecimento da Província, aceitando, nesse sentido, para dar luz à imprensa, escritos e informações de quem quer que esteja no caso de lh’os ministrar, abstendos-se completamente de questões políticas.⁶⁸

A desdém das “vantagens sociais” e dos “males gravíssimos” que porventura tenha produzido, o Dezenove de Dezembro é apontado já por Dario Vellozo em 1894⁶⁹, como a principal fonte de pesquisa no que tange qualquer projeto panorâmico da história literária do Paraná provincial, assim como sua importância pelo fato de representar o único canal de expressão e informação para as manifestações literárias provinciais por um longo

⁶⁵ GOMES, Raul. *Sugestões para uma história da literatura no Paraná*. S.n.d.: 1936.

⁶⁶ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 225. Ver também: Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 08 de fevereiro de 1855, p. 45.

⁶⁷ E que aponta a premissa da imparcialidade e a necessidade de desligamento das questões político-partidárias, como um aspecto importante e merecedor de atenção já no período..

⁶⁸ *Editorial*. In: O Dezenove de Dezembro, 01/04/1854. (Itálico nosso).

⁶⁹ Cf. VELLOZO, Dario. *Pela literatura*. Revista do Club Coritibano. Número 08 de 1894.

período da história paranaense. Com a criação da “Typographia Paranaense” e seu jornal “O Dezenove de Dezembro”, também se faz a junção entre o nascimento da imprensa (logo após o nascimento do Paraná autônomo) e àquela “voz longínqua” da expressão literária tipicamente paranaense; uma conexão dotada de um caráter monumental na medida em que marca a fronteira entre o “que não era” e o “que é” o *Paraná*. Aspectos que estão interligados: uma ação monumentalizadora e a demarcação de “fronteiras” simbólicas entre o que “é” e o que “não é”.

Apesar de Cândido Martins Lopes (proprietário até o ano de sua morte em 1871, quando sua esposa Gertrudes da Silva Lopes assume a empresa) ser filiado ao Partido Liberal, a ênfase na abstenção às questões de ordem política podem ser atestadas pela ausência de comentários de qualquer tipo às publicações dos atos oficiais do governo. Isso acontece, ao menos, até 1861 quando uma querela envolvendo o presidente provincial e o proprietário de o “Dezenove de Dezembro” acaba por promover um racha na parceria e a criação naquele mesmo ano, por parte do governo, do “Correio Oficial”. Em novembro de 1862 é restabelecida a parceria com conseqüente extinção do “Correio Oficial”. Se inicialmente o jornal tinha sua publicação semanal, depois bissemanal, é somente em 1871 que ele assume o caráter de diário.

A neutralidade em questões políticas, tão enfatizada ao longo dos anos é quebrada em 1885, quando o jornal do Partido Liberal, “Província do Paraná”, funde-se ao “Dezenove de Dezembro”, que acaba tomando-se órgão daquele partido. O jornal “Gazeta Paranaense”, órgão pertencente ao Partido Conservador, lhe faria frente a partir de então. Enfim, depois de longos anos, o “Dezenove de Dezembro” passa, então, contradizendo sua “declaração de intenções” do primeiro editorial, a não se preocupar mais com a natureza das “verdades” investigadas, abrindo caminho para as “verdades úteis” antes criticadas.

Uma “primeira geração”, assim nomeada por Tasso da Silveira ⁷⁰, também chamada “geração gloriosa” por Rodrigo Junior ⁷¹, ou ainda proposta como o marco do desenvolvimento intelectual do Paraná por Rocha Pombo ⁷², seria afirmada por nomes como Gabriel da Silva Pereira, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, Generoso Marques Santos, o próprio Rocha Pombo de a “Honra do Barão”, entre outros autores “menores” tais como Dias da Rocha Filho, Domingos Nascimento, Joaquim Serapião, Antonio Ribeiro de Macedo, Luis França, Albino Silva e Lúcio Pereira. Entre esses “pioneiros” da província, destacava-se também Ermelino Agostinho de Leão, assim como alguns personagens do quadro político,

⁷⁰ Cf. SILVEIRA, Tasso. *Literatura Paranaense* – Notícia Histórica. In: Álbum do Centenário. S.n.d.: 1953.

⁷¹ Cf. JUNIOR, Rodrigo; PLAISANT, Alcebíades. *Antologia Paranaense*. S.n.d.: 1938.

⁷² Cf. POMBO, Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900. Em específico o capítulo “Ecdosão intelectual. O vasto movimento litterario dos nossos dias”, p. 289-309, onde menciona que “*data de 1875 o notavel movimento intellectual que por assim dizer preparou a arena para a presente geração que explende no Paraná*”.

apesar de o elemento “intelectual” e “político” estarem imiscuídos no Paraná desse momento ⁷³, tais como: Bento Fernandes de Barros, juiz na capital; Vicente Machado; Lamenha Lins, presidente provincial, entre outros.

Gabriel da Silva Pereira, apesar de ser um gaúcho, é considerado como um dos primeiros e principais representantes de sua geração no Paraná. Se sua obra “Sertanejos” é considerada a primeira editada no Paraná no âmbito da poesia, também é um registro expressivo do momento literário e de sua geração: do romantismo. Característica das gerações de escritores no Paraná até 1880, o “*intimismo singelo*” ⁷⁴ a lá Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo, que retoma o mote da soberania da temática local e da libertação em relação à literatura clássica, deságua nos sentimentos de missão, grandeza, isolamento, do sublime, peculiares da lírica romântica. E essa forma de ver o mundo tem suas repercussões em outros setores, aquém do literário: na política, na vida cotidiana, etc.

Com relação ao clima republicano nacional, iniciado com o Manifesto de 1870, somente nos fins da década de 80 que o Paraná se insere na discussão. É o momento em que Vicente Machado adere à “causa” republicana e em Curitiba e Paranaguá organizam-se os clubes e jornais que veiculam os novos ideais. Após 1889, as facções políticas então existentes viram-se obrigadas a adaptar-se aos novos tempos: o partido Conservador, liderado pelo Barão de Cerro Azul, mas chefiado – com o consentimento daquele – por Vicente Machado, virou o Partido Republicano Federal, enquanto que os Liberais, chefiados por Generoso Marques dos Santos, transmutaram-se na União Republicana do Paraná. Em todo caso, a estrutura partidária e a “proposta” das chapas continuam relativamente a mesma do período anterior: as lideranças persistem em apoiar-se junto a outras instâncias para firmarem-se na arena política, tais como nos quadros militares, clubes sociais, na imprensa, educação, nos negócios comerciais ou industriais, ou mesmo na igreja católica; assim como ainda persiste a falta de nitidez no que tange os conteúdos programáticos das legendas partidárias.

Todavia, é preciso referir a penetração e a difusão da ideologia republicana no Paraná. Assim, deve ser enfatizada a importância da juventude acadêmica paranaense, sobretudo das coortes de jovens paranaenses que freqüentaram desde os meados do século as Academias de Direito. Historicamente é certo que sem a formação da consciência jurídica brasileira não se teria chegado ao abolicionismo e ao republicanismo. Os

⁷³ Para José Murilo de Carvalho, o chamado “intelectual” do período imperial poderia ser caracterizado como o bacharel/burocrata e que tinham por preocupações não só defender interesses das suas elites locais (dos quais eram parentes, em grande parte), como também um discurso moderador da sociedade. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Assim como, também em: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁷⁴ CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romantismo. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 416-9.

jovens bacharéis de retorno às suas Províncias, nos seus afazeres profissionais, na sua militância política, tornaram-se arautos e propagadores da nova ideologia.⁷⁵

Em referência aos jornais que circulam em Curitiba neste período, destacam-se o “A República” (criado em 1866, de propriedade de Eduardo Mendes Gonçalves) que durante anos configurar-se-á como o órgão oficial do governo estadual, além dos diversos jornais de vida mais efêmera e de tendência republicana, como “O Povo” de 1879, cujo diretor era Rocha Pombo, o “Livre Paraná” de 1883. Posteriormente, também o “Diário do Comércio”, “Diário do Paraná” e “Diário da Tarde” começavam a circular na capital.

Resumindo, com relação às gerações que se seguem uma a outra:

Um phenomeno bem característico que, de 1875 em diante, revelou entre os paranaenses uma grande tendência para alargamentos dos horizontes intellectuais da população, foi sem duvida o afan extraordinário com que em todas as localidades da antiga província se foram organisando clubs e sociedades litterarias, cada qual com a sua bibliotheca. [...] mais ou menos por aquella época de revivescencia geral creavam-se associações que exerceram notavel influencia no espirito local. [...] De 1885 em diante, um novo elance toma toda a vida intellectual da província e principalmente em Curitiba, apparecem os primeiros signaes do renascimento que vem... Entre os moços da geração que brilha no Paraná, Emiliano Pernetta é dos primeiros... Com Emiliano Pernetta ali convivem Dario Velloso, Nestor de Castro, Silveira Netto, Julio Pernetta, Jayme Ballão, Romário Martins, Ricardo Lemos, e outros.⁷⁶

Na década de 1890, tem-se um terceiro período de atividade intelectual e literária, mais amplamente exemplificada pelo grupo (caracterizado como o marco inicial do simbolismo no Paraná), e posterior revista, de “O Cenáculo”, cujos nomes mais representativos seriam os de Dario Vellozo, Silveira Neto, Antonio Braga, Júlio Pernetta e João Itiberê. Na mesma época, outros vieram ramificar-se àqueles novos personagens num contexto de nítida efervescência embrionária: Emilio de Menezes, Eudides Bandeira, Nestor Victor e Emiliano Pernetta, entre os principais nomes. Nesta época, no entanto, quem se destaca de forma cabal na esfera individual é o literato e historiador Rocha Pombo (que perpassou duas gerações) e o escritor e crítico literário Nestor Victor⁷⁷.

Uma das principais características desse período de ebulição intelectual estava relacionada com o embate envolvendo clericais e anticlericais, não só em Curitiba, mas a partir dessa, irradiando-se pelo interior paranaense também – embora fosse à capital que a polêmica assumisse suas feições mais agudas. Após o advento da república e a

⁷⁵ WESTPHALEN, Cecília Maria. República no Paraná. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 401.

⁷⁶ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 283, 286, 300-1.

⁷⁷ BALHANA, Altiva Pilati; et alii. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 249-58.

conseqüente ruptura da união entre igreja e estado, a diocese de Curitiba, criada em 1892 pela bula *Ad Universas Orbis Ecclesias* do Papa Leão XIII, mas implantada efetivamente em 1894⁷⁸, teria que repensar o modo com que operaria naquele cenário. Em primeiro lugar, a escassez de sacerdotes e de colégios católicos, a seguir, a “*ignorância religiosa da maioria*”⁷⁹ aliada a uma irradiação do ideário do liberalismo ateu e do anticlericalismo europeu. A ação diocesana se deu com a ênfase dada no melhoramento das condições para a instalação do ensino religioso através das congregações e ordens religiosas a se instalarem no estado. A reação foi rápida e se deu de forma mais aguda através dos intelectuais envolvidos com a revista “O Cenáculo”, cujo grupo, desde sua fundação declarava-se como anticlerical, criticando não só o ensino religioso, mas o todo da prática religiosa. Desse momento polêmico, o embate mais famoso aconteceu na imprensa entre Dario Vellozo e o Padre Desidério Deschand, sendo que após isso, o embate envolvendo os dois lados perduraria por pelo menos mais duas décadas⁸⁰.

Ao longo dos anos 90, uma das primeiras e mais forte iniciativa de agremiação dos escritores paranaenses ocorreu com a criação do grupo, e posterior revista, “O Cenáculo”. No entanto, a primeira tentativa do grupo formado por Dario Vellozo, Antonio Braga, Silveira Neto e depois Julio Pernetá, de formar um grupo que proporcionasse a reunião de intelectuais e o debate de idéias, assim como a organização de um ambiente cultural em Curitiba e o intercâmbio com outros centros culturais do país, seria dada com a criação da “Revista Azul” em 1893. Efêmera, porém, serviu para consolidar as bases de “O Cenáculo”, que registrava como dogma “*a moral, por principio, e a sinceridade por norma. O aperfeiçoamento por fim*”⁸¹. Aperfeiçoou, de fato, não só a socialização de escritores como favoreceu uma maior relação com o público, sendo nesse último aspecto reconhecida como um dos “elos fortes” do simbolismo em sua relação sólida e integradora com o público.

Partindo de sua tese, de que “*o Paraná não tem literatura*”⁸², Dario Vellozo – eminente líder de “O Cenáculo” – caracterizava a Curitiba da época como ausente de um ambiente cultural que congregasse os escritores e intelectuais, assim como ausente de um público que, pela falta de estímulos ao intelecto, da juventude principalmente, não

⁷⁸ Cf. WACHOWICZ, Ruy C. *As Moradas da Senhora da Luz*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1993, p.66.

⁷⁹ Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria. Clericais e anti-Clericais no Paraná. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 75.

⁸⁰ Embate vencido pela Igreja. Cf. MARCHETTE, Tatiana Dantas. *Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. Ou então: MARCHETTE Tatiana Dantas. *Corvos nos galhos das acácias: anticlericalismo e clericalização em Curitiba; 1896-1912*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

⁸¹ BENGHI, Lina. O Cenáculo. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 65. Lema que, aparentemente, faz referência à máxima comtiana: “*O Amor por principio e a Ordem por base; o Progresso por fim*”.

⁸² Cf. VELLOZO, Dario. *Pela literatura*. Revista do Club Coritibano. Número 08 de 1894; _____. *Esmerilhos – literatura no Paraná*. Revista do Club Coritibano. Números 04 e 06 de 1896. Relembra na revista do Club Coritibano em 1897 no artigo “Bronzes”. Cf. VELLOZO, Dario. *Bronzes*. In: Revista do Club Coritibano. Setembro de 1897.

“consumiam” o “produto” paranaense. Se os primeiros editoriais repetiriam o otimismo do: “Queremos auxílio e apoio dos que labutaram valorosamente para que o Paraná se não conserve alheio ao movimento literário brasileiro, para que o Paraná tenha literatura”⁸³, no último número, a mágoa de um: “Venceu-nos a quase total apatia do meio, que não quis corresponder à nossa expectativa, venceu-nos, principalmente, a deslealdade daqueles que não satisfizeram dignamente os compromissos retomados conosco”⁸⁴.

Porém, antes do grupo de “O Cenáculo” constituir sua revista, já circulava na capital a publicação do “Club Curytibano” (após 1894 mudando seu nome para “Club Coritibano”) com seu primeiro número publicado já em janeiro de 1890. O clube, por sinal, que dava nome a revista, havia sido instalado em 1882, como um lugar de recreação e passa-tempo na Curitiba de poucos atrativos da época. Enfatizando seu propósito de não vincular-se a nenhuma corrente de ordem ideológica ou estética, é Dario Vellozo e seu grupo que, no entanto, vão encabeçar a revista como redatores por um longo período, imprimindo, naturalmente, sua influência até a chamada “terceira época” de 1912 a 1913.

Perpassando gama variada de matérias, entre páginas literárias, científicas ou filosóficas, até escritos de entretenimento e *fait divers*, aos principais nomes a circular em pela revista somam-se os de Silveira Neto, Rocha Pombo, Leôncio Correia, Julio Pernetá, Sebastião Paraná, Romário Martins, Emiliano Pernetá, além de Dario Vellozo e, posteriormente, Clemente Ritz, Adolpho Werneck, José Gelbeck, os “novíssimos” Tasso da Silveira e Lacerda Pinto, e os neopitagóricos Júlio Hauer e Porthos Vellozo, entre outros.

Desde sua fundação, tanto o Clube quanto a revista, compuseram-se como a “atração” curitibana mais notória, congregando as figuras mais representativas do cenário local. Num tempo anterior ao cinematógrafo⁸⁵ (que irá tornar-se o principal foco de atratividade da capital) foi através de sua biblioteca, das conferências que antecediam os saraus ou festas cívicas, das apresentações do grupo teatral, que o “Club Coritibano” constitui-se no principal local de encontro dos “intelectuais” locais. E, ainda, é através das

⁸³ *Editorial*. Revista O Cenáculo. 1895.

⁸⁴ VELLOZO, Dario; PERNETA, Júlio. *Comunicado*. Revista O Cenáculo. Número 09 de 1897. Também na nota: VELLOZO, Dario; PERNETA, Júlio. *O Cenáculo*. In: Revista do Club Coritibano. Setembro de 1897.

⁸⁵ Na década de 1910, já aparecem nos jornais locais, anúncios de sessões de “films” em diversas salas: Mignon Theatre, Eden Cinema, Smart Cinema, além de colunas que resenham os filmes em cartaz. Sobre a reação da sociedade a uma difusão das “máquinas” em Curitiba dos inícios do século, como um desdobramento do impulso modernizador: BRANDÃO, Ângela. *A Fábrica de Ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba, 1905-1913*. Monografia de graduação em história. Universidade Federal do Paraná, 1993. Para uma exposição mais genérica, da relação máquina e sua representação: BRANDÃO, Ângela. *A arte e a imagem das máquinas*. In: Revista Tecnologia e Sociedade, nº 02, 1º semestre de 2006, Curitiba, Editora UtFPR, p. 41-56.

páginas da revista que o contato com o “mundo externo” é realizado com a melhor dinamicidade, tal como quando das notícias acerca do *affaire* Dreyfus na França ⁸⁶.

É também ao longo desse período, de 1880 a 1900, que se encontra o momento de formação e apogeu do “*grupo mais orgânico de escritores*” que o Paraná já conheceu ⁸⁷: os simbolistas. Mas não só, esse período é também marcado por “intelectuais” que queriam “[...] *iluminar o país pela ciência e pela cultura, preocupados não apenas em superar a ignorância pela ciência, mas também o singular pelo esforço da universalização*” ⁸⁸, sendo essa proposta verificada em muitos dos clubes, revistas e jornais do período.

O simbolismo no Paraná estruturou-se de uma forma diferente, comparado com outros contextos brasileiros, como o Rio de Janeiro, por exemplo, onde foi muito mais um movimento marginal com vida efêmera: no Paraná, não só garantiu sua longevidade até a década de 1920, como teve uma relação muito mais próxima com o público. Sua estética pós-romântica, influenciada pelo decadentismo e por uma orientação anti-positivista em parte, encontrou oposição nos movimentos pós-românticos como no parnasianismo e o naturalismo (com maior aceitabilidade do público), o que, de fato, contribuiu para que o Simbolismo não se tornasse mais influente no Brasil de um modo geral. Além das dificuldades locais, afinal no Brasil a tônica residia no clima de cientificismo e em sua matriz nacionalista como critérios de validação, assomaram-se as características de uma estética excêntrica de difícil compreensão, envoltas em um clima de esoterismo e ocultismo. No Paraná, porém, a oposição entre os parnasianos e simbolistas não é sentida na medida em que há convivência de seus diferentes textos nas diversas revistas em circulação. A polêmica maior, no âmbito dos movimentos literários, ocorre entre Rocha Pombo e os naturalistas, muito embora não passando de alguns artigos. Outro aspecto que torna o simbolismo no Paraná um movimento com especificidade é o fato de seus escritores adentrarem em polêmicas diversas de sua temática principal, tais qual a “*Pelos Índios*” ⁸⁹, a questão dos limites e a da própria constituição de uma identidade para o Paraná. Como já se mencionou acima, a revista “O Cenáculo” seria a principal dentro da voga simbolista, tendo a revista do “Club Coritibano” como sua continuação, embora muitas outras, de

⁸⁶ Cf. Revista do Club Coritibano 1894. Conforme os editorais que se estenderam durante o ano de 1898, quando da condenação de Émile Zola: “*Emile Zola*”. In: Revista do Club Coritibano. Março de 1898. A carta assinada por diversos “intelectuais” paranaenses, como Emiliano Pernetta, Dario Vellozo, Romário Martins, Nestor de Castro, Silveira Netto, Euclides Plaisant, entre outros: “*Carta ao glorioso mestre do naturalismo Emile Zola*”. In: Revista do Club Coritibano. Maio de 1898. Também: “*Emile Zola*”. In: Revista do Club Coritibano. Setembro de 1898.

⁸⁷ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 06.

⁸⁸ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 14-5.

⁸⁹ VELLOZO, Dario. *Pelos Índios*. In: Club Coritibano, 15 de janeiro de 1897, p. 01-02.

caráter mais transitório, tenham surgido: “Galáxia” e “A Pena” de 1897, “Pallium” de 1898, “Turris Ebúrneá”, “Azul” e “Breviário” de 1900, “Victrix” de 1903, “Stellario” de 1905, entre diversas outras. Sua continuidade enquanto movimento no Paraná, seria verificada pelas gerações posteriores dos “novos” de Euclides Bandeira e dos “novíssimos” de Tasso da Silveira e a revista “Fanal” de 1911.

A geração posterior seria formada pelos colaboradores das revistas “Azul” e “O Sapo” principalmente, sendo Euclides Bandeira, Tiago Peixoto, Adolfo Werneck, Evaristo Pernetá, Santa Rita, entre outros, os nomes mais expressivos. Bandeira foi o mais destacado da geração conhecida como os “novos”: além de republicano convicto também se envolveu na defesa do anticlericalismo, participando de inúmeras revistas simbolistas e jornais da capital. Sua “reação dos novos” possuía muito mais um caráter de questionamento temático em relação à “geração dos novíssimos” (caracterizada pela presença de um agudo cunho espiritualista) do que propriamente de ruptura em relação à geração consagrada de Dario Vellozo, sendo que, como resultado dessa reação, o grupo por ele liderado fundaria o Centro de Letras do Paraná.

Um dos principais locais de agremiação da vida intelectual no Paraná, depois da experiência do grupo de “O Cenáculo” e do “Club Coritibano”, surgirá em 1912, quando é fundado o Centro de Letras do Paraná, nos moldes da Academia Brasileira de Letras (esta fundada em 1896 e tributária, por conseguinte, da influência da *Académie Française des Lettres*).

... de há muito vinha trabalhando o espírito de nossos homens de letras a organização de um Centro, embora de facto os nossos escriptores vivam na mais bella solidariedade espiritual, formando um verdadeiro bloco. Era preciso, porem, um ponto de reunião e essa necessidade está preenchida com o Centro de Letras do Paraná.⁹⁰

Nas suas funções, já quando de sua fundação, figurava como mote principal: “concorrer para o progresso mental do Estado, publicando uma revista, editando livros, fazendo conferências”⁹¹. Tal núcleo, verificava seu fundador, “se impunha num ambiente intelectual, grande e brilhante como o nosso”⁹², numa franca alusão ao momento de **apoteose da intelectualidade paranaense**. Circulara por suas comissões, João Henrique de Santa Rita, Zeno Silva, Romário Martins, João Pernetá, Generoso Borges, Raul Gomes, entre muitos outros personagens que compunham a intelectualidade paranaense nos

⁹⁰ *Centro de Letras do Paraná*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1912, p. 01.

⁹¹ Ata de Fundação, de 19 de dezembro de 1912. Apud: CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romantismo. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 70.

⁹² Ata de Fundação, de 19 de dezembro de 1912. Apud: CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romantismo. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 70.

diversos âmbitos das letras, da história, do direito. Mas é Euclides Bandeira que, nesse quadro específico que compunha o Centro de Letras, assume o papel mais expressivo, ao iniciar a reação dos “novos” contra o movimento dos chamados “novíssimos”, estes últimos liderados por Tasso da Silveira e Andrade Muricy e que impunham um cunho mais espiritualista ao movimento iniciado por Dario Vellozo e seu grupo de “O Cenáculo” (os quais compunham os “velhos” na relação com os anteriores).

Outro local de (possíveis) encontros de inúmeros personagens mencionados até aqui, se faria na Associação Comercial do Paraná. Fruto das manifestações coletivas de comerciantes, principalmente de erva-mate, foi criada em 1890, por Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Cerro Azul. Entre outros nomes que assumiram sua presidência estariam Phanphilo de Assunção e David Carneiro.

No Museu Paranaense, entidade inicialmente particular – depois tornada pública – e em funcionamento desde 1875 (ano de sua fundação), forma-se um outro nicho de possíveis encontros, mas, principalmente, de produção e recepção de novas idéias e teorias. Entre mostras antropológicas, seguidas de um aumento nos segmentos aos quais o museu contemplava, tais como zoologia, botânica, geologia, paleontologia, etnografia, etc., o Museu Paranaense seria proposto como um “laboratório” de idéias⁹³, como pode se ter uma noção a seguir:

Estabelecimentos identicos ao que tenho a honra de dirigir não necessitam que se demonstre a sua utilidade. Ninguém ignora quão grandes, quão salutaes proventos são os que delles se pode tirar, facilitando, no nosso meio, o estudo tão descuidado das sciencias naturaes, patenteando mesmo aos olhos menos observadores, úteis ensinamentos, quer quanto a este como a outros ramos do saber humano, e abrindo as portas, como já tenho feito, a estabelecimentos escolares para ahi realizarem lições.⁹⁴

Já a partir da década de 1890 que as idéias em torno da criação de uma universidade no Paraná seriam discutidas por Rocha Pombo, no entanto é somente no final de 1912 que seria oficializada a sua criação, a partir dos esforços de Victor Ferreira do

⁹³ Para Cíntia Carneiro, o Museu Paranaense, sob a direção de Romário Martins, seria um “Laboratório” da construção de uma identidade paranaense (sua hipótese de trabalho), assim como um difusor do paranismo. Ver: CARNEIRO, Cíntia Maria Sant’ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 a 1928*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001, p. 03. Para nós, a instituição seria, num sentido mais extenso, um “laboratório de idéias” em sentido lato: de recepção, assimilação, discussão, seleção das “idéias” em circulação nas esferas de sua atuação.

⁹⁴ PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná pelo Secretario de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Caetano Alberto Munhoz, em 31 de agosto de 1895. Apud: CARNEIRO, Cíntia Maria Sant’ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 a 1928*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001, p. 37.

Amaral ⁹⁵ e Nilo Cairo principalmente. Como conseqüência das facilidades oferecidas pela descentralização e extinção do monopólio estatal do ensino superior, assim como das demandas de uma sociedade baseada em uma “*economia pouco desenvolvida*” cujo alicerce era o extrativismo da erva-mate ⁹⁶, seria pensada, gestada e enfim, criada a Universidade do Paraná, como a união de diferentes faculdades. Outro fator de primeira ordem à criação da universidade seria advindo da necessidade de produzir um espírito mais combativo nas elites paranaenses, cuja falta seria verificada na questão de limites com Santa Catarina ⁹⁷.

Até aqui se tencionou apresentar um quadro panorâmico do Paraná num amplo período que desaguaria na década de 1910, período que baliza o objeto de nosso trabalho. Com esse painel e com os nomes que foram lançados (e com os que serão posteriormente mencionados e tratados com mais demora), espera-se que a visualização do clima “intelectual” e político no Paraná fiquem mais claros, assim como que, nas próximas reflexões, a moldura oferecida aqui deixe ver alguns aspectos específicos dessa tessitura “intelectual”.

Com relação aos centros formadores dos quadros intelectuais, se não eram os europeus, eram então as poucas faculdades existentes no Brasil da época – tributárias do modelo francês das *Grandes écoles* –, criadas a partir de 1808 devido à necessidade de suprir o estado com profissionais preparados, para a execução de obras de engenharia ou para atividades no direito, na política ou administração pública, por exemplo. Em todo caso, a marca é a maneira utilitária e pragmática com que é pensada a formação do ensino superior no Brasil do período ⁹⁸: seu caráter secular e de formação de profissionais, sua estrutura de poder baseada na hierarquia e no sistema de cátedras vitalícias. O catedrático era aquele que dominava seu campo de saber e que, analogamente, dominava também o lugar que ocupava na estrutura acadêmica. Era caracterizado como um exemplo profissional

⁹⁵ Este era proprietário do jornal “Commercio do Paraná”, que “*não economizava espaço jornalístico proporcionando uma cobertura quase que completa aos eventos ocorridos na Universidade*”. Cf. WACHOMICZ, Ruy C. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983, p. 11. “*A actual directoria tem sido incansavel em providenciar sobre a installação do nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, e é de esperar que nosso povo, concorrendo com alumnos para os varios cursos, corresponda aos esforços dos que tomaram aos hombros realizar mais este progresso para o nosso Estado*”. *Universidade do Paraná*. In: Diário da Tarde, 3 de janeiro de 1912, p. 05.

⁹⁶ Cf. WACHOMICZ, Ruy C. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983, p. 32-3.

⁹⁷ Cf. WACHOMICZ, Ruy C. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983, p. 34.

⁹⁸ Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000, v. 01, p. 20.

por seu renome, o que produzia, circularmente, a legitimação e autorização do lugar que ocupava.

É assim que surgem os cursos médicos na Bahia (Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia em Salvador) e no Rio de Janeiro (Escola de Cirurgia), os jurídicos em São Paulo e Olinda e em engenharia no Rio de Janeiro, igualmente como outros com um caráter mais “desinteressado” em Pernambuco (matemática superior), em Vila Rica (desenho e história), em Paracatu/MG (retórica e filosofia), entre outros.

Imbuídas por esse projeto de formar uma primeira geração de profissionais, também chamados bacharéis⁹⁹, a proposta era promover não só a um ordenamento e legitimação jurídica da nova nação, mas também delineamento e execução de políticas sanitárias e criação de obras de infra-estrutura urgentes à modernização, entre outras tarefas. Naturalmente influenciadas pelo modelo europeu¹⁰⁰ de universidade (instituição europeia por excelência), não só no modo como foram criadas e pensadas estruturalmente e em termos de finalidades, mas também no ideário transmitido aos seus alunos. A prerrogativa fundamental, além do caráter utilitarista, era prover o país de um quadro intelectual (principalmente e prioritariamente técnico) capaz de realizar sua modernização e renovar sua sociedade. Modernização que tinha como prerrogativas, entre outras, o discurso da salubridade e assepsia dos espaços da cidade¹⁰¹, a implementação de projetos de saneamento e embelezamento dos centros urbanos, a otimização dos espaços ante a emergência do fenômeno do aumento da população e do tráfego, assim como, os ideais de progresso e desenvolvimento, não só material como “espiritual” da humanidade, e a felicidade e prosperidade advindos de tal estado.

A modernização, conjunto de mudanças ocorridas nas diversas esferas do político, do econômico, do social, foi o fenômeno mais marcante dos séculos XIX e XX. A partir da Europa, um conjunto de idéias e as transformações advindas da recepção destas,

⁹⁹ Cf. ADORNO, S. *Os Aprendizizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰⁰ Para uma melhor explicação sobre o contexto de formação das universidades brasileiras assim como das influências europeias, ver: CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950*. Tese de doutorado em educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

¹⁰¹ Por exemplo: “*a pittoresca capital paranaense começa a sofrer dos males que são conseqüências das grandes aglomerações de habitantes. A tuberculose, o terrível flagello humano da actualidade, victima ali annualmente certa porcentagem da população em escada crescente, e alem desta, outras enfermidades outr’ora desconhecidas ou raras, se foram manifestando com o acrescimo de habitantes e accumulção de immigrantes*”. Ainda: “*e se enérgicas providencias não forem tomadas, as moléstias irá (sic) faltamente progredindo, dificultando cada vez mais, como continuo augmentando dos atacados, os meios de combatel-as com êxito. Isolar os enfermos, ecrear um lazareto, para os míseros sem lar e sem meios de vida, e que, repellidos por todos, não encontram asylo e abrigo em parte alguma, impõem-se como um dever social e ação humanitária*”. Respectivamente em: CLEVE, L. *Uma medida sanitária necessária*. In: Diário da Tarde, 31 de janeiro de 1912, p. 01; CLEVE, L. *Uma medida sanitária necessária (Conclusão)*. In: Diário da Tarde, 1 de fevereiro de 1912, p. 01.

passaram a ser adaptadas aos mais diversos contextos, sendo que é devido a isso que, em sua fase inicial, o movimento de modernização é também chamado de europeização ou ocidentalização. Na esfera política (embora interligada com o domínio do econômico e do social), as mudanças ocorrem tanto na população de uma comunidade política, com um aumento da igualdade e crescimento na extensão do status de “cidadão”, como no âmbito do próprio sistema político, com uma maior eficácia das autoridades em reger a coisa pública, assim como em um aumento da diferenciação funcional no interior do subsistema governamental. No âmbito econômico, a modernização é medida em termos de eficiência e racionalidade que caracterizam sua organização, sendo os índices seus principais marcadores. Genericamente, a modernização econômica está diametralmente relacionada com a industrialização e com o sistema político que permite seu desenvolvimento. Diretamente ligada às anteriores, no âmbito social, a modernização compreende não só uma evolução do modo de vida urbano, com um crescimento significativo das cidades, como também em um desenvolvimento da alfabetização e, por conseguinte, de uma maior vazão da informação via meios de comunicação.¹⁰²

Nesse sentido, um dos produtos desse amplo movimento de modernização das diversas esferas do humano, são as formas dicotômicas que emparelham de um lado cidade/moderno/refinado/científico/etc. e do outro, campo/sertão/atrasado/bucólico/etc. Assim sendo, corroborando, como objetivação dessas fronteiras simbólicas/mentais, fronteiras entre populações, bastante tangíveis/materiais pela verificação dos seus efeitos.

Ao longo do movimento de modernização, inúmeras crises sistêmicas, advindas dos mais diversos fatores, surgiram: crise na imposição de um estado centralizador, em sua penetração em ambientes com predomínio do mando local, assim como na sua integração ao centro do poder governamental; as crises de identificação dos cidadãos para com tudo aquilo que emana do estado à que fazem parte, e, como consequência, a crise de legitimação dos estados e governos. No que tange a essa última, de caráter essencialmente cultural, as demandas a tal desafio perfazem respostas, naturalmente, culturais: políticas em defesa das minorias, ou então, de imposição *in extenso* de generalizações, produção maciça de símbolos, comemorações, heróis, etc. É em resposta a essas crises que o sistema político-econômico-social operou sua modernização.

No Brasil, um primeiro impulso modernizador ocorre com a chegada da família real e as implementações decorrentes desse episódio (embora já com Pombal se delineassem). Um projeto de modernidade seria proposto no Brasil como a necessidade da construção e consolidação da nação, portanto, do fabrico de uma identidade para o Brasil e

¹⁰² Cf. PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 768-776.

seu povo, da construção da nacionalidade via re-organização do universo simbólico. Nesse sentido que as comemorações, as efemérides, enfim, as diversas datas que remetem a acontecimentos tornados “notáveis”, acabam por não só rememorar simplesmente, mas atualizar o próprio sentimento de pertencimento, portanto, atualizando também identidades (ou identificações), assim como gerando, de retorno, legitimidade e autoridade ao estado.

No entanto, é somente com o advento das idéias republicanas que a figura do “moderno” é introduzida no cenário brasileiro, na medida em que questionava não só o regime político, em dissonância com os outros estados americanos (principalmente com o modelo norte-americano), como também o canhestro desenvolvimento da nação, sob seus auspícios até 1889, e o regime escravista.

O pensamento matriz que perpassa não só a política imperial, que enfatizava a construção de estradas de ferro (como política modernizadora), mas o ideário republicano, era o cientificismo. A ciência seria o veículo da renovação e o ideário dela originado, assim como a sua implementação, seria o mecanismo do desenvolvimento: a ciência na arte, a ciência na política, a ciência em filosofia, a ciência em poesia ¹⁰³, seriam o lema das academias militares, da Escola Politécnica, das Faculdades de Medicina e Direito. Esse cientificismo seria introduzido no Brasil, principalmente devido à recepção do positivismo de Augusto Comte, cujo núcleo era o da ciência como uma missão rumo ao progresso da civilização.

Tal pensamento desembocou em inúmeras perspectivas: se o positivismo pode ser considerado o cientificismo em filosofia, o evolucionismo (e seus desdobramentos nas teorias antropológicas da antropotecnia, nas teorias racialistas) o é não só na biologia (História Natural para o contexto) como também na teoria social com o evolucionismo de Herbert Spencer ¹⁰⁴. No Brasil, inúmeras “modernizações” aconteceram tanto no âmbito da saúde, com as políticas sanitárias, com a vacina obrigatória, como nas reformas urbanísticas e nas políticas de industrialização, como no campo da política, com o advento da República e do regime federativo, como no domínio social, com o fim do regime escravista.

Se o positivismo comtiano introduzira no Brasil o ideário do progresso, também autorizou, em conjunto com outras matrizes (darwinismo social de Spencer), um pensamento evolucionista, que seria, então, a base de legitimação científica para as teorias de Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha (desde o declínio do romantismo até o modernismo). Uma abreviação grosseira do pensamento

¹⁰³ Ver: FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. Estud. av., Jan./Apr. 1992, vol.6, nº. 14, p.11.

¹⁰⁴ Seu evolucionismo social, ou também chamado “Darwinismo social”, pregava a idéia de que, tal como no âmbito da biologia, as sociedades também evoluíam, porém, com um sentido preciso: do primitivo ao complexo, da barbárie à civilização.

evolucionista faz-se ao dizer que “o simples evolui para o complexo”, o que dá ensejo para o pensamento de que “o primitivo evolui para a civilização”. É por meio de vários experimentos empíricos que os sociólogos e etnólogos procuravam estabelecer as “leis” que governavam o processo evolutivo dos povos ¹⁰⁵, em outros termos, o “progresso” da civilização tomado em sua dupla acepção: enquanto movimento para frente, imparável como a roda do Juggernaut, e enquanto mudança de estado que o move para um patamar de desenvolvimento mais elevado. É dessa matriz que se origina o forte antagonismo entre civilizado e primitivo no Brasil, entre cidade e sertão, e todo um desenrolar que atinge não só o universo literário (no romantismo indianista de um lado, e em “Os Sertões” de Euclides da Cunha, por exemplo, de outro) como a própria política orientada a “civilizar” os locais mais distantes do progresso e do moderno: “civilizar” não só os espaços como os habitantes desses espaços.

Uma das características peculiares do evolucionismo no Brasil é, a partir da análise da diferença entre o brasileiro e o europeu, assim como do processo de formação e desenvolvimento da nação, o alcance que as idéias de meio e raça tiveram, em detrimento do limitado uso no contexto europeu ¹⁰⁶. A especificidade do contexto brasileiro, que impõe um desafio na recepção e adaptação das teorias européias, uma vez que há discrepância entre teoria e sociedade, sugere a verificação do “por que” do atraso nacional. Para isso, as teorias racialistas que aqui surgiram, pretendiam uma resposta.

Da antropologia craniométrica ¹⁰⁷ cujos nomes precursores eram Jean Louis Armande de Quatrefages e Paul Broca, passando por uma proto-arqueologia e biologia desenvolvida no Museu Nacional, as respostas racialistas de matriz evolucionista, vieram para o Brasil e aqui foram adaptadas a fim de responder a uma dupla demanda: a da

¹⁰⁵ Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.14.

¹⁰⁶ Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.16.

¹⁰⁷ Na discussão sobre a necessidade de modernização de algumas instituições, em específico, a segurança pública, reivindicava-se a necessária construção de uma “*escola de polícia methodicamente organizada [...] Ela é um producto e dos mais fecundos da sociologia criminal, que tanto se tem empenhado na luta contra o crime. Os processos da anthropologia criminal, há quasi trinta annos vêm mostrando a necessidade da introdução de certa etapa scientifica no exame e nos prejuízos dos factos sujeitos à justiça*”. VIEIRA, Ulysses. *Segurança Pública*. In: *Diário da Tarde*, 8 de janeiro de 1912, p. 01. A ressonância desse modo de compreensão persistiria ainda por algum tempo: “*estigmas físicos de degeneração se patenteiam na fisionomia deste segundo ‘monge’: descontando as características raciais do tipo ‘cabodo’ – tal o era – os seus lábios são grossos, o nariz grande e achatado, os zigomas salientes, a fronte curta, as orelhas grandes; tipo desempenado, mas baixo e corpulento, a cabeça grande e em desproporção com os membros curtos. [...] o tipo perfeito do fraudador e mistificador, diz-se irmão do ‘monge’ João Maria ou ser ele mesmo, deixa crescer a barba para impressionar o povo simples e crédulo, impinge-se como profeta; reivindicador, quer restaurar a monarquia. Instintivo, os delitos sexuais estigmatizam a sua moralidade aberrante. Tudo está a caracterizar em José Maria a sua personalidade de degenerado moral*”. ÁVILA DA LUZ, Aujor. *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos cabodos*. Florianópolis: s.n., 1952, p. 95.

explicação do “atraso” e a da necessidade de construção de uma identidade nacional brasileira. Seriam, no entanto, as teorias de Arthur de Gobineau ¹⁰⁸ as que apresentariam a melhor recepção: seu “*Essai sur l'inégalité des races humaines*” (1853-55) seria a principal influência das teorias sobre a degeneração advinda da mestiçagem, tão caras a Nina Rodrigues por exemplo.

Outro aspecto que orientava os escritos literários e históricos, as artes em geral, era o da construção da nacionalidade. Desde a independência, uma preocupação primaz se daria com a consolidação do “ser brasileiro”, mas para isso, a verificação do que seria esse “ser brasileiro”. Nessa empresa, grande papel teve o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que intentava construir uma história para o país, coligindo e arquivando documentos principalmente, dessa forma dotando-o de uma identidade nacional.

O reverso do pensamento orientado ao progresso e a modernização vem com o ceticismo, o niilismo, o obscurantismo, o esoterismo, “[...] onde as dúvidas e críticas quanto à voracidade da Modernidade e suas promessas maravilhosas presentes na idéia racionalista e técnico-científica colocou Baudelaire e Nietzsche, entre outros, na contra-mão da euforia crescente” ¹⁰⁹. O movimento simbolista, em parte, cumpria esse papel “mais crítico”, ao enfatizar o tema da morte, do obscuro e da penumbra, das vias enigmáticas e pouco compreensíveis, bem diferente das linhas que faziam ver somente o claro, a “brancura” do compreensível, do moderno.

Em cada anno que passa, se assistimos, com a alma cantante de satisfação novos e maravilhosos triumphos da intellectualidade humana, assistimos também a dança macabra, na grande orgia do sentimento, onde o homem ainda tenta escravizar o homem! Se de um lado vemos Edison, o extraordinário vidente do progresso, enchendo este fim de século com as suas estupendas invenções, de outro lado, la na penumbra negra de um sonho, vemos a Hespanha, n'uma ferocidade de águia selvagem, tantalizando esse esplendido Prometheo, manietado tão sublimemente, no poste de ouro do amor sagrado da Patria, essa Cuba extraordinária, vencedora de amanha! Anno novo, não sei se te deva saudar, não se se te deva abrir minha alma, para que vejas, bem fundo, os vínculos roxos, que teo irmão, esse anno velho, que desapareceo, envergonhado do tristissimo papel que representou no scenario do mundo, traçou com a ponta do punhal das maguas e das desillusões. ¹¹⁰

A partir do início do século XX, tem-se no Paraná, uma época de grandes transformações. Tal como nos grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo, no Paraná a

¹⁰⁸ Sobre a relação de Gobineau com o Brasil de D. Pedro II, ver: GAHYVA, Helga. *Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau?* In: Alceu, jan./jun. 2007, vol. 07, nº 14, p. 152-159.

¹⁰⁹ MOLINA, Ana Heloisa. “A influência das artes na civilização”: Eliseu d'ângelo Visconti e modernidade na primeira república. Tese de doutorado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004, p. 04-05.

¹¹⁰ PERNETTA, Julio. *Chronica*. In: Club Coritibano, 6 de janeiro de 1897, p. 03.

capital em específico, passava por várias mudanças em diferentes níveis da sociedade ¹¹¹, assistindo a um movimento modernizador e urbanizador que a deixava muito diferente da pequena vila provinciana de antes. Esse impulso urbanizador e modernizador refletiam também uma mudança no campo das idéias e do quadro intelectual, que, então, passa a enfatizar o progresso, a ciência, a técnica ¹¹². Na medida em que essa modernização seguia seu curso, o Paraná também passava a desenvolver sua área cultural com a abertura de diversas escolas, de clubes e sociedades literárias, de museus e teatros. Também nesse período, a imprensa encontra um grande desenvolvimento com a criação de inúmeros periódicos, jornais e revistas.

As nossas cidades, na maior parte, recebem o influxo do espírito novo. Paranaguá sobretudo e Castro, os dois marcos da zona povoada, tomam notável incremento. – A nossa capital é uma das mais bellas, das mais opulentas e grandiosas do Sul. Quem viu aquella Curityba, acanhada e somnolenta, de 1853, não reconhece a Curityba sumptuosa de hoje, com as suas grandes avenidas e *boulevards*, as suas amplas ruas alegres, as suas praças, os seus jardins, os seus edifícios magníficos. A cidade é iluminada á luz eléctrica. É servida por linhas de *bonds* [...] Já se funde em Curityba tão perfeitamente como no Rio. Já se grava e já se fazem, em summa, todos os trabalhos de impressão tão bem como os melhores da Europa. O movimento da cidade é extraordinário, e a vida de Curityba é já a vida afanosa de um grande centro. ¹¹³

Já no início do século, Curitiba seria vista dessa forma: como a “musa do progresso e da civilização no Paraná”. Esse elogio ao desenvolvimento e as novas imagens que o referenciam, tais como os boulevards, as linhas de “bonds”, posteriormente os cinematógrafos, seriam uma forma recorrente na caracterização dos discursos sobre a capital paranaense. “Coritiba progride” seria o epíteto de uma grande quantidade de artigos publicados nos periódicos:

¹¹¹ Também da disseminação de idéias e práticas novas advindas da *Belle Époque* européia. Ver: NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹¹² Sobre a modernização do Paraná, ver: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996, (especificamente, p. 54-63); BENVENUTI, Alexandre Fabiano. *As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004; CARNEIRO, Cíntia Maria Sant’ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 a 1928*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001. Para Pombal e o primeiro movimento de modernização no Brasil: CERQUEIRA, Luiz Alberto. *A modernização no Brasil como problema filosófico*. In: Impulso. Piracicaba/SP: volume 12, número 29, p. 125-136, 2001. Sobre a modernização no âmbito nacional: MOLINA, Ana Heloisa. *“A influência das artes na civilização”*: Eliseu d’ângelo Visconti e modernidade na primeira república. Tese de doutorado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004; FAORO, Raymundo. *A questão nacional a modernização*. Estud. av., Jan.Abr. 1992, vol.6, no.14, p.7-22; MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. Rev. bras. Hist., 2001, vol.21, no.41, p.127-144.

¹¹³ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 323-4, (Itálico no original).

Coritiba progride...

Eis a phrase da moda, presentemente.

Será ella verdadeira?

Por certo que sim...

Ainda, hoje, pela manha, bem cedo, ao avistar uma pipa d'agua, que era pachorramente puxada por um desconsolado burro, não muito alentado, me veio a recordação de que existiam, há tempos que remotos não são, centenaes d'ellas, n'esta cidade, sendo, entao uma cousa vulgar, mas agora constituindo raro especimen, cujo apparecimento, de vez em quando já nos traz uma certa admiração.

Qual a causa desse phenomeno que nos assalta?

O progresso, que estabeleceu a sua tenda na nossa formosa Capital.

[...] será um verdadeiro "circulez" parisiense.

Então veremos a nossa bella Capital imitar a linda Paulicéa e amais que linda Capital da União, em sua actividade febril, que ora já se começa a manifestar.

Quem vio Coritiba, de 5 annos atraz, com a sua pacatez de cidade roceira, cujo movimento terminava 8 ou 9 horas da noite, e hoje vê com as suas casas de diversões regorgitantes de povo até as 11 ou 12 horas da noite diariamente e o augmento extraordinário das suas construcções repetirá, com certeza, a phrase que epigrapha estas linhas:

"Coritiba progride" ... ¹¹⁴

Curytiba progride!

Curytiba está sendo poucamente exalcerada da sua monotonia. Não só as competentes autoridades como as poderosas Companhias de Melhoramentos, estão encarando com seriedade a iniciativa de dotar a "lyrial rainha do sul" de novas formas, dando-lhes, assim, um aspecto encantador.

Tanto é, que nota-se diariamente um grande numero de operarios que distribuidos em turmas pelos diversos pontos da cidade, entregam-se com afan não só no alinhamento como também no calçamento das nossas principais ruas, que estão sendo fartamente illuminadas com poderosas lampadas electricas, dispostas com alinhamento no centro das mesmas. As avenidas, por sua vez, estão sendo alongadas e ajardinadas com arte e capricho. Não continuam no ostracismo os arrabaldes, estando em reparos os trechos intransitaveis e illuminados outros que até então achavam-se as escuras...

São diariamente demolidas as construcções antigas que são substituidas por predios collossaes, com ricas e maravilhosas architecturas, notando-se, desde já, varias ruas e edificios dignos de admiração, pelo moderno e deslumbrante aspecto que representam. ¹¹⁵

Com isso temos apenas alguns dos variados exemplos ¹¹⁶ de como se via a modernização da capital paranaense, assim como uma imagem do processo em andamento. Em resumo, "o que se pode perceber é que houve, por parte dos historiadores, intelectuais, escritores da época, a intenção em construir e mostrar uma imagem de cidade

¹¹⁴ CESAR, Braulio. *Coritiba progride...* In: Diário da Tarde, 06 de janeiro de 1912, p. 01.

¹¹⁵ TOMENCISNA. *Curytiba progride!* In: A República: 23 de junho de 1913, p. 01.

¹¹⁶ Outros poderiam se somar a este, por exemplo, o relatório trimestral da prefeitura de Curitiba, onde se apresenta as melhorias efetuadas na Praça Tiradentes, na Rua José Loureiro, na instalação de novas linhas para os bondes, na execução dos programas de higienização, etc.: MACEDO, Joaquim Pereira de. *A Mensagem do Prefeito de Curitiba*. In: Diário da Tarde, 16 de janeiro de 1912, p. 01.

idealizada, onde os projetos políticos visavam o desenvolvimento, o progresso, a modernização, enfim, a civilização de Curitiba".¹¹⁷

Modernização que tinha como referência, a "capital do mundo latino", a "cidade das luzes": Paris. A capital francesa era, sem a menor vergonha, declarada como o exemplo a ser seguido não só pela ação governamental de modernização de Curitiba, como pelas letras.

[...] o livro com que, neste principio de anno, brinda ás letras pátrias, e offerece, á curiosidade dos leitores, paginas e paginas de uma suave, encantadora escripta da cidade e do povo da capital do mundo latino.¹¹⁸

A feição primordial e fundamental da raça latina é a Arte, abrangida em toda a extensão moral, mental e physica; mas, na actualidade, sómente se a encontra exuberantemente desenvolvida no povo francez, aguardando os demais ramos do antigo tronco, universaes culturas intensivas [...]
O magnífico trabalho psychologico de Nestor Victor nos proporciona vastamente idéas muito exactas e relevantes do povo parisiense, ao qual principalmente devemos todas as tradições de nossa historia, a elegância, a graça, a cultura de nossos costumes e a educação intellectual e moral do povo.¹¹⁹

É claro que, apesar do progresso tão visível nas narrativas da época, havia quem discordasse, ou então, que ao menos olhasse com visão crítica as mudanças, ou a falta delas.

Em regra, somos um povo infenso ás reformas, e dahi uma dilação exagerada para se melhorarem muitas das nossas instituições que o progresso de há muito condemnou por defeituosas e rotineiras.
E embora, muito haja que reformar, pouco se tem feito nesse sentido, mao grado viva a sociedade presa a uma quantidade de hábitos contraditórios com apujança de nosso adiantamento.¹²⁰

Em um exemplo desse ponto de vista, a crítica a ausência de "progresso" nas instituições, que as torna "defeituosas" e produz "hábitos contraditórios" na população. Um dos ramos do serviço público que, segundo o articulista, carecia de modernização e melhoramentos, era a segurança pública:

Sem exagero, poderíamos dizer que a policia paranaense não corresponde ao desenvolvimento progressista que atravessamos, e isso, por falta absoluta de uma organização technica-profissional.

¹¹⁷ CARNEIRO, Cíntia Maria Sant´ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 a 1928*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001, p. 50.

¹¹⁸ [JUNIOR, Celestino]. *Paris de Nestor Victor*. In: *Diário da Tarde*, 16 de janeiro de 1912, p. 01.

¹¹⁹ [JUNIOR, Celestino]. *Paris de Nestor Victor*. In: *Diário da Tarde*, 16 de janeiro de 1912, p. 01.

¹²⁰ ROSA, Gama. *Paris, por Nestor Victor*. In: *Diário da Tarde*, 5 de janeiro de 1912, p. 01.

A recente criação da guarda civil, veio sem duvida, preencher uma grande lacuna [...]
 A polícia, em virtude de uma péssima intuição das cousas, é entendida como instituição de confiança, só para servir os governos [...]
 Essa instituição tem algo de mais elevado, e em suas bases scientificas, está determinado o seu objectivo, que é o da vigilância exercida pela autoridade para manter a ordem, prevenir e reprimir delictos.¹²¹

Em conjunto com o “progresso” e avanço modernizador da sociedade, as conseqüências das “*modernas condições de vida cada vez mais complicadas pelo accumulo de população*” e outras mudanças na ordem social, “*a malta criminosa cresce prodigiosamente e aperfeiçoa os meios de delinquir de tal forma, que a punição é quasi um mytho*”.¹²²

As noções de progresso e modernização vinculadas a de civilização, que, por conseguinte, refere-se tão somente ao nível da tecnologia e da ciência e seus desenvolvimentos, como também das idéias religiosas e costumes em geral; pode também dizer, por exemplo, sobre a forma como os homens constroem suas habitações e como às habitam, como é preparada sua alimentação, como pensam o sagrado, como estabelecem relações com o meio onde vivem, etc.¹²³ “Civilização” no contexto específico em que trabalhamos, diz respeito à oposição que essa idéia expressa com relação à de “selvagem”, na relação humano-natureza. Dessa forma, quem se encontra mais próximo à natureza, mais inferiorizado estaria na hierarquia dos homens¹²⁴.

Por essa razão a busca, tão presente nas narrativas, de um modelo de homem que representasse o passado paranaense. No caso, a figura do bandeirante, do paulista desbravador. Assim, o “*povo paulistano*”, através de “*nobres lutas da civilização*”, “*continua a honrar a pátria*”, convertendo os “*hábitos hostis e deshumanos dos selvagens*”¹²⁵;

¹²¹ VIEIRA, Ulysses. *Segurança Pública*. In: Diário da Tarde, 8 de janeiro de 1912, p. 01.

¹²² É verificável um aumento considerável das notícias referentes à “*scenas de sangue*”, crimes em geral. VIEIRA, Ulysses. *Segurança Pública*. In: Diário da Tarde, 8 de janeiro de 1912, p. 01. Outros exemplos podem ser mencionados, tais como os problemas com a iluminação pública, com as epidemias, mudanças nas ruas, acidentes de automóveis: *Coritiba às Escuras*. In: Diário da Tarde, 19 de fevereiro de 1912, p. 01; *Epidemia*. In: Diário da Tarde, 19 de fevereiro de 1912, p. 01; *Notas do dia: Rua Floriano Peixoto*. In: Diário da Tarde, 21 de fevereiro de 1912, p. 01, *Os automóveis e os Desastres*. In: Diário da Tarde, 3 de janeiro de 1913, p. 04. Ou ainda, o problema do atraso na implantação dos bondes: “*parece que desta vez, afinal, vamos ter bondez electricos. A sua inauguração, si bem que não esteja ainda oficialmente annunciada, será dento de breves dias. E veremos, então, os electricos correrem ahi pelas nossas ruas, exaltando a curiosidade publica e trazendo para a cidade a realização de uma das mais caras aspirações coritibanas*”. *Chronica*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.

¹²³ Ver: ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 23.

¹²⁴ Cf. Da MATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.112-113.

¹²⁵ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 12-3.

desbravando o imenso deserto ¹²⁶ - não só atribuído pelo vazio populacional, como pela falta de “civilização”.

Outro aspecto do ideário contemporâneo à época estudada é a presença forte de noções como “região cultural” ou “área cultural”, que acabaram por fortalecer o regionalismo no Brasil do período. Essas idéias traziam uma forma de regionalização para a cultura, buscada a partir de traços e padrões culturais. Nesse viés, duas formas de se pensar o regional se formaram: uma primeira que procurava desvalorizar a cultura existente em prol da européia ¹²⁷ e uma segunda, no extremo oposto da anterior, onde certos elementos da cultura brasileira passam a ser extremamente valorizados e exaltados como símbolos da nacionalidade ¹²⁸. Uma forma de enaltecimento do nacional, através da via da construção do regional, se daria no elogio das diversidades do país continental convivendo em harmonia, como uma forma mais refinada da premissa das “três raças” que comporiam uma identidade brasileira. Da mesma forma, ao coligir, ordenar e construir uma história da região, estariam também construindo, a partir de capítulos, a história nacional. Nesse sentido, o desafio seria “anexar” as vicissitudes regionais a uma magna história do progresso da nação.

Esse conjunto de idéias apresentado até aqui, constitui apenas parte do universo mental presente no Paraná. Na verdade essas idéias constituem, em uma “geografia ou topografia das idéias”, as que possuíam o maior destaque, ou então, que são mais facilmente notadas na leitura das narrativas da época. De toda forma, o que é perceptível nesse “tecido de idéias”, é um absoluto sincretismo: do romantismo, o elemento de exaltação patriótica ou ufanista, porém a incorporação do discurso cientificista e racionalista; do simbolismo, a perspectiva do uso da metáfora ante o conceito, mas ao mesmo tempo a visão evolucionista e progressista, por vezes teleológica.

Através dessa nossa tentativa de mapeamento, é verificável a importância de refletir sobre como se dava a circulação das idéias neste mesmo contexto. Em primeiro lugar, o momento inicial é o do contato com as idéias, sendo nesse sentido muito mais uma recepção seletiva (um processo de escolha, onde a conveniência dita a regra para aquilo que será apropriado) que, então, produz uma re-interpretação ligada à realidade específica do contexto intelectual. Em segundo lugar, em relação à forma como as “idéias” circulavam

¹²⁶ Cf. BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 10.

¹²⁷ São exemplos dessa vertente: Sílvio Romero, Eudides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Arthur Ramos.

¹²⁸ Nessa corrente específica destacam-se os autores da chamada “escola indianista” da literatura romântica, notadamente José de Alencar.

¹²⁹: através dos diversos tipos de escritos, de imagens, de discursos, onde o conjunto das diferentes formas discursivas é variado, heterogêneo.

Com relação às formas de projeção intelectuais, sob diferentes contornos os “intelectuais” insinuavam-se no cenário público da capital, seja através de discursos efetuados na câmara ou nos diversos clubes à que eventualmente estavam vinculados, seja através de publicações nos diversos jornais e revistas em circulação, assim como através de suas ações na arena política à que estavam umbilicalmente ligados. Desse modo, os quadros de referência apontados nada mais são do que a composição das fronteiras do espaço em que os “intelectuais” estão dispostos, a cultura disponível, ou em outros termos poderíamos dizer que *“assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”* ¹³⁰. Suas projeções não são mais do que incursões, exercícios de sua liberdade dentro dessa “jaula” chamada cultura.

Embora fossem múltiplos os pequenos domínios de socialização ¹³¹, os locais de encontro e debate, os clubes, os ambientes culturais, as redações dos jornais e revistas, no conselho de editores nas tipografias, é na esfera do Congresso Legislativo Estadual que a grande maioria dos “intelectuais” se encontrava. Também na esfera do serviço público de um modo geral, das áreas vinculadas ao setor jurídico às áreas relacionadas à instrução: promotoria, secretarias de governo, como agentes fiscais, professores, enfim, diversos espaços sinecuriais em grande parte.

Um outro aspecto a ser notado, diz respeito a formação da grande maioria desses “intelectuais”: tendo consciência dos limites impostos pelo próprio sistema de ensino nacional durante o período imperial e do início da república, na medida em que favorecia poucas áreas de formação, basicamente direito e medicina (ou então a carreira militar e uma formação em engenharia), a grande maioria enfatizava as ciências jurídicas da Faculdade de Direito de São Paulo. Formaram-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais dessa instituição, Ermelino Agostinho de Leão, Vicente Machado da Silva Lima, Generoso Marques, entre outros.

Embora nem todos os nomes, que foram compostos a fim de tecer um quadro geral da “intelectualidade” paranaense no período, projetarem-se na discussão acerca da “causa paranaense” na questão de limites, ou mesmo na questão da identidade paranaense,

¹²⁹ Para maiores detalhes sobre a circularidade da cultura impressa em Curitiba, ver: DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. _____. *“Um homem no mundo do livro e da leitura”*. Revista de História Regional (UEPG) 6 (2), inverno de 2001. _____. *A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural (Paraná 1880-1930)*. Tese de doutorado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

¹³⁰ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 27.

¹³¹ Ou então, como denominou Jean-François Sirinelli, “ecossistema”: SIRINELLI, Jean-François. “Intelectuais”. REIMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 242-4.

é certo que, de uma forma ou de outra, todos eles participaram na edificação do “clima” da discussão dessas questões.

Seja através de sua intervenção direta no debate, seja através do silêncio de sua expressão, os “intelectuais” no Paraná contribuíram para a consolidação de uma “herança” que pode ser notada até os dias de hoje: a necessidade paranaense de afirmação enquanto “Paraná e seu povo”, emblematizada pelas reiteradas campanhas publicitárias e políticas de identidade ¹³².

Tessitura da arena política e do campo “intelectual”.

Uma vez traçados os caracteres mais gerais do “mundo intelectual” no Paraná, cabe aqui apresentar de forma mais específica as peculiaridades do seu “tecido intelectual”, enfim, a organização e disposição dos quadros intelectuais no período: as afinidades, as desavenças, as sociedades políticas e culturais, os acordos e alianças, as polêmicas e os debates, e as formas de envolvimento com tais questões.

O primeiro espaço que todo personagem, com uma maior expressão – ou que então, a ela almeja –, participa e se projeta, é o das organizações partidárias em específico, ou da arena política no sentido mais amplo ¹³³. Embora, também como uma outra forma de sustentáculo para uma carreira intelectual, seja a via junto ao funcionalismo público, ou como professor, ou como assessor, ou como fiscal, etc. Poucos são os que detêm o privilégio de não precisar dedicar-se a outras atividades que não a de escritor (intelectual, enfim). Da mesma forma, a participação de intelectuais na política ¹³⁴ (ou de políticos associados a uma postura e imagem de intelectuais) acontece como um recurso a efetivação de interesses diversos: intelectuais encontram no exercício da política partidária não só o que acima foi referido como uma base de sustentação, mas também um lugar de projeção e expressão e, em alguns casos, um lugar para promover-se a implementação de mudanças em sua sociedade, para a objetivação de visões de mundo. De toda forma, quando intelectuais avançam na esfera político-partidária, essa ação é geralmente

¹³² Um exemplo: a campanha publicitária “Bicho do Paraná”, criada por Eloi Zanetti ainda na década de 80 e que perpassa também toda década de 90. A preocupação de Zanetti era com relação à perda contínua da memória paranaense, conseqüentemente, de sua identidade. O projeto envolvia a recuperação da história paranaense, através do resgate de personagens, “dignos paranaenses”, “injustamente esquecidos”. Cf. MILLARCH, Aramis. *Bamerindus guarda também a memória de nosso estado*. In: Estado do Paraná, caderno Almanaque, coluna Tablóide, 03 de dezembro de 1986, p. 13.

¹³³ Diversas vias (como base de sustentação intelectual) podem ser seguidas pelo intelectual do Paraná no período: das carreiras dirigentes (proprietários, profissionais liberais e políticos profissionais) às carreiras militar e eclesiástica.

¹³⁴ Outras formas de colaboração com a política-partidária dirigente pode ser efetivada através da assessoria, orientação, auxílios de variadas ordens.

conduzida por interesses instrumentais, assim como quando o contrário (políticos intitulado-se como intelectuais) acontece. Nessa última situação o interesse é mais ou menos claro: gerar “autoridade” e, a partir disso, legitimidade para suas ações na arena política. A pecha de “intelectual” promove isso.

Tanto no campo político como no intelectual, princípios de legitimação estão intervindo constantemente. O intelectual precisa deixar clara sua competência (científica na maior parte dos casos). O político igualmente. O que ocorre em grande parte é a perversão desse princípio de legitimação através da ênfase na qualidade retórica pura e simplesmente. Nesse sentido, um personagem que discursar bem e possua uma competência argumentativa baseada na qualidade retórica, acaba por arrebanhar admiradores, dessa forma, também arrebanhando “legitimidade”¹³⁵.

No âmbito político partidário, o Paraná organizara-se, após a proclamação de 1889, sob duas legendas principais, as quais confluíam as discórdias principais do debate político. Apesar do continuísmo ideológico-programático, nas primeiras décadas é que, além de iniciar-se um movimento que particularizaria – em partes – os partidos, também se intensificam os conflitos e as desavenças políticas. O pano de fundo seria a questão de limites, ou mais especificamente, a forma de envolvimento dos personagens na discussão e “defesa da causa”.

Sombras dos partidos Liberal e Conservador, assim como dos movimentos republicanos pré-proclamação¹³⁶, a esfera política organiza-se em torno do Partido Republicano Federal e da União Republicana do Paraná, chefiados respectivamente por Vicente Machado e Generoso Marques. Todavia, assim como no império, “*nenhuma das duas arregimentações tinha, porém, forças capazes de vencer sem ajuda do governo*”¹³⁷, dependendo sobremaneira da esfera política nacional, da mesma forma que suas lideranças eram dependentes do apoio de outras instâncias para firmarem-se na arena política, tais como nos quadros militares, clubes sociais, na imprensa, educação, nos negócios comerciais ou industriais, ou mesmo na igreja católica. Intimamente relacionadas, a esfera política e a econômica, autorizavam o mandato de inúmeros personagens. Por exemplo, Caetano Munhoz da Rocha que, mesmo formado em medicina, opta pelas atividades políticas (deputado estadual, secretário de estado, presidente e vice-presidente) e comerciais (com a exportação de erva mate).

¹³⁵ Legitimidade que é condição para a geração de “autoridade” ao discurso produzido. Uma vez dotado de autoridade, o discurso intelectual e político abre-se para um potencial trabalho de dominação política (através da ação dos partidos e das políticas governamentais) e cultural (através da construção de identidades e todos seus epifenômenos).

¹³⁶ Dois clubes foram organizados no Paraná, em 1885 em Curitiba e em 1887 em Paranaguá.

¹³⁷ Que era já atestado por Romário Martins. Ver: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 432.

Um grupo expressivo de personagens, tanto da política paranaense quanto das letras, seria formado na Faculdade de Direito de São Paulo, principalmente no curso de Ciências Jurídicas e Sociais, sendo entre eles, Pamphilo de Assunção, Ermelino de Leão, Vicente Machado e Generoso Marques, todos eles envolvidos diretamente nos debates sobre a questão de limites. Outro aspecto que caracteriza grande parte desse grupo são seus itinerários. Quase todos eles encontraram nos cargos e funções públicas o sustentáculo para o exercício de suas atividades: da licenciatura no Instituto Paranaense ou no Liceu, passando pela direção do Museu Paranaense e do Arquivo Público, à Secretaria de Estado; do Congresso Legislativo à Secretaria de Estado, e mesmo, a presidência do Paraná.

Falando desses personagens mais especificamente, Generoso Marques Santos, após diplomar-se em 1865, ocuparia os cargos de Inspetor Geral de Instrução Pública, de professor de História do Brasil, Geografia e Direito Público no Instituto Paranaense¹³⁸. Na arena política, tomaria assento na Assembléia Legislativa Provincial por inúmeras candidaturas, sendo, após a retirada de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, líder maior dos liberais no Paraná. Já nas primeiras décadas da república, seria presidente e vice no estado, deputado estadual e senador por varias candidaturas. Seus artigos, na esfera jornalística, seriam publicados no Dezenove de Dezembro, em O Paraná e A Reforma, entre outros.

Após sua diplomação, em 1881, Vicente Machado da Silva Lima, exerceria o cargo de promotor público em Curitiba, de juiz municipal, de professor no Instituto Paranaense, de secretario do governo provincial, e, no âmbito político, de deputado na Assembléia Legislativa Provincial pelo Partido Liberal, posteriormente tornar-se-ia chefe dos republicanos no Paraná, congregando-os no Partido Republicano Federal. Após ter se tomado senador, seria eleito presidente do estado em 1903, ano em que acaba falecendo.

Já Ermelino Agostinho de Leão, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, exerceria, após sua formação em 1893, diversos cargos públicos no Paraná, entre eles, a direção do Museu Paranaense e do Arquivo Público, assim como, na carreira política, assumiria a cadeira de deputado do Congresso Legislativo Estadual. Sua colaboração nos debates públicos, também se daria pela via jornalística, na colaboração com diferentes órgãos da imprensa paranaense, como no Diário da Tarde e em A República.

A arena política fazia-se não só na tribuna da câmara estadual e nos demais espaços da política partidária, como nos jornais, que eram vinculados a esta ou aquela corrente ideológica. Os principais embates envolviam, no entanto, dois jornais

¹³⁸ Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria. Generoso Marques Santos. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 429-30.

principalmente: a República e o Diário da Tarde. O primeiro, tratado como “órgão oficial”¹³⁹ pelo segundo, satisfazia os interesses do partido da situação.

Em falta de melhor a *Republica* saiu-se hontem com um verdadeiro destempero, que lhe está muito ao vezo quando se mette a defender causas perdidas, aliás quase todas que lhe merecem carinho.

[...]

O que não lhe saiu certo foi o final do artigo pois o *Diario*, não há quem não no saiba, jamais deixou de render homenagens aos que são reconhecidamente de valor real, patriotas prestigiosos. Em compensação, jamais teceu louvores aos que são, publica e notoriamente, deprovidos de méritos, aos politicoides de alminha de sapo, insignes nas intrigas e ignorantes de assumptos visceraes da vida econômica do Estado.

Essa é que é a verdade e não o que avança o vespertino governista: “O *Diario*, em se tratando de política é invariável no julgamento dos nossos homens. É como aquelle gastrônomo invejoso que achava sempre a gallinha do visinho mais gorda”.

Eis no que se resume, para certo pessoal da *Republica*, toda a historia de candidaturas: em gastronomia...

Pois com pureza de alma lhe asseguramos que não temos inveja nem appetite: pode roer o osso em paz e que lhe faça muito bom proveito.¹⁴⁰

Este, um mero exemplo dos repetidos “destemperos” aos quais se envolviam os jomais curitibanos, no tratamento das questões “politicoides” e dos “assuntos viscerais” do estado. Ainda que, de acirradas e destemperadas discussões, o clima político era de tensão e desconforto, produzido não só pelos problemas e temores advindos na conjuntura política nacional¹⁴¹, como da situação específica do Paraná.

[...] questões econômicas, problemas sociaes, ideaes políticos, e, ás vezes, até, mui desgraçadamente, reacções patrióticas, pregadas em mais de oito milhões de kilometros quadrados de território brasileiro, numa infinita variante de feições, mascarando cagares de egoísmo mal reprimido, ambições pessoaes, que mais têm sido do que um gaguejado acervo de *palavras*?

Cingidos, que sejamos, á observação forçada dos cafés e das esquinas, arrastados no torvelinho incessante da vida publica, não é mistér que tenhamos lido Shakspeare, para, instintivamente, reduzir o thema a tudo que diz num sussuro grave de confidencia, numa enphase tribunicia de

¹³⁹ [JUNIOR, Celestino]. *A Bague*. In: Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁴⁰ [JUNIOR, Celestino]. *A Bague*. In: Diário da Tarde, 12 de janeiro de 1912, p. 01, (itálicos no original).

¹⁴¹ Vale lembrar, os problemas da questão sucessória nacional e os variados conflitos envolvendo a política nos estados. “O desbarato em que vae o regimen republicano, o que todos os brasileiros sinceramente patriotas lastimam, tem uma de suas causas no falseamento do voto popular, o mais solido alicerce das democracias. Não é possível o governo do povo pelo povo, quando a opinião deste é substituída criminosamente pelos ditames de ambições e caprichos pessoaes ou de interesses que não são os do paiz.” [JUNIOR, Celestino]. *Eleições Federaes*. In: Diário da Tarde, 29 de janeiro de 1912, p. 01. “As vésperas das eleições para a representação federal, signalamos alguns dos motivos do descrédito do pleito e do retraimento dos eleitores. Á observação das eleições de hontem nos mostrou que ainda persistem muitos vícios e que não se procura fazer do voto o reflexo integral da vontade do povo”. [JUNIOR, Celestino]. *O Pleito*. In: Diário da Tarde, 31 de janeiro de 1912, p. 01

condições, ou entre o risozinho covarde das intrigas, a esta simples expressão: *palavras...* Em *synthese*: *Vivemos de palavras*.¹⁴²

“Vivemos de palavras”, fazia referência à retórica política difusa também na esfera cotidiana e das letras no Paraná. Esta ênfase na qualidade retórica, simplesmente, assim como o “*espírito prático*” utilitarista “*estribado na covardia da epocha*”¹⁴³, seriam os principais problemas à instituição de um governo sério e que não se deitasse ao sabor das vagas.

Desse povo tão subdividido em classes, tão disseminado em cathogorias, às vezes, rebenta uma gargalhada, um gemido angustioso, uma ironia candente, num momento de tréguas á lucta de todo o dia: é o provérbio, o dictado.

Expressões grotescas, ás mais das vezes, participando da gyria, do calão, quase sempre esses dictos vulgares encerram conceitos de uma profunda philosophia, revestem a rigidez de uma grande verdade!

Anda por ahi, ao sabor da chalaça, um dizer grosseiro: - Vae na onda.

Ao primeiro golpe de analyse a phrase é estulta mas, para visarmos mais de perto, com deducções menos severas, desculpar-lhe-emos as escabrosidades do calão concluirmos lhe darmos foros da sentença.¹⁴⁴

Na verificação do articulista, o Brasil e o Paraná não passavam de uma ilusão, construída através de

Reações imperiosas, remodelações de programmas administrativos, ideaes de altruísmo sob as múltiplas feições do Socialismo, quer o da Cathedra, o Igualitario, o Communista, ou o Catholico, o Positivo, pregados pela toada, na miserável expectativa dos effeitos, sem a nobreza de uma convicção, são a vehemente constatação desta verdade.¹⁴⁵

Esta mensagem pretendia demonstrar ao recém eleito e recepcionado presidente do estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, o lugar que ele ocuparia “à margem dos fatos”, esperando dessa forma pô-lo, evidentemente, “a par dos fatos”. Em outros termos, “orientá-lo” a não ser mais um que produz somente “*gommos agoados de um fructo sem sabor*”, enfim, “*aquella única resultante: palavras, palavras, palavras...*”¹⁴⁶, tal qual a resposta de Hamlet ao questionamento de Polônio: - que lêis?

No entanto, mesmo que considerada esta “orientação”, a chegada do novo presidente seria anunciada com otimismo e esperança, aspecto que marcaria as

¹⁴² FARIA, Raul. *Á Margem dos Factos*. In: Diário da Tarde, 11 de janeiro de 1912, p. 01, (Itálico no original).

¹⁴³ FARIA, Raul. *Á Margem dos Factos*. In: Diário da Tarde, 11 de janeiro de 1912, p. 01, (Itálico no original).

¹⁴⁴ FARIA, Raul. *Á Margem dos Factos*. In: Diário da Tarde, 11 de janeiro de 1912, p. 01, (Itálico no original).

¹⁴⁵ FARIA, Raul. *Á Margem dos Factos*. In: Diário da Tarde, 11 de janeiro de 1912, p. 01, (Itálico no original).

¹⁴⁶ FARIA, Raul. *Á Margem dos Factos*. In: Diário da Tarde, 11 de janeiro de 1912, p. 01.

publicações da imprensa. O Diário da Tarde, principalmente, traria diversos artigos e notas enfatizando seu apoio ¹⁴⁷ e procurando mostrar que “o sr. dr. Carlos Cavalcanti era o candidato do povo paranaense”, sendo por isso que “*hontem o povo accorreu a receber s. ex. debaixo de palmas e flores*” ¹⁴⁸.

O engenheiro e militar Carlos Cavalcanti de Albuquerque, eleito presidente do Paraná em 1911, cargo que assumiu no início de 1912, além de participar em jornais locais, tais como o Dezenove de Dezembro e A República, também seria um dos colaboradores e professores da Universidade do Paraná. Antes de liberar o cargo, porém, Francisco Xavier da Silva, presidente do estado até então, enfatizava o principal problema a ser enfrentado pelo novo dirigente: “*antes de tudo merece especial menção a magna questão de limites que ao Estado move o de Santa Catharina*” ¹⁴⁹, ponto de vista difundido de forma geral na sociedade na medida em que “*a questão de limites, que absorve há longo tempo a atenção e as energias do Estado, precisava ser encarada resolutamente, sem vacilações ou subordinações aos interesses da politicagem*” ¹⁵⁰.

Além da chegada do novo presidente, no início de 1912, a imprensa também mostrava as disputas políticas, que giravam em torno das candidaturas paranaenses ao congresso federal. No embate, moviam-se Randolpho Serzedello e Carvalho de Defreitas principalmente, e que envolviam a imprensa, nomeadamente os periódicos Diário da Tarde e A República. A perspectiva principal era a de, em conjunto com a verificada posição de Carlos Cavalcanti na defesa da “causa paranaense”, associar-se a este, a eleição de Correia Defreitas que também melhor advogava na querela dos limites.

Quando se aventou a representação do terço na próxima eleição federal, e, abstraindo de preocupações de subalterno partidarismo, volvi-me logo para o nome do destemeroso patriota Correia Defreitas e na orbita de minha exigüidade política, trabalhei nesse sentido.

Acuava em meu espírito a maneira brilhante e incisiva, com que aquelle digno paranaense discutiu, na Camara dos Deputados, a nossa pendência de limites com o visinho Estado de Sudeste.

¹⁴⁷ Ver: [JUNIOR, Celestino]. *Dr. Carlos Cavalcanti: as festas*. In: Diário da Tarde, 7 de janeiro de 1912, p. 01; VIEIRA, Ulysses. *As Futuras Câmaras*. In: Diário da Tarde, 11 e 12 de janeiro de 1912, p. 01; FARIA, Raul. *A Margem dos Factos*. In: Diário da Tarde, 11 de janeiro de 1912, p. 01; *Dr. Carlos Cavalcanti*. In: Diário da Tarde, 13 de janeiro de 1912, p. 01; *Dr. Carlos Cavalcanti: As homenagens no Edem-Cinema – Visita ao Contestado*. In: Diário da Tarde, 15 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁴⁸ [JUNIOR, Celestino]. *Dr. Carlos Cavalcanti: as festas*. In: Diário da Tarde, 7 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁴⁹ SILVA, Francisco Xavier da. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná*. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1912. Especificamente, mensagem de 2 de fevereiro de 1912. Carlos Cavalcanti assumiria em 25 de fevereiro. A mesma mensagem seria publicada em versão resumida em: *Congresso do Estado. Sessão inaugural*. In: Diário da Tarde, 2 de fevereiro de 1912, p. 02. Seria ainda criticada como sendo “*um documento muito modesto, que não pode dar uma idéia nítida da situação do Estado. A começar pela parte que trata da questão de limites sente-se a fraqueza da exposição*”. [JUNIOR, Celestino]. *A Mensagem*. In: Diário da Tarde, 5 de fevereiro de 1912, p. 01.

¹⁵⁰ BALLÃO, Jayme. *A Nova Administração*. In: Diário da Tarde, 16 de fevereiro de 1912, p. 01.

A lembrança de que votei, mui recentemente, para presidente do Estado, no eminente dr. Carlos Cavalcanti, por consubstanciar este com ardor e dedicação a defeza da magna causa paranaense, me induzia a, por coherencia, vota em Correia Defreitas, que é outro denodado paladino da mesma causa.

[...]

Na emergencia actual, repito, quem for paranaense, pois, isento de preocupações partidárias ou capaz de sobrepor ao partidarismo a defeza das fronteiras do Paraná, que me acompanhe, suffragando, para deputado federal, o nome do ardoroso patriota Correia Defreitas.¹⁵¹

O Diário da Tarde mostrava pleno apoio ao candidato Correia Defreitas na disputa pelo terço parlamentar. O argumento para sua candidatura residia no conhecimento que este nutria sobre a “*magna causa*” dos limites, “*porque, repetimos, o Paraná precisa de quem defenda os seus direitos na tribuna parlamentar*”¹⁵².

Somos informados de que o Comitê Pró-Defreitas tem recebido, de diversas localidades, valiosas adhesões à candidatura do velho republicano, Em União da Victoria foi muito bem recebido o manifesto a respeito lançado pelo Illustre medico dr. Candido de Mello, que conta igualmente influencia em Thomazina e Guarapuava, onde é ligado por laços de família a prestigioso chefe.

- Conforme hontem publicamos, o sr. dr. H. Serzedello, satisfazendo as imposições de amigos, mantém sua candidatura, ao contrario do que se propalava com base em declarações do próprio dr. Serzedello de que não era candidato, por se considerar sem forças para o encargo.¹⁵³

Por isso, o Diário da Tarde, não “*aplaudiria*” sua candidatura, afinal “*o momento é delicado e à representação está reservada tarefa difícil*”¹⁵⁴, não resguardando um desenlace otimista à quem, de antemão, considera-se “*sem forças para o encargo*”. No entanto, admitia-se a possibilidade do “*falado candidato da opposição*”¹⁵⁵ exhibir “*pela imprensa ou em conferencia publica, [...] a sua competência sobre a magna causa*”¹⁵⁶.

Posteriormente, e devido à pressão sofrida, o Diário da Tarde noticiaria que

Desistiu de sua candidatura pelo terço à representação federal o sr. dr. Randolpho Serzedello.

O illustre político, allias desde começo se mostrara infenso á apresentação de seu nome, por se julgar sem forças para o cargo, realmente de grandes responsabilidades no momento. Quando appareceu a candidatura de s. s. externamos francamente o nosso pensar, fazendo justiça ao estimado medico, por muitos títulos distincto, e que pode dar lustre a elevadas funções administrativas, como já o fez na qualidade de director da hygiene, mas deslocado numa cadeira de deputado.

¹⁵¹ AMARAL, Victor do. *Seção Especial. Pró-Defreitas: Eleição Federal*. In: Diário da Tarde, 16 de janeiro de 1912, p. 02.

¹⁵² [JUNIOR, Celestino]. *Política Paranaense*. In: Diário da Tarde, 9 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁵³ [JUNIOR, Celestino]. *Política Paranaense*. In: Diário da Tarde, 9 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁵⁴ [JUNIOR, Celestino]. *Política Paranaense*. In: Diário da Tarde, 9 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁵⁵ [JUNIOR, Celestino]. *A Bague*. In: Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁵⁶ [JUNIOR, Celestino]. *Política Paranaense*. In: Diário da Tarde, 9 de janeiro de 1912, p. 01.

Por isto mesmo não podemos deixar sem registro especial o nobre gesto do dr. Serzedello, que não hesitou em sobrepor-se ás imposições de amigos, dando um exemplo raro nestes tempos de interesseira politicagem.¹⁵⁷

Relacionada a essa discussão, outra se faria no mesmo momento e com igual volúpia. O embuste catarinense que, segundo a imprensa, afirmava organizar sua bancada de deputados segundo uma orientação utilitária de antepor-se diante do Paraná na questão das fronteiras, chamaria a atenção paranaense.

Há pouco tempo os jornaes do Rio noticiaram que os próceres do situacionismo catharinense organizariam a representação federal desse Estado mais sob o ponto de vista utilitário do que político.

Glosamos o informe, levados especialmente pela situação em que se encontra o Paraná em relação á vizinha á sueste.

Correm os dias e apparece a chapa catharinense, que a *Republica* apanha no ar para *provar*, com edificante imbecilidade, que notava desfeito “todo o barulho que por ahi foi feito na supposição de que a bancada fosse reeleita para o fim exclusivo de se antepor contra nós.”

Ora, o *Diario*, que tinha repercutido também o *barulho*, se encontrava moralmente obrigado a receber a parte que lhe cabia do cartão anonymo do vespertino róseo.

E como o *Diario* costuma cumprir os seus deveres, se apressou em explicar o seu proceder. Pois, senhores: esse acto, que qualquer advesario criterioso julgaria escorreito a *Republica* considerou estapafúrdio!

E d’ahi, por lhe não escapar o ensejo, atira ao *Diario* a virulência com que costuma nos brindar e que nós costumavam repellir com a ponta da botina.¹⁵⁸

Acusado de criar a blague pelo periódico A República, o Diário da Tarde tratou de defender-se, embora sempre aos moldes e abusando dos argumentos *ad hominem* em sua maioria, característica das discussões políticas e “intelectuais”.

Com a epigraphé “bancada catharinense” o orgam official [no caso, o jornal A República] teve hontem este artiguete:

“Segundo telegramma que hontem publicamos, a nova bancada catharinense na camara federal não será constituída como se propalou, com a reeleição completa dos representantes na ultima legislatura.

O partido situacionista do visinho Estado, organizará a chapa com os nomes dos srs. drs. Abdon Baptista e Henrique Valgas e coronel Pereira Oliveira, deixando o terço para ser disputado pela minoria.

Esse resultado desfaz todo o barulho que por ahi foi feito na supposição de que a bancada fosse reeleita para o fim exclusivo de se antepor contra nós.

A blague, que visava conduzir o nosso partido a imitação desse esperado gesto, está agora na verdadeira proporção...”

Conquanto essas linhas não tragam endereço, trepadas num desdenhoso e engraçado “por ahi”, cumpre-nos dizer algo a respeito, visto como também reproduzimos, das secções políticas dos jornaes do Rio, a noticia de que a bancada catharinense seria organizada obedecendo mais a fins utilitários do que políticos.

¹⁵⁷ [JUNIOR, Celestino]. *Política Paranaense*. In: Diário da Tarde, 12 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁵⁸ [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 12 de janeiro de 1912, p. 01, (itálicos no original).

Não houve por ahi (é o caso...) jornal brasileiro que não desse tal informação aos seus leitores.
 Quanto a nós, fizemos as considerações que se impunham, dada a posição especial do Paraná deante de S. Catharina.
 A blague, se blague houve, não partiu destas columnas. ¹⁵⁹

E continua no próximo número,

Vejamos, porem, o ponto capital da verina official: a *Republica* não gostou que estabelecêssemos breve confronto entre as bancadas catharinense e paranaense. Teria meio facilissimo de nos fulminar: fazer a própria *Republica* o confronto mostrando que o sr. Alencar Guimarães é superior ao sr. Lauro Müller, evidenciando que a nossa chapa está com furos acima da de S. Catharina. Preferiu, porem, cotejar os seus conspícuos candidatos com... a redacção do *Diario*. Sesquipedal!

É claro que ficamos a perder de vista, mas inadvertidamente a *Republica*, antes de sentenciar, expendeu a noção que tem do julgador "sempre ao impulso da vontade vaidosa, da presumpção balofa, obedecendo ao critério arbitrário". Enfim, o escriba autobiographou se; talhou carapuça que lhe foi justa até o vultuoso anteparo das orelhas. ¹⁶⁰

O que se envolvia, como questão de fundo, na polêmica em torno de "A Blague", era na verdade, uma crítica do Diário da Tarde sobre os representantes federais governistas, elogiados por A República.

De resto, não vemos porque a "República" se rejubila. A chama catharinense, como ficou constituída, ainda está muitos furos acima da nossa, salve si a "Republica" julga o sr. Alencar Guimarães (candidato á senadoria pelo Paraná) superior ou igual ao sr. Lauro Müller (candidato a idêntico encargo, por S. Catharina).

Cotejemos os deputados: drs, Abdon Baptista, dr. Henrique Valgas e coronel Pereira Oliveira (catharinenses); Carvalho Chaves, dr. Lamenha Lins e coronel Luiz Xavier.

Realmente, em títulos, as bancadas são symeticas; dois doutores e um coronel...

Quanto ao terço: por lá entrará o dr. Paula Ramos, ou o dr Celso Bayma. Ninguém dirá que qualquer delles é inferior ao dr. Serzedello, o falado candidato da opposição.

Para finalizar: é passível que os próceres da política catharinense houvessem modificado a primitiva resolução, ora chamada de blague, mas só o fizeram depois de conhecida a organização da representação paranaense, porque, então, por peor quem lhes saísse a chapa sempre seria superior a nosas. ¹⁶¹

Essa proposta de confronto entre as duas chapas visava "desmascarar" a fragilidade da tentativa de reeleição da candidatura governista ante a possibilidade de Santa

¹⁵⁹ [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁶⁰ [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 12 de janeiro de 1912, p. 01, (itálicos no original).

¹⁶¹ [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1912, p. 01.

Catarina fazer o mesmo, que, no entanto, seria desmascarado como falsa. A discussão seria finalizada com os mesmos caracteres de agressividade:

Sabbado a velha marafona, a *Republica*, deitou xingação. E, convenhamos, com certa razão: fomos de rara perversidade reptando-a a confrontar as duas chapas. Entretanto, para nos fulminar, era esse o *único* meio, demonstrando que os candidatos situacionistas do Paraná são umas águias, junto as quaes uns perus de S. Catharina, e que o sr. Lauro Müller é ridículo pigmeu no pé do sr. Alencar Guimarães...

Era o único meio, pois allegar o escriba que somos pellado emquanto elle é pelludo como um bode, não passa de irrisória tangente que não altera os termos reaes da questão, nem dá méritos aos candidatices de alminha de sapo, insignes na intriga, ralados de despeito, míseros capachos com fumaças de mandões...¹⁶²

No pleito que ocorreria ao fim do mês de janeiro, o Diário da Tarde faria franca campanha a Defreitas. Em um “*appello aos empregados públicos*”, condenava-os como “*parte importante do organismo político*”, sendo que dessa forma “*não podeis deixar de votar amanhã, mas deveis fazel-o de accordo com a vossa consciêcia*”. Alertava que o “*empregado público não é obrigado a votar na chapa do Governo*”, pois não seria demitido por isso, assim como enfatizando que “*Correia Defreitas não tem pingue fortuna; Correia Defreitas se dá com todo o mundo*”¹⁶³. A seção seria assinada: “*Paranaenses*”, sendo logo abaixo anunciada a orientação, “*Paranaenses! Para senador (Votae em branco)*”.¹⁶⁴

Talentoso e operoso, o representante eleito do Paraná, conhecendo profundamente a causa magna do Estado e discutindo com segurança convincente, está por isso perfeitamente aparelhado para desempenhar galhardamente, como já o tem feito, a investidura deste povo que o soube tão bem o escolher, no momento difícil da vida estadina que atravessamos [...] Correia Defreitas, que é uma bandeira e um programma¹⁶⁵.

O quadro político, então, constituir-se-ia com os deputados eleitos para o Congresso Nacional, com a chegada do presidente recém eleito e com o Congresso Estadual. Além dos políticos não eleitos que se fariam presentes nos diversos periódicos.

¹⁶² [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 15 de janeiro de 1912, p. 01, (Itálico no original).

¹⁶³ PARANAENSES. *Seção Alheia. O Pleito de Amanhã: appello aos empregados públicos*. In: Diário da Tarde, 29 de janeiro de 1912, p. 03.

¹⁶⁴ O resultado das eleições viria a ser divulgado tempos depois. A apuração dos votos demorava alguns dias e proclamaria Correia Defreitas como vencedor. “*a noticia, diz que, o pleito ahi correu livre e com regularidade. Além dos governistas, foi eleito com extraordinária maioria o sr. Correia Defreitas alcançando vantagem sobre os mais votados situacionistas em diversos municípios*”. *Pelo Telegrapho: as eleições no Paraná*. In: Diário da Tarde, 2 de fevereiro de 1912, p. 02. Ver também: *Pelo Telegrapho: Eleições no Paraná*. In: Diário da Tarde, 1 de fevereiro de 1912, p. 02; *Correia Defreitas*. In: Diário da Tarde, 2 de fevereiro de 1912, p. 01. E inúmeras outras notícias que se seguiram, ao longo do mês de fevereiro, sendo dessas, a que aqui se destaca, a de 5 de fevereiro que estampa foto de Defreitas na primeira página: *Correia Defreitas – o eleito do povo*. In: Diário da Tarde, 5 de fevereiro de 1912, p. 01.

¹⁶⁵ SIDNEY. *Chronica*. In: Diário da Tarde, 3 de fevereiro de 1912, p. 01.

Em 1912, seriam reconhecidos e proclamados como deputados ao respectivo Congresso Legislativo Estadual:

dr. Manoel de Alencar Guimarães, Brasílio Celestino de Oliveira, dr. Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Jayme Dormund dos Reis, dr. João David Pernetta, dr. Caetano Munhoz da Rocha, Lauro do Brazil Loyola, João da Silva Sampaio, dr. João Antonio Xavier Junior, David Carneiro Junior, dr. Elyseu de Campos Mello, dr. João Leite de Paula e Silva, dr. Romualdo Antonio Baruna, dr. Domingos Ignacio de Araujo Pimpão, Telemaco Morosine Borba, Domingos Soares, Joaquim Luiz Gomes dos Santos, tenente Antonio Carlos Cavalcanti de Carvalho, Olegario Rodrigues de Macedo, Hippolito Xavier da Silva, Percy Winthers, Emilio Ribeiro Gomes, Joaquim Thomaz Ribeiro da Silva, Edgar Stenfeld, João Candido de Oliveira, Rodrigo Nery do Canto, Sebastião Emundo Saporasky, dr. Generoso Marques dos Santos, dr. Benjamin Americo de Freitas Pessa e coronel Alfredo Romario Martins, deputados esses que obtiveram maioria e foram competentemente diplomados.¹⁶⁶

Destaque para Alencar Guimarães, Generoso Marques e Romário Martins, personagens que se envolveram diretamente com a questão dos limites.

No âmbito da “intelectualidade”¹⁶⁷, um dos principais locais de encontros e que acabava por arregimentar os “intelectuais” era o Centro de Letras do Paraná, fundado nos fins de 1912. Pois, “*de há muito vinha trabalhando o espírito de nossos homens de letras a organização de um Centro, embora de facto os nossos escriptores vivam na mais bella solidariedade espiritual, formando um verdadeiro bloco*”.¹⁶⁸ O que de fato pode ser verificado, na medida em que são sempre os mesmos nomes que atuam nos clubes, revistas, jornais. Apesar disso, via-se a necessidade de criação de um ponto de reunião e de encontros, uma vez que os “intelectuais” viam-se órfãos do Club Coritibano, do Cenáculo, entre outras agremiações e revistas de caráter mais efêmero.

Nomes conhecidos, tributários das gerações precursoras do simbolismo no estado, estariam presentes aqui também:

Aceita por todos a Idea, foi aclamado presidente da reunião o sr. Eulides Bandeira que assumindo a direção dos trabalhos, depois de agradecer a distinta gentileza, convidou para secretario o sr. Clemente Ritz [...] Em seguida nomeou a seguinte comissão para organizar o projecto de Estatutos: dr. José Santa Ritta, Zeno Silva, dr. João Pernetta, Romario Martins, Generoso Borges e Raul Gomes.¹⁶⁹

Um centro que congregasse os “intelectuais” da época, “*num ambiente intellectual, grande e brilhante como o nosso, com espíritos afinados no mesmo ideal* –

¹⁶⁶ [JUNIOR, Celestino]. *Congresso do Estado*. In: Diário da Tarde, 1 de fevereiro de 1912, p. 02.

¹⁶⁷ Quanto ao nível de “consagração”, ou então de envolvimento nos debates, esses personagens podem ser enquadrados como intelectuais maiores e menores.

¹⁶⁸ *Centro de Letras do Paraná*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.

¹⁶⁹ *Centro de Letras do Paraná*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.

poetas, romancistas, publicistas, críticos, jornalistas, etc.”¹⁷⁰, este seria seu objetivo principal. Apesar da “*mais bella solidariedade espiritual*”, que produzia “*um verdadeiro bloco*”¹⁷¹ intelectual, nem tudo era absolutamente “homogêneo e liso”. Embora deva se atestar o fato de que, no âmbito das letras e da intelectualidade, houvesse sempre um grupo composto com os mesmos nomes, atuando nos diversificados lugares de expressão intelectual, haviam discordâncias e polêmicas. Por exemplo, as “reações” dos novos e dos novíssimos, com relação ao movimento simbolista dos precursores. É claro que, de forma alguma, essas reações representavam uma ruptura em sentido completo, mas de qualquer forma, atestava uma mudança, mesmo que ligeira, de orientação. Outro aspecto que pode ser utilizado como exemplificação, é o fato de o movimento simbolista não ser o “tipo único” presente no Paraná. O romantismo, o parnasianismo, o realismo, também tiveram autores, ou mesmo os personagens vinculados de forma uniforme ao simbolismo tiveram seus “acessos” de parnasiano ou realista, por exemplo. Essa imagem da “uniformidade” é construída exatamente para passar a impressão de um movimento forte e vigoroso, uma vez que o ecletismo era visto com maus olhos.

A recém criada Universidade do Paraná seria outro *locus* importante de congregação “intelectual”. Nela, inúmeros personagens mencionados até aqui, encontrar-se-iam ao longo dos anos que se seguiriam. Sebastião Paraná, Pamphilo de Assumpção, Nilo Cairo, Victor do Amaral, seriam apenas alguns dos nomes presentes.

Nesta chamada “*terra dos pinheirões*”¹⁷², modelada por diferentes e expressivas determinantes sociais, marcada por constrangimentos de diferentes ordens, como jogos de poder, lutas classificatórias no âmbito simbólico e das representações, disputas pela autoridade em produzir conhecimento legítimo, polêmicas públicas cujas ressonâncias se fazem na vida pessoal dos personagens que as promovem, violências de todo tipo, a “intelectualidade” ver-se-ia também alojada. Dito de outra forma, os limites entre a esfera dos problemas políticos seriam praticamente os mesmos da esfera dos problemas “intelectuais”, ou ainda em outros termos, as questões presentes na ordem do dia seriam as mesmas para a arena política e para o campo “intelectual” no Paraná, havendo uma reciprocidade, ou circularidade, na influência e na própria projeção de uma sobre a outra. O que assume mais clareza quando se verifica a projeção dos personagens em um ou outro espaço: “intelectuais” envolvidos com a política e políticos almejando a pecha de “intelectuais”. Associação de “intelectuais” à política ou políticos associando-se a uma postura e imagem de “intelectuais”: a questão é de difícil resolução, mas são dois movimentos que precisam ser considerados. O elo que ligaria, por exemplo, o grupo dos

¹⁷⁰ *Centro de Letras do Paraná*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.

¹⁷¹ *Centro de Letras do Paraná*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.

¹⁷² FONTENELLE, Barbosa. *Terra dos Pinheirões*. In: Diário da Tarde, 15 de janeiro de 1913, p. 01.

simbolistas com as questões da agenda de debates política, seria Romário Martins, assim como Domingos Nascimento e Leôncio Correia ¹⁷³, que participavam das reuniões de O Cenáculo, do Club Coritibano e posteriormente, de O Fanal. É dessa forma que a circularidade se daria na medida em que os personagens não só envolvidos com a política local, também se projetariam nos espaços antes descritos, como clubes de recreação e literários, nas reuniões das associações e instituições culturais diversas, nas repartições públicas e nos espaços das profissões liberais, escritórios de advocacia, consultórios médicos, etc., enfim, locais de trabalho ou locais de simples encontro.

Os nomes mais importantes desse cenário intelectual, aos quais giravam os de menor expressão, eram ainda os de Dario Vellozo, Romário Martins, Nestor Victor e de Rocha Pombo, que estava no Rio de Janeiro, mas ainda exercia sua influência. É, no entanto, Euclides Bandeira com sua “reação dos novos” e Tasso da Silveira com a dos “novíssimos” que assumem um primeiro posto na expressividade das letras e da intelectualidade no Paraná na década de 1910.

Com tudo isso, quer se sugerir que, por maior silêncio que se faça ante as questões de relevância política, não só as idéias como os problemas de uma sociedade encontram-se difusos no âmbito mais íntimo das populações, através da circularidade e da capacidade de irradiação das representações produzidas pelos discursos políticos ou intelectuais.

Ante tudo isso, é verificável também, tanto no âmbito político como no intelectual, a concorrência por um monopólio na autoridade de legislar em matéria cultural (como já é natural em matéria política). Continuamente os personagens procuram desacreditar e desautorizar o discurso de seu concorrente ante a defesa da causa de limites. É claro que em grande parte dos casos a intenção basicamente é a de macular a carreira política dos adversários. Dessa forma, no interior do debate com Santa Catarina sobre a questão de limites há também outro debate que visa definir quem realmente defende a “causa do Paraná” e quem finge defender ou é incompetente em defendê-la.

O discurso intelectual, o discurso político. Os lugares do discurso.

Outro aspecto de importância na caracterização do “intelectual” em sua especificidade, diz respeito à configuração que assume o discurso por ele proferido:

¹⁷³ Que foram candidatos a deputado federal na mesma eleição de Defreitas. “*Leoncio Correia, porém, o inefável Leoncio dos sonetos marechalícios é que se não conformou com tão formidável derrota [...]*”. Pelo *Telegrapho. Eleições no Paraná*. In: *Diário da Tarde*, 2 de fevereiro de 1912, p. 02.

basicamente, na forma com que ele é construído e disposto na sociedade, nas características que ele apresenta e representa ¹⁷⁴.

Primeiramente, a estrutura das narrativas sobre as fronteiras e o problema da identidade, resume-se na linearidade, na expressão das sucessões causais simples, na organização dos eventos “mais notórios” e “dotados de importância”, na eleição de nomes emblemáticos, na verbosidade e ênfase retóricas, no apelo a uma “erudição” e lastro informacional sobre os documentos referentes aos “limites históricos” do Paraná, enfim, na peculiaridade que torna indistinguíveis, discurso intelectual e discurso político.

Nesses discursos, uma peculiaridade seria o conjunto de verdades, apresentadas como inquestionáveis, que são expostas de forma a fornecerem a autorização e legitimação para o intelectual assumi-lo como sua responsabilidade e a sociedade, em contraponto, permitirem-no como seu porta-voz.

Entre os inúmeros aspectos que ressaltam dos discursos intelectuais, alguns possuem uma maior relevância na medida em que revelam características peculiares de como os intelectuais pensavam a sociedade, em outros termos, revelam sua visão de mundo e, até certo ponto, uma visão de mundo partilhada e extensível a toda uma sociedade. Nesse sentido, a figura do pioneiro, o significado da herança, a crença em um futuro luminoso para sua sociedade, a idéia de uma comunidade paranaense, a imagem que construíam de si mesmos, a imagem do Paraná e a imagem da diferença, o sentido de progresso, moderno e civilização, entre outros, são alguns dos assuntos a serem precisados e refletidos.

Na leitura das diversas narrativas não só do período estudado como anteriores, verificamos não só uma falta de ineditismo como uma certa repetição demasiada dos argumentos, em um tributarismo da matriz argumentativa “fundadora”. A estrutura das narrativas também se oferece com uma espécie de padrão: uma apresentação da situação seguida de um apanhado histórico que remete desde as capitânicas hereditárias até a emancipação e a posterior querela com Santa Catarina, concluindo com tons exaltados de defesa da justiça e da verdade. Em outros termos, queremos dizer que o debate oferece pouco refinamento e profundidade reflexiva, baseando-se sobremaneira na qualidade retórica e na eloquência simplesmente.

A grande maioria das narrativas de defesa da causa paranaense na questão do contestado possui dois aspectos que perpassam suas construções, quais sejam uma dimensão histórica e um discurso calcado em uma argumentação geográfica acerca dos limites do espaço paranaense. Desse modo, “*o discurso geográfico passava a se constituir, assim, em uma das mais importantes fontes para o enquadramento regional do Paraná*”

¹⁷⁴ Embora a fala intelectual sobre as fronteiras e sobre a identidade paranaense seja tema da segunda parte, aqui se pretende apenas uma preliminar exposição sobre esse assunto.

¹⁷⁵, mas não só, o discurso histórico também fornecia os elementos para emoldurar e singularizar o espaço, constituindo dessa forma a região.

Da mesma forma que todo discurso precisa de uma “pré-estrutura”, também precisa um lugar “de onde” e “para onde” se projeta. “De onde” retira não só sua legitimidade e autorização, como também a suas próprias condições de materialização. Os diferentes *locus* onde se produzem e, efetivamente, se materializam os discursos, possuem também – cada um a sua – forma de operação. E um lugar “para onde” se dirigem formalmente, ou seja, o lugar que os emissores têm em mente; assim como, os lugares para onde os discursos se difundem sem a intenção formal dos emissores.

No Paraná, os lugares de onde partem os discursos sobre as questões de fronteira e identidade são basicamente de duas ordens: a tribuna das câmaras legislativas ou então as palestras públicas em eventos patrocinados pela política local; e o lugar das narrativas jornalísticas: os periódicos locais e da capital federal principalmente. Embora, a partir de 1912, começasse a surgir outro espaço possível: a Universidade, como evolução do lugar “cátedra escolar” ¹⁷⁶.

O ambiente literário, já nos fins do século XIX, aparece como o lugar de uma quantidade impressionante de publicações periódicas, sejam jornais, revistas, folhetins, etc. a partir desse momento, “*jamaís se escreveu tanto; cada escola, cada partido, inclusive cada pessoa tinha seu próprio porta-voz*” ¹⁷⁷.

A história, o discurso historiográfico e a construção do acontecimento ¹⁷⁸.

Como era apreendido o desafio que se compunha na resolução da questão de limites e da questão identitária pelos intelectuais? Qual o tom característico desse problema? Qual o status da questão na agenda de discussão da sua sociedade? Como

¹⁷⁵ SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 06.

¹⁷⁶ A universidade constituiu o espaço que institucionalizou o discurso dos especialistas, tanto do médico e do engenheiro, assumiram a força de verdade entre a elite curitibana a partir do início do século XX. Cf. CAMPOS, Névio de. Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866--Int.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2008, p. 02-05.

¹⁷⁷ NÚÑEZ, Juan Paredes. *Paralelos de lo fantástico decadentista. Un caso de proyección de Maupassant en España*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006, p. 01.

¹⁷⁸ Ou ainda sob o nome de “evento”. Os eventos simplesmente acontecem, são de ordem empírica, enquanto que os fatos são construções, são seleções efetuadas no real fragmentário da história *res gestae* e compostas sob a forma de uma narrativa, portanto de ordem linguística. Nesse sentido, a narrativa histórica é duplamente “fragmentaria”: primeiro pela própria descontinuidade das “fontes” de pesquisa, na medida em que são “cacos” do passado, já são uma primeira seleção; e segundo, pela operação que seleciona esses “cacos” como merecendo o status de “fonte histórica”.

cada questão assume um determinado status na hierarquia dos acontecimentos? Muitas perguntas podem ser feitas quando se tem em mente um acontecimento e a sua relação com o contexto específico do qual é produto, ou em outros termos, a forma como o “acontecimento” se torna um evento extraordinário. Nesse sentido, a compreensão do campo disciplinar da história e das áreas afins, que operam na construção do acontecimento, assim como dos personagens promotores do discurso cujo “acontecimento” é objeto, pode colaborar em uma melhor visualização do contexto específico e do “clima” que envolvia a resolução de tais questões (questão de limites e questão identitária).

Nos variados discursos que se inserem no debate acerca da questão de limites com Santa Catarina, ou então, na promoção de um projeto identitário para o Paraná, verifica-se uma integração de diversos campos disciplinares distintos ¹⁷⁹. Da história a geografia, do direito ao discurso que poderíamos chamar “administrativo” (da administração pública ¹⁸⁰, político, sanitarista), uma rede imbricada de caracteres soma-se na construção do – contemporânea ao – acontecimento.

De toda forma, guardadas as devidas diferenças entre os campos disciplinares e seus respectivos *modus operandi*, uma espécie de “matriz” perfaz a maioria dos discursos. Essa “matriz” é composta de uma gama de características que fazem referência e estabelecem relação direta com o contexto *lato sensu* da sociedade em geral (na qual os discursos são produzidos, na qual há um determinado conjunto de recursos mentais a disposição) e com um contexto *stricto sensu* da própria formação dos personagens emissores dos discursos. Nesse sentido, com o auxílio do que já foi dito anteriormente, tendo consciência de que é impossível recuperar, no conjunto, todo um “*ethos*” ou “mentalidade” do passado, pretendemos aqui traçar uma espécie de “itinerário” da construção do acontecimento “Questão de Limites” e do infra-acontecimento “Questão Identitária”.

Um dos aspectos principais, e também o mais genérico, é o do próprio resultado da influência positivista. Toda uma geração de “intelectuais” e “técnicos” seria formada sob os auspícios do pensamento cientificista, em específico, na tônica da filosofia positivista comtiana e, posteriormente, durkheimiana (ou mesmo na heterodoxia de um Paul-Émile Littré, autor positivista relativamente difundido no Brasil). Nesse sentido, um dos principais aspectos é a perspectiva evolucionista no pensamento intelectual, que se desdobra sob a

¹⁷⁹ Esses diferentes “conhecimentos” estão presentes neste debate como fornecedoras de uma função legitimadora dos discursos intelectuais e políticos, assim como os munindo de autoridade. Quando um discurso recorre a uma determinada ciência está buscando as diversas funcionalidades que isso permite: em primeiro lugar a geração de autoridade permite falar e ser ouvido; em segundo lugar a função legitimadora gera o efeito de verdade; por fim, um emprego performático e outro localizador (situar a discussão em um campo semântico).

¹⁸⁰ Cf. PASTORI, Giorgio. Administração Pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 10-7.

forma da visão progressista (ou mesmo teleológica ¹⁸¹) da história da civilização e, em um sentido mais senso comum, na própria idéia de “destino”.

Os exemplos dessa visão de mundo, que podem “testemunhar” a ampliação dos horizontes intelectuais no contexto específico do Paraná da virada do século, poderiam ocorrer ininterruptamente, no entanto, alguns se fazem necessários. Rocha Pombo, em seu “Paraná no Centenário” de 1900, falando – obviamente – do Paraná, comenta sobre “[...] *algumas questões especiaes ligadas aos nossos destinos*” ¹⁸², como também, em relação às comemorações do 4º centenário, menciona aquilo que chama “*eixo da existência moral do planeta*” ¹⁸³ e termina sua introdução com uma verdadeira “profissão de fé”:

O Paraná, deste modo [em relação às comissões organizadas para os festejos do 4º centenário], associa-se a esse nobilíssimo grupo de almas, confraternizadas numa das demonstrações mais bellas e mais augustas de quantas até hoje assignalam na Historia a nossa virilidade de povo e a nossa consciencia de nação, o nosso heroísmo no trabalho e a nossa perseverança na persecução do destino. ¹⁸⁴

Outro historiador da época, Romário Martins ao abrir os seus “Documentos Comprobatórios” de 1915, inicia com a epígrafe de um Littré: “*para aquelles que tratam scientificamente a historia, a empresa consiste hoje em traçar as vias e os meios pelos quaes cada presente procedeu de cada passado*” ¹⁸⁵, numa linha que deixa poucas dúvidas acerca de sua perspectiva “genética” da “evolução” histórica. Ou então, continuando com os exemplos, a visão de um personagem quase anônimo, em sua publicação em um dos jornais locais, verifica que “*o progresso, que estabeleceu a sua tenda na nossa formosa Capital*” é a “*causa desse phenomeno que nos assalta*” ¹⁸⁶, referindo-se ao “fenômeno” do saneamento. Dessa forma, é verificável que uma mentalidade permeada pela idéia de evolução, tanto na acepção progressista como na teleológica, fosse relativamente difundida na sociedade paranaense do início do século XX.

¹⁸¹ Interessante observar o papel que as “previsões” teriam na mentalidade à época: “*O famoso barão Ergonte, Mucio Teixeira, deitou prophcias sobre o anno em começo, pela imprensa do Rio. Prophecias horríveis! E bem de ver que muitas, tiradas por indução, hão de se realisar, valorisando os dons propheticos de Mucio.*” [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1912, p. 01.

¹⁸² POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. X.

¹⁸³ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 01.

¹⁸⁴ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. XIII.

¹⁸⁵ LITTRÉ, Paul-Émile. *Fragments de Philosophie Positive*. Apud: MARTINS, Romário. *Limites entre os estados do Paraná e Sta. Catharina*. Vol. 01: Documentos. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1915, capa. Diferentemente do posicionamento do historiador, embora posterior, David Carneiro, por exemplo, que se ligou ao positivismo ortodoxo de Pierre Laffitte.

¹⁸⁶ CESAR, Braulio. “*Coritiba Progride...*”. In: Diário da Tarde, 06 de janeiro de 1912.

Na série de desdobramentos da mentalidade cientificista no Brasil ¹⁸⁷, outro aspecto que surge como de absoluta importância no entendimento da mesma, é o do lugar que ocupa a idéia de “raça” e de “meio” (advindas das *teorias raciológicas* ¹⁸⁸ em voga a partir da segunda metade do século XIX). Essas idéias teriam sido “importadas” muito mais como um movimento de recepção seletiva, a fim de explicar as causas do “atraso” brasileiro comparado com os países europeus, do que uma simples imitação ou aceitação inconsciente. Nesse sentido, as teorias que aqui vingaram, no que tange a idéia de “raça”, ocuparam um lugar de destaque, na medida em que produziam “o” sentido para o lugar que o Brasil ocupava na roda da evolução: o lugar do atraso, mas que, nas disposições otimistas, era referendada por um destino infalível e glorioso ¹⁸⁹. O reverso da moeda, o dos posicionamentos pessimistas, verificar-se-ia nas perspectivas ressentidas, nas quais o Brasil insistiria em não “dar certo”, por conta das idéias – entre outras – de que a própria natureza dos trópicos seria contrária ao desenvolvimento de uma civilização, de que a população não possuía as características culturais, sociais e psicológicas que propiciassem seu amadurecimento e que o próprio *modus operandi* (imitação das teorias e idéias européias) das “coisas da inteligência” seria um reflexo dessa falta de amadurecimento, ou mesmo, de capacidade potencial.

Dessa forma, as idéias-matriz de “evolução” e “raça”, seriam pensadas de forma imbricada e implantadas no estudo da realidade brasileira. A partir dessas idéias, a derivação de inúmeros pressupostos iria permear os discursos intelectuais: o antagonismo entre cidade e suas margens, então chamadas “sertão”; de forma análoga, a incompatibilidade entre o que se desejava moderno e o primitivo, em outros termos, as fronteiras entre a “civilização” e a “barbárie”; o problema da identidade e a estigmatização da diferença.

Por trás dessa “receptividade” de idéias como as de “raça” e “evolução” está um fator de ordem política, que acaba por dotar de sentido a seletividade que caracteriza essa apropriação: a questão do nacionalismo. É nesse aspecto que o projeto político nacional, que visa à fusão entre o estado e a nação, recorre a “idéias” (na maior parte, “importadas”,

¹⁸⁷ Importante lembrar o papel que os viajantes estrangeiros tiveram ao influenciar, com seu naturalismo científico, inúmeros pesquisadores brasileiros, e mesmo outras esferas como a política imperial, envolta na mentalidade romântica. A Áustria (Spix e Martius, 1817-1830), a França (Saint Hilaire, 1816-1822, a Missão Artística Francesa de 1816) e a Rússia (Langsdorff, 1824-1829) tiveram o privilégio de desenvolver suas expedições exploratórias no Brasil. Cf. COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Org.). São Paulo: Cortez, 2003.

¹⁸⁸ Termo empregado por: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. Ou então, o também empregado oximoro “racismo científico”.

¹⁸⁹ Mesmo Gobineau, um crítico (ou “inimigo cordial”) do Brasil, teria apontado em “*L’Emigration au Brésil: l’Empire du Brésil à l’Exposition Universelle de Vienne*” de 1873, que o Brasil “tinha jeito”. Ver: GAHYVA, Helga. *Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau?* In: *Alceu*, jan./jun. 2007, vol. 07, nº 14, p. 152-159.

porém “adaptadas” ao contexto) que forneçam uma explicação plausível para os problemas decorrentes da aplicação da ideologia nacionalista: o evolucionismo se não explicava a atual situação, ao menos propunha a possibilidade de um futuro triunfante ao mesmo tempo em que colocava em suspensão uma resolução dos problemas coevos; as teorias racialistas, no entanto, almejavam uma resposta imediata aos problemas de desenvolvimento social, cultural e econômico, enfim, ao atraso brasileiro ante os países europeus; e a modernização seria uma tentativa de impor de forma mais pragmática o desenvolvimento nacional, ou então, a “evolução de uma civilização”.

Neste quadro, é conveniente aqui expor e fazer uma breve digressão, também se inclui as discussões sobre a necessidade de tornar a população “mais branca”, através daquilo que ficou conhecida como “política do branqueamento”, na medida em que tal raça seria mais afeita aos desígnios da modernidade e da civilização. Interessante notar é que, apesar desta proposta eugênica do branqueamento (afinal, “branqueamento” é fruto de uma miscigenação controlada por uma “política” e interessada em apagar a figura do tipo negro da população) ser na realidade uma teoria da mestiçagem, é tradicionalmente enquadrada como uma teoria, ou proposta, raciológica. Devemos compreender que, para uma mentalidade que visa um “melhoramento” da população e na ausência de uma forma executável de se desalojar do país os tipos não-brancos (através da expulsão ou do extermínio, por exemplo), a única alternativa viável é a que garante uma “redução dos danos”, ou uma “equalização das perdas e ganhos”. Se no Paraná não haviam “*bem nascidos*”¹⁹⁰, a alternativa resultante de um conjunto diminuto de escolhas possíveis seria aquela em que a otimização da raça se faria através de políticas de miscigenação entre os elementos componentes da população, através também do incentivo à imigração de europeus ao estado.

Esse arcabouço de idéias conformaria, além do imaginário, o próprio campo disciplinar da história, assim como das demais disciplinas produtoras de discurso histórico no âmbito dos debates no Paraná. A idéia de uma história que progride, genética, evolutiva, mas também etnocêntrica, cuja preponderância do elemento dito “civilização” e “moderno”, contrapostas à de “barbárie” e “atraso”, seria a tônica das narrativas sobre os assuntos de fronteira e identidade.

No que tange a especificidade do embate sobre a questão de limites e o problema da identidade, inúmeros personagens colaboraram para que o evento “questão de limites” se tomasse, enfim, um “acontecimento” com duração e caráter extraordinário. No entanto, para que uma historiografia ulterior pudesse retomá-lo e rememará-lo, portanto garantindo sua permanência e importância histórica, foi necessário que ele (o

¹⁹⁰ O significado da palavra “eugenia”, cunhado por Francis Galton em 1883. Ver: GALTON, Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. New York: AMS Press, 1973.

acontecimento) fosse construído por uma série de discursos, no caso de nossa pesquisa, contemporâneos ao próprio “acontecimento”¹⁹¹. É de se notar, porém, que quando se pensa a questão identitária no período, verifica-se que ela não possui o mesmo status de “acontecimento” (ou então, de “Acontecimento”), vindo a ser constituída como tal, somente muito posteriormente.

Na medida em que os discursos orientam a atenção para focos específicos na ordem dos eventos – transformando-os em “acontecimentos” –, são os intelectuais, ou então, muito genericamente, toda personagem com competência de produzir um discurso dotado de autoridade e legitimidade, que efetivamente definem o que portará o status de “acontecimento” em detrimento daqueles relegados ao esquecimento, ou a uma posição inferior (infra) no conjunto das produções históricas. Nesse sentido, com a preponderância de um evento, alçado a “Acontecimento”, quantos outros seriam impedidos de tomarem-se como tais? A historiografia ulterior e o seu papel na “monumentalização” dos acontecimentos e de *uma* história seriam, nesse quadro, um capítulo posterior da análise.

Ao afirmar o desenrolar da questão de limites como “o” grande “Acontecimento” do período, de certa forma operava-se uma transposição: do problema concreto daquela sociedade (dos “intelectuais”), uma questão primordial na agenda dos debates, à uma imagem representativa do status de tal problema (e de seus desdobramentos) no âmbito de um quadro geral simbólico da organização histórica da sociedade (em geral), com repercussões em sua moral e visão de mundo, nos seus quadros de representações e nas próprias posições-de-sujeito¹⁹² à se ocupar.

Dos personagens diretamente envolvidos com a questão das fronteiras e, ao mesmo tempo, com a problemática identitária, dois deles já foram mencionados acima: Rocha Pombo e Romário Martins seriam os principais representantes do ofício histórico no momento em que o século inicia sua “evolução”.

O primeiro, José Francisco da Rocha Pombo¹⁹³, considerado “*pai da historiografia paranaense*”¹⁹⁴, seria assinalado por seu sucessor como uma “*cerebração potente*”, onde “*tudo através do seu espírito e do seu temperamento assumia proporções*

¹⁹¹ Importa mencionar também que, no processo de construção de um acontecimento, o discurso produzido, muitas vezes, se estende para frente e para trás, não só obliterando o que veio antes dele como impossibilitando que uma outra perspectiva sobre o evento possa ser feita posteriormente.

¹⁹² Ver: WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença*. 5ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

¹⁹³ Rocha Pombo (1857-1933). Ver: QUELUZ, Gilson. L. *Rocha Pombo - Romantismo e Utopias (1880/1905)*. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 1998; CAMPOS, Névio de. Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938. In:

<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866-Int.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2008, p. 02-05;

¹⁹⁴ Ver, por exemplo, o projeto “Casa da Memória Rocha Pombo”, que assim o aponta, como também, sendo uma das pedras fundamentais para a criação da universidade no Paraná, em: <http://ube-164.pop.com.br/repositorio/22116/meusite/>.

mal pressentidas pelas inteligências comuns”¹⁹⁵. Vinculado de forma umbilical a imprensa e, com menor destaque, a vida política paranaense, ficou conhecido por sua proposta de criação de uma universidade no Paraná, onde esta exerceria “*um papel fundamental no projeto educativo proposto por Rocha Pombo, pois seria responsável pela formação do sábio, capaz de dirigir a cidade, bem como de promover a elevação intelectual e moral dos outros homens*”¹⁹⁶.

Sua vida de escritor inicia-se já em 1881 quando publica “A Honra do Barão”, seguida de “Dadá” e “Supremacia do Ideal”, ambos de 1882, “A Religiao do Belo” de 1883, o romance “Petruccello” e o livro de contos e poesias “Visões” de 1888. Contudo, seu primeiro trabalho histórico somente é produzido em 1900 quando da publicação de “Paraná no Centenário”¹⁹⁷, obra que tinha por objetivo prestar seu contributo às comemorações do quarto centenário do descobrimento ou, com outro tom, bradar “*Ave Pátria!*”, “*em nome do Estado do Paraná – solemne demonstração de solidariedade com a alma nacional, na grande comemoração de 1900*”¹⁹⁸. Em meio as suas produções ficcionais, poéticas, filosóficas, era a história que, no entanto, passaria a ser o campo que lhe garantiria o status de figurar entre os principais historiadores paranaenses, sendo sua “História do Brasil” (em 10 volumes) o seu ponto maior.

Em seu “Supremacia do Ideal”¹⁹⁹, um ensaio onde apresenta algumas especulações de ordem estética e filosófica, evidencia algumas leituras disponíveis em seu contexto: das evidentes leituras de Comte, Darwin, Spencer, Kant, Hegel, a Littrè, Condillac, Renan, Humboldt, Turgot, Nietzsche, Novalis, entre outros.

Importante é notar o papel que a reflexão filosófica teria em sua perspectiva de estudos não só da história e dos problemas de seu tempo, como da noção que construiu e que foi motriz na sua proposta de uma universidade para o Paraná. Para o autor, uma diferença fundamental polarizaria a relação entre a filosofia e a ciência, uma vez que a “*filosofia é todo o trabalho de indagação feito pelo espírito humano em busca da verdade*” e a “*ciência é a consubstanciação das verdades que a filosofia apurou*”²⁰⁰, o que, de certa forma, denota uma mentalidade cujo movimento parece contrariar o curso natural do

¹⁹⁵ MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. 111.

¹⁹⁶ CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938*. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866--Int.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2008, p. 03.

¹⁹⁷ Publicada em 03 de maio de 1900, posteriormente – no mesmo ano – viriam “História da América” e “O Grande Problema”. Ver: POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900.

¹⁹⁸ Já na página de abertura: POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900.

¹⁹⁹ Ver: POMBO, Rocha. *Supremacia do Ideal*. S.n.d., 1892.

²⁰⁰ POMBO, Rocha. *Petruccello*. Curitiba: Impressora Paranaense, 1892, p. 27.

processo modernizador da sociedade, onde a ciência e a técnica assumem as rédeas e acabam por agregar as atenções.

Em relação à questão racial, Rocha Pombo é, como no dichê, um “homem de seu tempo” e está absolutamente envolvido com a discussão sobre a presença africana no Brasil. Naturalmente, é um dos que acabam por reforçar a visão etnocentrista da inferioridade tanto do elemento negro como indígena. Como aponta, em relação ao oeste paranaense, ele “*se acha quasi inteiramente despovoado. Erram por alli ainda numerosas hordas selvagens, umas de todo refractarias á civilização*”²⁰¹.

[...] dizendo aos povos co-irmãos como têm marchado até hoje, quaes os estímulos da sua fé no destino, da sua esperança na grandeza futura da terra benedicta onde em 1500 puseram pés e levantaram tendas os seus avós. E assim, a commemoração que celebramos virá a significar o que significar devem todas as commemorações – uma parada nesta ascensão para o destino, uma pausa de resfolego, que nos permita volver olhares para a rota vencida e medir os horizontes que vamos desvendando!²⁰²

Esta passagem, seguida das já anteriormente citadas²⁰³, mostram um historiador em que, com um dos pés, pisou no solo de um romantismo tardio chegado a província e com outro já, demonstrando sua transição de gerações, vinculando-se a uma mentalidade *fin-de-siècle*, renovada pelo culto à ciência, ao progresso, a civilização. Rocha Pombo seria o responsável pela difusão de uma “mentalidade historiadora” no Paraná, ou ainda, de uma “imagem intelectual” exemplar: de uma vida relativamente difícil em uma cidade interiorana ao apogeu de uma vida residindo na capital do país, com publicações notórias e da magnitude de uma “História do Brasil”, por exemplo, obra que iria projetá-lo nacionalmente²⁰⁴.

De uma geração posterior, Romário Martins²⁰⁵ é o autodidata que se tornou historiador de seu tempo através dos debates a que se viu envolvido, o que, também,

²⁰¹ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 88.

²⁰² POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. XI.

²⁰³ Ver notas 76, 77 e 78 inclusive.

²⁰⁴ “História do Brasil” em 10 volumes, escrita entre 1905 e 1917, seria intensamente criticada por Capistrano de Abreu, não só por carecer de fundamentação empírica, por sustentar-se em fontes secundárias e por uma ausência de pesquisas documentais, mas também por dar um relevo maior a categoria “povo” do que a uma descrição de acontecimentos políticos e dos heróis nacionais.

²⁰⁵ Romário Martins (1874-1948). Ver: CARNEIRO, Cíntia Maria Sant’ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 a 1928*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001; SVARÇA, Décio. *Ó Forjador: Ruínas de um Mito: Romário Martins (1874-1944)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993; CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romário Martins: Biografia intelectual. In: MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. V-X; _____. História do Paraná. In: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. XXIX-XLII; SOARES, Luis Roberto. Romário: um historiador combatente. In: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. III-

produziu mais um elemento de sua caracterização: sua intensa vida pública, na medida em que também fora deputado estadual por várias candidaturas, funcionário público e jornalista nos diversos jornais (Dezenove de Dezembro, A República, Diário do Paraná, etc.) e revistas curitibanos. No entanto, sua carreira enquanto historiador só inicia em 1898 quando da publicação do folheto “Combate do Cormorant”, seguido do livro “História do Paraná” de 1899, e após, uma fértil via nos caminhos da historiografia. Entre 1901 e 1916, período intitulado por ele mesmo como a segunda fase de sua vida intelectual ²⁰⁶, desenvolveu seus esforços na questão de limites do Paraná, empenho que lhe gerou além de inúmeros convites de participação em Institutos Históricos do país e internacionais, também condecorações da mesma ordem.

Dessa sua experiência com a construção da história paranaense, assim como da defesa da “causa” na questão das fronteiras, verificará a necessidade da constituição de uma identidade que fortalecesse seu estado em presença de novos embates. É devido a isso que inicia seu pensamento sobre o “paranismo” ²⁰⁷, com a publicação de manifestos e artigos, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e do Centro Paranista.

Com relação ao seu modo de pensar a história, em específico, apesar da “evolução” do seu pensamento ao longo dos anos, a “matriz” antes mencionada, seria uma conformadora. Tanto as idéias teleológicas (ou simplesmente progressistas) como um candente etnocentrismo baseado nas idéias de raça-meio, contornariam seus escritos sobre a história do Paraná e, especificamente, as publicações sobre os problemas fronteiriços e identitários. É notório que em sua “História do Paraná” de 1899, de início, já proponha uma descrição do “meio físico”, seguida de uma “distribuição geográfica das tribos indígenas” e de “fatores étnicos fundamentais”, sendo que já nas primeiras linhas verifique-se uma súpula do pensamento que conduzirá sua escrita: “o conjunto de circunstâncias que definem o meio físico de um país, exerce influência, por vezes decisiva, no seu destino”, assim como, “o campo e a floresta, não somente decidiram de nossa existência como de nossa índole” ²⁰⁸. Tendo isso por base, a do “contrato humano com a terra” ²⁰⁹, é que Romário Martins, apesar de mencionar uma não-diferenciação das raças em superiores e inferiores, acaba por construir sua idéia etnocêntrica de que determinadas parcelas da humanidade estariam diversamente adaptadas a meios geográficos distintos: no caso do

XV; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alfredo Romário Martins. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 275-7.

²⁰⁶ Cf. MARTINS, Romário. *Eu*. S.n.d.

²⁰⁷ Sobre “Paranismo”, ver: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

²⁰⁸ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 03, 04.

²⁰⁹ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 05.

Paraná, com seu clima ameno, seriam “as raças européias” as que melhor ali se desenvolveriam²¹⁰.

Embora em sua história haja espaço para uma descrição dos “primeiros habitantes”, tanto indígenas quanto povoadores europeus, é manifesto o fato de que, para Romário Martins, a história só inicie-se com a incursão de um “representante do governo” neste espaço: diria “*começaram então os tempos históricos*”²¹¹. Em Romário Martins, um outro conjunto de idéias também seria perceptível: as advindas do romantismo. Além do nacionalismo e do regionalismo marcantes de sua obra historiográfica, uma feição indianista também se faz presente ao elogiar o elemento indígena, no entanto, “europeizado”, portador de traços que o identifiquem com a “civilização”: os costumes “primitivos” em transformação no “*desuso dos batoques nas orelhas e diminuição dos do lábio inferior*”²¹².

Sua “vocaçãõ” racista seria verificada em passagens em que aponta a “*pouca solidez de estrutura moral e pouco equilíbrio de caráter*” do elemento negro, com franca vantagem dos “mestiços” do “*ponto de vista intelectual e social*”. Vantagem porque acabavam por produzir “*perfeitos tipos eugênicos*”, no sentido de “*europização da tez*”²¹³, afinal: “*são tais os efeitos do cruzamento de mestiços de negro observados no Brasil, que se pode prever, ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente*”²¹⁴. E continua:

Está assim o nosso país fazendo a sua evolução étnica e social muito mais rapidamente do que o fizeram quaisquer dos povos europeus e realizando muito mais perfeitamente a assimilação dos elementos bárbaros que entraram na formação das suas populações. Desses elementos não herdou o brasileiro as qualidades egoísticas como as que habitam o fundo psicológico das populações do Velho Mundo, antes, pelo contrario, constituiu-se por designio insondável da Criação, um dos mais nobres tipos morais da Humanidade, do ponto de vista social, político e moral.²¹⁵

E essa passagem resume, em grande parte, o que aqui se deseja falar sobre um dos historiadores do período que é, em parte, o reflexo de uma mentalidade difusa no meio ao qual faz parte Romário Martins: não só a visão progressista, teleológica, evolucionista, mas uma fé irremediável na infalibilidade de um destino certo e glorioso, como também na

²¹⁰ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 25.

²¹¹ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 66.

²¹² MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 48.

²¹³ Uma das obras que sintetizam esse pensamento da “mestiçagem”, desdobrado no projeto e ideologia do “branqueamento” é “*A Redenção de Carí*” de Modesto Brocos y Gomes lançada em 1895.

²¹⁴ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 157, 155, 156, 157, respectivamente.

²¹⁵ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 157.

certeza da “*missão cultural*”²¹⁶ a que estavam imbuídos; não só o etnocentrismo, baseado nas idéias de raça e meio, mas o enaltecimento da “raça paranaense” com tons claros de uma grandeza romântica²¹⁷.

Outros historiadores também participaram na mesma época da consolidação de uma “mentalidade histórica”. Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, apesar de ter cursado o curso preparatório de direito em São Paulo, acabou formando-se em medicina, sendo um dos paranaenses beneficiados por uma formação em universidades do exterior (em 1881, Universidade da Pensilvânia nos Estados Unidos). Em seu retorno ao Paraná em 1882, torna-se Diretor de Instrução Pública para já logo em seguida transferir-se para Lisboa, onde desenvolveu suas atividades como historiador, coligindo uma série de documentos sobre a história do Paraná. Por isso foi eleito para a Academia de Letras do Paraná onde assumiu a cadeira cujo patrono era seu pai Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

Já Ermelino Agostinho de Leão é lembrado pelo seu “Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná”, publicado entre os anos de 1926 e 1950, embora houvesse produzido inúmeros trabalhos anteriores, no âmbito dos debates sobre os limites do estado. Seriam, “O Contestado Norte”, “O litígio perante a História” e “Secular Pendência”, entre outros, os trabalhos vinculados a essa fase “publicista” das questões fronteiriças paranaenses. Participaria do Instituto Histórico e Geográfico Nacional e também na seção paranaense, assim como em entidades internacionais:

Lemos do *Antonina*:

O nosso distinto amigo e illustrado companheiro, cujo nome epigrapha esta notícia, acaba de ser distinguido pela “Societè Academique d’Histoire Internationale” de Paris, com uma medalha de ouro e diploma de membro effectivo da mesma sociepade [sic], como homenagem prestado aos seus méritos, segundo comunicação, datada de 4 de Dezembro ultimo.

Ao preclaro homem de letras, que, por essa forma, vae vendo coroados os seus ingentes esforços de trabalhador infatigável o “Antonina” apresenta as suas mais sinceras felicitações.²¹⁸

Para Francisco de Paula Dias Negrão, autor de “Genealogia Paranaense” que, assim como o dicionário de Ermelino de Leão, contava com vários volumes e seria publicada ao longo dos anos até 1950, a dedicação à pesquisa histórica viria como produto

²¹⁶ CAMPOS, Nívio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938*. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866--Int.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2008.

²¹⁷ Perspectivas ainda presentes em “Terra e Gente do Paraná” de 1944, onde aponta Curitiba como “Paraná de hoje!”: “*ergam-se ainda mais, para o azul infinito, as taças colossais dos teus pinheiros em saudação a dois séculos e meio de tua história! [...] exaltem-se em tua honra, as forças que te criaram: o clima e a terra, propícios à vida de todos os seres [...] se for teu destino lutar pela liberdade, como o fizeste tantas vezes no passado, Curitiba! tu o farás certamente*”. MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. 187, 190 respectivamente.

²¹⁸ [JUNIOR, Celestino]. *Ermelino de Leão*. In: *Diário da Tarde*, 7 de janeiro de 1912, p. 01, (Itálico no original).

da influência do local que dirigiu entre 1906 e 1930: o Arquivo Municipal de Curitiba. No arquivo, também publicaria as edições do “Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba”, onde publicava documentos da Câmara Municipal com seus comentários.

Embora geógrafo de ofício, também bacharel em direito, Sebastião Paraná contribuiu com a história do Paraná ao enfatizá-la em suas obras e discursos, tais como em “Corografia do Paraná” de 1899, e os posteriores, “Galeria Paranaense” e “O Brasil e o Paraná”, respectivamente de 1922 e 1925. Foi professor e diretor no Ginásio Paranaense e na Escola Normal, passando pela direção da Biblioteca Pública e da Instrução Pública do Estado, acabaria tomando-se professor na recém fundada Universidade do Paraná.

Outro personagem, embora fosse político de ofício e bacharel em direito, seria Generoso Marques Santos. Este, através de sua experiência na licenciatura de História do Brasil e Geografia no Instituto Paranaense, marcaria seus discursos sobre o Paraná com o caráter histórico.

Para todos esses “intelectuais”, historiadores de ofício ou não, a questão de limites do Paraná tornara-se “o” Acontecimento do período. Apesar de já após a emancipação da província ocorrerem narrativas que advogam os direitos paranaenses dos limites, primeiro com o Paraguai e a Argentina, depois com São Paulo e Santa Catarina, assim como da questão identitária, é somente nas primeiras décadas do século XX que esses eventos assumem uma feição dramática na ordem dos acontecimentos. É a escrita histórica, utilizando toda essa dêixis fundadora produzida ao longo da segunda metade do século XIX sobre as fronteiras e a identidade, que organizará um quadro muito mais preciso e coerente da “ordem e progresso” do devir da “civilização paranaense”²¹⁹.

Para a maioria dos historiadores em atuação no período, principalmente após a ação reivindicatória do território contestado por Santa Catarina em 1901, a questão de limites ressurgiu dramática, comparada com o clima anterior, quando só se discutia o problema como forma de “marcar posição” ante a agitação catarinense no parlamento ou imprensa²²⁰. Já na obra de Romário Martins, no entanto, a questão de limites é o *leitmotiv* da maior parte de seus escritos e pesquisas. Já em “História do Paraná” de 1899, a questão é tomada como ponto de honra para todos aqueles que advogam a “causa paranaense”: é o último acontecimento abordado em seu livro. É, provavelmente, a ocasião em que se instituiu o acontecimento “questão de limites” como digno de figurar no hall dos ressentimentos emoldurados pela historiografia paranaense. Como o autor mencionado

²¹⁹ Expressão contida originalmente em: MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Fardol do Saber, 1995; posteriormente utilizada na publicação comemorativa: O MATE, a economia e a civilização paranaense: esboço histórico. In: *1º Centenário da Emancipação Política do Paraná: 1853-1953*. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica, 1953. Embora ainda hoje seja de uso relativamente difundido, na imprensa principalmente.

²²⁰ Cf. MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 447.

mesmo atesta, “os administradores, políticos e publicistas do nosso Estado somente *lhes haviam dado, até então, uma relativa importância*”²²¹.

Apesar da presença de vários historiadores – ou com pretensões historiográficas – durante as primeiras décadas do século, quem domina o campo são Rocha Pombo e Romário Martins. No entanto, todos participam de uma forma ou outra, na construção e consolidação dos mitos historiográficos, ou em outros termos, das fantasmagorias presentes até os tempos atuais na história paranaense ou, então, em uma mentalidade difusa no interior da sociedade. Logicamente, havemos de convir, que algumas obras de autores mais “famosos” em seu tempo tiveram, não só mais ampla abrangência em termos de possibilidade de sua leitura, como também maior irradiação do sentido que queriam, naturalmente, passar. Algumas obras foram alçadas ao status de “História Oficial”²²², com republicações e tendo seu interesse renovado, outras obras tiveram uma menor “longevidade”, até serem “superadas” por reflexões ou, ainda, descrições mais aprimoradas dos variados objetos da historiografia local. Contudo, relativizados seu campo de circulação e de influência, essas produções, cujo caráter historiográfico é característico do período, tiveram seu papel no lugar em que, ao fazê-lo objeto de estudo, ao mesmo tempo “glorificavam”.

Emblemas locais (mas que assumem, alguns, também status de “símbolo nacional”), com vivências ainda presentes, seriam construídos não só através de elementos retirados da natureza, tais como a araucária e, a sua derivação, o pinhão, como também na busca de “heróis” em personagens genéricos como a figura do bandeirante, assim como nos específicos vultos da história política e intelectual da província. Não obstante, a narrativa histórica também proporcionaria a construção de uma imagem de unidade e coerência a experiência anterior e, nesse sentido, dotando de significado (e de um “caminho rumo ao destino”) um passado paranaense. A ilusão de unidade e totalidade da experiência comum, na medida em que as narrativas limitam e controlam a polissemia, seria um fundamento à construção de uma identidade, ou em outro sentido, a difusão de uma mensagem: o Paraná é uma comunidade no tempo.

Nosso objetivo até aqui, compõe-se na exposição não só do contexto específico a que estiveram envoltos políticos e intelectuais paranaenses, mas também uma mais demorada reflexão sobre o status do “intelectual” e da “intelectualidade” paranaense do

²²¹ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 447.

²²² Verificável nos programas e diretrizes do ensino de história, por exemplo. Contudo, o epíteto é o de “Historiografia Tradicional”.

início do século prioritariamente. Da mesma forma, desejamos tornar mais nítido o “lugar” de onde os discursos sobre as fronteiras e a identidade paranaense são emitidos, demonstrando que o contexto era absolutamente peculiar e, cuja vicissitude, pode ser reconstruída através de uma análise do envolvimento dos personagens, motivo em parte, dessa pesquisa.

Nesse envolvimento, para com ambas as questões abordadas nos próximos capítulos, intelectuais e políticos locais, destinaram uma ampla “vontade” e força na execução, ou da defesa dos direitos do seu estado, ou na construção do seu estado. Também, a partir desse envolvimento, construíram-se a si mesmos, tanto como uma “intelectualidade” ou um corpus político dotado de longevidade, como que “representantes legítimos do Paraná” ou de sua “Magna Causa”.

CAPÍTULO 02.

O debate sobre as fronteiras e as “fronteiras do debate”.

Fronteira(s). Dispositivo qualificado que, para além da sua acepção formal (enquanto limite cartográfico ou político), tem por finalidades não só “sinalizar” a oposição que se encontra para além de suas marcas, como – e ainda um efeito simbólico – “*uma função mítica capaz de atualizar conteúdos, re-organizando continuamente [esse] mundo simbólico*”²²³, tanto de brasileiros como, especificamente, de paranaenses. No singular ou no plural, fronteira(s) significa(m), além de um processo que as constrói, um processo que constrói. Dito isso, nesta segunda parte, o interesse recai sobre, primordialmente, o reconhecimento de que “fronteira” é algo mais que a simples demarcação política entre dois estados, por exemplo. Subseqüente, é a exposição do processo de construção das fronteiras políticas entre os dois estados e, finalmente, a verificação de que ao se construir fronteiras, as fronteiras também constroem outra ordem de coisas. E pensar as fronteiras obriga-nos a também tratar sobre “território”, “região”, “espaço”, “lugar”, fronteiras... E, aqui, as reticências²²⁴ não são casuais, afinal pensar em fronteiras é também um exercício de reflexão sem-fronteiras. A reflexão, nesse sentido, como *fronteira-viva*...

Mas para além da verificação simplista que garante o pressuposto de que “tudo possui fronteiras”, um refinamento e uma reflexão mais profunda diriam que a fronteira é também um eixo de compreensão do mundo, assim como a própria condição de cognoscibilidade deste e das coisas que o compõe²²⁵. Um dispositivo que garante a possibilidade de pensarmos o mundo como um espaço transitivo, de lutas e negociações, de ambivalências, um lugar dinâmico e, portanto, em constante mudança. Fronteiras que estão presentes, a um nível mais operacional, tanto no esquadramento geográfico de um espaço, nas demarcações políticas entre dois estados ou nações, no conforto das residências e quintais, como também, já em um nível mais abstrato, nos sistemas simbólicos que classificam as coisas do mundo, nos discursos que organizam uma experiência e sinalizam as atenções, e nos próprios debates que discutem a fronteira.

Fronteiras que são produzidas ora espontaneamente através da própria verificação empírica de que as coisas são diferentes, separadas, conflitantes... e, a partir

²²³ SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. *Mídia, memória e discursividade das fronteiras brasileiras*. In: *Líbero*, Ano X, nº 19, Jun 2007.

²²⁴ E pensar as “fronteiras com reticências” revela-nos o oxímoro da incompletude, do devir da construção e das coisas que se constroem...

²²⁵ A idéia de “coisa”, ou de “parcela” e “parte”, somente são possíveis devido à existência de limites que o separam do todo, do integral... Sem “fronteiras”, as “coisas” estariam imiscuídas, sem-identidade, no continuum de um “todo” uniforme.

disso, internalizadas enquanto tais e organizadas em sistemas ou estruturas; ora confeccionadas a partir de estratégias conscientes, como, por exemplo, quando separa-se primitivos de modernos, civilização de barbárie, instruído de ignorante, etc.

Já em se tratando das *fronteiras de uma discussão sobre as fronteiras*, elas estão entre o lugar de quem fala e o lugar de quem ouve, estão entre os argumentos conflitantes, estão entre os sistemas de representação que concebem o mundo dos interlocutores, estão nas limitações do próprio debate, estão na sua originalidade e na sua falta, estão entre aquilo que é dito e aquilo que é silenciado ou obliterado...

As Fronteiras do Conceito: da “materialidade” dos limites à “intangibilidade” do simbólico.

Atualmente é quase desnecessário dizer que fronteiras (assim como “região”) são construções, na medida em que são fruto de procedimentos sociais e historicamente – simbolicamente – dados. Mas essa seria apenas uma acepção para a idéia de fronteira: a perspectiva formal de “*zona de um país que confina com outra do país vizinho*”, ou o “*limite ou linha divisória entre dois países, dois Estados etc.*”²²⁶. Nesse sentido, a fronteira possui uma “materialidade” na medida em que é definida em grande parte por acidentes naturais (rios, relevo, etc.), ou ainda por outros fatores (como estradas de ferro, por exemplo). Para além dessa idéia “material” de fronteira, uma outra acepção surge como sendo aquela que separa, por exemplo, dois regimes de identidade. Seria, então, uma fronteira de ordem simbólica na medida em que opera na divagem de aspectos não tangíveis de uma realidade social qualquer: na separação entre sistemas de representação, na linha que divide quadros de oposição (muito genericamente, por exemplo: dia x noite, bem x mau)...

No primeiro sentido, um dos requisitos fundamentais para a existência de um estado e exercício de sua soberania é a existência de linhas de fronteiras formais e precisas que demarquem o espaço de ação deste estado. No que tange a definição das atuais fronteiras, em âmbito internacional, alguns processos convergem para essa demarcação “mais precisa”: aspectos relativos à história, à antropologia, ao direito, entre outros, são esses fatores que operam nessa construção que são as fronteiras. Naturalmente, um processo que visa à precisão dos contornos fronteiriços entre os estados necessita de uma abordagem metodológica que o oriente, e esse método (ou pressupostos, ou procedimentos) é compreendido tendo-se em mente um cenário relativamente definido pelos

²²⁶ São algumas das definições mais comuns e usuais, presentes nos dicionários.

cortes das fronteiras coloniais. A história de um estado e de seus movimentos (geopolíticos), ante os estados vizinhos, ressona nas suas fronteiras atuais.

Fronteiras são constituídas por meio de processos onde a presença do conflito e de rivalidades é quase sempre presente. Um estado nunca abdica, sem discussões e pressões diversas, de uma parte do espaço que deseja seu. Da mesma forma, as populações que vêm nesse espaço um lugar para habitar, ou então como lugar útil a qualquer outra finalidade, também tem sua participação no processo de construção e definição de fronteiras, muito embora as fronteiras entre os estados e as fronteiras das populações nem sempre apontem para um mesmo lugar. Nesse sentido, a fronteira (ou melhor, o “espaço de fronteira”) é uma zona de convergência onde se encontram os interesses e desejos de diferentes personagens ²²⁷. Numa esfera mais “avançada” de interesses encontram-se os “intelectuais” que debatem e argumentam na defesa das fronteiras que aspiram e advogam como legítimas de sua nação, estado ou comunidade de interesses simplesmente. São os “intelectuais” que, de fato, são os agentes construtores de fronteiras, na medida em que são os porta-vozes de desejos-sem-voz (ou, que se fazem enquanto tais).

Em outro aspecto, uma fronteira mesmo que constituída e definitivamente demarcada, nunca é um lugar onde não há conflitos e antagonismos. Afinal, fronteiras demarcam o “entremeio” de dois lugares que não são o “mesmo”, que são dois lugares de diferenças (ou dois “regimes de identidade”) e que, portanto, são também espaços de negociação, de compartilhamento, de trocas, de reordenamentos, de sobreposições, de transferências... São o lugar onde dois mundos distintos – e que acima de tudo, se desejam distintos – se encontram e estabelecem comunicação.

Devido a esse caráter dinâmico, fronteiras são lugares – apesar da precisão formal de sua demarcação – sem nitidez, *“as fronteiras são zonas cinzentas, onde os contornos são mal definidos, a separação e a ligação dos campos opostos se fazem sem vergonha”* ²²⁸. Ou então, *“domínio das simbioses que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível”* ²²⁹: jogo de alianças, de comunicações oblíquas e de hibridismos. Nesse sentido, a diversidade e a densidade das interações que tem lugar em espaços de fronteira são também um elemento importante de análise.

Já para uma definição mais “formalizante” e operacional de fronteira, poderíamos partir de um dos elementos (povo, governo e território) que compõe a moderna definição de

²²⁷ Cf. EDER, Karl. . Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº. 53.

²²⁸ SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy*. In: *Liber Intellectus*, v. 1, nº 1, junho de 2007, p. 05.

²²⁹ DELEUZE, Gilles. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34, v. 4., 1997, p. 19.

uma nação. A partir da idéia de território podemos pensar a fronteira (diferenciada da noção de limite ²³⁰) como um parapeito ou lugar de separação entre as nações, geralmente situada em uma característica geográfica do território: um rio, conjunto de montanhas, deserto, etc. A intenção é realmente “separar” as nações, e nesse caso, mais que isso, as fronteiras são vistas como zonas defensivas, seja em relação ao princípio de soberania de uma nação, seja em relação a questões de ordem econômica, de zonas de influência, etc. De toda forma o que convém notar, é que no jogo das fronteiras, inúmeros interesses de diversificadas ordens estão a operar.

Mas no caso de divisões no interior dos países esses inúmeros fatores obedecem a outra lógica e dinâmica, afinal uma preocupação extra também intervém: a da necessidade de tornar congruente e coerente as divisões regionais à um projeto de nação, ou em outros termos, apesar das divisões internas, cada uma dessas “parcelas” do território deve atentar para o fato de que pertence a um todo maior que necessita de legitimação. Legitimação proporcionada, em parte, por símbolos confeccionados com essa finalidade: não só garantir a “identidade” do domínio (que é o espaço delimitado pelas fronteiras) como também aglutinar interesses-desejos das populações em torno desses símbolos.

Apesar de seu caráter formal ou mesmo “material”, nessa acepção de fronteira é importante perceber que ela acaba por produzir “ressonâncias” no próprio quadro mental que as produziu, como uma espécie de “retorno” ou “efeito simbólico” de sua própria materialidade. Seriam “efeitos de fronteira”, portanto, a sensibilidade do “estar na fronteira”, ou ainda, a própria percepção do mundo dividido por fronteiras, etc.

Da mesma forma que “[...] a cultura é uma produção que se consome ao produzir-se” ²³¹, as fronteiras (que além de serem acontecimentos culturais são também um dispositivo mental) são formações que, tão logo são constituídas, desaparecem e ressurgem em outro lugar: são como dispositivos mentais móveis. Igualmente, “[...] considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” ²³², e as fronteiras também, além de sua natureza enquanto representações, são um dispositivo presente na própria constituição das representações.

E, então, partindo para um segundo sentido, de ordem marcadamente simbólica, “fronteira” é a linha intangível que separa uma realidade também intangível: imaginários, sistemas de representação do mundo, quadros de classificação, identidades,... “Fronteira”

²³⁰ O termo “Fronteira” é mais abrangente e se refere a uma região ou faixa, enquanto que o termo Limite está ligado a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno.

²³¹ ROCHE, Daniel. Uma dedinação das luzes. In: Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 50.

²³² CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991, p. 177.

como um verdadeiro princípio de divisão das coisas do mundo, possivelmente baseado na primitiva divisão Bem versus Mal (e que autoriza outros, igualmente primitivos, no sentido da simples dicotomização ou ordenação das coisas do mundo em pares opostos: esquerda versus direita, eu versus adversário, etc.), que permite organizá-lo segundo diferentes lógicas: especificamente, através da oposição ou da cooperação.

Em primeiro lugar, fronteira não é um objeto empírico real, uma região, ou ainda, uma fase na vida de uma região, mas sim uma forma de propor uma investigação. A listagem habitual das áreas de fronteira não significa, portanto, uma enumeração de referentes concretos subsumidos no conceito de fronteira, mas tão-somente a indicação de objetos empíricos aos quais a aplicação de uma análise em termos de fronteira pode ser altamente rentável do ponto de vista da aplicação do conhecimento”²³³.

Apesar de seu caráter não-material, também são produto de construção e submetidas a determinadas regras para que se consolidem e possuam legitimidade (tal qual às fronteiras formais, materiais). Elas precisam incorporar-se à mentalidade, ao imaginário, aos sistemas simbólicos imiscuídos no seio das populações.

É conveniente para isso, apontar com Deleuze, que somente se “*monta a maquinaria das oposições categoriais para determinar o ponto que se subtrai a ela, a linha de fuga que absorve suas extremidades aparentes*”, assim, “*esse é o sentido profundo de uma máxima metódica sobre a qual ele não deixa de insistir: **tomar as coisas pelo meio**; não tentar achar primeiro uma das pontas, para depois ir até a outra*”²³⁴. Esse “terceiro” elemento que fica *entre*, ou no *meio*, é a superfície fronteira que rasga e complexifica os extremos formais (pareamentos): é a “*a superfície que guarda os devires que se desprenderam do fundo absoluto dos corpos e que estão por se metamorfosear em acontecimento às coisas, aos objetos, e sentido na linguagem, sentido para um sujeito*”²³⁵

Esta fronteira é o que cliva (segundo Deleuze, quando este trata da lógica do sentido²³⁶), especificamente, o acontecimento de seu sentido. E se esta fronteira que chega, efetivamente, a delimitar um e outro, o faz através da articulação de suas diferenças. Para além de qualquer delimitação formalizante, a fronteira desta natureza conecta as duas instâncias pela disposição em correlação de suas diferenças. Diferença articulada nem

²³³ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O cabodo e o brabo. In: *Encontros com a civilização brasileira*. v. 11. 1979, p. 111.

²³⁴ BADIOU, Alan. *Da vida como nomes do ser*. In: ALLIEZ, Éric (org). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed.34, 2000, p. 159, negrito nosso. Sugerimos também a leitura do apêndice da *Lógica do sentido* (1998) intitulado “*Klossovski ou Os Corpos-Linguagem*”.

²³⁵ SALES, Alessandro Carvalho. Deleuze e a Lógica do Sentido: o Problema da Estrutura. In: *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 29(2): 219-239, 2006, p. 224.

²³⁶ Ver: DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

sempre pela ação de um *ou-exclusivo*²³⁷, mas que pode ser, às vezes, um e outro ao mesmo tempo. Ou ainda em outros termos, os de Deleuze, “as coisas e as proposições acham-se menos em uma dualidade radical do que de um lado e de outro de uma fronteira representada pelo sentido”, dessa forma “esta fronteira não os mistura, não os reúne (não há monismo tanto quanto não há dualismo), ela é, antes, a articulação de sua diferença: corpo/linguagem”.²³⁸

Através dessa concepção de “fronteira”, o que antes separava as coisas do mundo, gerando assim as dualidades ou os pares-em-oposição, agora se dissemina em cada um dos extremos: no caso do exemplo deleuziano, o corpo presentifica-se na linguagem, que presentifica-se nos corpos. “No tocante às coisas, há certamente uma física, o real que lhes constitui, mas há também o atributo lógico que caracteriza o instante infinitivo de uma transformação incorporal”²³⁹, ou “já quanto às proposições, os substantivos e os adjetivos designam as coisas, mas temos também os verbos, que expressam os acontecimentos”²⁴⁰.

Se de um lado temos os nomes que “dizem” as coisas, demarcando e fixando seus sentidos, de outro lado temos os verbos que trazem o tempo, as mudanças, os devires. E aí encontra-se, nessa dualidade, o lugar que Deleuze queria apontar com o uso alegórico das imagens contra o espelho e com a diferenciação entre nomes e verbos: a clivagem entre a designação das coisas e a expressão do sentido. A localização dessa relação entre o corpóreo e o incorpóreo se dá na relação entre corpo e linguagem. Essa dualidade, “que passa pelo lado de fora entre os acontecimentos e os estados de coisas, na superfície entre as proposições e os objetos designados e no interior da proposição entre as expressões e as designações”²⁴¹.

Fronteira que, então, guarda uma duplicidade de sentido. Uma única palavra que é capaz de originar duas séries diversas e heterogêneas: uma que indica uma condição “mais objetiva” de designação (quando se assemelha a limites geográficos, por exemplo) e outra que diz respeito ao simbólico, ou ao incorpóreo. Interessa notar, ainda, que a própria condição de existência de um pensamento que vê de um lado o corpóreo e do outro o incorpóreo, é a uma atitude que “fronteiriza”. De toda forma, apesar dessa separação, as duas séries convergem quando se trata, por exemplo, das fronteiras das populações, ou em

²³⁷ No sentido de “disjunção exclusiva”, ou operação lógica sobre dois ou mais valores (no geral, duas proposições), onde apenas uma é tida como verdadeira. Em outros termos, pode ser ilustrado através da sentença comum: “um dos dois...”, cuja intenção primária é enfatizar a diferença entre os elementos e também a exclusividade mútua (um dos dois, mas não ambos).

²³⁸ DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 26.

²³⁹ SALES, Alessandro Carvalho. *Deleuze e a Lógica do Sentido: o Problema da Estrutura*. In: *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 29(2): 219-239, 2006, p. 224.

²⁴⁰ DELEUZE, Gilles. Parafrazeado por: SALES, Alessandro Carvalho. *Deleuze e a Lógica do Sentido: o Problema da Estrutura*. In: *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 29(2): 219-239, 2006, p. 224.

²⁴¹ DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 40.

outras palavras, quando se insere o humano no tratamento das fronteiras formais (tomadas enquanto limites entre dois estados). Já para o pensamento dos intelectuais e políticos dispostos no debate sobre as fronteiras do estado paranaense, podemos verificar de qual “fronteira” estão tratando: se é àquela que define a separação entre dois estados, sendo nesse sentido, um *limes* formalizante, também estão a produzir dicotomizações/fronteirizações entre os sistemas representacionais que estão ajudando a edificar para o Paraná, como reverberação, como “efeito”... Se sua fala aborda exclusivamente “fronteira” no sentido preciso de “limite”, nem por isso se excluem de um processo que ordena e fabrica imagens gerais sobre o Paraná e o paranaense (assim como do “outro”).

Fronteira que, enquanto ação, ou operação, de dividir e separar (ou ainda, como na acepção deleuziana, coordenar ou articular) está também presente no exercício de reflexão sobre sua versão conceitual: fronteira que limita o que o conceito é e o que ele não é, e também, de forma intrínseca, na heterogeneidade e polissemia do próprio conceito que o corta em formal-material e simbólico.

Outra noção primordial a este estudo é a de “lugar”, que retiramos da Geografia Humana e da Antropologia, que fornece não só sua função metodológica, como mesmo, uma função de ordem heurística. Nesse sentido, como todo conceito, uma vez que, através da reflexão sobre seu status teórico e metodológico, assim como na tentativa de aplicá-lo em um determinado estudo, nos possibilite o desenvolvimento de “intuições” sobre nosso objeto em específico. *Lugar* que, na Antropologia, remete a construção concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição²⁴² no seu mundo, ou em outros termos, o lugar que é uma construção humana e que, de retorno, produz uma espécie de circunscrição aos que nele habitam: *lugares-de-sujeito* nas palavras de Woodward²⁴³.

Nesta acepção, o lugar é também uma base de sentido para os que nele vivem, na medida em que ele fornece, ao mesmo tempo, os alicerces para a confecção de identidades e o background, como história que constituiu esses lugares. O lugar abastece os indivíduos com ancoragens referenciais para estabelecerem grupos de pertencimento, para constituírem-se enquanto indivíduos, para estabelecerem todo um “mercado” cultural (de “compras”, de “empréstimos”, de “trocas”, de “adaptações”, etc.): “o lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se vissemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido

²⁴² Cf. CARDOSO, Ciro Flammarion. *Repensando a construção do espaço*. In: Revista de História Regional (Departamento de história – Universidade Estadual de Ponta Grossa). Ponta Grossa/PR: 1998, p. 07-23

²⁴³ Cf. WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (org.) *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis Vozes, 2000.

de *lugar*”²⁴⁴. Um personagem pode ocupar vários lugares, e mesmo, vários lugares ao mesmo tempo. Um lugar é um centro para a organização de mundos²⁴⁵. Da mesma forma, um lugar possui uma dinâmica própria, um modo de funcionamento que caracteriza a sua especificidade e garante sua autonomia ante os outros diferentes lugares, embora os lugares encontrem-se sob uma forma intrincada e concêntrica.

Metodologicamente, o uso dessa noção, implica reconhecer que um lugar nunca pode ser recuperado integralmente através da pesquisa histórica, mas pode ser usado como um recurso que fornece “coordenadas” à pesquisa. Uma primeira tarefa constituir-se-ia no entendimento da complexidade que o contexto histórico e, em específico, o contexto das idéias e das formas de interações culturais possui, assim como na sua relação com os personagens partícipes de tal contexto. Dessa forma, um levantamento e reflexão sobre o ideário que conforma o campo intelectual e literário podem permitir uma melhor compreensão dos fenômenos de recepção, adaptação, transferências e circulação de “bens culturais”. A própria “transferência” cultural, ou ainda a “recepção”, por exemplo, por serem executadas por sujeitos, são um *lugar*, ou ainda, acontecem em *um lugar*. E se o lugar é um produto da experiência humana, então *“lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança”*²⁴⁶. Um segundo passo seria compreender a lógica interna, ou em outro sentido, o *modus operandi* desses lugares: lugares de recepção, de transferências, de adaptações (ou de hibridismos), de circulação culturais.

A construção das fronteiras e da região, a domesticação do espaço.

Se tivéssemos por objetivo historiar os limites cartográficos do Paraná, deveríamos iniciar nossa narrativa muito antes da constituição do Paraná como província autônoma, da de São Paulo, em 1853. É mesmo na composição das capitanias, no início da empresa colonial portuguesa, que se encontra o fundamento para a reivindicação posterior do Paraná enquanto espaço autônomo, enquanto uma região, e nesse sentido, enquanto um espaço singular, *“fronteirizado”*. Ou mesmo, poderíamos dizer, com a *“partilha Pré-colonizadora”* das bulas pontificias e os Tratados de Tordesilhas (1498) e Saragoça (1592)

²⁴⁴ TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983, p. 198.

²⁴⁵ Cf. TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983, p. 200.

²⁴⁶ RELPH, apud: LEITE, Adriana Filgueira. *O Lugar: Duas Aceções Geográficas*. In: Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ Volume 21 / 1998

²⁴⁷. Embora, formalmente, o Paraná só exista em 1853 com seu desmembramento da província de São Paulo, é já durante a política portuguesa de colonização e exploração do território brasileiro que instituíra o sistema de capitânicas, que o espaço geográfico do hoje Paraná fora objeto de manipulações, reordenações, cortes e re-cortes...

Inúmeras incursões exploratórias foram efetivadas no território paranaense já no período após o início da empresa colonial, tanto por parte das metrópoles portuguesa como espanhola. Já na segunda metade do século XVI a presença colonizadora espanhola teve início, na região do Guairá, fundando algumas vilas e formando a denominada província de Vera. Da parte portuguesa, far-se-iam as incursões paulistas, tendo em vista a preação de indígenas e, posteriormente, objetivando também a expulsão dos jesuítas de suas reduções. Mas, com maior importância em termos de ocupação do território, é a ação de povoamento do litoral, primeiro de forma incipiente através da atividade da mineração, depois com o adensamento populacional e a fundação de novas vilas. Então, em meados do século XVII, no 1º planalto, estabelecer-se-iam inúmeros núcleos de garimpeiros oriundos (para a especificidade dessa pesquisa) do litoral paranaense, em um processo de difusão a partir das povoações litorâneas.

Logo a seguir, promover-se-ia a ocupação do chamado 2º planalto paranaense (ou Campos Gerais), embora a sociedade que surgira em Curitiba no século XVII ainda fosse excessivamente débil para ocupação desses campos que ficavam na sua vizinhança ²⁴⁸. Devido a isso, a iniciativa dessa ocupação coube a São Paulo, aos bandeirantes paulistas, já nas primeiras décadas do século XVIII. Porém, ao iniciar o século XIX esta sociedade campeira, nascida paulista, transformada em paranaense e que recebeu forte influência rio-grandense, estava integrada aos núcleos populacionais que formariam a província do Paraná ²⁴⁹.

No período pombalino, e em plena disputa territorial com a Espanha pelo espaço além da linha de Tordesilhas, Portugal alteraria sua política de fronteiras procurando estabelecer povoações civis ao invés de fortes militares nas regiões “adiantadas” do território. Dessa forma, já em meados do século XVIII, “*D. Luiz expediu ordem ao sertanista capitão Antonio Correia Pinto para dirigir a fundação de uma vila nos sertões do sul da capitania de São Paulo. Surgiu desta maneira a vila de Lages*” ²⁵⁰. Mas não só, os planos do Marques de Pombal e do governador da província de São Paulo, Morgado de Mateus, eram

²⁴⁷ Cf. NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 50.

²⁴⁸ Cf. WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p.

79.

²⁴⁹ Cf. WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p.

79.

²⁵⁰ WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p.

92.

mais ambiciosos: elevar o domínio português para além dos campos gerais, assim conquistando os Vales do Tibagi, do Iguaçu, Ivaí, etc.; e também, estabelecer bases para uma futura invasão dos domínios castelhanos.

Ao longo do período de 1768 a 1774, inúmeras bandeiras no território paranaense foram empreendidas, mas também a reanimação e desenvolvimento de vilas como as da Lapa e de Castro, assim como a “descoberta” e reconhecimento dos campos de Guarapuava. Dessa forma, engendraram-se os planos mais ambiciosos de dominar os territórios para além das marcas limítrofes propostas pelo Tratado de Tordesilhas. Em 1777, através do tratado de Santo Ildefonso, Portugal garantiria a posse do território desbravado, assim como já se iniciava a construção de um “conhecimento” sobre o espaço (apesar do relativo abandono, posterior) que constituiria o Paraná.

No século XVIII, tomara extrema importância a ligação, já há tempos existente, entre os campos gerais paranaenses e São Paulo através da denominada “estrada da mata”, que era um caminho que ligava os campos do Rio Grande do Sul até a feira paulista de Sorocaba. Ao longo dos séculos XVIII e XIX o trânsito nesse caminho foi bastante intenso e visava abastecer com carne a província de Minas gerais atarefada com a mineração. Ao longo desse trajeto, inúmeras povoações se estabeleceram e cresceram, recebendo sempre novos moradores, especializados nas funções que demandavam as atividades que se desenvolviam ao longo da estrada ²⁵¹. Quando da emancipação, o Paraná era ainda incipientemente povoado, mesmo em áreas nem tão distantes de Curitiba. Nesse período, também se iniciava a política imigrantista tendo em vista a ocupação territorial do imenso espaço ainda vago. Em momento já bem posterior, promover-se-ia a ocupação dos campos de Palmas, do sudoeste e oeste paranaense.

Naturalmente, as fronteiras atuais do estado brasileiro (e em seu interior, nas províncias e estados) são ressonância dos movimentos geopolíticos ²⁵² da época colonial, quando ainda Portugal visava demarcar seus interesses ante o vizinho espanhol. No sul, esse jogo de confrontações assumiu um caráter mais intenso, na medida em que o antigo

²⁵¹ Cf. WACHOMCZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p. 108.

²⁵² Embora o termo “geopolítica” só passe a existir no início do século XX, aqui sua utilização faz referência aos movimentos, as estratégias, as ações políticas dos Estados movidos pelo conhecimento geográfico, ou por um conhecimento preliminar, do território pretendido. Como ilustração de um pensamento “pré-geopolítico”: “*A Curityba fica, he verdade, 12 leguas mais ou menos arredada do mar, quase como a capital de S. Paulo dista da cidade de Santos; mas além de que tão curta distancia, com uma boa estrada, por assim dizer, desaparece, há naquelles que inculcão a margem do mar como situação essencial á prosperidade de uma capital, esquecimento forma da historia: Roma a capital do mundo antigo, nem Paris, a capital do mundo moderno, tem a posição de Constantinopla. E todavia que differença em seos destinos!*”. Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 11-2.

tratado de Tordesilhas ²⁵³ tomara-se obsoleto com as incursões portuguesas rumo ao sertão e também com a União Ibérica (entre 1580 e 1640) que, praticamente, anulava os efeitos daquele sobre o território sul-americano.

Uma das premissas básicas para a ocupação dos espaços desse imenso território baseava-se na reivindicação de posse a partir do princípio do *Uti Possidetis*, cuja origem remete ao direito romano e a frase “*uti possidetis, ita possideatis*” que significa “como possuías, assim possuas”. Em outros termos, este princípio queria dizer que a terra deveria pertencer a quem realmente a ocupa, ou sob a forma de empresas colonizadoras e, portanto, de assentamentos de famílias no território, ou mesmo através de incursões militares e estabelecimento de postos avançados. Este princípio foi amplamente utilizado nas mais diversas contendas territoriais, da Europa à África no momento da chamada “descolonização”, da América do Sul do Tratado de Madrid à Ásia na querela das Filipinas. Através do *Uti Possidetis*, Portugal e Espanha assumiram-se num verdadeiro jogo, onde os movimentos de intrusão no sertão correspondiam a um “*marcar posição*” de um tabuleiro de xadrez. A relação entre os tratados e bulas pontifícias com o princípio do *Uti Possidetis*, acabou por estimular a “*procura de fórmulas de valorização e povoamento, visando-se através do povoamento garantir a posse efetiva, de que resultou a colonização*” ²⁵⁴.

Em específico no atual Paraná, inicialmente o seu litoral norte, uma vez que o interior da região não fazia parte dos domínios portugueses na América, pelo tratado de Tordesilhas, fora demarcado como pertencente à capitania de São Vicente; o litoral sul, incluindo parte do que hoje é o litoral de Santa Catarina, compunha as terras de Santana. Além dessas duas divisões, o “todo” do território brasileiro dividia-se em doze zonas lineares de dimensões diversas ²⁵⁵, onde as “fatias” mais meridionais – divididas entre Martin Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes de Souza – foram chamadas, de início, capitânicas de São Vicente, Santo Amaro e Santana, vindo às duas primeiras a constituírem, posteriormente,

²⁵³ De fato, na região sul do território português o Tratado de Tordesilhas impunha um regime de “*clausura*” uma vez que o território a ser explorado no interior era bastante limitado. Em alguns pontos, o limite localizava-se antes mesmo da serra do mar. Naturalmente, as populações que ali se assentaram, não fizeram para si os limites formais do tratado, mas para a administração dessas localidades era uma variável a ser cogitada. Como exemplo, o Alvará de 9 de maio de 1747 (documento usado como argumento catarinense na defesa do seu pretense direito sobre o território), no qual se diz “*que se tivessem todo o cuidado que os nossos colonos fossem bem tratados e se escolhessem terras adjacentes á ilha e ao rio S. Francisco do Sul (com atenção a que não desse queixa aos hespanhoes confinantes) para fundar logares*”. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03-7, negrito nosso.

²⁵⁴ NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 50.

²⁵⁵ “*Estas capitânicas, como todas as mais em que se dividiu o Brazil, tinham limites designados na costa, que era já conhecida, mas não no interior, pelo qual os seus territorios estendiam-se de um modo indefinido, dizendo o régio doador que ‘ellas entrariam pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto pudessem entrar e fossem de sua conquista’*” BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 14.

uma única capitania, que confundiria os limites interiores e que acabara tomando-se objeto de litígio entre os seus sucessores no século XVII. Mais a frente, em 1660, o Marquês de Cascais, que era um dos herdeiros de Martin Afonso de Souza, com o intuito de consolidar seus direitos sucessórios, cria a capitania de Paranaguá.²⁵⁶

A desdém da importância dada às capitanias por seus donatários, assim como os “investimentos” na colonização e exploração do espaço, quer-se aqui e adiante mostrar que desde cedo, o que hoje é o território do Paraná, fora objeto de uma ação de recorte que visa a delimitar um espaço, a constituir uma territorialidade que garanta e crie as condições simbólicas²⁵⁷ para a efetivação de objetivos diversos, tanto no período colonial, por parte da metrópole, como já no Império e na República. Com “o *infeliz êxito desse regimen*”²⁵⁸ – o das capitanias – e uma nova orientação administrativa da metrópole, reorganiza-se a colônia sob a imediata direção daquela, fazendo com que as capitanias, que eram transmissíveis por via sucessória, retomem gradualmente à coroa portuguesa. Mas durante o tempo em que se promove essa reorganização política na colônia, também se desenvolve, a partir das primeiras povoações do litoral, um processo de irradiação rumo ao interior do território e que viria a extrapolar os limites impostos pelo tratado de Tordesilhas.

No Paraná, a partir de Paranaguá, a transposição da serra do mar rumo ao interior do planalto, ocorre no século XVII, devido à motivação produzida pela descoberta de ouro na região. Essas penetrações, para além dos limites da colônia, permitiram a constituição de inúmeros núcleos populacionais no planalto, cuja ocupação consolida-se com a fundação, em 1690, de São José dos Pinhais, e com a vila de Curitiba em 1693. Outro fluxo de penetração rumo ao interior se dá através das vilas, fundadas por Martin Afonso de Souza, de São Vicente, no litoral do que hoje é o estado de São Paulo, e de Piratininga, já no planalto e consequência da expansão de populações da primeira.

Devido, em grande parte, ao seu pioneirismo na exploração do interior e ao desenvolvimento de seus núcleos populacionais, assim como, a importância econômica

²⁵⁶ Que é comprada pela coroa portuguesa em 1711. Cf. LEÃO, Ermelino de. *Paraná – Santa Catharina: O litígio perante a História*. Curitiba: Comissão Central de Limites, 1915, p. 06.

²⁵⁷ Dois pontos: a) a representação de um espaço através da cartografia e do saber geográfico oferecendo a segurança de um *locus* simbolicamente “dominado”, pois limitado pela clausura das fronteiras e pelo conhecimento das peculiaridades da terra, assim como propiciando o “ver” de um espaço de ação e também o “ver” de um sentido, não só para o espaço, como para a própria ação no espaço – ação pensada estrategicamente e logisticamente, porquanto repousada em um saber sobre o espaço; b) paradoxalmente em relação ao anterior, a fórmula retórica usada e tão em voga nos tempos coloniais: “*entrando pelo sertam e terra dentro tanto quanto puder e for da minha conquista*”, (Cf. LEÃO, Ermelino de. *Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa*. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910, p. 23) que se observa nas provisões da metrópole, mas que oferecem um elemento que insufla o desbravar, a penetração para além dos confinamentos, para além das fronteiras. Um elemento de liberdade, mas também de utopia, pois coadunando com o espírito que visa o desconhecido, local de riqueza em potencial.

²⁵⁸ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 10.

assumida pelas regiões interioranas, em 1710 é constituída a capitania de São Paulo, que então se tomara independente da do Rio de Janeiro. Forma-se desde então “a mais vasta das circumscrições administrativas” que acabam por “apagar o da antiga capitania de S. Vicente” ²⁵⁹. Essa “desmesurada área” abrangia “não só os territórios confinantes das capitanias de S. Vicente e S. Amaro, excluída a parte que a primeira fornecera para a criação da do Rio de Janeiro, como todos os que haviam descoberto e conquistado os Paulistas ao ocidente e ao sul do paiz” ²⁶⁰.

À vastidão do território da capitania de São Paulo, logo se faria a exigência de divisões, devido ao “augmento da população e as crescentes necessidades de seu progresso” ²⁶¹: a formação da capitania de Rio de Janeiro em 1720; a desanexação da Vila de Paraty, incorporada a capitania do Rio de Janeiro, em 1726; em 1738, a desanexação dos territórios da ilha de Santa Catarina e do Rio de São Pedro do Sul, também anexados a capitania do Rio de Janeiro, sendo que no ano seguinte seriam autonomizados e, ainda, posteriormente dividir-se-iam em duas outras capitanias; em 1742 desanexação da Vila de Laguna incorporada ao Rio de Janeiro; a constituição, em 1749, das capitanias de Goyaz e Matto Grosso; e a desanexação da Vila de Lages, incluída na capitania de Santa Catarina, em 1820; finalmente, o fracionamento de sua comarca mais meridional – a 5ª Comarca de Curitiba – erigindo a província do Paraná em 1853 ²⁶². “Após vários desmantelamentos, a capitania de São Paulo foi restabelecida em 1765” ²⁶³, quando Paranaguá passa a ser sua 2ª Comarca. E é com base nos limites meridionais da província de São Paulo, que é

²⁵⁹ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 13.

²⁶⁰ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 13.

²⁶¹ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 14-5.

²⁶² Sendo que “assignou-se a esta província a mesma extensão e limites que tinha como comarca pertencente a S. Paulo”. BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 15-6. A província do Paraná foi constituída pela lei nº. 704, de 29 de agosto de 1853, onde se lê: “Lei nº. 704, sancionada pelo Imperador D. Pedro II em 29 de agosto de 1853, criando a província do Paraná. Art. 1º - A comarca de Curitiba, na província de São Paulo fica elevada à categoria de província, com a denominação de província do Paraná. Sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca. Art. 2º - A nova província terá como capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléa respectiva não decretar o contrário. Art. 3º - A província do Paraná dará um senador e um deputado à Assembléa Geral; sua assembléa provincial constará de 20 membros. Art. 4º - o Governo fica autorizado a criar na mesma província as estações fiscais indispensáveis para a arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléa-Geral, para definitiva aprovação. Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Mandamos portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de Agosto de mil oitocentos cinquenta e três, trigésimo segundo da Independência e do Império”. WACHOMICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, p. 120-1.

²⁶³ SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 35.

constituído o argumento chave utilizado pela província, e depois estado, do Paraná durante o desenrolar da querela dos limites com Santa Catarina: o da herança das fronteiras paulistas ao Paraná.

Já em relação à vila de Curitiba, seus limites ²⁶⁴ em 1755, compreendiam o território entre o rio Itararé, confinando com a vila de Sorocaba ao norte, com o rio Pelotas ao sul, com rio Paranapanema, rio Ivaí e campos de Guarapuava ao oeste. Em 1809 ²⁶⁵, a definição dos limites nos curso dos rios Paraná e Uruguai.

Um aspecto que merece destaque é o da verificação de que a Serra do Mar constituíra-se, mesmo que simbolicamente, numa primeira fronteira para a expansão colonizadora, em um segundo momento, outros pontos seriam assim vistos, notadamente o chamado “Segundo Planalto”. Curitiba localizar-se-ia no espaço entre essas fronteiras ao humano. No *entre* e no *meio*. Curitiba é, nesse sentido, uma *cidade-entre* simbólica, um ponto ao mesmo tempo de chegada (após o desbravamento da Serra do Mar) e de partida (para desbravar o segundo planalto e as regiões ainda selvagens do oeste e sudoeste). Simbolicamente constituída como um “porto seguro” e como zona de trânsito.

E há de se notar que tanto a Serra do Mar como o Segundo Planalto, ou então, a imagem criada sobre esses dois acidentes geográficos (entre outros), produziam efeitos sobre as populações. Seriam obstáculos a se transpor, lugares para se dominar, a natureza a qual o homem através de sua ação deveria domar, ou mesmo, locais de fascínio e de medo.

Escrevendo a primeira História do Brasil, e, 1627, Frei Vicente do Salvador lamentava o caráter predatório da colonização e o fato de que os portugueses tinham sido até então incapazes de povoar o interior da nova terra, “arranhando as costas como caranguejos”. Está última afirmação era em boa parte verdadeira, mas começava a ser contrariada em algumas regiões, especialmente no que hoje chamamos o Centro-Sul do país. A colonização da Capitania de São Vicente começou, como a do Nordeste, pelo litoral, com o plantio da cana e a construção de engenhos. Essa atividade não foi muito longe. O açúcar produzido concorria desvantajosamente com o Nordeste, *seja* pela qualidade do solo, *seja* pela maior distância dos portos europeus. ²⁶⁶

Da mesma forma, outro interesse atraiu missionários que acabaram por se lançar rumo ao interior do sertão na busca de índios para catequizar. Desse encontro entre

²⁶⁴ Cf. Livro de Veneranças da Câmara Municipal de Curitiba: 1755, p. 07. *Apud.* SZESZ, SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 35.

²⁶⁵ Cf. Carta Régia de 1º de abril de 1809. *Apud.* SZESZ, SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 36.

²⁶⁶ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 91-3.

povoadores e missionários, a eclosão de conflitos relacionados às diferenças entre seus eventuais interesses.

Portanto, parte do que se constituiria como o espaço paranaense, já fora palmilhado muito antes que houvesse qualquer desejo emancipador por parte das populações ali residentes. Desse “palmilhamento” à domesticação do espaço, através de um maior conhecimento de seus acidentes, de suas trilhas, das populações ali residentes ou em trânsito, das fronteiras naturais localizadas em serras, escarpas, rios, etc.

Finalmente, após um longo período de “domesticação”, é em 29 de agosto de 1853, através da lei nº. 704, que a comarca de Curitiba elevava-se a categoria de província do Paraná. É nesse momento que propriamente inicia-se a história política do Paraná, uma vez que este se constitui como “*máquina administrativa*”²⁶⁷, sendo que duas questões fundamentais se configuram para que o Paraná se desmembrasse de São Paulo: a) o fator econômico: “*com o crescimento do comércio de animais e a exportação de erva mate, essa região passa a despertar o interesse do poder central, uma vez que tais atividades econômicas, se bem fiscalizadas, gerar-lhe-iam receitas*”²⁶⁸; b) a ameaça separatista: cuja preocupação residia na tradição sulista – principalmente rio grandense – de sublevação, no caso, a guerra dos farrapos. A emancipação nesse caso obedecia a demandas das elites regionais que se encontravam descontentes com a falta de autonomia das províncias frente o poder central, assim como a cobrança de impostos pelas exportações: a emancipação seria uma concessão!²⁶⁹

Essa recém criada maquinaria era formada por representantes da elite – principalmente homens do comércio. Após o atendimento dos interesses regionais com a emancipação, desafios figuram-se a essas elites: a) o primeiro seria a formação de um “*governo de si e para si*”, uma vez que o discurso oficial é em nome do progresso de suas próprias atividades, ou seja, das desempenhadas pelas elites governantes – o desafio consiste em tornar este discurso legítimo para a sociedade, e ainda, torná-lo o próprio discurso “da” sociedade como um todo; b) o segundo, de atrair os governados para a sua administração, por isso a ênfase dada na instrução pública – que oferece um duplo benefício, seja pela qualificação de mão-de-obra, seja pela visibilidade do governo perante os governados. Então: “*essas são as duas ênfases dos primeiros governantes da província do Paraná: o fortalecimento da economia e a instrução das camadas subalternas*”. Em termos partidários, as elites locais dividiam-se – no período imperial – em duas facções: os liberais e os conservadores, muito embora não houvesse distinções programáticas. Como “[...] os cargos públicos não eram senão uma extensão dos interesses privados”, logo “[...]”

²⁶⁷ Cf. MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001, p. 23.

²⁶⁸ Cf. MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001, p. 23.

²⁶⁹ Cf. MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001, p. 23.

os partidos políticos não eram senão uma ante-sala do poder Executivo, e não agremiadores de interesses mais amplos. Eles só apareciam, inclusive, no período eleitoral”.
270

Com a emancipação e constituição da província do Paraná, esta herda a questão fronteiriça com Santa Catarina – que se prolonga desde muito antes, quando a província de São Paulo ainda abrangia a comarca de Curitiba²⁷¹; questão que se baseia primordialmente em razões de cunho econômico: a posse dos ricos ervais e pastagens, ambos os sustentáculos da base principal econômica do estado do Paraná e também de Santa Catarina. 272 A instituição das fronteiras administrativas era a própria delimitação de uma zona de exploração econômica. Mas, acima de tudo, “definir a fronteira significava delinear o espaço de mando, do território de poder”²⁷³, do espaço do “nós”.

Outro aspecto que aqui convém destacar, além do procedimento de reconhecimento e ocupação física do espaço, é a formulação via cartografia e geografia do território do Paraná. Onde “os argumentos da geografia, apoiados por representações histórico-cartográficas, passaram a ser consideradas por aqueles que os produziram, uma delimitação fiel e inquestionável do espaço do Paraná”²⁷⁴.

Não temos uma carta corographica. Desconhecida e compreendendo vastos sertões, a antiga 5ª comarca de São Paulo figura, ainda hoje, nos seus mappas; e é ali que se estuda a geographia do Paraná. A carta corographica de J. H. Elliot, citada todos os dias, não satisfaz á esta necessidade. Existem, porém, alguns estudos, que podem ser colligidos. Assim os dos valles do Ivahy, Alto Paraná, Paranapanema e Tibagy, cujas plantas acabam de ser levantadas; os do Cinza, Itararé, Jaguariahyva, Jaguaricatú e Itibeira em mappas, até lithographados, do juiz commissario Theodoro Ochs; os do Baixo Paraná pelo capitão tenente Salema Garção; e, finalmente, a exploração que vae ser feita no Iguassú, são, sobre outros, dados que deve ser aproveitados. Convém autoriseis a presidência á contractar com os engenheiros Keller, ou com outros que offerecerem melhores condições, o levantamento do mappa da província, encarregando-se elles de mandar lithographal-o na Europa.²⁷⁵

²⁷⁰ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001, p. 23, 24, 26.

²⁷¹ “A fixação de fronteiras cartográficas no Paraná inicia-se com a separação de São Paulo e Minas Gerais da administração dos governadores do Rio de Janeiro”. SZESZ, SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 32.

²⁷² Cf. BALHANA, Altiva Pilati; et alii. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 206.

²⁷³ SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 67.

²⁷⁴ SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 06.

²⁷⁵ Fala dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Paraná: pelo presidente André Augusto de Padua Fleury. Curitiba: Typ. de Cândido Martins Lopes, 13 de fevereiro de 1866, p. 61.

Embora uma preocupação sobre um mapeamento fidedigno da nova província seja enunciada já em 1866, somente dez anos depois, em 1876 é que seria elaborado o primeiro mapa demarcando as fronteiras do Paraná, que procurava legitimá-lo tendo como argumento a herança dos limites da província de São Paulo no momento da emancipação em 1853. Esta primeira “legitimação cartográfica” fora construída pelo engenheiro Henrique Rivierre.²⁷⁶

As dificuldades para tal empreendimento decorriam da falta de um conhecimento mais preciso sobre diversos pontos do espaço provincial. Inúmeros locais, acessíveis àquela época somente através de incursões fluviais, seriam conhecidos muito posteriormente, a bem dizer, já em pleno século XX. Exemplo disso é a exploração do rio Iguaçu²⁷⁷, efetuada a partir de 1866.

Os engenheiros José e Francisco Keller, que se achavam encarregados desta exploração, oficiaram-me em datas de 30 de agosto e 2 de novembro, demonstrando as dificuldades e embaraços insuperáveis, que se oferecem a navegação deste rio.²⁷⁸

Quase trinta anos depois, em 1895, surge a reivindicação do presidente do Paraná, Xavier da Silva, pela construção de novo mapa, que seria publicado em 1896, fruto da elaboração do também engenheiro Cândido de Abreu. Em 1916, a fronteira com Santa Catarina seria, enfim, definida, e em 1920 surgiria então o mapa com os limites definitivos para o espaço paranaense.

Permeando e tendo por função constituir status de legitimidade a essas construções cartográficas, assim como para o próprio discurso político acerca da questão de limites, o discurso da geografia teria posição privilegiada nesse momento, uma vez que oferecia seus serviços validados pela chancela de “ciência” geográfica. Através desse discurso geográfico, os argumentos e contra-argumentos dos dois estados conflitantes

²⁷⁶ Cf. SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 42. “*Empenhado em solver duvidas sempre novas a respeito das fronteiras do Paraná, e prevenir conflitos futuros, o governo geral nomeou em agosto do ano próximo passado, (1875) uma comissão composta do capitão imperial e um corpo de engenheiros da marinha Dr. Felipe Hipólito Ache, como chefe e dois agrimensores Antônio Augusto da Costa Lacerda e Henrique Rivierre como ajudante para o levantamento. O mapa compete em demarcar definitivamente a linha que deve ligar os dois pontos fixos da divisa desta província e de São Paulo, a saber o istmo do varadouro, no litoral, e a nascente do Itararé na serra do Itapirapuan segundo indica como a mais natural, o rio Itapirapuan e Riberira, até a foz do rio Pardo subindo por este até a nascente na serra negra e rio Araripa*”. Relatório do Presidente de Província do Paraná, Lamenha Lins, a Assembléia do Legislativo da Província, em 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: sem editora, p. 07.

²⁷⁷ Cf. Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Paraná: pelo presidente André Augusto de Padua Fleury. Curitiba: Typ. de Cândido Martins Lopes, 13 de fevereiro de 1866, p 60-1.

²⁷⁸ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo presidente da província Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba: Typ. de Cândido Martins Lopes, 15 de março de 1867, p 59.

seriam formulados. Esse “saber” sobre o espaço, construído ao longo dos séculos de reconhecimento e ocupação do território, forneceriam os elementos para a formulação discursiva geográfica e que terá como porta-vozes os políticos defensores da causa paranaense.

Nesse amplo processo de reconhecimento e esquadrinhamento do espaço, que antecede qualquer ato político tal qual foi o da emancipação, conflitos de variadas nuances estiveram presentes. Desde as rivalidades entre zonas administrativas (civis ou judiciárias) ou paróquias no âmbito religioso, até conflitos envolvendo populações ali residentes. Da demarcação de limites, enquanto *limes* mesmo, até a averiguação das fronteiras naturais à presença humana, ou os limites simbólicos instituídos pelo pensamento, a verificação das fronteiras entre os homens e entre os homens e o meio.

Os “intelectuais” e as fronteiras.

Embora nem todos os nomes, que foram (no capítulo anterior) mencionados a fim de tecer um quadro geral de uma “intelectualidade” paranaense no período, terem se projetado na discussão acerca da “causa paranaense” na questão de limites, é certo que, de uma forma ou de outra, todos eles participaram na edificação do “clima” da discussão dessas questões (incluindo a questão da identidade paranaense). Seja através de sua intervenção direta no debate, seja através do silêncio de sua expressão, os “intelectuais” no Paraná contribuíram para a consolidação de uma “herança” que pode ser notada até os dias de hoje: a necessidade paranaense de afirmação enquanto “Paraná e seu povo”, emblematizada pelas reiteradas campanhas publicitárias e políticas de identidade ²⁷⁹.

Nomes como Rocha Pombo, Romário Martins, Emelino de Leão, Vicente Machado, entre muitos outros, com menor e maior relevo político e “intelectual”, aventuraram-se na discussão sobre os limites do estado do Paraná. Todos, de uma forma ou de outra, visualizavam tal questão como a “causa magna” da sua (por nascimento ou opção) terra. Esse enorme envolvimento, no sentido do número de personagens partícipes ou mesmo no sentido de um envolvimento pleno de alguns deles ²⁸⁰, repercutiria na

²⁷⁹ Um exemplo: a campanha publicitária “Bicho do Paraná”, criada por Eloi Zanetti ainda na década de 80 e que perpassa também toda década de 90. A preocupação de Zanetti era com relação à perda contínua da memória paranaense, conseqüentemente, de sua identidade. O projeto envolvia a recuperação da história paranaense, através do resgate de personagens, “dignos paranaenses”, “injustamente esquecidos”. Cf. MILLARCH, Aramis. *Bamerindus guarda também a memória de nosso estado*. In: Estado do Paraná, caderno Almanaque, coluna Tablóide, 03 de dezembro de 1986, p. 13.

²⁸⁰ Alguns personagens, a partir de certa etapa de sua vida, dedicaram-se quase que exclusivamente ao que chamavam “defesa de sua terra”. Um exemplo desse envolvimento pleno seria Romário Martins que, após 1912, publicara basicamente, livros e compilações de documentos, na tentativa de coligir “argumentos” para a defesa do Paraná.

magnitude que tal questão impunha àquela sociedade. Nesse sentido, e aqui se quer apontar para o fato de que “intelectuais” e políticos não só participaram, de maneira mais formal, da “construção” de sua terra e fronteiras, como também, além de outras coisas, da construção de uma atmosfera de comoção, nervosismo, ansiedade, ante o debate sobre os limites, principalmente, junto a Santa Catarina. E essa “magnitude”²⁸¹ do problema dos limites, em parte forjada pela retórica e pelo próprio efeito simbólico desse envolvimento intelectual e político, em parte constitutiva de um problema verdadeiro para aquela sociedade, reverbera através dos discursos posteriores (em grande parte, os historiográficos) como um verdadeiro “ato fundador”, ou acontecimento fundador, de uma tomada de consciência do problema posterior para os paranaenses: a constituição de sua identidade²⁸².

Se estes personagens estiveram envolvidos com uma das principais questões de sua sociedade, qual seja o estabelecimento das fronteiras paranaenses e, em específico, das fronteiras com Santa Catarina, e apesar dessa questão ser um problema a ser resolvido desde a emancipação de 1853 pelo menos, é tão somente ao fim da segunda metade do século XIX e, principalmente, no início do XX, que o debate assume a importância, que a retórica “intelectual” e política assim afirma, e se integra de uma maneira mais ampla e difusa na sociedade (curitibana principalmente). Apesar do espaço que hoje compõe o estado paranaense ter sido motivo de diversas alterações, desde o período colonial até a emancipação política e as querelas fronteiriças com Argentina e São Paulo, é com a questão junto a Santa Catarina que os limites paranaenses assumem o status de “definitivos”²⁸³.

No que tange o pensamento desses intelectuais sobre as questões de fronteira, espaço e fabrico da região, é somente a partir de meados do século XIX que um novo

²⁸¹ Para ilustrar isso se pode remeter aos primeiros relatórios provinciais, que já emplacavam o problema como uma questão da maior relevância aos interesses paranaenses: “*A perda da margem esquerda do rio Curitiba e dos terrenos, que lhe ficção ao sul seria pois para os habitantes desta província em extrema dolorosa*”. Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 84. E ainda, “*Chamei o anno passado vossa attenção sobre a questão de limites, que a esta província move, contra toda a justiça a de Santa Catharina; e tenho por sem duvida, que somente a grande affluencia dos negócios, cada qual mais importante e necessário ao novo estado de cousas resultante da criação da província, pôde desviar-nos do exame, que solicitava uma questão de tamanha gravidade para os interesses da terra, que representaes*”. Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 08 de fevereiro de 1855, p. 32. Também: “*A questão de limites com a província, de Santa Catharina que tem tomado grande importancia principalmente da demora de sua decisão [...]*”. Relatório apresentado ao excellentissimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos: pelo 2º vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858, p. 123-4.

²⁸² Que será objeto do terceiro capítulo deste trabalho.

²⁸³ Sabemos, no entanto, que algumas intenções de alterar o espaço paranaense seriam postuladas posteriormente, com a tentativa de criação do estado do Iguaçu ao longo das décadas de 1950 e 60, e mesmo, com a criação do efêmero Território Federal do Iguaçu (entre 1943 e 1946).

pensamento é operacionalizado pelos intelectuais e que visa à constituição de recortes espaciais singularizados (de demarcações no espaço): é a idéia de região assumindo a sua posição, que irá ocupar no discurso regionalista.

De toda forma, para que uma região fosse constituída, a necessidade de uma demarcação rigorosa, portanto, o fabrico de fronteiras, seria a necessidade mais premente para o Paraná.

No Paraná, a circunscrição do espaço e sua singularização – pois, construção da região – já poderiam ser vistas no período imperial, no qual se permeava um projeto identitário nacional via Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e através da ação de viajantes que se debruçariam sobre estudos regionais. Já na república federativa, a necessária delimitação dos estados faz disseminar em maior escala os discursos regionais, devido ao caráter descentralizado do regime. No Paraná, não é diferente, um movimento regional ancorado em um projeto identitário faz florescer a atividade intelectual que toma como mote principal a questão de limites com Santa Catarina e, posteriormente, a própria “Guerra do Contestado”, uma vez que a definição dos litígios fronteiriços deixava de ser questão meramente jurídica para ingressar no campo da política, uma vez que a constituição do espaço configurar-se-ia como o escopo de interesses diversificados (políticos, econômicos, culturais, etc.).

A grande maioria das narrativas de defesa da causa paranaense na questão de limites possui dois aspectos que perpassam suas construções, quais sejam uma dimensão histórica e um discurso calcado em uma argumentação geográfica acerca dos limites do espaço paranaense. Desse modo, “*o discurso geográfico passava a se constituir, assim, em uma das mais importantes fontes para o enquadrinhamento regional do Paraná*”²⁸⁴, mas não só, o discurso histórico também fornecia os elementos para emoldurar e singularizar o espaço, constituindo dessa forma a região.

Na esfera intelectual, que passa então a pensar o espaço paranaense enquanto região, domina o modelo teórico da “região individuo”, da “região corpo” – definida como espaço homogêneo e uniforme, território dotado de características físicas, sociais, econômicas que o tomam individualizado. Esse paradigma norteou as primeiras concepções de região, que, afinal, surgiu no final do século XIX, associado à noção de espaço e sinônimo de região natural. Essa perspectiva teórica constituiria uma matriz ratzeliana²⁸⁵,

²⁸⁴ SZESZ, Christiane Marques. A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920). Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, p. 06.

²⁸⁵ Friedrich Ratzel e sua geografia tradicional, à qual definia a região levando em conta um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais, tais como relevo e clima. Esses elementos combinados dariam “personalidade” a um determinado espaço geográfico, assim singularizando-o.

que defende a idéia de que um conjunto de elementos naturais tais como clima, relevo, vegetação, entre outros, geraria uma singularização de parte do espaço global.

Uma tomada por posições quase que basicamente morais também marcava a ação dos “intelectuais” e políticos envolvidos com tal debate. Em grande parte das vezes, argumentos referendados pela chancela da ciência, da geografia, da história, etc., eram deixados de lado, ou então conduzidos de forma a que resvassem para o argumento da “pertença moral” do território, ou devido à ação de descobrimento e colonizadora dos “filhos da terra” (paranaenses), ou devido aos pretensos direitos sucessórios (herança) adquiridos da província de São Paulo, ou ainda, devido à comoção geral que causaria a perda de um território tido como paranaense, etc.

A constatação mais veiculada era a de que as pretensões de Santa Catarina eram injustas, imorais, mesquinhas...

A província de Santa Catharina reclama todo o território, que se estende, desde Lages até o Rio-Negro, que conflue no Yguassú, e o que está compreendido entre o Yguassú, abaixo da confluência do Rio-Negro, e o Uruguay, ficando-lhe portanto incorporado todo o território de Palmas. Mas esta pretensão é manifestamente injusta.²⁸⁶

Dessa forma, uma tomada de ação baseada na injustiça, era também um afronte a própria nação brasileira, que ainda se via em fase de consolidação. Se Santa Catarina era injusta em sua ação aqui, indutivamente o seria também para com o próprio país.

A paz e a concórdia internas são para um paiz novo, como o nosso, predicados tao preciosos como a paz e a tranquillidade nas relações exteriores.²⁸⁷

Além de injusta, a província vizinha também estaria agindo sob ação da inveja. Inveja das potencialidades do Paraná. Inveja do enorme território paranaense. Ou então, sob influência de um pressuposto absurdo da isonomia das províncias: “*é da natureza das cousas que nem os homens, nem as entidades Moraes que se chama províncias e nações, sejam dotadas da mesma somma de riqueza e de poder*”²⁸⁸.

Por fim, uma última forma de se argumentar, em um sentido moral, vinculava o esforço dos “filhos da terra”, que seriam ou paulistas (dos quais os paranaenses são

²⁸⁶ Relatório Apresentado a Assembléia legislativa Provincial do Paraná: pelo vice-presidente em exercício Henrique de Baurepaire Rohan. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 01 de março de 1856, p. 88-110 (onde fala não só dos limites provinciais, como também dos municipais).

²⁸⁷ Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 09.

²⁸⁸ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03.

herdeiros, ou então são os “netos”) ou os próprios paranaenses, com a posse legítima do território.

E os habitantes dos campos de Palmas e de S. João cujas relações civis, políticas e commerciaes se acham radicadas em sua província natal, cujos direitos tem sido sempre reconhecidos pelos poderes públicos geraes e provinciaes, creando e provendo parochias, subsidiando largamente seus parochos abrindo e conservando estradas de despendiosa construção e custeio, creando esquadrões e batalhões de guarda nacional, instituindo eleitorado que exerce seus direitos políticos no collegio de Guarapuava; esses habitantens da 5ª comarca de S. Paulo, hoje província do Paraná, jamais se esquecerão que foram elles mesmos ou por ventura seus Paes, cujas cinzas ainda estão quentes, que arrostaram o ímprobo labor de descobrir e desbravar os inhospitos campos e florestas desses sertões até então só habitados pelas feras e selvagens. Este suor, este sangue derramado, por si mesmos se proclamam como o mais legítimo, o mais sagrado direito a mansa e pacífica posse do filho do Paraná n'esta porção do caro torrão de sua província.²⁸⁹

Outra idéia que, já mencionada, assume o status de “preponderante” para o debate sobre as fronteiras e o espaço, é a do princípio do *Uti Possidetis*. Através desse princípio, “intelectuais” e políticos julgaram-se estar munidos de argumento capaz de fazer vitoriosa sua “causa”. A chamada por tal princípio é uma constante nos discursos de defesa das fronteiras paranaenses e responde a uma dupla finalidade: não só como fornecedora de um instrumental jurídico necessário, pois em voga, mas como provedora de um efeito de autoridade a chamada “causa paranaense”. O *Uti Possidetis* é um princípio jurídico que remete ao longínquo direito romano e foi amplamente reivindicado nas diversificadas querelas fronteiriças que tiveram lugar em variados locais do globo. No contexto brasileiro, teria sido inicialmente utilizado quando do Tratado de Madri em 1750 e posteriormente no de Santo Ildefonso de 1777.

No contexto das discussões envolvendo Santa Catarina e Paraná, tal princípio seria tomado já nos primeiros relatórios provinciais.

Paranaenses, tudo isso bastara se outros e valiosos títulos não possuíssemos para firmar nosso *uti possidetis* e excluir as desarrasoadas pretenções de Santa Catharina no território em questão.²⁹⁰

A idéia de posse é exclusiva, uma cousa no seu todo não pode ser possuída por muitas pessoas: e todo o possuidor presume-se justo e deve ser mantido na posse em quanto não lhe for provado o contrário; e ainda em condições iguaes é melhor a do actual possuidor – *beati possidentes*.²⁹¹

²⁸⁹ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03-4.

²⁹⁰ Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 10.

²⁹¹ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03-4.

No ano de 1877, quando dos problemas envolvendo as estações fiscais, o *Uti Possidetis* seria novamente mencionado como princípio mantenedor daquele que seria visto como um “protesto vivo”: o registro da Encruzilhada.

Não podia extinguir o registro da Encruzilhada, não só porque não tinha competência para fazel-o, como porque, contestando a província visinha á nossa posse naquelle território, eu não podia retirar aquelle protesto vivo que alli temos contra tão desarrasoada pretensão um signal evidente do nosso *uti possidetis*, que o governo imperial mandou respeitar, e que por isso os nossos visinhos tanto se esforçam para fazer desaparecer.²⁹²

Por fim, outra idéia ou princípio que florescia naquele contexto e que também fora empregado em algum momento do debate²⁹³, era o da autodeterminação dos povos. Este dispositivo do atual Direito Internacional, fora primordialmente invocado na declaração de independência dos EUA e conferia o direito à existência como sendo inerente a cada estado. Embora tenha sido requisitado em processos de independência de países, no caso de estados no interior de um país ele faz referência a idéia de soberania, ou então, a idéia de pertencimento, a própria vontade dos povos. Em se tratando da soberania interna, um estado manifesta-se através de seu domínio sobre o território, pessoas e coisas ali contidas, assim como nas prerrogativas que garantem sua organização política, o poder de jurisdição, etc.

Se o Rio Negro for limite da província de Santa Catharina com a do Paranã, seguir-se-há que, occupando a freguezia desse nome huma e outra margem do rio, a parte da margem esquerda ficará pertencendo á Santa Catharina, contra todos interesses dos habitantes daquelle lugar, a quem huma intimação, em tal sentido, deixaria estupefactos!²⁹⁴

Elucidativo é:

O direito de primeiros occupantes, a sanção official que reconhece o Rio Negro e Palmas como pertencentes ao Paranã e como taes liquida os votos que ali recahem em seus representantes, as sommas que desde tempos

²⁹² Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paranã: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 13 de fevereiro de 1877, p. 05.

²⁹³ Ver, por exemplo, o documento coligido por Romário Martins: “A vontade dos povos: representações de Curytibanos, Campos Novos, Rio Negro, Palmas, União da Victoria e Bella Vista de Palmas”. MARTINS, Romário. Argumentos e Subsídios sobre a questão de limites. Curitiba: Impressora Paranaense, 1902, p. 197-205. Interessa notar também, que nos dias atuais, tal princípio ainda é requisitado na região sul (como, possivelmente, uma reverberação, ao nível do imaginário, de intenções e desejos passados) e também, especificamente, no Rio Grande do Sul, onde na década de 80 e 90 se constituíram grupos separatistas, que ainda encontram-se atuantes. Ver: <http://www.riograndelivre.net/> e <http://www.patria-sulista.org/>.

²⁹⁴ Relatório do Presidente da Província do Paranã: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 83.

immemoriaes S. Paulo applicou e o Paraná continua a applicar a melhoramentos nessas localidades, o consenso dos povos, que todos sem relutância aceitam a jurisdição de autoridades.²⁹⁵

E ainda:

Outra razão de conveniência pública, que não esta, deve motivar a separação do território de uma província; e entre todas a única e soberana deve ser a vontade dos povos, pois é axioma corrente em direito – *invito non datur beneficium*. [...] Este suor, este sangue derramado, por si mesmos se proclamam como o mais legítimo, o mais sagrado direito a mansa e pacífica posse do filho do Paraná n'esta porção do caro torrão de sua província. Este direito é inconcusso e sustentado pela legislação civil.²⁹⁶

Por fim, a inserção no debate sobre os limites, para muitos desses personagens até aqui apresentados, representou o empreendimento máximo em termos de carreira intelectual (para certos políticos, idem).

O discurso intelectual sobre o espaço.

Além de sua fala sobre as fronteiras e seu status, “intelectuais” e políticos também realizaram discursos variados conferindo caráter específico ao espaço que compunha o Paraná. Essa visão, que visava dotar com uma identidade característica o objeto de seu discurso, era também a forma encontrada para legitimar e autorizar a defesa de um “espaço paranaense”, através da via que construía uma região no estado paranaense, ou seja, um espaço singularizado e dotado de limites precisos.

Um das estratégias (conscientes ou inconscientes) era promover o elogio da natureza em sua prodigalidade, suas riquezas naturais, seu espaço extenso e propício a aventura da exploração e do descobrimento... Um espaço extenso, que:

No meu conceito, era tão urgente elevar á cathegoria de província a 5ª comarca de S. Paulo, quanto he indispensável dividir em varias essa antiga comarca. Assim como o governo se S. Paulo encontrava, nas distancias obstáculo quase insuperável aos seus louváveis designios, em relação á esta parte de seus governados, acha o juiz de direito da actual comarca no largo espaço que tem de percorrer, ora descendo á marinha, ora subindo para os Campos Geraes, motivo de desanimo e de embaraço ao exacto cumprimento de tantas e tão importantes attribuições, que lhe competem.²⁹⁷

²⁹⁵ Cf. Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 10.

²⁹⁶ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03-4.

²⁹⁷ Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 07.

De toda forma, os empecilhos de um espaço extenso seriam obliterados pela generosidade com que a natureza dotou não só a qualidade da terra, como de tudo que sobre ela se desenvolvesse:

O aproveitamento de nossas riquezas naturais e cultura vastíssimas e férteis terras que possuímos, é problema de cuja solução depende o futuro do Brasil. [...] Possuindo, sobre a maioria dos Estados da União a incomparável vantagem de um clima temperado admiravelmente propício às raças européas, não podia o governo do Estado descurar-se do povoamento do solo, como factor a que directamente se prende o phenomeno da produção.²⁹⁸

Nessa mesma forma de narrativa que, antes de tudo, visa o elogio (da terra, do povo), quando de sua chegada, Mariana Coelho descreve o Paraná, “*cujo conjunto de belezas, em que a Arte e a Natureza se dão amoroso amplexo, fascina e entusiasma os estrangeiros que têm a ventura de a admirar!*”²⁹⁹.

Através das narrativas históricas, contidas nos vários relatos de defesa do Paraná na questão de limites, observa-se a divagem, ocorrida no momento da emancipação em 1853, entre um passado “paulista”, do qual o Paraná seria o herdeiro incontestado, e um presente “paranaense”, ao mesmo tempo singular, pois portador de “novas” qualidades, e *continuum*, na medida em que lega as qualidades do paulista. Desses dois momentos, projetam-se sentidos construídos para o espaço, compostos por diferentes elementos qualificadores. Para o espaço paranaense seria atribuída uma “personalidade”, composta por qualidades abstratas humanas³⁰⁰.

Nesse primeiro momento, o espaço geográfico que compunha a comarca de Curitiba até a emancipação paranaense, é percebido e proposto pelos intelectuais como um espaço simbólico, ou melhor, como diferentes espaços que confluem para um aporte, muito positivo em termos qualitativos, à constituição posterior do Paraná. Simbólico porque, por analogia, representa ou substitui outra coisa, qual seja as diversas “qualidades” abstratas herdadas do paulista – ou produto do próprio paranaense –, que são impregnadas discursivamente ao espaço por via de alegorias: enfrentamento e o “vencer” a serra intransponível; a bravura do explorador ante o inóspito desconhecido repleto de “selvagem” e “desumano”³⁰¹; a atitude de civilizar um território preenchido por “*povos grosseiros*”³⁰².

²⁹⁸ Mensagem ao Congresso Legislativo: dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Annibal Rocha e C., 1 de fevereiro de 1907, p. 18.

²⁹⁹ COELHO, Mariana. O Paraná Mental. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002, p. 20.

³⁰⁰ Lembramos aqui que o paradigma vigente e que norteia a ação dos intelectuais é o da “região indivíduo” de inspiração ratzeliana.

³⁰¹ Cf. BARROS, Bento Fernandes de. Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 12; LEÃO, Ermelino de. Paraná – Santa Catharina: O litígio perante a História. Curitiba: Comissão Central de Limites, 1915, p. 05.

³⁰² Cf. BARROS, Bento Fernandes de. Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 12-3.

Dessa forma, surge então o espaço da riqueza e da civilização: local onde se descobre minas auríferas, a partir das quais um novo estímulo transmuta uma atitude severa e de cobiça do bandeirante paulista, em relação à preação de índios, em aspirações mais “dignas” de descoberta de minas e enriquecimento na exploração da terra ³⁰³; onde o “*povo paulistano*”, através de “*nobres lutas da civilização*”, “*continua a honrar a pátria*”, convertendo os “*hábitos hostis e deshumanos dos selvagens*” ³⁰⁴; desbravando o imenso deserto ³⁰⁵ - não só atribuído pelo vazio populacional, como pela falta de “civilização”. Ao espaço paranaense é atribuída a qualidade de “mudar” a atitude, não só do bandeirante, mas também do selvagem “desumano”.

O espaço da atitude heróica e da aventura: ao ultrapassar a barreira representada pela serra, e que abriga o amedrontador desconhecido, o perigo do “selvagem” – tanto homem como animal –, o inóspito da selva e do relevo, além da profundidade ao emaranhar-se no interior do território. Local do “*esforço homérico*” ³⁰⁶, e nesse sentido, espaço da força, como já o era espaço da coragem, da bravura, da virilidade; local da “*excursão aventureira*” ³⁰⁷, enredo próprio do herói, e espaço da façanha, da iniciativa. Aqui, o espaço paranaense é o *locus* onde se desenvolve o heroísmo e a aventura, assim como a força e a coragem.

Com o “testamento”, pois documento que lega a outrem um patrimônio, de 1853, o Paraná constitui-se como província autônoma da de São Paulo; mas não só, esse momento é também o ponto da divagem, da separação entre o passado herdado e o presente vivido; nesse, opera-se a constituição de um novo sentido para o espaço do Paraná com novos elementos de caracterização e qualificação – somados aos anteriores, uma vez que “*aos sacrifícios dos Paulistas e dos que tem continuando a sua obra como Paranaenses!*” ³⁰⁸.

Então, o espaço da justiça, na medida em que se luta contra uma “*desarrasoada pretensão*” de Santa Catarina, que visa “*renda locupletando-se com o detrimento do Paraná!*”, onde para se vencer a ambição, o recurso à “*justiça e a conveniência pública*” ³⁰⁹.

³⁰³ Cf. BARROS, Bento Fernandes de. Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 12-3.

³⁰⁴ BARROS, Bento Fernandes de. Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877.

³⁰⁵ Cf. BARROS, Bento Fernandes de. Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 10.

³⁰⁶ BARROS, Bento Fernandes de. Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 11.

³⁰⁷ LEÃO, Ermelino de. Paraná – Santa Catharina: O litígio perante a História. Curitiba: Comissão Central de Limites, 1915, p. 03.

³⁰⁸ BARROS, Bento Fernandes de. Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 72.

³⁰⁹ BARROS, Bento Fernandes de. Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 79.

Também porque se têm que “*defendendo o Paraná nada mais faço que servir a justiça*”³¹⁰, ao contrário dos “adversos”, que “*procurassem somente inspirar-se na Justiça*”³¹¹ e não em iniqüidades. A própria decisão final acerca da questão desenrolar-se-ia como um “erro judiciário”, que a desdém da “*justiça da Causa Paranaense*”³¹², faria desta, causa vencida. Afinal, há um “impulso pró-Justiça” de inspiração na defesa do Paraná ante a questão: “*e se cahimos vencidos, mais nobre mortalha não podemos aspirar do que essa bandeira da Causa Paranaense, que é a própria da causa da Justiça*”³¹³.

E um espaço da verdade, que se retira do recurso à autoridade da “*ciência histórica*”³¹⁴, provedora de “*sempre uma e sempre insophismavel*”³¹⁵ verdade. Santa Catarina deveria inspirar-se, não só na justiça, como na “*verdade histórica*”³¹⁶, a fim de dirimir tão graves incongruências que habilitam-na a protelar a querela fronteira. Já no momento decisório por parte dos juizes do Supremo Tribunal Federal, tem-se que tal atitude em favor do adversário estado funda-se não só “*contra o Paraná, mas também contra a verdade histórica*”³¹⁷ a qual o Paraná tanto reclamara.

Banhada, de hum lado pelo Oceano, onde lhe não faltão bons portos, de outro pelo magestoso Paranã, cortada de rios consideráveis, no gozo de hum clima reconhecidamente saudável, com terrenos fertilíssimos, que prestão-se aos mais abundantes e variados productos, tinha a 5ª comarca da província de S. Paulo direito e proporções para haver subido á hum elevado grão na escala dos melhoramentos, que caracterisãm a civilisação moderna.³¹⁸

Já falando de Curitiba,

Todos reconhecem e confessão a excellencia do seo clima, e o documento mais seguro de sua superioridade fornecem-nos os mesmos habitantes do littoral, todas as vezes (e não são poucas) que, por melhorar de seos

³¹⁰ LEÃO, Ermelino de. Paraná – Santa Catharina: O litígio perante a História. Curitiba: Comissão Central de Limites, 1915, p. 02.

³¹¹ LEÃO, Ermelino de. Paraná – Santa Catharina: O litígio perante a História. Curitiba: Comissão Central de Limites, 1915, p. 09.

³¹² LEÃO, Ermelino de. Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910, p. 03.

³¹³ LEÃO, Ermelino de. Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910, p. 15.

³¹⁴ LEÃO, Ermelino de. Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910, p. 02.

³¹⁵ LEÃO, Ermelino de. Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910.

³¹⁶ LEÃO, Ermelino de. Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910, p. 09.

³¹⁷ LEÃO, Ermelino de. Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910, p. 05.

³¹⁸ Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 01.

padecimentos, sobem a serra e vem pedir aos bellos ares Curityba o restabelecimento de sua saúde arruinada.³¹⁹

Os conflitos e o debate.

Como já mencionamos anteriormente, inúmeros personagens (intelectuais e políticos basicamente) envolveram-se no debate sobre os limites do estado seu de origem, ou que, simplesmente, simpatizavam para assim o fazer. O Paraná, desde a sua emancipação, inseriu-se em uma disputa, às vezes mais acirrada, de defesa de suas balizas fronteiriças junto não só a outras províncias (como Santa Catarina e São Paulo), como também junto à República Argentina.

Esse debate em defesa do “espaço paranaense” desenvolveu-se não só ao longo do período provincial, como também nos inícios da república, até pelo menos a década de 20, quando as questões foram definidas junto a Santa Catarina³²⁰.

De fato, já com o primeiro relatório provincial (ainda em 1854), o então governador da Província, Zacarias Goes de Vasconcelos apontava que “*ao Paranã passou a província de S. Paulo a incerteza de seus limites por esse lado, e todos os inconvenientes annexos á hum tal estado de cousas*”³²¹. O clima que tal questão propunha, já nos primórdios da província, revelava-se como de imperiosa resolução: “*se, porem, a decisão fosse pelo Rio-Negro e Yguassú subiria de ponto a injustiça!*”³²².

No ano seguinte, de 1855, a questão ainda era apontada no relatório provincial:

Chamei o anno passado vossa attenção sobre a questão de limites, que a esta província move, contra toda a justiça a de Santa Catharina; e tenho por sem duvida, que somente a grande affluencia dos negócios, cada qual mais importante e necessário ao novo estado de cousas resultante da criação da província, pôde desviar-nos do exame, que solicitava uma questão de tamanha gravidade para os interesses da terra, que representaes.³²³

Em 1855 a questão já era apresentada como de “tamanho gravidade”, iniciando dessa forma, a característica exaltação que tomara o debate no lado paranaense. Exaltação que gestara-se durante toda a segunda metade do século XIX e que, nos inícios do XX,

³¹⁹ Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 10.

³²⁰ Embora o Paraná se visse, posteriormente, envolvido com outros problemas de ordem fronteiriça, nosso objeto neste sub-capítulo é, tão somente, o debate junto a Santa Catarina (resolvido em 1916).

³²¹ Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 83.

³²² Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 84.

³²³ Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 08 de fevereiro de 1855, p. 32.

somara-se ao clima de injustiça proporcionado pelas manobras político-jurídicas catarinenses (os acórdãos e as petições de posse).

Nos anos subseqüentes, no que tange aos relatórios provinciais, a sinalização do problema com Santa Catarina seria constantemente apresentado ³²⁴.

Os anos ulteriores, principalmente a partir da década de 1860, assistiriam aos variados conflitos de jurisdição entre as duas províncias.

Havendo a câmara municipal de Guaratuba me representado sobre a conveniência de serem fixados os limites desta com a província de Santa Catharina pelo rio Sahy afirm de cessarem os conflictos de jurisdição, que de continuo apparecem. ³²⁵

³²⁴ Ver: Relatório Apresentado a Assembléa legislativa Provincial do Paraná: pelo vice-presidente em exercício Henrique de Baurepaire Rohan. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 01 de março de 1856, p. 88-110 (onde fala não só dos limites provinciais, como também dos municipais). Relatório apresentado ao excellentissimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos: pelo 2º vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858, p. 123-4. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Província do Paraná: pelo presidente José Francisco Cardoso. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 01 de março de 1860, p. 30-1. Relatório que o Exm. Sr. Dr. José Francisco Cardoso apresentou ao Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1861, p. 35. Relatório Apresentado a Assembléa legislativa Provincial do Paraná: pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1862, p. 92-3 (onde aponta para os conflitos de jurisdição). Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Dr. André Augusto de Padua Fleury. Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 18 de novembro de 1864, p. 24. Relatório que Polidoro Cesar Burlamaque apresentou a Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da província do Paraná. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1867, p. 06. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo presidente Antonio Luiz Afonso de Carvalho. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1870, p. 94. Relatório: Venâncio José de Oliveira Lisboa. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1872, p. 02-07. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1874, P. 06. Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 08-10. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03-8. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 13 de fevereiro de 1877, p. 04-10. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 09 de abril de 1878, p. 07. Relatório com que o Excellentissimo senhor Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da província ao 1º vice-presidente Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 07 de fevereiro de 1878, p. 03-4. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Manuel Pinto de Souza Dantas Filhos. Curitiba: Typ. Perseverança, 04 de junho de 1879, p. 16. Relatório com que o Excellentissimo senhor Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da província ao 1º vice-presidente Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Curitiba: Typ. Perseverança, 31 de março de 1879, p. 79. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo presidente da província Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Typ. da Gazeta Paranaense, 30 de outubro de 1886, p. 03. Mensagem do Governador do Estado: Francisco Xavier da Silva. Curitiba: 04 de outubro de 1892, sl., p. 09-10. Mensagem do Governador do Estado: José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Typ. Modelo, 01 de outubro de 1896, p. 03-4.

³²⁵ Relatório Apresentado a Assembléa legislativa Provincial do Paraná: pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1862, p. 92.

Conflitos que, de maneira mais ilustrativa, podem ser apontados como nos casos de criação de leis sobre território contestado.

Tendo chegado ao meu conhecimento que o governo da província de Santa Catharina promulgará leis conducentes á solução da antiga questão de limites entre essa província e a do Paraná, em prejuizo dos direitos da ultima, e constando-me que se achava nesta província um individuo encarregado de estabelecer barreiras, em território não só descoberto e povoado por paulistas, como na posse actual dos paranaenses.³²⁶

O ano de 1864 marca o momento de principal efervescência até aquele momento, no que tange os problemas de jurisdição advindos da imprecisa demarcação dos limites. O problema constituía-se na criação de uma estação fiscal por Santa Catarina, na margem direita do rio Uruguai, território que até então pertencia a freguesia de Palmas no Paraná. Como consequência imediata desse conflito, a publicação, por parte do governo imperial, de um decreto (em 1865) que marcava os limites, mesmo que de maneira provisória e em parte, entre as duas províncias. Alguns meses após este decreto, reclamações catarinenses faziam com que um aviso imperial sustasse os efeitos daquele.³²⁷

Anos após o primeiro conflito envolvendo a criação de estações fiscais, já em 1868 é a vez do Paraná ter sua ação contestada por Santa Catarina. A criação da estação da Encruzilhada, no lado sul do rio Negro, feria os pretensos direitos de Santa Catarina sobre aquela região.

A década de 1870 assistira com ainda maior frequência a tais problemas e os conflitos deles consequência:

A sedida questão de divisas entre esta província e as de Santa Catharina e S. Paulo ainda não foi resolvida pelo poder competente; dahi as invasões e conflictos de jurisdição que se succedem diariamente. O mal é chronico, data da criação da província.³²⁸

No ano de 1875, “*nova questão se levanta a propósito de uma venda de terras feita por esta presidência a Francisco Antonio Maximiano, no Rio Negro*”³²⁹.

³²⁶ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Dr. André Augusto de Padua Fleury. Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 18 de novembro de 1864, p. 24. “*Em officio de 26 de fevereiro o presidente de Santa Catharina communicou-me terem-se dado conflictos de jurisdição entre as autoridades de S. Francisco e de Guaratuba*”. Relatório que Polidoro Cesar Burlamaque apresentou a Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da província do Paraná. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1867, P. 06.

³²⁷ Cf. Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 09.

³²⁸ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1874, P. 06.

³²⁹ Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 10.

Consta das reclamações transmittidas pela presidência de Santa Catharina ao governo imperial, que alguns colonos situados no núdeo de S. Bento, pertencente a colônia D. Francisca, se queixaram de que o sobredito Maximiano Ihes tem invadido os terrenos, destruindo plantações etc. e ao mesmo tempo Maximiano reclama desta presidência contra a resistência que lhe oppõem aquelles colonos e pede ser mantido na posse dos terrenos que comprara. A câmara de Rio Negro, que ouvi a respeito, me informa que o terreno em questão faz parte dos perimetros demarcados pelo engenheiro Theodoro Ochsz por ordem do governo desta província.³³⁰

Com relação ao debate até então promovido por paranaenses contra as pretensões catarinenses, assinala o relatório provincial a existência de alguns estudos que, ao “*entornar luz a jorros*” sobre a questão, também poderiam, a partir da “*fuzão das opiniões*”, atentar para uma conclusão imediata para a querela.³³¹

Junto a Assembléa Nacional, Santa Catarina teria, até o ano de 1876, levantado por três vezes a questão da resolução das querelas fronteiriças. Sempre requerendo como seus limites, toda parcela do território a esquerda do Iguaçu. Uma posição que, para os paranaenses envolvidos no debate, era absurdamente injusta e inconsistente com as “*provas*” apresentadas.

Essa insistência, em três projectos decennaes, sendo o ultimo em 1874 (pois tanto vale a renovação da discussão do projecto de 1865) confirma a queixa pouco fundada daquela província, que se afigura com acanhados limites sob a pressão de um potentado; e dahí tira razoes de decidir em tão momentosa matéria de direito para chegar a conclusão de que, sendo o Paraná grande deve enriquecel-a com parte de seu patrimônio.³³²

Um argumento subjetivo, apontado como absurdo também, por basear-se num pressuposto que afirmaria a isonomia territorial das províncias ou estados.

Se tal razão podesse prevalecer, provocaria uma medida geral que equilibrasse Minas com Sergipe, Matto Grosso com o Espírito Santo. É da natureza das cousas que nem os homens, nem as entidades Moraes que se chama províncias e nações, sejam dotadas da mesma somma de riqueza e de poder.³³³

Ao longo desses anos (e dos posteriores), trocas de correspondências oficiais entre os presidentes provinciais, não chegaram se quer a tocar em uma possível resolução

³³⁰ Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 10.

³³¹ Cf. Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 10.

³³² Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03.

³³³ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03.

da questão. Na sua maioria, o clima que prevalecia era o de uma hostilidade recatada, baseada em ironias, sarcasmos, etc.

Ao passo que assim se procede, o ilustrado presidente de Santa Catharina reclama contra a existência d'aquella estação, que diz estar em seu território "porque é incontestável a sua posse em toda a margem esquerda do rio Negro" quando o districto policial dos Ambrosios, a existência daquella estação e a Villa do Rio Negro, são protestos vivos contra semelhante pretensão. Diz que os limites d'aquella provincia com o Paraná estão definidos (!) e que é o Paraná quem desrespeita o seu *uti possidetis!* [...] este estado de cousas que não assenta bem nas relações de vizinhança, que cumpro guardar entre duas provincias irmãs, deve induzir á estas a fazel-o cessar, até que os poderes competentes, pelos tramites legitimos, lhe ponham o desejado termo. Cõscio do direito do Paraná nesta questão de limites procurarei haver-me nella com a isenção do espírito de quem confia em sua causa, esperando menos dos esforços que farei para sustental-a evitando desagradaveis conflictos, do que na protecção das leis para defendel-a.³³⁴

No ano de 1877, ainda sobre presidência de Adolpho Lamenha Lins, é verificado que "*subiste ainda a questão de limites entre esta e a provincia de Santa Catharina, e no anno que findou, tornou-se ella tão incandescente que ameaçou seriamente a tranquillidade pública*"³³⁵.

Os conflitos de jurisdição assumiriam um caráter muito mais agudo nos anos que se sucederam a 1876-77. O maior problema adviria da intimação efetuada por um juiz municipal de Joinville/SC, junto a moradores residentes em Rio Negro/PR, para que estes comparecem a sessões do júri daquela primeira. De forma simultânea, outra ação, agora de juiz de São Francisco do Sul/SC, que intimaria o administrador da agencia da Encruzilhada para se retirar do local sob pena de ser expulso à força³³⁶.

Posteriormente sabendo que os habitantes de Joinville excitados por algumas autoridades de Santa Catharina ameaçavam o administrador da Encruzilhada, fiz seguir para alli mais quatro praças. Por mais de uma vez grupos de gente armada vieram de Joinville á casa da estação para cobrir de insultos e ameaças o administrador.³³⁷

Vários ensaios de resolução se produziram até o fim do século, porém sem originar um termo a querela. "*Os deputados das duas provincias resolverão elaborar, de*

³³⁴ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Provincia Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03-7.

³³⁵ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Provincia Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 13 de fevereiro de 1877, p. 04.

³³⁶ Cf. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Provincia Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 13 de fevereiro de 1877, p. 04.

³³⁷ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Provincia Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 13 de fevereiro de 1877, p. 05.

*acordo, bases para o projecto que estabeleça definitivamente os limites entre ellas, em ordem a não continuar esse litígio, tão lamentável em todos os sentidos*³³⁸.

As discussões junto a Santa Catarina tiveram um breve período de calma, propiciado pelo intermezzo das definições de limites junto à República Argentina³³⁹, das dificuldades advindas da Revolução Federalista³⁴⁰ e da proclamação republicana, assim como dos problemas relacionados às crises financeiras que enfrentaria a nova república e, por consequência, seus estados³⁴¹.

Em 1889, é proclamada a República e com ela é posto em xeque o pacto territorial nacional herdado da monarquia e que garantia a união das oligarquias brasileiras. Instaurava-se, então, uma crise que manifesta-se em revoltas que perpassam o país, como na guerra do Contestado (1912-1916). Nesse aspecto, a postergação da definição dos limites internos, corrobora para uma conjuntura de conflitos. A constituição federal de 1891, negligente e extremamente descentralizadora (é ela quem institui o federalismo³⁴²), também influencia na materialização de movimentos que demanda territórios.

Os agora, estados legitimados pela República, fragmentaram o mapa político nacional, ao mesmo tempo em que mostraram os problemas em torno do pacto político-territorial falido e que, então, necessitava um substituto. O período da primeira República (1889-1930) seria o *intermezzo* entre um pacto e outro, entre diferentes projetos de Brasil, estipulados por elites políticas e intelectuais.

Com a descentralização, as antigas províncias passaram a demandar cada vez mais autonomia e ampliação dos seus territórios, e acabaram por produzir inúmeras áreas de litígio por todo o país: uma delas seria entre o Paraná e Santa Catarina.

Outro momento importante está ligado ao litígio com a Argentina no que tange o território do extremo sudoeste paranaense e, que abrangia grande parte da comarca de Palmas, também chamado de *Misiones*. A querela de limites com a Argentina, também sustentada na indefinição dos mesmos, resolve-se em 1895 com a sentença de arbítrio internacional – o do presidente dos EUA, Grover Cleveland.

³³⁸ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Provincia Manuel Pinto de Souza Dantas Filhos. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 04 de junho de 1879, p. 16.

³³⁹ Cf. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo presidente da província Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curitiba: Typ. Perseverança, 16 de fevereiro de 1880, p. 06.

³⁴⁰ Ver: Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná: pelo 1º vice-governador dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. Companhia Impressora Paranaense, 18 de maio de 1894. Mensagem do Governador do Estado: Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. Companhia Impressora Paranaense, 20 de outubro de 1894.

³⁴¹ Ver: Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná: pelo Dr. José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1899. (em convocação extraordinária). Mensagem do Governador do Estado: pelo Dr. José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1900.

³⁴² Grosso modo, o federalismo é um modelo de soberanias particulares, posto a partir das diversidades culturais, da enormidade de um país continental e de sua dispersão populacional.

Após esse período de discussões com a Argentina e após a revolução federalista, ressurgem novas intrigas entre Santa Catarina e Paraná, mais especificamente em 1895, com a construção, sob ordens de Santa Catarina, de uma ponte sobre o rio São Lourenço ao sul do rio Negro, zona sob jurisdição da comarca de Rio Negro. Tal ação foi percebida pelos moradores da margem norte do rio Negro como uma ação de invasão por parte de Santa Catarina, o que os levou a depredar a ponte do São Lourenço, criando novamente, assim, uma zona de tensão. Os dois estados enviam para essa localidade, contingentes militares para proteger suas respectivas populações.

Com a organização da administração, após instalada a república, já na primeira mensagem governamental aponta-se o recorrente problema: “*me é grato comunicar-vos que a Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catharina, correspondeo ao vosso pensamento relativamente a demarcação de limites entre este e aquelle Estado*”³⁴³. Uma vez terminada a revolução federalista e restabelecida “*a ordem pública em todo o território do Estado*”³⁴⁴, é a questão de limites que novamente torna-se um dos principais assuntos da pauta política³⁴⁵.

³⁴³ Mensagem do Governador do Estado: Francisco Xavier da Silva. Curitiba: 04 de outubro de 1892, sl., p. 09.

³⁴⁴ Mensagem do Governador do Estado: Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Imprensa Paranaense, 13 de novembro de 1895, p. 03.

³⁴⁵ Cf. Mensagem do Governador do Estado: Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Imprensa Paranaense, 13 de novembro de 1895, p. 05. Mensagem do Governador do Estado: José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Typ. Modelo, 01 de outubro de 1896, p. 03-4. Mensagem do Governador do Estado: José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 01 de outubro de 1897, p. 03. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1901, p. 03-4. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1902, p. 02-3. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1903, p. 03. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1904, p. 04-5. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1905, p. 08-11. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1906, p. 09-12. Mensagem do Governador do Estado: Cor. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Curitiba: Annibal Rocha e C., 1 de fevereiro de 1908, p. 07-9. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 3 de fevereiro de 1909, p. 03. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1910, p. 05-6. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1911, p. 05. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 2 de fevereiro de 1912, p. 05-9. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1913, p. 06-7. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1914, p. 05-10. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1915, p. 07-17 (também a parte dedicada a “*Ordem Pública*”, p. 17-20). Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1916, p. 05-19 (também a parte dedicada a “*Ordem Pública*”, p. 19-25). Mensagem do Governador do Estado: Dr. Affonso Alves de Camargo. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1917, p. 04-5. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Affonso Alves de Camargo. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1918, p. 08-9. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Affonso Alves de Camargo. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1919, p. 04 e 05. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Affonso Alves de Camargo. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1920, p. 04. Mensagem do

Ao fim do século, já no ano de 1896, pela primeira vez é estipulado um acordo onde a questão seria resolvida, segundo o exemplo da questão de Palmas junto a Argentina, através de arbitramento externo.

As tantas e tão repetidas perturbações da tranqüilidade publica dos pacíficos e ordeiros habitantes dos municípios do Rio Negro e de Palmas, movidas pela pretensão dos nossos irrequietos visinhos e o incalculável prejuizo que ás finanças deste Estado traz, há longos annos, a permanência da questão de limites com o Estado de Santa Catharina, demoveram os nossos representantes ao Congresso Federal a cogitar meio honroso de terminal-a. nesse intuito firmaram com os Representantes do Estado visinho um accôrdo [...] para que seja entregue a um arbitramento a definitiva solução desta pendência.³⁴⁶

Da mesma forma que os anos anteriores, no entanto, apesar de uma sinalização para a resolução do problema, os conflitos ainda pipocavam no interior da zona contestada. A esperança geral, no Paraná, era de que “*em breve, a Victoria da nossa causa virá demonstrar a profiquidade do alvitre tomado, de sujeital-a ao arbitramento, como meio de amigável solução para esse litígio*”³⁴⁷, e de fato, a aparência era de que o conflito corria para sua resolução. Possivelmente as mudanças de governo e a falta de uma melhor comunicação, aliadas a um recrudescimento das tensões entre as populações localizadas na fronteira, também aos movimentos populacionais relacionados a posterior guerra do Contestado e tudo aquilo que estão a ela diretamente conectados (fenômenos messiânicos, jaguncismo, coronelismo, etc.), seriam os empecilhos que protelaram tal resolução para cerca de duas décadas após esse acordo inicial.

No ano posterior, de 1897, seria investido no cargo de advogado junto ao juízo arbitral, o desembargador Joaquim da Costa Barradas (tornado posteriormente, um herói paranaense na defesa de sua “causa”), assim como seriam constituídas diversas comissões encarregadas de coligir documentos importantes a defesa dos “direitos paranaenses”.³⁴⁸ Devido à situação de tensão, era de premente urgência colocar um ponto final a essa questão. Em 1895, reúnem-se no Rio de Janeiro as bancadas dos dois estados, onde é feita, então, a escolha de um arbitro que decida a questão³⁴⁹.

Ao iniciar o novo século, as esperanças de resolução são postas abaixo. Uma vez nomeado o árbitro, o próximo passo seria homologá-lo junto ao Supremo Tribunal

Governador do Estado: Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba: s.l., 1 de fevereiro de 1921, p. 69-70.
Mensagem do Governador do Estado: Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba: s.l., 1 de fevereiro de 1922, p. 67.

³⁴⁶ Mensagem do Governador do Estado: José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Typ. Modelo, 01 de outubro de 1896, p. 03-4.

³⁴⁷ Mensagem do Governador do Estado: José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 01 de outubro de 1897, p. 03.

³⁴⁸ Cf. Mensagem do Governador do Estado: José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 01 de outubro de 1897, p. 03.

³⁴⁹ A qual recaí, em 1897, sobre o vice-presidente da república, Manuel Vitorino Pereira.

Federal, que acabou por se julgar incompetente para o caso. Porém, a ação arbitral viria a homologar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que manifestara-se contrário a aprovação de qualquer sentença sobre a questão, pois compreendia-a como sendo extrajudicial. Assim, continua a indefinição e a eminência de zonas de tensão e conflito entre os dois estados, devido à incursão de populações, livre e indiscriminadamente pelas suas fronteira.

Dessa forma, malograda a proposta “*de ser decidido o litígio por meio da arbitragem, o Estado de Santa Catharina, no dia 6 de outubro ultimo [de 1901], iniciou perante o Supremo Tribunal Federal a ação que julgou ser a competente para o caso, a qual esta correndo os seus termos. Lis subjudice est*”³⁵⁰. Com essa ação, então, iniciar-se-ia o período dos trâmites envolvendo o Supremo Tribunal Federal e a fase mais agressiva das discussões e conflitos envolvendo os dois estados.

Embora a sugestão de arbitramento não tivesse prevalecido, a noção geral que circulava no pensamento dos envolvidos pelo lado paranaense era o de que o estado vizinho de Santa Catarina deveria fazer permanecer o status quo, ou seja, os territórios deveriam permanecer sob jurisdição paranaense da mesma forma que um acordo deveria ser articulado entre os dois estados. No entanto o que ocorre, é que a questão é então lançada por Santa Catarina junto à esfera federal jurídica, contra as expectativas paranaenses³⁵¹.

Inicia-se um período caracterizado por incursões de grupos, algumas armadas, de um território ao pretense território de outro estado. A expansão catarinense operava-se através dessas incursões, uma vez que calcavam-se no principio do *uti possidetis*, tal como diz Souza, “*a invasão parecia compor-se dentro de um plano de corrida ao ‘uti possidetis’, no objetivo claro de dar cobertura à ação contra o Paraná, que daria entrada no dia 06 de outubro [06 de outubro de 1900] seguinte no Supremo Tribunal Federal*”³⁵² com uma Ação Reivindicatória do território contestado. Essa atitude só ocorria, uma vez tendo sido esgotadas as trocas de correspondências, os diálogos e os protestos, as exhibições de títulos e documentos históricos, os infrutíferos debates parlamentares, quando, então, o governo catarinense, embora em desacordo com a Constituição Federal, leva a questão ao julgamento do judiciário, em ação contra o Paraná, entregando a causa à defensoria de Manuel da Silva Mafra³⁵³.

³⁵⁰ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1901, p. 04.

³⁵¹ Cf. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1902, p. 03.

³⁵² SOUZA, Fredericindo Marés de. *O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987, p. 39.

³⁵³ Cf. SOUZA, Fredericindo Marés de. *O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987, p. 40.

Nessa ação reivindicatória, a proposta catarinense repousava suas bases argumentativas em dois documentos buscados em tempos longínquos do período colonial, quais sejam, nas cartas reais de 1747³⁵⁴ e 1749³⁵⁵, muito embora não tenham adquirido relevância em sua época. Bento Fernandes de Barros, remetendo-se às provisões de 1749-1747, as quais também identifica como sendo os documentos principais ao qual Santa Catarina embasa suas pretensões territoriais, argumenta que:

Se o Sr. senador Zacarias, escrevendo, há vinte annos, o opúsculo em que defendeu victoriosamente o uti possidetis do Paraná contra as allegações contidas n'um relatório do presidente de Santa Catharina, não houvesse duvidado da existência daquella Provisão, acharia o seu espirito tão investigador o meio de excluir peremptoriamente toda a importância que se lhe quis dar, não tratando somente de demonstrar, como fel-o, que ella jamais passara de letra morta.³⁵⁶

Ou seja, antes da ação reivindicatória de 1900, proposta por Santa Catarina, já se buscava nas cartas reais de 1747-1749 o argumento motriz para as pretensões ao território contestado no lado catarinense. Porém, o problema principal para a defesa da tese de Santa Catarina reside, segundo Bento Fernandes de Barros (e este procura desconstruir tal tese, uma vez que é defensor da causa paranaense), em uma confusão entre as divisões judiciária e administrativa utilizadas pela metrópole. Nesse sentido, “*O argumento [que] se deduz dessa decantada Provisão ou Alvará, como também o chamam, repousa sobre uma confusão do que a legislação antiga claramente distinguia, - districto de ouvidoria e - districto de governo ou capitania*”³⁵⁷. Tal provisão determinaria os limites do distrito da nova ouvidoria de Santa Catarina, portanto de uma das divisões judiciária, e não os limites da capitania ou do governo que, nesse sentido, seriam uma divisão administrativa. Essa confusão é proporcionada por uma organização complexa que cobria o território da colônia,

³⁵⁴ Em BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 28, pode se ler parte dessa provisão: “[...] o dito brigadeiro (José da Silva Paes) porá todo o cuidado que os novos colonos sejam bem tratados e agasalhados, e assim que lhe chegar esta ordem, procurará escolher assim na mesma ilha, como nas terras adjacentes desde o Rio de S. Francisco até o Serro de S. Miguel, e no sertão correspondente a este districto (com attenção, porem, a que se não dê justa razão de queixa aos hespanhões confinantes) os mais próprios para fundarem lugares [...]”.

³⁵⁵ Em BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 22-3, pode-se ler a provisão: “Dom João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e alem-mar, em África, Senhor de Guiné, etc. – faço saber a vós, Governador da Ilha de Santa Catharina, que eu houve por bem, por resolução de 20 de junho do presente anno, em consulta de meu conselho ultramarino, crear Ouvidor nesse ilha com o mesmo ordenado e precalços que tem o de Pernaguá e que o districto dessa nova Ouvidoria ficará para o Norte pela barra austral do Rio de S. Francisco, pelo Cubatão do mesmo rio, e pelo rio Negro quie se mette no grande de Curitiba, e que o Sul acabará nos montes que desaguão para a Lagoa-Imiri; de que vos aviso para que assim o tenhaes entendido. Etc.”.

³⁵⁶ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 21.

³⁵⁷ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 22.

pois “A divisão judiciária não mantinha sempre com a divisão administrativa uma correspondência harmônica, tendo as comarcas, ou ouvidorias, districtos que compreendiam territórios de capitâneas diversas”³⁵⁸.

Em 6 de junho de 1904 a questão assume sua posição mais severa, até então, para os paranaenses. Foi quando “o Supremo Tribunal Federal reunido e com a presença de oito ministros effectivos e dous juizes de secção, para prefazer o numero legal exigido, lavrou por 6 votos contra 4 a sentença desprezando o nosso direito em favor do nosso contendor”³⁵⁹. Naturalmente, os ânimos se exaltaram ante tal resolução e o clima geral inflamou os personagens envolvidos em tal debate: “vibrou inteira a alma paranaense e nem uma dissonância se fez sentir no concerto de adhesões ao protesto formulado em nome do direito ferido”³⁶⁰.

Embora a imagem que se tentara passar, ao momento logo posterior da sentença, seja muito mais uma construção “avolumada”, ou aumentada, é certo que tal decisão provocou consternação em amplas esferas da sociedade paranaense. Uma medida disso pode se ter:

Apenas chegou-me ás mãos o telegramma que annunciava o resultado da tremenda sentença, transmitindo-o a todos os pontos do Estado, por intermédio dos Srs. Prefeitos Municipaes, e compreendendo o justo abalo que isso ia causar no animo do Povo Paranaense, fundamente conturbado pela injustiça, pedi que a maior calma presidisse a todos os actos e que confiasse o povo nas medidas e recursos que iam ser utilizados pelo venerando patrono do Estado, que ao annunciar a desastrosa sentença já assegurava que ia embargal-a.³⁶¹

O embargo paranaense a tal medida veio de imediato ante a, tida como, “desastrosa” sentença.

O momento posterior a “esse terrível golpe”, é de movimentações em ambos os estados a fim de tentar garantir seus direitos através do *uti possidetis*, principalmente. Seria raro o período “em que novos factos não venham a perturbar a serenidade da administração do Estado”, sendo “traduzidos sempre em invasões no contestado, sob a nossa jurisdição e em actos que demonstram por parte do governo catharinense o insoffrido desejo de alargar a sua jurisdição”³⁶².

³⁵⁸ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 23.

³⁵⁹ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1905, p. 09.

³⁶⁰ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1905, p. 09.

³⁶¹ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1905, p. 09.

³⁶² Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1906, p. 10.

Trocas de acusações seriam a constante desse momento do debate. Inclusive a manifestação de que o governador de Santa Catarina, Lauro Müller, então Ministro da Indústria Viação e Obras Públicas, estaria se aproveitando de seu lugar vantajoso na administração federal para forçar situações delicadas, incursões injustificadas, ambições catarinenses...³⁶³.

Do mesmo momento também se originam as acusações paranaenses de “invasão” por parte dos catarinenses, através de manobras arquitetadas pelo governo catarinense. A acusação afirmaria a ação do governo catarinense em organizar grupos de jagunços para, ou depredar instalações paranaenses, ou então simplesmente para ocupar o território e garantir a posse via *uti possidetis*.

Essa mudança de postura do debate, que deixa de ser “diplomática” e passa a ser “acusatória”, fornecerá não só os argumentos como também os elementos para construção de um “clima” de injustiça, intranquilidade, etc., que propiciariam a legitimidade e autorização para ações futuras de “expulsão” da parte invasora. Dito de outra maneira, o argumento da “invasão” será o estopim para as ações armadas do governo paranaense, através de um pensamento que, possivelmente, legitimaria tal ação como sendo uma retaliação às injustiças cometidas, ou mesmo, como resposta a uma demanda de um público maior, nomeado muitas vezes como “povo paranaense”. Demanda construída através das diversas e constantes publicações sobre o estado da discussão sobre os limites, assim como das constantes “invasões” do território paranaense.

A imagem de que “*tão extensa se vae tornando a pretensão dos nossos vizinhos, que já se permitem o direito de cercear a acção administrativa e judiciária do Paraná*”³⁶⁴, tornar-se-ia a tônica da discussão e do próprio pensamento difundido na sociedade em geral. Embora, nesse período, o discurso e o propósito fossem de tentar “*evitar explosões do espírito público, apaixonadas às mais das vezes*”³⁶⁵, ao sinalizar e, possivelmente, insinuar essa perspectiva, já se constrói “*em germe*” a possibilidade de que tais ações ocorram. Muito mais quando ainda se diz, de tais ações, “*revestidas da mais incontestável justiça*”³⁶⁶.

Foi um ataque violento ao nosso direito, sequestro criminoso de nossa autonomia, feito com uma impassibilidade notável e um requinte de ostentoso desrespeito a opinião, mas sobre o qual me limito ao que ahi fica

³⁶³ Cf. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1906, p. 11.

³⁶⁴ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1906, p. 11.

³⁶⁵ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1906, p. 11.

³⁶⁶ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1906, p. 11.

dito, deixando que a opinião do paiz e a historia façam a respeito o seu julgamento.³⁶⁷

No ano de 1908, Ubaldino do Amaral, substituindo Carlos de Carvalho, se junta ao Conselheiro Barradas na defesa da questão paranaense³⁶⁸, aumentando a esperança de uma conclusão vitoriosa: “*no talento e competencia de ambos podemos nutrir sobre a causa esperança e confiança*”³⁶⁹.

O estudo do Acordão de 6 de junho de 1904 e do embargo paranaense posterior pelo Supremo Tribunal Federal, demorou até o ano de 1910 para resultar em uma conclusão. Foi assim que “*no dia 24 do mês de dezembro ultimo [1909 no caso], o Supremo Tribunal Federal despresou os embargos oppostos pelo Estado do Paraná ao accórdão*”³⁷⁰. Este julgamento, esperado ansiosamente pelos envolvidos de alguma forma no debate, provocou nova onda de descontentamento, aumentando o clima de desconforto e injustiça. Em variados locais do estado, “*sobreveio perturbação da ordem*”³⁷¹, que prontamente o governo estadual teve de sustar. “*Ao povo*”, direcionava um boletim, que dizia:

O governo lamenta os acontecimentos occorridos, tanto mais que ágio sempre no sentido da lei e da ordem; e, compenetrado da sua missão constitucional, emprega os meios precisos para garantir as liberdades publicas e segurança individual, em momento tão afflictivo para a alma paranaense e para os amigos sinceros deste Estado, que merece o amor que a elle dedicamos. O governo espera que o povo se manterá calmo diante das medidas legaes que estão sendo tomadas, não só em relação á defeza do direito do Estado na sua tão conhecida questão de limites, como também sobre os lamentáveis acontecimentos occorridos, e procederá, após apurados os factos, de accordo com a Lei e interesse publico.³⁷²

A questão de limites entre os dois estados assumia a posição de questão de ordem pública. De fato, a gravidade com que tal problema se apresentava e avolumava, para o ano de 1910 e seus eventos, “*nenhum outro há a se registrar, que determinasse a subversão da ordem publica*”³⁷³. Em 20 de julho do mesmo ano, “*o Supremo Tribunal Federal rejeitou, por maioria dos votos, os embargos de declaração offerecidos por parte do*

³⁶⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo: dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Annibal Rocha e C., 1 de fevereiro de 1907, p. 08.

³⁶⁸ Cf. Mensagem do Governador do Estado: Cor. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Curitiba: Annibal Rocha e C., 1 de fevereiro de 1908, p. 08. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 3 de fevereiro de 1909, p. 03.

³⁶⁹ Mensagem do Governador do Estado: Cor. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Curitiba: Annibal Rocha e C., 1 de fevereiro de 1908, p. 08.

³⁷⁰ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1910, p. 05.

³⁷¹ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1910, p. 06.

³⁷² Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1910, p. 06.

³⁷³ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1910, p. 06.

*Estado do Paraná*³⁷⁴ e “*corridos todos os tramites legais da acção, perante o Egregio Tribunal, em data de 27 de Dezembro ultimo [do ano de 1910], foi assignada a carta de sentença á requerimento do Estado contendor*”³⁷⁵.

No ano posterior, já na ante-sala do conflito que ocorreria na região contestada:

Agora me cumpre acrescentar que, á requerimento do Estado autor, o Senhor Ministro Relator, em 26 de maio ultimo [ano de 1911], expediu mandado ao Juiz Federal n’esta secção, para que fosse intimado o Presidente do Estado, afim de ver se iniciar a execução da sentença, allegar a defesa que tivesse, nomear e aceitar peritos para determinar as divisas entre os dous Estados, que não estiverem ineludivelmente assignadas.³⁷⁶

Dada a sentença sobre a questão, poucos recursos caberiam aos defensores da “causa paranaense”. Um deles, sob a forma de “*último suspiro*”, seria a tentativa paranaense de impugnar tal sentença através da verificação de incompetência do juiz deprecante³⁷⁷: “é esta a ultima phase do feito”³⁷⁸.

Os conflitos assumiram maior proporção, chegando as vias de o governador de Santa Catarina pedir auxílio junto ao Ministro da Guerra para que enviasse um contingente da força federal e que o estacionasse a margem direito do rio Timbó, “*com o intuito de evitar que novos conflictos venham a se dar na zona litigiosa*”³⁷⁹.

Já nos anos que perfazem o interregno da chamada “guerra do contestado”, sob governo de Carlos Cavalcanti, no Paraná a discussão é assumida com maior vulto pelos jornais locais, que publicam diariamente notícias sobre as movimentações e os episódios ocorridos em território contestado. Ao assumir seu mandato (e a esperança paranaense nutria-se dele) Carlos Cavalcanti já enuncia o status da questão e sua posição ante tal problema:

As questões de fronteiras preocupam intensamente o governo, disposto a empregar todos os esforços no sentido de resolvel-as definitivamente, segundo a orientação que vós de sobra conheceis, única que é compatível com o interesse geral e própria a cimentar solidamente os laços de confraternidade que devem unir Estados da mesma nação e ainda mais, vivendo por vontade própria, segundo as regras de um systema social e político amplamente democrático. Tenho o direito de vos affirmar que não

³⁷⁴ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1911, p. 05.

³⁷⁵ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1911, p. 05.

³⁷⁶ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 2 de fevereiro de 1912, p. 05.

³⁷⁷ Cf. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 2 de fevereiro de 1912, p. 05-6.

³⁷⁸ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 2 de fevereiro de 1912, p. 05-6.

³⁷⁹ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 2 de fevereiro de 1912, p. 09.

cessei de agir na conformidade dessa aspiração elevada de concórdia e de paz que tanto engrandece o nosso Povo, quanto honra ao governo que lhe serve de instrumento. Dessas questões, a mais importante, como não ignoraes, é a que interessa igualmente ao Estado de Santa Catharina, já pela amplitude da área territorial que abrange, já pelos constantes conflictos a que deu logar não só entre autoridades mas também entre cidadãos deste e daquelle Estado como se fôramos estrangeiros e não filhos da mesma gloriosa Pátria.³⁸⁰

Os jornais, sempre vinculados a determinadas posições da política partidária local, faziam questão de colaborar na “construção do clima” sobre o debate. Ao momento das eleições para senador, a coluna “*Política Paranaense*” do jornal Diário da Tarde, indicava o “princípio” que deveria conduzir os votos: competência para defesa da “magna causa”!

Somos informados de que o Comitê Pró-Defreitas tem recebido, de diversas localidades, valiosas adesões à candidatura do velho republicano, Em União da Victoria foi muito bem recebido o manifesto a respeito lançado pelo Illustre medico dr. Candido de Mello, que conta igualmente influencia em Thomazina e Guarapuava, onde é ligado por laços de família a prestigioso chefe.

- Conforme hontem publicamos, o sr. dr. H. Serzedello, satisfazendo as imposições de amigos, mantem sua candidatura, ao contrario do que se propalava com base em declarações do próprio dr. Serzedello de que não era candidato, por se considerar sem forças para o encargo.

Sendo assim, não applaudimos a resolução de s. s., pois o momento é delicado e à representação está reservada tarefa difícil.

De todos os candidatos em foco, sabe o eleitorado as opiniões e os conhecimentos sobre a questão de limites; ignora-os quanto ao dr. Serzedello, não senão portanto desarrazoado que s. s., pela imprensa ou em conferencia publica, exhibisse a sua competência sobre a magna causa. Porque, repetimos, o Paraná precisa de quem defenda os seus direitos na tribuna parlamentar.³⁸¹

Uma das principais discussões que tiveram lugar nos jornais locais, chamada de “A Blague”, envolveram tanto os periódicos “Diário da Tarde” como o “A República”. Discussão diretamente relacionada com as eleições locais, cujo debate tinha por ordem, incluir a discussão e, portanto, testar a competência dos candidatos, sobre a questão dos limites.

“Com a epigraphe ‘bancada catharinense’ o orgam official teve hontem este artiguete:

“Segundo telegramma que hontem publicamos, a nova bancada catharinense na camara federal não será constituída como se propalou, com a reeleição completa dos representantes na ultima legislatura.

³⁸⁰ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1913, p. 06-7.

³⁸¹ Diário da Tarde, 9 de janeiro de 1912, p. 01.

O partido situacionista do visinho Estado, organizará a chapa com os nomes dos srs. drs. Abdon Baptista e Henrique Valgas e coronel Pereira Oliveira, deixando o terço para ser disputado pela minoria.

Esse resultado desfaz todo o barulho que por ahi foi feito na suposição de que a bancada fosse reeleita para o fim exclusivo de se antepor contra nós. A blague, que visava conduzir o nosso partido a imitação desse esperado gesto, está agora na verdadeira proporção...”

Conquanto essas linhas não tragam endereço, trepadas num desdenhoso e engraçado “por ahi”, cumpre-nos dizer algo a respeito, visto como também reproduzimos, das secções políticas dos jornaes do Rio, a noticia de que a bancada catharinense seria organizada obedecendo mais a fins utilitários do que políticos.

Não houve por ahi (é o caso...) jornal brasileiro que não desse tal informação aos seus leitores.

Quanto a nós, fizemos as considerações que se impunham, dada a posição especial do Paraná deante de S. Catharina.

A blague, se blague houve, não partiu destas columnas.

De resto, não vemos porque a “República” se rejubila. A chama catharinense, como ficou constituída, ainda está muitos furos acima da nossa, salve si a “Republica” julga o sr. Alencar Guimarães (candidato á senadoria pelo Paraná) superior ou igual ao sr. Lauro Müller (candidato a idêntico encargo, por S. Catharina).

Cotejemos os deputados: drs, Abdon Baptista, dr. Henrique Valgas e coronel Pereira Oliveira (catharinenses); Carvalho Chaves, dr. Lamenha Lins e coronel Luiz Xavie.

Realmente, em títulos, as bancadas são symetricas; dois doutores e um coronel...

Quando ao terço: por lá entrará o dr. Paula Ramos, ou o dr Celso Bayma. Ninguém dirá que qualquer delles é inferior ao dr. Serzedello, o falado candidato da opposição.

Para finalizar: é passível que os próceres da política catharinense houvessem modificado a primitiva resolução, ora chamada de blague, mas só o fizeram depois de conhecida a organização da representação paranaense, porque, então, por peor quem lhes saísse a chapa sempre seria superior a nosas.³⁸²

Já quando se desenrolava os embates envolvendo populações sertanejas residentes no contestado e as forças policiais dos estados, o debate assume outras feições: das acusações de “invasão” à idéia de previsibilidade de tais eventos³⁸³ (combates no Irani e em outras localidades do território contestado), das trocas de acusações e (quase) insultos aos apelos para conclusão conjunta dos conflitos.

É uma questão das que mais accentuadamente devem preoccupar os homens que têm a responsabilidade da direcção dos negócios publicos, essa da delimitação das fronteiras, embora considere-se como certo que as que se referem a unidades políticas ou simplesmente administrativas, inclusas dentro do mesmo paiz, não offerecem iguaes perigos aos que decorrem da incertesa das linhas que definem e extremam as nações entre si. Todavia, fora mesmo desta ultima hypothese, quantos males não são consequentes a essa confusão de limites, desde os que vêm da desintelligencia dos governos visinhos, por amor ás respectivas

³⁸² A Blague. Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1912, p. 01.

³⁸³ “*minha sincera opinião sobre os factos que alli se estavam passando e cuja reprodução periódica é de intuitiva previsão*”. Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1914, p. 06.

jurisdições, até os que fazem explosão nos mais deploráveis conflictos entre os povos, accendendo ódios, cavando prevenções e conservando em uma situação chronica de intranquillidade e temor, os mal afortunados compatriotas cuja actividade a sorte quis que se desenvolvesse n'um tracto de terras, onde a conservação das existências e a protecção ao trabalho, custam á autoridade uma perpetua lucta, afanosa e inglória, contra o banditismo multiforme e que tresdobra, pela facilidade do homizio e obstáculos quasi insuperáveis que surgem no processo regular de extradição dos criminosos.³⁸⁴

Em pleno palco dos eventos da “guerra do contestado”, a discussão sobre, exclusivamente, os limites, daria lugar ao problema das incursões de “bandos” ligados ao fenômeno messiânico que teve lugar nessa região. De toda forma, a chave para resolver a questão do banditismo e do fanatismo messiânico das populações estaria diretamente ligada a uma resolução da querela das fronteiras: “*enquanto perdurar entre os dous Estados uma situação que, não obstante a boa vontade de seus governos, annulla a lei nas fronteiras e é propicia a reunião de bandos*”³⁸⁵. O discurso então se volta para a estigmatização da diferença, para o deslizamento do escopo no que tange o “inimigo” a ser combatido, para a sinalização e presentificação do outro.

Os nossos Estados tão intimamente ligados pelos superiores interesses de sua futura grandesa econômica e pelo elo da Patria que os faz irmãos, sentem infelizmente hoje, mais uma vez, ameaçada a paz publica com os factos que se estão desdobrando nos sertões do Taquarussú e que perturbam a tranquillidade de concidadãos entregues ao trabalho, pondo-os em sobresalto, desviando-os de sua actividade fecunda e patriótica e abrindo-lhes os lares á perversidade do fanatismo que corrompe, que anarchisa e que mata. O trágico epilogo da bárbara historia de hontem, ainda está fundamento gravado no espirito publico. E nessa triste historia a maior victima foi o Paraná que regou com o sangue o generoso de seus filhos os campos do Irany em holocausto a lei, á ordem e á manutenção da paz, tanto neste Estado como n'aquelle, cujos destinos V. Ex. com brilho dirige, preferindo cavalheiresca e dignamente, o combate que os sacrificou, ao consentimento na volta do bando invasor ao município catharinense onde se formara, para exercer vindictas, conforme declara seu chefe. Agora, os mesmos factos se estão reproduzindo com uma identidade de circunstancias, verdadeiramente grave e indicadora da causa única que os determina e continuará a determinar no futuro: - a situação creada pela questão de limites entre os dous Estados, porque Ella torna incerta, hesitante, precária, a acção dos respectivos governos, especialmente em certos pontos do contestado, onde, entretanto, devera ser prompta, enérgica e decisiva, de modo a manter intangível e efficaz o império da lei. Pondere V. Ex. no facto eloquentemente elucidativo de se formarem esses ajuntamentos illicitos e perturbadores da ordem, nos mesmos logares e ameaçando as mesmas zonas, ora numa direcção, ora em outra. De onde se deve concluir que poderão os dous Estados, separadamente, mobilisar suas forças, pedir e obter auxilio do Exercito Nacional para jugular a anarchia e restabelecer a paz; todas essas providencias serão apenas de

³⁸⁴ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1914, p. 05.

³⁸⁵ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1914, p. 06.

efeito transitório e portanto insuficientes, persistindo como persistem as mesmas desconfianças entre os dous povos a agravar velhos ódios e malquerenças, aprofundando sempre e cada vez mais o abysmo que os separa.³⁸⁶

As “fronteiras do debate”.

Por mais que o debate tenha sido “frutífero”, ao desenvolver-se por anos a fio, algumas considerações devem ser tecidas sobre seu “conteúdo”, sobre a sua “forma” e sobre a sua “natureza”. Nesse sentido, propomos aqui discutir as “fronteiras do debate” sobre as fronteiras no Paraná.

Embora, de tempos em tempos, a tônica do debate deslizesse para diferentes campos de argumentação (ora enfatizando documentos comprobatórios dos limites, ora o caráter de união dos estados no interior da federação, ora os problemas ocasionados na fronteira pela suspensão da resolução, etc.), algumas tópicas tornaram-se constantes ao longo de todo o debate. Argumentos usuais no século XIX ressurgiam nas discussões já no XX. De fato, a busca pelas “defesas heróicas”, dos diversos personagens envolvidos ao longo de todo o debate, serviria como autoridade e legitimidade, como uma voz ecoante³⁸⁷ dos “direitos paranaenses”, rumo a uma conclusão vitoriosa sobre a questão.

Poderíamos mesmo delimitar, nesse debate, argumentos que se caracterizariam com o caráter da provisoriade, da urgência a que são evocados, como sendo marcadamente ou principais ou acessórios. Muitos personagens envolveram-se em tais discussões, ou para garantir sua posição no palco político (uma vez que o debate constituía-se como sendo de uma “magna causa” para o Paraná), ou para defender um interesse real (que poderia ser econômico)... Todos eles participaram, à sua forma, no incremento ou mesmo na reverberação dos argumentos de defesa paranaense.

Naturalmente, quem não “se incluisse” no debate sobre as fronteiras (sendo político ou intelectual), deixaria de obter o “retorno” necessário para legitimar-se e manter-se no lugar que se ocupava ou que se almejava ocupar (um lugar na política, na administração estadual, no campo intelectual, na mentalidade das populações...).

Os primeiros argumentos já seriam, também, pronunciados nos primeiros relatórios provinciais:

A divisão pelo rio hoje conhecido pelo nome de Canoinhas já seria inadmissível, porque, além de acarretar a perda de muitos campos descobertos e povoados por filhos dessa província, teria o inconveniente de

³⁸⁶ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1914, p. 06-7.

³⁸⁷ Ou “voz arquetípica”, uma “defesa fundadora” do debate posterior.

não cortar a questão de limites com Santa Catharina, visto como pelo lado de suas cabeceiras ficaria o terreno em commum, sem divisa alguma certa. Se, porem, a decisão fosse pelo Rio-Negro e Yguassú, subiria de ponto a injustiça! O ultimo rio, vós o sabeis, indentifica-se com o nome da comarca, hoje elevada a provincia, e com o desta cidade perto da qual, e quase aos nossos olhos, elle nasce, porque, alem dessa denominação – Yguassú –, pela qual he ordinariamente designado nos mappas, que segundo a etymologia guarani quer dizer – rio grande –, também o chamão rio de Curityba, que, naquelle idioma, significa – rio de muitos pinhaes –. A perda da margem esquerda do rio Curityba e dos terrenos, que lhe ficão ao sul seria pois para os habitantes desta provincia em extrema dolorosa.³⁸⁸

Também já marcando o apelo ao aspecto dramático e “doloroso” que a perda de parte do território iria propiciar nas populações ali residentes. Esse argumento iria reverberar por todo o debate, embora não se possa afirmar o “real desejo” das populações. Intelectuais e políticos assumiram-se enquanto porta-vozes do que pretensamente afirmavam como sendo “seu povo”, afirmando a ausência de conflitos internos, na tentativa de originar um sentimento de comunidade (de interesses). Da mesma forma, a insinuação de que a querela envolvendo os dois estados seria um atentado ao próprio país.

Por um termo a essa posição falsa em que se vêem ambas as provincias e liquidar por uma vez esse assumpto tão digno da mais séria attenção e entretanto tão pouco activado, é um dos primeiros deveres do legislador. [...] a paz e a concórdia internas são para um paiz novo, como o nosso, predicados tao preciosos como a paz e a tranquillidade nas relações exteriores. [...] são de remota data as pretenções de Santa Catharina aos terrenos que demoram ao sul do Rio Negro e os campos de Palmas, terrenos que evidentemente pertencem ao Paraná.³⁸⁹

Outro argumento que seria usual no debate é aquele no qual Santa Catarina se utiliza das imprecisões dos limites do município de Lages (que herdara da provincia de São Paulo).

Com effeito, por ter-se desannexado do território da provincia de S. Paulo o município de Lages, para ficar pertencendo á de Santa Catharina, é que esta ultima provincia levanta as suas aspirações ao domínio dos terrenos ao sul do Yguassú. Ora, a descoberta do município de Lages é mui antiga, sendo a primitiva designação de seus limites obra do ouvidor Raphael Pires Pardinho, rectificada por seu successor Manoel José de Faria, e a descoberta dos terrenos que demorão ao sul do Yguassú, é acontecimento de recente data, como ninguém ignora. Passando, logo, o município de Lages a fazer parte da provincia de Santa Catharina com os seus antigos limites, como podem estes comprehender terrenos, de que não cogitarão Pardinho nem Faria, por serem então absolutamente desconhecidos? Se porem, a duvida, entre as duas provincias deve ser decidida menos por antigas designações de limites, talvez sujeitas ao defeito de serem vagas e

³⁸⁸ Relatório do Presidente da Provincia do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 84.

³⁸⁹ Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 08-9.

mal determinadas, do que por considerações de mutua conveniência das duas províncias e reconhecida utilidade do estado, cumpre nesse caso encarar a questão debaixo de outro ponto de vista, e fazendo-se muito embora alguma concessão, adoptar limites naturaes e permanentes, que cortem toda a duvida no futuro, e restitua no presente aos habitantes dos lugares em litigio o socego, de que estão privados.³⁹⁰

De toda forma, quando o debate assumia tonalidades mais amenas, as tentativas de resolução apelavam a um convite ao comum acordo entre os dois estados. Nesse sentido a intenção era recorrer ou ao arbitramento ou a instalação de limites naturais.

Como já foram expostos anteriormente, ao longo do debate, em variados momentos os argumentos deslizavam para o lado da comoção e dramaticidade. A representação produzida para tal acontecimento era o de uma “causa vital”, assim como de uma “defesa da justiça e da verdade”. No entanto, um aspecto ainda não delineado era o do argumento (dos mais importantes) da herança paranaense, onde se afirmara os direitos do Paraná através de um legado paulista dos limites da antiga província.

Questão longamente debatida e exaurida de argumentos pelo jogo da controvérsia, mas questão importante pela magnitude dos interesses que affecta, é sem duvida a dos limites do Paraná com Santa Catharina. Herança legada pelos que nos precederam na posse do território que compõe esta nascente província, trouxe-nos as mesmas incertezas, as mesmas duvidas, os mesmos elementos da disputa e contestação.³⁹¹

Herança que se desdobrava não só no legado dos limites e do espaço desbravado por paulistas, afirmados como “avós paranaenses”, mas também nas incertezas e na própria identidade paranaense.

A chamada para o envolvimento no debate seria uma marca constante. Nele procurava-se arrebanhar cada vez mais “defensores”, principalmente chancelados pela ciência. Dessa forma, o apelo a engenheiros e geógrafos, historiadores e juristas.

É isso assumpto de largo e delido estudo, para o qual vos podereis com vantagem soccorrer dos documentos existentes no archivo da secretaria do governo, de alguns mappas mais aceitos e da opinião insuspeita de vários escriptores que trataram do assumpto. No numero destes últimos sobressahem os já citados conselheiro Zacarias Góes e Vasconcellos e brigadeiro J. J. Machado de Oliveira, que entornam luz a jorros na questão, os geographos Balbi e Bouillet e os nossos distinctos professores de geographia senador Pompeo e Pereira Coruja. Da fuzão das opiniões desses escriptores resulta que o Paraná tem direito inconsusso a todo o território do município do Rio Negro a leste da linha litigiosa, o campo de Palmas e Goyo-En a oeste, competindo a Santa Catharina os terrenos que demoram na margem esquerda do Uruguay ao este e os campos Novos a

³⁹⁰ Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 08 de fevereiro de 1855, p. 33-4.

³⁹¹ Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 08-9.

Leste. Quanto ao município de Lages é fora de questão que embora explorado e descoberto por paulistas, assim como por paulistas povoado, pertence á província de Santa Catharina por força do Alvará de 9 de setembro de 1820.³⁹²

Seria através da “fusão das opiniões” que o Paraná garantiria seus direitos sobre o território, na medida em que o acúmulo de informações apoiaria a defesa da causa.

Por fim, outro aspecto que interessa expor é o da visão dos intelectuais de que “a justiça será feita à causa paranaense”, em uma postura tão messiânica quanto a dos “fanáticos”, mote de seus discursos em variados momentos. Um messianismo às avessas, messianismo intelectual.

Até aqui, esperamos ter demonstrado não só a existência de uma construção para as fronteiras que se dá em diversas ordens e sob diferentes instâncias: a fronteira formal dos limites, propriamente dito; as fronteiras entre os grupos envolvidos, ou retirados, do debate; as fronteiras do próprio debate; as fronteiras entre os sistemas simbólicos sendo criados ao longo do debate; etc. Mas também, que o envolvimento de intelectuais e políticos na querela dos limites com Santa Catarina, em específico, está diretamente relacionado com uma questão de amplitude maior: a da construção de identidades.

Por fim, a “imagem” que objetiva-se criar, ao reconstruir esse debate em parte, é a do contexto pessimista, dramático e “doloroso”, a que tais personagens estiveram envolvidos. Como em todo lugar cuja crise é o ambiente, ideais identitários fervilham: devido a isso, a necessidade de construção do Paraná, do paranaense, do intelectual e do político paranaenses.

³⁹² Cf. Relatório com que o Excellentíssimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 10.

CAPÍTULO 03.

Regimes de identidade e fronteiras do humano.

Com as independências e formação de diversas repúblicas na América Latina, as suas respectivas classes dominantes também se lançaram no projeto de construção de estados nacionais, como também de um sentido de identidade nacional – ao qual corresponderia uma cultura nacional – que os diferenciasses dos “outros” culturais.³⁹³ O processo de independência e formação do estado brasileiro está dentro desse grande movimento do século XIX, com algumas diferenças e também semelhanças em relação à América espanhola. Levado a cabo pelas elites portuguesas que atenderam as demandas de uma incipiente burguesia nacional e também de uma burguesia estrangeira, o Brasil primeiro torna independente seu estado, que irá, então, mais tarde, se ocupar com a formação de uma identidade nacional.

No Brasil, onde um procedimento de invenção/construção da nação inicia-se logo após a consolidação do processo de independência política em 1822, nos mais diversos setores da sociedade e, em específico nas letras, uma verdadeira cruzada ideológica em busca daquilo que constituiria uma característica clara do que representaria o “ser brasileiro”. Uma vez rompida a subserviência para com a condição colonial era necessário estabelecer uma identidade distinta da do colonizador, e é a isso, em grande parte, que se dedicaram os homens daquele período. Era preciso criar uma identidade brasileira, tanto na descoberta como na própria invenção de hábitos, costumes, expressões artísticas e narrativas, de uma história e mitologia de heróis, que fossem capazes de aglutinar as mais diversas opiniões e desejos de uma população absolutamente heterogênea³⁹⁴. Neste contexto, marcado pelo surgimento de um movimento romântico que, mesmo importando certas características dos escritos medievais, se apropria da figura do indígena para exaltar uma suposta ancestralidade que incorporasse o papel de herói nacional, ou seja, de um ideal-tipo do homem brasileiro, já que o negro, por sua condição de escravo, ficava totalmente à margem de qualquer consideração.

³⁹³ Cf. LARRAIN, Jorge. *Modernidad, Razon e Identidad em America Latina*. Barcelona: Editorial Andres Bello, 1991, p. 207.

³⁹⁴ “A nação é uma genealogia histórica eleita (...). A história é o relato de uma sucessão de nações possíveis sacrificadas pelo enaltecimento das existentes (...) todos somos descendentes de um universo de passados, povos e culturas que se cruzam e se mesclam. O que faz todo nacionalismo é eleger um em detrimento dos outros”. VEJO, Tomás Perez. Nacionalismo y imperialismo en el siglo XIX: dos ejemplos de uso de las imágenes como herramienta de análisis histórico”. In: AGUAYO, Fernando; ROCA, Lourdes (org.) *Imágenes: investigación social*. México: Instituto Mora, 2005, p. 56.

A construção/invenção desta identidade fundamentada em costumes, heranças, hábitos, heróis, foi o objetivo dos homens que compuseram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na ativa desde 1838, e que buscavam, a partir da redação de narrativas históricas e da guarda de documentos, inventar um Brasil através da fundação de sua nação ³⁹⁵. Esse também foi o escopo dos diversos institutos históricos provinciais que buscavam contribuir para a invenção de uma identidade nacional ao desvendar (ou mesmo criar) a história de suas regiões.

No entanto, a partir do movimento abolicionista, o negro já passa a ser inserido na construção da identidade nacional, pois este já é visto não somente sob o aspecto de força de trabalho, mas também como um ser humano. Através desta nova concepção racial, em voga durante o final do século XIX, seria originada no Brasil, à idéia do mito das três raças, isto é, de uma formação social que teve como ponto de partida a fusão dos elementos branco, índio e negro.

A partir da proclamação republicana em 1899 uma nova postura se verifica da parte dos intelectuais e políticos em seus respectivos âmbitos de influência: a atitude deliberada de forjar uma identidade com um maior vigor e propósito, de um projeto identitário para as suas regiões ou estados. O próprio regime federalista, adotado no Brasil, demandava tais construções, uma vez que dependia da consolidação das unidades federativas enquanto espaços singularizados e definidos identitariamente. Para tanto, e em específico no caso paranaense, logo após o período de organização política do estado (embora em momentos logo anteriores a proclamação também se verifique) os intelectuais paranaenses “ofertam” – através de seus discursos, ora nos jornais, ora na tribuna das assembleias – para a sociedade da capital, um constructo identitário *sui generis*, marcado não só pela caracterização de uma identidade paranaense pronta e posta, mas também na atitude deliberada de busca a uma alteridade ideal. Alteridade essa encontrada e construída a partir da figura do caboco habitante da região contestada.

Com esse personagem, em grande grau forjado, a intelectualidade encontra a formação ideal, na medida em que ele incorpora não só os designativos mais negativos e depreciativos, como também proporciona uma presentificação ³⁹⁶ constante, proporcionada pelo conflito do contestado e suas inúmeras “notícias”; por trás da atitude de “informar” a

³⁹⁵ Cf. GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, nº 1, 1988.

³⁹⁶ A idéia de “presentificação” pode ser definida como um ato no qual um objeto, idéia ou ser, se torna presente na forma de uma imagem. Eric Landowski utiliza o exemplo do teatro para melhor explicar a presentificação, na medida em que “*para tornar inteligível o mundo que nos cerca, nós o 'teatralizamos' a todo instante colocando-nos, relativamente no real, numa posição homóloga à do público da cena da comédia*”, por exemplo. LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 186. No caso em específico, a veiculação de notícias jornalísticas atribuindo sempre designativos, assim como caracterizações mais pormenorizadas do caboco do contestado, servia como uma chamada de atenção, ou em outros termos, presentificação de uma imagem.

sociedade esconde-se também uma prática constante de reafirmar a alteridade e, dessa forma, mostrar o que o paranaense não deve ser. Através da atribuição da diferença ao sertanejo esse mencionado, encontrou-se a pedra de toque do projeto identitário para o Paraná.

Da mesma forma, no que tange as práticas identitárias, embora em outro viés, as classes dominantes, ou em um caso mais específico, os grupos intelectuais envolvidos em tais processos de construção identitária, também ver-se-iam envolvidos em processos semelhantes de construção: de uma identidade para si. Sendo assim, este terceiro capítulo procura tratar com ênfase as vicissitudes de um processo que visa à construção de identidades, assim como o problema do “outro” na constituição, ou melhor, no forjar de uma identidade para o Paraná nos fins do século XIX e início do XX. Ao mesmo tempo, a verificação de que intelectuais e políticos constroem uma identidade para si mesmos, enquanto “defensores da causa” paranaense na questão de limites com Santa Catarina.

Identidade e diferença, identificações e regimes de identidade.

Em tempos de crise, seja qual for sua natureza, é sempre o homem quem se encontra mais desprotegido e afetado por seus efeitos, afinal, “crise” é própria do humano. Sendo dessa forma, são nesses momentos de tensão, que o humano mais precisa refletir sobre sua condição, sobre seu estado e sua natureza, sobre sua razão de ser. De uma forma mais genérica, o homem precisa descobrir (ou então, “criar” ou “construir”) a si mesmo e são nesses momentos mais conturbados que ele descobre a pergunta: que sou? De toda forma, uma resposta sempre perpassa pela constatação de que ele não se encontra só, e que é na articulação e agrupamento dos “outros” que vivem com ele, que encontrará a forma pela qual explicar-se-á. Precisa o homem, identificar-se e diferenciar-se daqueles outros homens que compõe a sociedade na qual ele vive. E isso em diversificados graus de focalização: de sua individualidade a uma identidade profissional ou de ofício, de sua família e pequenos grupos ao qual se associa aos grandes estados nacionais.

Devido a esses diferentes graus de foco, é que a noção de identidade revela-se ambígua e polissêmica, mas que em “*sua conotação de 'diferença', contém elementos inclusivos e excludentes*”, nesse aspecto “*ao mesmo tempo que integra um indivíduo a um grupo (étnico, religiosos, lingüístico), ela o exclui, em razão mesmo de sua suposta 'diferença' do resto da comunidade nacional*”³⁹⁷.

³⁹⁷ SILVA, Helenice Rodrigues da. Cultura, culturalismo e identidades: reivindicações legítimas no final do século XX? *In: Tempo*, Rio de Janeiro, 2004, nº 17, p. 175.

Partindo de um desses focos, podemos dizer que são os estados nacionais que atuam de forma a unir *um* povo sob a égide de uma nação, sendo que nesse sentido são também um mecanismo domesticador de sentimentos presentes na coletividade ³⁹⁸, da mesma forma, são também os promotores de uma “purgação” ou “purificação” ao excluírem (sob variadas formas) os elementos que não desejam para sua identidade. O interesse dos intelectuais e políticos (e das elites de uma maneira geral) na formação de uma nação baseia-se nessa idéia, de forma que quanto mais arraigado o sentimento de pertencimento e vinculação a uma determinada nacionalidade, mais forte será o controle sobre as populações e, em conseqüência, com mais precisão se darão as predições e ações programadas pelo estado. São exatamente os processos relacionados de pertencimento e vinculação que forneceram a base mestra para a construção da nação, sendo que ambos podem ser caracterizados “em termos de um espaço social de comunicação no qual são institucionalizados códigos específicos de distinção entre um ‘nós’ coletivo e um ‘outro’ coletivo” ³⁹⁹. As identidades coletivas são o resultado da ação desses processos, além de serem os pilares da nação e de sua construção; elas expressam-se através de uma vontade coletiva que, então, favorece a uma obliteração de interesses particularistas, também criando uma disposição nos indivíduos em aceitar os rumos apresentados pela entidade máxima, sua representante: o estado.

Nesse sentido, as identidades coletivas proporcionam um princípio de integração no mundo social, relacionadas a um outro princípio complementar constituído pelos “interesses”. Na medida em que as identidades excluem aquele “outro” coletivo, dessa forma definindo e afirmando fronteiras, os interesses incluem esses “outros”, de forma parcelar e condicional, baseados em um cálculo que tem em vista o benefício, pois visa suprir o mundo com um *optimum* de pessoas suficientes a execução de determinadas tarefas. ⁴⁰⁰ Enquanto as identidades procuram criar elos que garantam a coesão da sociedade mediante a formação de fronteiras que conformem um espaço de atuação, assim como sua manutenção, os interesses extrapolam as fronteiras, buscando em indivíduos “de fora” o complemento para uma maior otimização dos benefícios. Assim, as identidades e os interesses constituem-se como processos que necessitam de um equilíbrio; às identidades compete uma constante redefinição de seus elementos constituintes, ou então uma aquisição de novos ou agregação de “partes” aos antigos. Essa idéia de constituição recíproca entre identidades e interesses conflui para a proposição teórica apontado por Karl

³⁹⁸ Cf. EDER, Karl. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº 53, p. 5.

³⁹⁹ EDER, Karl. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº 53, p. 8.

⁴⁰⁰ Cf. EDER, Karl. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº 53, p. 13.

Eder que se resume em: “*é a configuração particular de interesses e identidades o que explica a dinâmica das relações sociais num dado espaço e num determinado tempo*”⁴⁰¹. Porém, essa busca racional de interesses opera de modo a tornar instáveis as relações na sociedade, por isso, a necessidade premente de instituições fortes que mantenham os laços de sociabilidade firmes: e essa prerrogativa compete às instituições políticas na medida em que são elas os suportes da vontade coletiva.

Os indivíduos buscam o vínculo, reivindicam a sua identidade coletiva uma vez que são responsáveis pelos laços de sociabilidade a que estão inseridos, ou em outras palavras, pela vontade de pertencer a determinado grupo. Porém, a lógica das reivindicações identitárias difere da lógica dos interesses: ela baseia-se em narrativas que, através delas, “*um povo define um mundo da vida compartilhado, que distingue claramente quem é parte dele e quem não é. Essas narrativas constituem poderosos sinalizadores de fronteiras de exclusão*”⁴⁰².

Daí surge a idéia de uma estratificação identitária no sentido de níveis de identidade que se superpõem: da identidade produzida pelos laços de sociabilidade (ao nível do indivíduo) e de um plano mais local na comunidade dos indivíduos à identidade nacional, passando por níveis intermediários regionais. Vale ressaltar também a existência de dois diferentes fluxos (ou vetores) na formação das identidades: a) o que ocorre naturalmente na socialização dos indivíduos a um nível mais localizado, assim como no da demanda desses indivíduos por vinculação e pertencimento a níveis superiores; e b) aquele que procede de forma arquitetada através da ação de pensadores e de sua produção discursiva, na medida em que operacionaliza ações a nível subjetivo nos indivíduos e nesse sentido “*a identidade cultural é uma construção, na maioria das vezes, ideal*”⁴⁰³, ou seja, “[*ela*] *é uma reconstrução feita a partir de elementos reais e imaginários, e o edifício tem uma finalidade evidente. [ele] é uma máquina de sobrevivência, que utiliza o passado e o futuro para conformar o presente*”⁴⁰⁴. São na verdade dois vetores contrários de ação: um que parte dos indivíduos ao estabelecer seus laços sociais e ao definir, eles mesmos, quem e o que são, e outro que vem de encontro a eles conformando suas subjetividades e, em alguns momentos, negando suas identidades individuais ou de grupo e vontade de pertencimento.

⁴⁰¹ EDER, Karl. Identidades coletivas e mobilização de identidades. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº 53, p. 14.

⁴⁰² EDER, Karl. Identidades coletivas e mobilização de identidades. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº 53, p. 14.

⁴⁰³ SILVA, Helenice Rodrigues da. Cultura, culturalismo e identidades: reivindicações legítimas no final do século XX? *In: Tempo*, Rio de Janeiro, 2004, nº 17, p.179.

⁴⁰⁴ MEMMI, Albert. *Apud.* SILVA, Helenice Rodrigues da. Cultura, culturalismo e identidades: reivindicações legítimas no final do século XX? *In: Tempo*, Rio de Janeiro, 2004, nº 17, p.179.

A ação do intelectual possui uma importância considerável na medida em que é ele o responsável pela organização narrativa dos elementos que formam uma identidade; ação essa que define os elementos que devem estar presentes, assim como aqueles que serão excluídos ou que receberam menor ênfase, na sua construção narrativa; é o intelectual que também produzirá a argumentação que dará respaldo a essa organização dos elementos de identidade e manipulará os símbolos aglutinadores de vinculação da população, tais como heróis, eventos, etc. Se cabe ao intelectual essa tarefa, cabe ao seu público de leitores, assim como aos seus pares e todos aqueles que de uma forma ou outra recebem a mensagem por ele proferida, o trabalho de dotá-lo com uma certa identidade, no caso aqui, a de intelectual. Dessa forma, garantindo ao seu discurso a qualidade de “legítimo” e “importante”.

Como síntese de toda uma discussão acerca da noção de identidade, esta abordada nas mais variadas formas, em associação com a questão da memória, da ideologia, da subjetividade, tomamos as reflexões de Renato Ortiz. Este define identidade nacional como sendo fundamentada sempre em uma interpretação, que é promovida pela ação de intelectuais em um contexto definido, ao transformar a realidade em um símbolo que a sintetiza como sendo única e compreensível ⁴⁰⁵. Para Ortiz, existe uma distinção, no âmbito das “identidades nacionais”, entre memória coletiva e memória nacional, sendo a primeira gerada no plano da vivência cotidiana, e a segunda, por ser de ordem ideológica, precisa de elaboração planejada por aportes de sujeitos em locais privilegiados. Os intelectuais cumprem esse papel, através de um “discurso integrador”, ao realizar a interpretação da realidade ligando particular e universal, ao dar sentido aos objetos da realidade, ao correlacionar esses objetos aos grupos humanos.

Compreendemos que a identidade cultural (no primeiro viés apontado acima) é uma relação, ou processo, de reconhecimento que o sujeito social produz ao viver em uma determinada cultura e assume como algo próprio, como alguma coisa que é sua, ou seja, é a forma como os sujeitos sociais incorporam e expressam os elementos da cultura dos grupos do qual fazem parte. Neste sentido, cabe melhor a expressão “identificações” ou ainda “processos de identificação”, que podem ser definidos, em termos diferentes dos expressos anteriormente, como um processo de procura (ou demanda) por pertencimento, assim como, em um âmbito mais pessoal e individual, de procura por um saber sobre si, ou ainda, de construção de um conhecimento sobre si.

Da mesma forma, neste processo de formação identitária, encontra-se também um processo de geração de regionalismos – de geração de formas específicas de se viver a cultura a partir de diferentes experiências vivenciadas por grupos sociais que habitam

⁴⁰⁵ Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 139.

diferentes espaços geográficos e históricos. No caso paranaense, isso pode ser notado, com um funcionamento de maior vigor, após a instalação do regime republicano federalista.

Um ponto essencial para a compreensão da ação que visa a construção/implementação de um projeto identitário, no caso um projeto regional, é a questão do “outro” ou, então, da “diferença”. Afinal, tem-se que, para haver “significado” é necessária a presença de uma diferença: para que haja “identidade”, a necessidade da presença do outro ⁴⁰⁶. A necessidade de *diferenças* que façam com que nosso mundo possua algum significado, a partir da individualização dos *diferentes* objetos que o compõe e que, a partir da verificação das fronteiras existentes entre cada um desses objetos, a sistematização e organização em grupos.

[...] para que o mundo faça sentido e seja analisável enquanto tal, é preciso que ele nos apareça como um universo articulado – como um sistema de relações no qual, por exemplo, o “dia” não é a “noite”, no qual a “vida” se opõe à “morte”, no qual a “cultura” se diferencia da “natureza”, no qual o “aqui” contrasta com um “acolá” etc. Embora a maneira pela qual essas grandezas diferem entre si varie de caso para caso, o principal, em todos os casos, é o reconhecimento de uma diferença, qualquer que seja sua ordem. Só ele permite constituir como unidades discretas e significantes as grandezas consideradas e associar a elas, não menos diferencialmente, certos valores, por exemplo, de ordem existencial, tímica ou estética. ⁴⁰⁷

Um exemplo, nessa perspectiva, pode ser apontado na relação que estabelecemos com o tempo, com a duração:

Assim é com *tempo*, que “passa”, e que não veríamos nem mesmo escoar se a tensão de uma espera ou, de vez em quando, a irrupção do inesperado não viesse romper seu curso, constituindo um acontecimento: então, de repente, o “presente” se torna efetivamente presente, porque uma diferença começa a fazê-lo significar. ⁴⁰⁸

É assim que, e de acordo com Landowski, o regime de alteridade do não-si é condição para que os sujeitos, afinal são uma grandeza também, identifiquem-se reciprocamente: um mundo de apenas semelhantes seria o lugar da insignificância. A necessidade da presença de uma forma específica de “outro” reside na função que essa tem de enviar ao sujeito sua própria imagem como representação ⁴⁰⁹, ou como na metáfora do espelho que tudo representa ao contrário (dessa forma, uma imagem do outro seria tudo aquilo que o “eu”, o “nós”, o “mesmo, não desejariam para si), ou como simples aceitação e, portanto, legitimação de seu regime de identidade.

⁴⁰⁶ Aqui nos utilizamos de LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. X.

⁴⁰⁷ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 03.

⁴⁰⁸ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. IX-X.

⁴⁰⁹ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. XI.

Nesta imagem que se constrói do outro, duas formas se vinculam e imbricam: aquela onde a imagem é uma construção distante do grupo que ela representa, onde não se está em contato direto com o objeto da representação, passando a constituir, dessa forma, um ato de presentificação; e uma segunda forma, onde o “outro” está presente na sociedade na qual um regime de identidade o torna “outro”. Se, em primeiro lugar, essa imagem do outro, é construída como a do dessemelhante, do estrangeiro, do que vem/esta a fora, de qualquer forma, um tipo específico de outro que está presente em concreto, em segundo lugar, um outro que não é apenas o dessemelhante – ou o marginal, o excluído, o estrangeiro –, mas o componente que falta e que é indispensável e inacessível, e que gera a sensação de incompletude, porque na sua não-presença atual nos mantém em suspenso e como que inacabados, a espera de nós mesmos ⁴¹⁰.

A presença do outro corporifica uma imagem construída sobre ele e legitimada pela minha aceitação de sua condição de “outro”, de “ele”, e que tem por função, em relação a essa imagem, propiciar uma definição de minha própria imagem, dando uma forma a minha própria identidade; mas não só, também através da objetivação da alteridade do outro, via atribuição de conteúdos e de caracteres à diferença que me cliva deles. Deste modo, no plano das consciências coletivas, o surgimento de um sentimento de pertença, de identificação, perpassa necessariamente pela construção e presentificação da alteridade, em alguns casos, estrategicamente escolhida pela intelectualidade específica de uma dada região.

Um aspecto também de suma importância reside na prática/mecânica da exclusão/assimilação: ambígua, tal forma de atitude repousa em um movimento que visa assimilar o que vem de fora ao mesmo tempo em que exclui aspectos que não condizem com a formação cultural do “acolhedor”; diferenças serão vistas como extravagâncias, como exotismos. Tal mecânica possui enorme significância para o caso paranaense, como se verá posteriormente. De fato, ocorre que existem sujeitos “*potencialmente propícios a serem assimilados*”, assim como, sujeitos que serão excluídos de qualquer possibilidade de assimilação – em uma aparente atitude de “*preservação da alteridade*” ⁴¹¹.

Embora entre as duas últimas atitudes – assimilação, exclusão – perceba-se sua oposição, “*adivinha-se entre umas e outras como que uma espécie de afinidade tácita*” ⁴¹² e “*mais que um conjunto de idéias articuladas que constituiriam seu pedestal comum, é essencialmente uma imagem que une em profundidade esses dois tipos de configuração: a*

⁴¹⁰ Cf. LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. p. XII.

⁴¹¹ Segundo Landowski, enquanto o discurso assimilacionista se desenvolve a partir de um desconhecimento “pensado” daquilo que fundamenta a alteridade do Outro, o discurso da exclusão é carregado de passionalidade e que tende a negação do Outro enquanto tal. Cf. LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 09.

⁴¹² LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

imagem de um Nós hipostasiado, a ser preservado custe o que custar, em sua integridade – ou melhor, em sua pureza original”⁴¹³. Apesar da oposição diametral, uma operação que unifica as duas atitudes é aquela que padroniza e incorpora o “mesmo”, em correlação a triagem e eliminação do “outro”. Dessa forma, assimilação e exclusão são faces complementares de um mesmo processo.

Em outras palavras, e para nos restringirmos ao essencial no que diz respeito a essas duas primeiras configurações, face a uma identidade de referência concebida como perfeitamente homogênea e colocada como que devendo ficar imutável, a alteridade só pode ser pensada como uma diferença vinda de *alhores*, e que assume, por natureza, a forma de uma *ameaça*. Como se vê, assimilação e exclusão não passam, em definitivo, das duas faces de uma única e mesma resposta à demanda de reconhecimento do dessemelhante: “Tal como se apresenta, você não tem lugar entre nós”.⁴¹⁴

Mas para além dessa mecânica simplificadora, convém enaltecer um ponto também muito pertinente, na verdade, duas eventualidades concernentes aos procedimentos já extenuados acima: primeiro, a possibilidade de reconhecer-se no Outro e segundo, a de descobrir-se a si mesmo como Outro. Isso é resultante da ótica que abandona a relação “dentro” e “fora”, ou seja, não seria para além da “fronteira que exclui” o espaço limite e exclusivo para o começo da alteridade, mas no interior do espaço do “nós” também. De certa forma, esse pensamento é originado por uma tomada de consciência, a qual nos indica a condição de outro para nós mesmos.

Entretanto, a preservação da homogeneidade cultural – da identidade –, através de uma atitude de intolerância ante a heterogeneidade (essa, acredita-se, faria o “nós” não mais se reconhecer), produz – segundo Landowski – um paradoxo: na medida em que não se admite a heterogeneidade, ao mesmo tempo, através dessa atitude, a faz existir; “*ao mesmo tempo em superfície, produzindo socialmente disparidades de toda ordem, num nível mais profundo, construindo sem cessar, semioticamente, a ‘diferença’*”⁴¹⁵.

A separação entre o grupo de referência e os grupos que ele define como “outros”, estrangeiros, etc. não se faz através da identificação de uma “substância” natural que impor-se-ia como algo dado de forma definitiva a fim de demarcar as fronteiras entre identidades singulares, mas através da ação dos sujeitos construindo, e sob a forma que eles lhes dão, as diferenças.⁴¹⁶ Para complementar essa separação, a necessidade de “*uma instância semiótica – um ‘sujeito’ qualquer, individual ou coletivo – que se encarregue*

⁴¹³ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁴¹⁴ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 10.

⁴¹⁵ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 11.

⁴¹⁶ Cf. LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 12.

concretamente de efetuar as operações de seleção e de investimento semântico correspondentes”⁴¹⁷.

No complexo processo de construção da diferença, dois planos são mobilizados: o *referencial*, que é descrito em termos biológicos e/ou sociológicos (diferença é um fato da sociedade); e o *semiótico*, já que o primeiro plano não basta, pois é necessário que as diferenças verificadas tornem-se significantes – então, a passagem para o plano semiótico, onde se verificam as distinções no plano de expressão de uma língua, construindo, assim, um universo de sentido e valores.⁴¹⁸

O discurso intelectual sobre o Paraná e o paranaense.

A busca por uma identidade paranaense poder-se-ia dizer, inicia-se já com a emancipação da província em 1853, da mesma forma que também se procurou por uma diferença que refletisse, como em um espelho, tal identidade. Porém, essa busca obedecia muito mais a uma necessidade natural de afirmação, na medida em que a província recém criada deveria estabelecer o “porque” de sua emancipação, de sua separação da província de São Paulo. Para este momento, a ênfase se daria na caracterização singular do espaço, através da ação dos intelectuais, como uma das formas para se chegar a uma legitimação da emancipação.

Nomes como Rocha Pombo, Romário Martins, Ermelino de Leão, Vicente Machado, entre muitos outros, aventuraram-se na discussão sobre os limites do estado do Paraná, e de uma forma ou de outra, visualizavam tal questão como a “causa magna” de sua terra. Esse enorme envolvimento, no sentido do número de personagens partícipes ou mesmo no sentido de um envolvimento pleno de alguns deles, repercutiria na magnitude que tal questão impunha àquela sociedade. Nesse sentido, e aqui se quer apontar para o fato de que “intelectuais” e políticos não só participaram, de maneira mais formal, da “construção” de sua terra e fronteiras, como também, além de outras coisas, da construção de uma atmosfera de comoção, nervosismo, ansiedade, ante o debate sobre os limites, principalmente, junto a Santa Catarina. E essa “magnitude” do problema dos limites, em parte forjada pela retórica e pelo próprio efeito simbólico desse envolvimento intelectual e político, em parte constitutiva de um problema verdadeiro para aquela sociedade, reverbera através dos discursos posteriores (em grande parte, os historiográficos) como um verdadeiro “ato fundador”, ou acontecimento fundador, de uma tomada de consciência do problema posterior para os paranaenses: a constituição de sua identidade. Para ilustrar isso, pode-se

⁴¹⁷ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 13.

⁴¹⁸ Cf. LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 14.

remeter aos primeiros relatórios provinciais, que já emplacavam o problema como uma questão da maior relevância aos interesses paranaenses: “*A perda da margem esquerda do rio Curitiba e dos terrenos, que lhe ficão ao sul seria pois para os habitantes desta provincia em extrema dolorosa*”. E ainda, “*Chamei o anno passado vossa attenção sobre a questão de limites, que a esta provincia move, contra toda a justiça a de Santa Catharina; e tenho por sem duvida, que somente a grande affluencia dos negócios, cada qual mais importante e necessário ao novo estado de cousas resultante da criação da provincia, pôde desviar-nos do exame, que solicitava uma questão de tamanha gravidade para os interesses da terra, que representaes*”. Também: “*A questão de limites com a provincia, de Santa Catharina que tem tomado grande importancia principalmente da demora de sua decisão*”⁴¹⁹.

Ao longo do período provincial, esse ideal de afirmar uma identidade para a província, a fim de gerar a idéia de unidade perante o país – e também como forma de legitimar seu território ante as pretensões de Argentina e Santa Catarina – se baseou na atividade de intelectuais, sobretudo de políticos, que buscavam principalmente através da caracterização do território e na diferenciação deste com o das outras unidades provinciais, o foco principal. As argumentações baseavam-se no elogio das riquezas naturais, da beleza do espaço, da amenidade do clima, da singularidade do relevo e da vegetação, assim como da qualidade dos produtos típicos como a erva-mate e o pinheiro⁴²⁰.

Para Mariana Coelho, por exemplo, que, ao descrever o Paraná, não poupa elogios, é o “*conjunto de belezas, em que a Arte e a Natureza se dão amoroso amplexo, fascina e entusiasma os estrangeiros que têm a ventura de a admirar!*”⁴²¹, onde melhor o Paraná mostra sua identidade.

Banhada, de hum lado pelo Oceano, onde lhe não faltão bons portos, de outro pelo magestoso Paranã, cortada de rios consideráveis, no gozo de hum clima reconhecidamente saudável, com terrenos fertilíssimos, que prestão-se aos mais abundantes e variados productos, tinha a 5ª comarca da provincia de S. Paulo direito e proporções para haver subido á hum elevado grão na escala dos melhoramentos, que caracterisãm a civilisação moderna.⁴²²

⁴¹⁹ Respectivamente: Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 84. Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 08 de fevereiro de 1855, p. 32. Relatório apresentado ao excellentissimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos: pelo 2º vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858, p. 123-4.

⁴²⁰ Cf. TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Paraniidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. *Revista da SBPH*. Curitiba, v. 13, 1997, p. 65-74.

⁴²¹ COELHO, Mariana. *O Paraná Mental*. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002, p. 20.

⁴²² Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 01.

E continua Rocha Pombo seu elogio ao Paraná por mais extensas páginas⁴²³ da literatura identitária paranaense, catalogando em seu enredo, não só a alegria do imigrante ao entrar em contato com a natureza exuberante, a terra produtiva, o clima ameno, mas também a grandeza do território e a vastidão das paisagens.

É mais do que admissível que não só a facilidade de navegação por pequenas embarcações, como a variedade e beleza dos panoramas e ainda a exuberância do solo, a vastidão e continuidade das enseadas, o sem-número de pequenos rios...⁴²⁴

E sua linguagem é própria daquele que guarda o distanciamento necessário a um elogio não ufanista e bairrista, afinal vive na capital do país desde fins do século. Com ar nostálgico, fala da interferência da paisagem e da vastidão dos horizontes na mentalidade e imaginário do colono:

Talvez por mais vasto, mais bello e mais cheio de panoramas variadissimos e magníficos, o território do município de Curityba levou mais tempo a fixar populações em nucleos: ali a vida do colono tornou-se muito mais dispersiva. Veremos logo entretanto o impulso extraordinário que vai tomar o progresso daquela admirável região.⁴²⁵

Já tratando exclusivamente de Curitiba, mais uma pequena mostra deste caráter elogioso presente na maior parte das narrativas, interessadas em uma identidade para o Paraná,

Todos reconhecem e confessão a excellencia do seo clima, e o documento mais seguro de sua superioridade fornecem-nos os mesmos habitantes do littoral, todas as vezes (e não são poucas) que, por melhorar de seos padecimentos, sobem a serra e vem pedir aos bellos ares Curityba o restabelecimento de sua saúde arruinada.⁴²⁶

Se esta ênfase fora o foco do período provincial, a partir da última década do século XIX, é a população que reside em tal território que se tornará o escopo (embora continue se elogiando o espaço) das narrativas de identidade e de legitimação do estado. Quando, então, proclama-se a República em 1889, as atenções se redobram para uma construção, agora com status de projeto, de uma identidade paranaense. “*é com a República que disseminam-se os discursos regionais como forma de construir a nação. A*

⁴²³ Ver capítulo 8 “Panorama da Natureza Paranaense”. In: POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 89-103.

⁴²⁴ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 59.

⁴²⁵ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 78.

⁴²⁶ Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854, p. 10.

*República definiria, a partir da federação, a necessidade de delimitar os estados, reforçando um discurso regional*⁴²⁷. Tal projeto culminaria, já nos fins da década de 20, no movimento paranista, onde o ideal de construção de uma identidade paranaense assume status primordial junto a intelectuais, políticos e artistas⁴²⁸.

Com a proclamação da República em 1889 pode-se observar uma guinada na ação de intelectuais e políticos no que tange a constituição de uma identidade paranaense. Apesar de já após a emancipação estarem sendo produzidos discursos de identidade-alteridade, é somente com o surgimento de um novo regime político-administrativo para o país (República, federalismo) que a ação intelectual é coordenada em um projeto. Entende-se por projeto, uma ação planejada e deliberada (ou um conjunto de ações) orientadas por um plano e objetivando um fim último. Um aspecto que emerge dessa consideração anterior, é a proposta de criação de uma universidade no Paraná, em 1891 lançada por Rocha Pombo⁴²⁹; que não só “*deste modo, fundada a Universidade, esta cidade [tomar-se-ia] o centro de toda atividade vital do Paraná*”⁴³⁰, como produziria a “massa crítica” tão importante na defesa e produção do Paraná. Com a criação da Universidade também se intentava constituir um *locus* institucional que afirmasse e legitimasse um projeto identitário. Outros movimentos posteriores corroboram com essa postura planejada, tais como o simbolismo⁴³¹ no final do século XIX e início do XX, e o paranismo já na década de 20. Embora não se conceba que o fabrico da alteridade seja derivado de uma ação planejada, a exaltação sem precedentes acerca do território e de sua população dão a tonalidade para a ação desenvolvida pelas elites intelectuais no Paraná: a dimensão de um projeto identitário.

Como abordaremos a frente, o recurso a uma “fala das heranças” do Paraná vai ser tornar o grande eixo-norteador das narrativas identitárias. É sob esse formato, prioritariamente, que a identidade do Paraná será confeccionada:

A unidade e grandeza territoriaes do nosso paiz são obra do seu destino histórico, asseguradas quer no interior quer no littoral, tanto pelo valor das armas portuguezas como pela expontanea defesa que lhes imprimio o elemento nacional. Este sahido de um conjunto de raças fortalecidas no seio exuberante das mattas virgens da America e do apogeo da civilização européa, bem cedo ostentou a rija enfibratura cavalheiresca, investindo pelo

⁴²⁷ SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997, p. 04, nota 01.

⁴²⁸ Para este movimento, ver: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

⁴²⁹ Cf. Diário do Comércio, 22 de junho de 1891.

⁴³⁰ PILOTO, Valfrido. *Universidade Federal do Paraná – primórdios, modernização, vitórias*. Curitiba: s.n.d., p. 15.

⁴³¹ Ver: BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

interior do paiz na antevisão da futura importância da nossa actual situação geographica do continente sul-americano e da estabilidade da hegemonia nacional. Si a Portuguezes cabe a gloria do descobrimento do nosso paiz, a Brasileiros cabe a de dilatar-lhe a extensão conquistando o occidente.⁴³²

[...] é nossa esta terra maravilhosa onde as paizagens dos campos e das montanhas e os mysterios sombrios das florestas constituem scenarios arrebatadores movimentados pelo marulhas das vagas do oceano e o rugido dos rios mares e o estrondo das cataratas e pororocas, e aquecidos pelos beijos adustivos do sol, e iluminados pela constelação do Cruzeiro do Sul.⁴³³

Uma das falas mais “encarnadas” no espírito da época se dá quando do momento das comemorações do quarto centenário do descobrimento:

O Paraná, deste modo, associa-se a esse nobilíssimo grupo de almas, confraternizadas numa das demonstrações mais bellas e mais augustas de quantas até hoje assignalam na História a nossa virilidade de povo e a nossa consciência de nação, o nosso heroísmo no trabalho e a nossa perseverança na persecução do destino.⁴³⁴

Rocha Pombo resume em poucas linhas, os caracteres de um pensamento sobre a identidade do Paraná, dominante à época: o elogio do corpo, do intellecto e da alma.

Mas se o Paraná se encontra “inventado”, ou caminhando nessa direção, através do fato da emancipação e da exposição das belezas do seu espaço, falta ainda arquitetar e construir aqueles que o ocupam ou que, em um futuro, irão o ocupar: o povo paranaense.

Importante verificar que, “em relação ao povo paranaense”⁴³⁵, dois movimentos díspares estão a construí-lo: um deles é o que, ao elencar aspectos e caracteres genéricos presentes na sociedade em geral, procura suscitar um “ponto de encontro” para a heterogeneidade que compõe o estado⁴³⁶. Por exemplo, na eleição do caráter “desbravador” do paulista/bandeirante/luso e do “trabalhador” do imigrante, está a se unificar (e identificar) sobre a mesma chancela de “paranaense”, elementos díspares componentes da população. O outro se dá verificação de que a figuração de uma diferença também opera

⁴³² MARTINS, Romário. Dos Fastos da História Pátria. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Imprensa Paranaense, 1902, p. 225.

⁴³³ SOUZA, Lourenço de. O Sonho de um Poeta. In: Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1916, p. 01.

⁴³⁴ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. XIII.

⁴³⁵ POMBO, Rocha. Proêmio. In: COELHO, Mariana. *O Paraná mental*. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002 [1ª Ed. Curitiba: s.n., 1908], p.14-5. A menção a “povo” é constante desde a emancipação. Como um, de certa forma, sinônimo, também é usual a expressão “raça”: “raça enérgica dos paulistas”, “raça catarinense”, “raça de paranaenses”.

⁴³⁶ Ou no que também é chamado de um “caráter relacional” do brasileiro em geral. Cf. DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

na construção do “mesmo”, através de um efeito de espelhamento: ao construir o “outro”, nega-se para si as qualidades que ele comporta.

Sobre o problema da heterogeneidade da população, Rocha Pombo procura minimizar dizendo que *“a heterogeneidade da população, no entanto, nunca impediu o sincero conagraçamento moral em que se funda sobretudo a ordem e de que derivam a cohesão e o vigor do espírito cívico local”*⁴³⁷.

Falando do primeiro movimento na construção da identidade, podemos perceber que não se enfatizam os aspectos da constituição étnica da população habitante do Paraná, o que é evidente, tendo em vista a variedade da mesma. O que se acentua nas narrativas de identidade são qualidades tais como a bravura, a honradez, a tenacidade, a moralidade, entre outras; são as próprias atitudes heróicas, morigeradas, laboriosas; são os sentimentos de amor à terra, de patriotismo, de “esperança no destino”...

Apesar das tentativas incessantes, que revelam um vigor otimista, existiam aqueles que não acreditavam nos resultados da empreitada e aplicavam àquela geração de intelectuais a alcunha de “pessimistas” ou ainda “apoucados de espírito”:

Qualquer espírito observador constata o periditar de nossa nacionalidade. As álgidas lufadas do desalento arrefeceram o entusiasmo que outrora estuava nós corações de nossos compatriotas. A esse entusiasmo sucedeu o mórbido e evasivo pessimismo, a diátese moral dos tíbios e apoucados de espírito. Paira sinistramente sobre estas ruínas o egoísmo dos sycophantas para quem a Patria é uma palavra van, uma chimera, uma idéia morta. O pessimismo é um crime. É o exílio das aspirações elevadas, é o alkoz dos estímulos nobres.⁴³⁸

A saída para tal problema do espírito da época encontrar-se-ia no otimismo:

Sejamos otimistas. O optimismo é o germen da Victoria. Creiamos na grandeza de nosso futuro, confiaremos na immensidade do nosso destino. Não desçam ao sepulchro da descrença as nossas esperanças: revivam e reverdeçam, brilhantes de louçania, esplendentes de vitalidade...⁴³⁹

E outra crítica feita ao projeto então em desenvolvimento, referia-se as estreitas visões de uma identidade regionalista: *“mas não seja o nosso patriotismo adstricto ao regionalismo estreito... Lembremo-nos que somos brasileiros”*⁴⁴⁰.

⁴³⁷ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 326.

⁴³⁸ SOUZA, Lourenço de. O Sonho de um Poeta. In: *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1916, p. 01.

⁴³⁹ SOUZA, Lourenço de. O Sonho de um Poeta. In: *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1916, p. 01.

⁴⁴⁰ SOUZA, Lourenço de. O Sonho de um Poeta. In: *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1916, p. 01.

Enfim, nesta arena de debates sobre a identidade, um espaço social onde ocorrem interações de variadas ordens, a ação de intelectuais acabou por desenvolvê-la como uma espécie de ideal utópico. Em uma fala sempre lançada a frente no tempo, como um objetivo vindouro, vacilante, lancinante... Uma identidade construída com base em uma “natureza” do homem ancestral, idealizada e reformulada de modo a conter um caráter genérico e heterogêneo; construída a partir de um passado supostamente “comum”, herdado e, na narrativa, imutável.

No entanto, na dinâmica da construção de identidades, uma parte essencial e *sine qua non* é a verificação de uma “diferença referencial”, com a qual uma identidade determinada fronteiriza no campo simbólico. Assim, a construção do outro, na aplicação de características diferenciais a ele, já é ao mesmo tempo a afirmação de uma ideal de identidade, na medida em que a imagem construída do outro serve como espelho (ou como representação invertida) de um dado regime de identidade. Nessa construção da alteridade, de forma subjacente, encontra-se também a construção de uma identidade, como imagem invertida e refletida do “outro”; ou seja, para tudo o que o “outro” é – afinal, ele é o diferente – o “mesmo” é o seu oposto. Com base nisso, podemos também verificar duas situações na construção de identidades para o Paraná: o momento inicial, da emancipação até a República, e um momento posterior a esta.

Em um primeiro instante, uma vez que a ênfase era a organização e estruturação administrativa e política da nova província, os discursos de identidade, embora presentes, não possuíam a mesma força que apresentariam após a proclamação da República. Nas narrativas de políticos e intelectuais após a emancipação, contidas em relatórios e documentos oficiais, em livros e jornais, a ênfase se dá na caracterização e diferenciação do território em relação às demais províncias – primeiramente São Paulo, depois Santa Catarina. Assim, a atribuição de designativos ao espaço (relevo, vegetação, etc.), ao clima, a qualidade da terra, são enfatizados como geradores de uma identidade à recém criada província. Em um dos primeiros relatórios oficiais da província, assinalava-se como um “bem” paranaense, a erva-mate (também chamada congonha na época) e a atividade de criatório exercida pelos “homens abastados”⁴⁴¹. Mas nem sempre as características atribuídas ao Paraná e sua população eram positivas, embora continuem sendo formativas de uma identificação. Nesse aspecto, salienta-se que os paranaenses eram “*menos empreendedores e ousados*” que os paulistas, estes como sendo a “origem” daqueles⁴⁴².

⁴⁴¹ PARANÁ. Relatório do Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa em 15 de junho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854, p. 67.

⁴⁴² PARANÁ. Relatório do Presidente da Província, João José Pedrosa, na instalação da 2ª sessão da 14ª Legislatura em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881, p. 16.

Mas não só nessa embrionária definição de identificações constitui-se a produção do Paraná e da alteridade, também na caracterização da diferença em relação à Santa Catarina. Na atribuição de caracteres, tais como “*anarchicos*”, “*desesperados*”, “*deploráveis*”, “*sophistas*”⁴⁴³, configura-se todo um rol de aspectos que os intelectuais negavam para o Paraná. Nessas diversas narrativas, de forma subjacente, observa-se que ao acusar o “outro” de promover “*actos tão violentos como insensatos*”⁴⁴⁴ por exemplo, além de restringir-se ao Paraná a atribuição de tais alcunhas, também se deduz que ao Paraná cabem as características da calma, paciência, paz, harmonia, sensatez, prudência, verdade, entre outras. E estas seriam, em conjunto, uma das imagens refletidas ao Paraná e aos paranaenses através do fabrico do “outro”.

Os catharinenses, num verdadeiro desespero de causa, engendraram as mais pueris intrigas levando para o Rio de que os paranaenses procuram seqüestrar o emissário, que, assim, fica tolhido de ouvir, na zona que percorre, os pormenores da execução da sentença de limites... Não atinge, o seu alvo a manhosa visinha e é contraproducente o seu esforço.⁴⁴⁵

Já em um segundo momento, quando da proclamação da República, a ênfase volta-se com maior vigor para os discursos de identidade e de alteridade. É aqui que se observa uma idéia de projeto por parte dos intelectuais e políticos, na medida em que há uma necessidade (ou demanda), revelada e discutida pelos mesmos, de um Paraná dotado de uma identidade forte. No que tange os discursos de alteridade, o foco concentra-se agora na população sertaneja do contestado e na vinculação dessas com práticas “*fanáticas*”, “*messiânicas*”, “*irracionais*”⁴⁴⁶, “*criminosos de profissão*”⁴⁴⁷, entre outras. A partir dessas características, as narrativas intelectuais procuram promover a imagem do Paraná moderno, espaço do “científico” e do racional (vale lembrar, que o positivismo está em voga).

⁴⁴³ Cf. BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 04-5, 41.

⁴⁴⁴ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 05.

⁴⁴⁵ Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 08/01/1916, p. 01.

⁴⁴⁶ SOUZA, Lourenço de. O Sonho de um Poeta. In: Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1916, p. 02.

⁴⁴⁷ Veja-se o jornal curitibano *Diário da Tarde* no período após 1900. Por exemplo: Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 19/12/1913; Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1914; Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 05/04/1915; Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 08/01/1916, p. 01; Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 12/01/1916, p. 01; Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 13/01/1916, p. 02; “Os Catharinenses continuam forjando mentiras para comprometter o Paraná”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 14/01/1916, p. 01; “Um morto... Fanático... com um cheque assignado pelo Sr. Lauro Muller no cano das botas”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 18/01/1916, p. 01; “Echos de um terrível banditismo”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 18/01/1916, p. 02; “A policia catharinense comete depredações em Timbosinho?”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 22/01/1916, p. 01; “Editorial: Ela quer ser victima...”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 24/01/1916, p. 01; “Editorial: A nossa justiça”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 26/01/1916, p. 01; “Libertemos o Paraná”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 04/02/1916, p. 01.

Uma alcunha muito utilizada para caracterizar o sertanejo era a do “invasor”. Dela pode-se extrair algumas considerações importantes: primeiro, a idéia de “invasor” impõe que essa população não é do local onde está localizada, não pertence e nem tem legitimidade para estar onde está; segundo, impõe uma ação efetiva por parte do governo, pois não se tolera uma “invasão”; terceiro, o “invasor”, na media em que não é “daqui” é também o diferente, o “estrangeiro”; quarto, enquanto for visto como tal o “invasor” não será assimilado, mas excluído peremptoriamente; e quinto, reafirma-se a posse, por parte do Paraná, do território do contestado, pois “invasor” só o pode ser de algo que acredita-se seu. Ao “invasor”, assim como já o era “fanático”, “bestial”, etc., cabe apenas a expulsão, mas também a importante função de refletir caracteres de identificação ao Paraná e ao paranaense.

Uma idéia bastante válida, e que aqui será usada como premissa, apontada por François Dosse ⁴⁴⁸ é a que propõe para as construções identitárias nacionais (em um sentido genérico) uma função organizativa do discurso histórico. Percebemos que no Paraná isso procede da mesma forma, na medida em que ao intentar um constructo identitário, intelectuais e políticos estão também em um embate constante para identificar, escolher e sistematizar aspectos que sejam relevantes para seus objetivos. De certa forma, uma vez que o debate sobre as fronteiras é uma questão intimamente imbricada a confecção de identidades, é nesse debate que se encontra também outro viés para uma linha estruturante de uma história apresentada como “Paranaense”, ou “Oficial”.

Interessante é perceber que, embora exista uma certa disjunção entre as necessidades de identidade nacional e identidades regionais (assim como, uma disjunção entre a unidade da identidade nacional e o plano da vida cotidiana), nas narrativas organizadas a partir do prisma da invenção de identidades e do debate sobre as fronteiras existe a necessidade de articular essa “História Oficial” regional à grande “História Nacional”. Uma história bem contada, que costura de forma convincente tanto tradições, costumes, heranças diferentes, como heróis e mitos, em um enredo plausível, produz seus efeitos. E se está história é a da conquista e vitória do homem sobre as forças da natureza, uma vitória da civilização, nada mais pertinente que visualizar em determinados “outros” homens um “inimigo” dessa história e, naturalmente, de um legado herdado através da aceitação dessa história. Se um povo se identifica a uma dada história produzida, há uma identidade compartilhada. No Paraná não há aceitação total e homogênea. Naturalmente haviam posições dissonantes. Na verdade, o que se pode supor, é que existia apenas uma forma ou intenção tateante de construir uma história comum, afinal a heterogeneidade da população era uma das marcas maiores desse contexto.

⁴⁴⁸ Cf. DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001, p.11-38.

De toda forma, uma história foi contada e para se chegar a ela, através do auxílio de uma organização necessária ao momento da discussão de fronteiras e identidades, muitas exclusões e escolhas foram feitas. Dentre uma infinidade de caminhos possíveis, alguns foram trilhados pela escrita histórica, os quais são ressonados até hoje.

Enfim, se “*os instantes reclamam da geração actual, estatelada e ansiosa para os horizontes que se descortinam, e em cujo fundo se vai assignalando a nova aurora, sonhada pelos filhos daquela formosa terra*”⁴⁴⁹, há de se convir que no Paraná da época, sonhos aliados a imagens de utopia, são um distintivo gerador de uma esperança no porvir: de um Paraná e de uma paranidade.

O discurso da “herança” e a herança no discurso.

Falar em “herança”, neste contexto específico, é tratar basicamente de dois aspectos: um primeiro que focaliza a herança presente no discurso, que é uma herança requerida pelos intelectuais e políticos; e um segundo aspecto, de outra ordem, que é a herança enquanto conjunto de caracteres (política, sociedade, cultura, economia), nesse sentido uma herança real legada à província com a emancipação. No entanto, o que cabe aqui, é um tratamento do primeiro aspecto apontado: a herança presente e preterida através dos discursos de intelectuais e políticos paranaenses.

Como um primeiro apontamento, poderíamos dizer que com o *discurso da herança* está a se fazer não só uma separação na história, de forma subjacente, ao afirmar uma quebra de curso para com a história da província paulista (afinal, a partir do “herdado” o que está a se fazer é uma “história paranista”), mas também uma elisão dos aspectos de continuidade que não mais interessam ao discurso. Mesmo assim, na maior parte, os elementos narrados como “herdados” (enquanto símbolo, a figura do bandeirante paulista principalmente) são deliberadamente distanciados no tempo, como figuras cercadas por exotismo e marcadas por um clima romântico.

Um aspecto característico das narrativas intelectuais da época era o recurso a essa idéia de “herança”, que os paulistas remeteriam ao Paraná e aos paranaenses com a emancipação. Tal “herança” repercutia não só nas fronteiras da província de São Paulo, mas também em um *corpus* de caracteres (ou qualidades) que, então, seriam legados ao Paraná e a sua população.

O expediente a essa “fala das heranças” vai acabar por ser tornar o padrão mais marcante nas narrativas identitárias e é sob esse contorno que a identidade do Paraná será,

⁴⁴⁹ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 336.

enfim, idealizada: ora recorrendo a uma herança imaterial advinda dos povos mais próximos, nomeadamente os paulistas; ora buscando encaixar uma história legitimamente paranaense a uma história herdada a nível mais amplo, do próprio país.

A unidade e grandeza territoriaes do nosso paiz são obra do seu destino histórico, asseguradas quer no interior quer no littoral, tanto pelo valor das armas portuguezas como pela espontanea defesa que lhes imprimio o elemento nacional. Este sahido de um conjuncto de raças fortalecidas no seio exuberante das mattas virgens da America e do apogeo da civilisação européa, bem cedo ostentou a rija enfiatura cavalheiresca, investindo pelo interior do paiz na antevisão da futura importância da nossa actual situação geographica do continente sul-americano e da estabilidade da hegemonia nacional. Si a Portuguezes cabe a gloria do descobrimento do nosso paiz, a Brasileiros cabe a de dilatar-lhe a extensão conquistando o occidente.⁴⁵⁰

Tal discurso, ao enfatizar o aspecto “herdado”, também promovia a constituição de uma condição de legitimidade e autoridade às reivindicações não só da posse do território contestado, como também das próprias demandas por identidade. Uma herança como um legado, traduz-se também, de certa forma, como uma posse, ou em outros termos, como uma aliança espiritual com o território e os povos, donatários originais. “Herdar” é também assumir as responsabilidades pelo objeto adquirido. Assumir, moralmente, a defesa do território e da sua população, no caso específico: “*resulta disso que, mesmo pondo de parte o nosso direito primitivo, o que pratica a commissão nada tem de moral, pois aconselha a extorsão*”⁴⁵¹.

De certa forma, ao assumir-se enquanto beneficiário legítimo daquela herança, políticos e intelectuais estão também pensando em uma aliança de interesses junto a uma fração mais extensa da sociedade em geral. Nesse sentido, “herdar” é ao mesmo aliar-se, ou unir-se, na defesa de algo, cuja propriedade esta sendo ameaçada. O argumento da herança é, assim, uma estratégia para envolver mais ampla camada das populações em um objetivo comum. Uma das provas do conhecimento que os intelectuais e políticos locais tinham das artimanhas na mobilização do povo, através do poder do discurso contido principalmente nos jornais:

Mas, como explicar a insólita aggressão que, com razão, alarmou a população de nosso pacifico Estado? Terá o Sr. Schimidt [governador de Santa Catarina, Felipe Schimidt] por lá alguma complicação administrativa ou política que o tenha posto em sérios embarços, e sentido abalado o prestigio governamental, ou vacillante o edificio das instituições políticas,

⁴⁵⁰ MARTINS, Romário. Dos Fastos da História Pátria. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902, p. 225.

⁴⁵¹ MACHADO, Vicente. Questão de Limites, 1891. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902, p. 145.

resolveu inflamar o patriotismo de seu povo, mandando soar com “fúria sonora e grande”

“.. a tuba canora e belicosa.
Que o peito acende, e a cor ao gesto muda...”

Para distrahir os ânimos com a encenação de façanhas quixotescas?.⁴⁵²

“Considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”⁴⁵³, devemos afirmar que, a fortiori, o “discurso da herança” além de ser uma ferramenta de produção de sentido, também é um dispositivo de gerenciamento das representações, na medida em que ele aloca as imagens construídas, por exemplo, do bandeirante e do pioneiro, em um grande sistema cuja nomeação se dá através da idéia de “herança”, ou que também poderia ser chamado de “legado” ou ainda “testamento”.

Herdar é também, de certa forma, sepultar o donatário original. Controlar a ameaça da “carência de identidade” através de uma releitura do objeto herdado, uma vez que não se começa “do zero”, mas a partir de um modelo prévio. Dessa forma, o fabrico ao mesmo tempo da ruptura em relação ao passado paulista, mas também, o aspecto continuista da “comunidade que permanece no tempo”, através do legado a ela fornecido. O

⁴⁵² CLEVE, Luiz. Santa Catharina, 1902. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902, p. 165. A citação é de: CAMOES, Luís de. *Os Lusíadas*. 4ª Ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Camões, 2000, p. 02:

4

*E vós, Tágides minhas, pois criado
Tendes em mi um novo engenho ardente,
Se sempre em verso humilde celebrado
Foi de mi vosso rio alegremente,
Dai-me agora um som alto e sublimado,
Um estilo grandíloco e corrente,
Por que de vossas águas Febo ordene
Que não tenham enveja às de Hipocrene.*

5

*Dai-me ãa fúria grande e sonora,
E não de agreste avena ou frauta ruda,
**Mas de tuba canora e belicosa,
Que o peito acende e a cor ao gesto muda;**
Dai-me igual canto aos feitos da famosa
Gente vossa, que a Marte tanto ajuda;
Que se espalhe e se cante no universo,
Se tão sublime preço cabe em verso.*

⁴⁵³ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991, p. 177.

Paraná nasce, mas o paranaense transmuta-se através do “espírito bandeirante” e do “labor imigrante” como “filho da terra”.

Herança que também se cristaliza, para além do território e suas fronteiras, na figura de personagens específicos ou genéricos (como a imagem do “bandeirante” e todos os seus atributos: bravura, heroísmo, coragem, etc.), na eleição de certos símbolos, na constituição de uma história. Rugosidades, enquanto entrelaçamento do antigo/herdado e o coevo/original, que permanecem no tempo até os dias atuais.

A produção de uma historiografia sobre o Paraná, das suas origens indígenas até aquele momento era visto como extremamente necessária, pois a construção de uma identidade regional tinha como base as tradições, os costumes e o imaginário paranaense. Ágeis e sutis, os intelectuais curitibanos inscritos no Movimento Paranista procuraram, nas páginas dos jornais, periódicos e revistas, mesclar artigos de uma História regional preocupada com a valorização de grandes personagens do passado, de assuntos ligados ao cotidiano da população paranaense, além da criação de toda uma simbologia (oficial e não oficial), como por exemplo, o pinheiro araucária, que, naquela época, existia em abundância em parcela significativa do território paranaense ⁴⁵⁴.

Herança que também se faz reverberar em uma tradição do “paranaense combativo”, crítico, lutador e defensor de seus direitos... Que marca o povo como dotado de um espírito de debate, de discussão sobre os assuntos da coletividade, enfim, de união e participação na defesa dos interesses públicos. O debate seria um símbolo herdado, de forma subjacente, pelo paranaense coetâneo.

É claro que “os *Paulistas, isto é, os Curitybanos*” ⁴⁵⁵ reteriam toda uma gama de qualificativos que os distinguiu dos demais: “*raça enérgica dos Paulistas, a este povo legendário*”; “*uma nova e vigorosa raça, a dos Paulistas*”; “*esse povo legendário, que já então significava a energia do carácter viril pelo qual se distingue*” ⁴⁵⁶, entre outros. Aos paranaenses caberia receber tal legado e também continuar a “*obra dos Paulistas e seus nobres sacrifícios*” ⁴⁵⁷.

Através do argumento da herança, a identidade também se constrói, partindo desses vestígios, que são enumerados sob a condição de “herdados” dos paulistas, e que são então “continuados” por paranaenses. Dessa forma que “herança” pressupõe algo de

⁴⁵⁴ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996, p. 282-3.

⁴⁵⁵ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, 66-7.

⁴⁵⁶ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 07, 10, 13.

⁴⁵⁷ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 72. Ou então, continuar a obra dos “avós Paulistas”: Cf. LEAO, Ermelino de. *Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa*. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910, p. 15.

estático também, na impossibilidade de modificar, por exemplo, o “caráter viril” do bandeirante.

Herança que acaba por se desdobrar na própria longevidade que a busca por uma identidade assume no Paraná. E que, nesse sentido, é também uma herança contida no discurso, na medida em que é a continuação de modos de narrativa, presentes antes mesmo da emancipação provincial, mais exatamente, já após a independência em 1822. Pretensões similares, na construção de heróis, símbolos pátrios, uma história pátria, enfim, ideais identitários, já seriam presentes nas províncias logo após a independência do Brasil, como um procedimento de invenção/construção da nação. Já que, uma vez rompida a subserviência para com a condição colonial, era necessário estabelecer uma identidade distinta da do colonizador.

Dessa forma, uma *herança no discurso* se faz na estrutura assimilada das narrativas provinciais de antes da emancipação, ou mesmo, de modelos posteriores. Não há nada inovador nesse sentido, apenas reprises narrativas das obras pioneiras produzidas, em grande parte, por aqueles ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com apenas o acréscimo de um verniz local. Uma herança no discurso que se revela através de uma recorrente concepção de história e que se fundamenta na idéia de uma unívoca versão do passado, na imagem de um “passado autêntico” paranaense.

Em outro viés, podemos afirmar que se fabrica também uma “certa herança”, através da discussão da identidade tornada recorrente no discurso dos políticos e intelectuais. Afinal, um debate interminável (identidades em constante mudança) que possui longevidade e que garante longevidade, na medida em que avaliza um determinado nicho político a perpetuar-se – em evidência – na roda de discussão dos assuntos locais, na crista dos debates sobre “defesa do Paraná” e construção de sua identidade. Pensada dessa forma, um projeto ou política identitária, para não ser contraditória, deveria sempre lançar seu discurso para frente, enquanto uma meta a se alcançar. Jamais como uma realidade concreta e finalizada. Como já dito anteriormente, de certa forma, ao lançar o projeto de uma identidade para o Paraná e o paranaense para frente no tempo, acaba por vinculá-la a uma imagem de utopia, o que a torna ainda mais clara quando se verifica na mentalidade, a um momento posterior a virada do século, o clima de pessimismo que dominou parte das esferas intelectual e política.

Além desse constructo, a se enraizar no imaginário, da “herança”, outros variados símbolos e construções seriam criados, a fim de se projetarem enquanto elementos edificadores de um ideal de comunidade. Assim como as imagens que seriam posteriormente usadas e divulgadas pelo Movimento Paranista, outras seriam “testadas” enquanto representativas de um imaginário do paranaense. Uma vez que o imaginário se constitui, em grande parte, através de um processo que plasma imagens mentais e

representações visuais, é parte importante de um projeto identitário, verificar o quão aceitas são tais representações e o quão abrangente elas são (ao incorporar o maior número de paranaenses que a aceitam como sendo representativas de sua identidade).

Símbolos “*de identidade podem ser emprestados, roubados ou mesmo trocados*”, e em determinados momentos “*grupos podem desejar realçar seu prestígio aos seus próprios olhos ao aceitar materiais, símbolos e insígnias de outros grupos como se um poder mágico pudesse passar por imitação*”⁴⁵⁸. Dessa forma, através de uma urdidura, realizada pela narrativa histórica na maior parte (a literatura também contribui), que se encarrega de acondicionar da melhor forma possível elementos diversos daquilo que se quer representativo da identidade paranaense, alinham-se linearmente imagens idealizadas de heróis (genéricos ou encarnados em personagens), feitos e momentos notórios, produtos da terra e do trabalho, elementos da natureza e da cultura, sentimentos e qualidades do povo e do espaço.

As fronteiras da “civilização/barbárie”.

Se a construção do outro serve como balizas à confecção de uma identidade para o paranaense, através da dicotomização civilização e barbárie, também está a se criar uma fronteira entre uma imagem ideal de Paraná moderno e evoluído e uma imagem (também idealizada) de um resquício de atraso e primitivismo, perdidos nos confins do sertão contestado. São inúmeros os “efeitos de fronteira” que acabam por se materializar através da constituição e assimilação, por parte das populações, dos sistemas simbólicos constituídos a partir da bipolarização (ou então, fronteirização/dicotomização de valores, caracteres, imagens, etc.).

Talvez a implicação mais material, de um embate que se dá exclusivamente no campo do simbólico, como no caso do debate sobre a identidade e as fronteiras do Paraná, seja exatamente esse efeito de “fronteirização” entre dois *lócus* diferenciados pela construção e organização de um sistema de representação *sui generis*. Em um primeiro momento a divagem, tradicional para o século XIX e XX, entre cidade e campo, que também se traduz, até certo ponto, para civilização *versus* barbárie. *A fortiori*, “civilização” que indica um suposto progresso nos mais variados aspectos, do social ao econômico, do

⁴⁵⁸ “*De fato, seria difícil selecionar qualquer cultura ou subgrupo cujos símbolos culturais fossem totalmente de sua própria criação ou de sua própria história. Além disso, tais identidades ‘emprestadas’ são frequentemente úteis ou funcionais num mundo onde velhos grupos são degradados ou novas categorias e etnicidades estão sendo criadas*”. Graburn *apud*. GRUNEWALD, Rodrigo de A. *Turismo, cultura e identidade étnica*. 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda – PE. 2004.

político ao artístico e científico. Nesse sentido, é a cidade que comporta todos esses “ganhos”, ela é o lugar onde a “civilização” materializa-se, pelo senso comum, em cinemas, bondes, sistemas de esgoto e água potável, em iluminação pública, em jardins e praças, na ação governamental que visa o embelezamento dos lugares públicos. Em um sentido mais profundo, a dicotomia entre “civilização” e “cidade” também é responsável por obliterar determinadas formas de trabalho, como aquele “mais primário” de produção de alimentos (realizado no campo), através da apresentação do resultado desse trabalho apenas. É a cidade o lugar da escolarização, da universidade, dos hospitais, da ciência e da tecnologia, do saber e da inteligência, da cultura e da arte...

Em um segundo instante, essa separação assume uma conotação mais objetivada ainda, quando se encarna em personagens ou grupos concretos. O habitante do campo, ou mais especificamente, de um “certo campo”: aquele dito “invasor” do contestado. É ele quem acaba por receber, ou “herdar”, todos os qualificativos de um sistema de representação construído a partir da dicotomização civilização *versus* barbárie. E sua existência é, de certa forma, uma verdadeira ameaça a todos os benefícios produzidos pela modernidade e pelo progresso dela decorrente.

Desse embate entre as imagens do moderno e do atrasado, da civilização e da barbárie, uma objetivação da mentalidade da época é aquela que visa eliminar todo resquício de atraso e primitivismo, que ameaça não só o modo de vida, mas as instituições (regime político) daquele contexto.

Faz-se, entre o homem civilizado habitante da capital e o dito “*fanático, criminoso de profissão*”, a fronteira que os separa, e que obriga, para o bem dos “*elementos ainda sãos*”, a uma exclusão e confinamento da diferença.

Os fanáticos – o pae de Adeodato capturado – combate entre jagunços e forças leaes: RIO, 7. – Despachos de Florianopolis, informam que o capitão Vieira Rosa capturou o pae do chefe jagunço Adeodato, tão perigoso quanto o filho, apesar de já velho. O mesmo despacho anuncia que, perto do antigo reducto de Santa Maria, as forças leaes tirotearam um grupo de 3 temíveis fanáticos, matando todos... O governo catharinense ordenou que os bandidos presos sejam reconhecidos na *categorya de criminosos de profissão e sejam afastados por completo do mundo para não contaminar os elementos ainda sãos.*⁴⁵⁹

A idéia é a de “dominar” aquele quinhão de território e levar até ele os benefícios da civilização e, conseqüentemente, do trabalho que domina a natureza e aqueles que nela habitam e extraem sua subsistência.

⁴⁵⁹ SOUZA, Lourenço de. O Sonho de um Poeta. In: Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1916, p. 02. (italico nosso).

É por isso que daqui applaudimos, com fervor e esperança, os primeiros *symptomas* da nova *Idea* que surge no Paraná, de investir-se corajosamente sobre a zona do Oeste. Pela sua indiscutível probidade de homem publico, pelo seu patriotismo e vistas largas e principalmente pela grande alma com que sabe sentir os destinos da nossa terra querida – o paranaense é quem vai ser o apóstolo da nova cruzada, que há de levar aos sertões do interior a redempção do trabalho.⁴⁶⁰

Rocha Pombo, por exemplo, em relação à questão racial, é um “homem de seu tempo” e está absolutamente envolvido com a discussão sobre a presença não só do negro, como também do indígena e dos povos que “erram pelo interior”. Como aponta, em relação ao oeste paranaense, ele “se acha quasi inteiramente despovoado. Erram por alli ainda numerosas hordas selvagens, umas de todo refractarias á civilisação”⁴⁶¹.

[...] dizendo aos povos co-irmãos como têm marchado até hoje, quaes os estímulos da sua fé no destino, da sua esperança na grandeza futura da terra benedicta onde em 1500 puseram pés e levantaram tendas os seus avós. E assim, a commemoração que celebramos virá a significar o que significar devem todas as commemorações – uma parada nesta ascensão para o destino, uma pausa de resfolego, que nos permita volver olhares para a rota vencida e medir os horizontes que vamos desvendando!⁴⁶²

Importante perceber que tal confronto entre sistemas de representação também produziu episódios materializados em conflitos abertos, beirando, já no início do século (e prevendo o conflito armado posterior), a agressão física entre as populações e suas forças policiais.

Ainda deve estar na memória de todos a guerrilha que se estabeleceu pela imprensa. O *Republica*, de Florianópolis, atirou-se-nos como um leão, pedindo vingança; queria sangue paranaense, onde se lavasse a affronta imaginaria, e, assulado elos ódios inveterados de exaltados políticos do visinho Estado, pregava o desforço, a reacção, o extermínio!⁴⁶³

Posteriormente, já quando se inicia o conflito do contestado, ações armadas seriam a ressonância de um ressentimento acumulado por quase meio século de discussão e troca de acusações e insultos. O Paraná e seus representantes viam-se (ou assim queriam se passar) profundamente ofendidos por tudo que se sucedia desde então. E a

⁴⁶⁰ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 333.

⁴⁶¹ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 88.

⁴⁶² POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. XI.

⁴⁶³ PERDÃO! Editorial do República de Florianópolis, 1900. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Imprensa Paranaense, 1902, p. 209.

preocupação não se dava tão somente com relação à região contestada, os olhos também se voltavam à própria capital:

É uma questão das que mais accentuadamente devem preocupar os homens que têm a responsabilidade da direcção dos negócios públicos, essa da delimitação das fronteiras, embora considere-se como certo que as que se referem a unidades políticas ou simplesmente administrativas, inclusas dentro do mesmo paiz, não offercem iguaes perigos aos que decorrem da incertesa das linhas que definem e extremam as nações entre si. Todavia, fora mesmo desta ultima hypothese, quantos males não são consequentes a essa confusão de limites, desde os que vêm da desintelligencia dos governos visinhos, por amor ás respectivas jurisdicções, até os que fazem explosão nos mais deploráveis conflictos entre os povos, accendendo ódios, cavando prevenções e conservando em uma situação chronica de intranquillidade e temor, os mal afortunados compatriotas cuja actividade a sorte quis que se desenvolvesse n'um tracto de terras, onde a conservação das existências e a protecção ao trabalho, custam á autoridade uma perpetua lucta, afanosa e inglória, contra o banditismo multiforme e que tresdobra, pela facilidade do homisio e obstáculos quasi insuperáveis que surgem no processo regular de extradição dos criminosos.⁴⁶⁴

Uma questão que persiste é a que diz respeito à natureza da operação de expulsão do “invasor”, no uso de um armamento pesado:

Regresso de forças: Procedentes do interior do Estado, zona infestada pelos bandoleiros, chegaram ante-hontem a esta capital, recolhendo-se ao respectivo quartel, a rua do Riachuelo, 2 seções de metralhadoras sob o comando de officiaes inferiores da 2ª companhia de metralhadoras, compondo-se cada seção de 15 praças e 3 metralhadoras e accessorios respectivos.⁴⁶⁵

Já no inicio de 1916, o conflito havia sido resolvido: “o *ministerio da guerra forneceu a imprensa uma nota dizendo que farão recolher aos respectivos quartéis as tropas que se achavam no Contestado*”.⁴⁶⁶ A dissolução das últimas forças em ação contra os “fanáticos” seria proposta já em janeiro do mesmo ano, ficando encarregada, pequena força policial, de “*limpar o restante de banditismo que por pouco tempo ainda assola a região*”:

Dissolução das ultimas forças que agiam contra os fanáticos – elogios e louvores: ... que declara achando-se ultima as operações complementares para pacificação dos fanaticos do Contestado, manda recolher tropas a quartéis... Dando cumprimento ao determinado sobre o recolhimento de forças a seus quartéis, congratulo-me com as forças de meu commando pela terminação da inglória lucta que ensanguentou durante tanto tempo este pedaço do solo da nossa Patria e pelo cabal desempenho da missao confiada ao destacamento das três armas em occupação no Contestado. Si

⁴⁶⁴ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1914, p. 05.

⁴⁶⁵ Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 13/01/1916, p. 02.

⁴⁶⁶ Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 05/01/1916, p. 02.

bem que a missão de ocupação tivesse apenas o escopo de manter a paz, com tanto sacrifício alcançada nessa zona, não é menos verdade que durante essa ocupação, árdua se tornou a tarefa para todas as forças destacadas sendo que aquelas do 54º batalhão de caçadores sob commando do Sr. Capitão José Vieira da Roza tomaram a offensiva contra os jagunços remanescentes, fazendo raids proveitosos sempre em continuo movimento numa zona ingrata: desprovida de recursos, empenhando-se em vários encontros com os fanáticos dos quaes caíram todas as vezes vencedores, estando as demais forças do destacamento prontas a prestar auxilio... que poz termo a inglória campanha, contra infelizes sertanejos transviados.⁴⁶⁷

Uma especulação que cabe aqui: até onde a ação de expulsar o “invasor” não é uma ação de “destruição”, ou mesmo, extermínio? O que, para além da resposta simples a uma demanda de um grande contingente da população da capital principalmente, aliado a interesses outros (econômicos prioritariamente), está por trás desse verdadeiro ódio? Seria a representação plasmada, que aqueles personagens incorporariam, da liberdade do selvagem e da ausência das malhas de controle do estado, realinhadas sob a forma de uma alteridade radical (a ser eliminada, portanto)?

De toda forma, o que parece mais evidente no jeito com que se desenha tal ação militar de expulsão, é que a mentalidade da época, temendo um retorno à condição de atraso (incorporada à figura do cabodo), promove sua objetivação sob a forma da eliminação (ou do fabrico de uma fronteira-dura intransponível) do corpo que acondiciona tal ameaça. Nessa prática social da conquista ou da reconquista de uma identidade concebida como “ameaçadora” e de onde ressurgem práticas de enfrentamento sociocultural de caráter às vezes dramático, como se tratassem de reduzir mais uma vez o dessemelhante a uma posição de pura exterioridade.

Ao criar uma fronteira inultrapassável àquele “outro” do contestado, ao mesmo tempo edifica-se os limites não só para a identidade do Paraná e do paranaense, como também, cerceiam-se as potencialidades daquilo que o Paraná poderia vir-a-ser: seriam mesmo, limites do “mesmo” no confinamento do “outro”, ou vice-versa.

Além dessa franca divisão civilização/barbárie, ou como uma implicação direta desse sistema criado no qual *moderno/progresso/cultura/refinamento* está em um dos lados e o *atrasado/arcaico/rude/primitivo/criminoso* do outro, a capital Curitiba é nitidamente apresentada como sendo um “exemplo” às demais regiões do estado. Curitiba é pensada e apresentada como modelo, “*com suas grandes avenidas e boulevards, as suas amplas ruas alegres, as suas praças, os seus jardins, os seus edifícios magníficos*”⁴⁶⁸, dessa forma, reproduzindo o arquétipo no qual uma “*capital do mundo latino*”⁴⁶⁹, tal qual Paris, dita as

⁴⁶⁷ Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 12/01/1916, p. 01.

⁴⁶⁸ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 323.

⁴⁶⁹ [JUNIOR, Celestino]. *Paris de Nestor Victor*. In: *Diário da Tarde*, 16 de janeiro de 1912, p. 01.

regras (de modernização, de embelezamento, estéticas, dos costumes, etc.) para àquelas outras, mesmo que essa seja uma “*lirial rainha do sul*”⁴⁷⁰.

O “outro” ou as narrativas de alteridade.

É a partir das representações sociais, em circulação na sociedade e construídas com base no senso comum e em um conhecimento prático (conceitos e imagens sobre pessoas e os papéis que elas possuem na sociedade, fenômenos do cotidiano, etc.), que são erigidas e veiculadas imagens negativadas de pessoas e grupos. E é exatamente o processo onde se cria essas imagens que pode ser chamado de “estigmatização”.

Na medida em que “estigmatizar” é construir uma pré-representação negativa sobre algo, podemos afirmar que estigmatizar é também condenar. Desse modo, os atributos ou características que compõe um estigma são pré-avaliados, com pouca ou nenhuma oportunidade de análise crítica e consciente, e que os associe às circunstâncias reais da vida e das relações humanas. Por conseguinte, o estigma (ou preconceito) é inflexível, rígido, imóvel.

Já a partir da emancipação inicia-se um procedimento, embora – acreditamos – não deliberado, ou seja, não com uma visão de projeto, que está produzindo e ao mesmo tempo buscando a diferença, a alteridade em uma objetivação do “outro”. Para tanto, a discussão acerca das fronteiras com Santa Catarina assume um status fundamental, pois permite a visualização de um outro para além dos limites paranaenses a sueste. Inicialmente, a busca pela alteridade se dá na observação do catarinense em geral (mas também da província de Santa Catarina como um todo) como a imagem do diferente.

O proceder na produção desse “outro” se caracteriza na linguagem de descrédito, na negatização das atitudes do estado vizinho, na estigmatização.

Como menciona Bento Fernandes de Barros:

É para deplorar que Santa Catharina, pondo em acção meios anarchicos, que só exprimem o desespero de causa, pretendesse decidir por si mesma a questão, como se taes meios podessem excluir o seu exame pelo poder competente e mudar a natureza dos factos em que o Paraná funda o seu *uti possidetis*.⁴⁷¹

⁴⁷⁰ TOMENCISNA. *Curytiba progride!* In: A República: 23 de junho de 1913, p. 01.

⁴⁷¹ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 04. (Itálico do autor).

Santa Catarina, além de uma atitude “*usurpadora*” e “*monstruosa*”⁴⁷², é também “*deplorável*”, “*anarchica*” e “*desesperada*”.

Para frente, continua Barros a tratar sobre a ação dos juizes de Santa Catarina no episódio das barreiras fiscais, a qual qualifica como atitude imprudente e própria para por em perigo a paz pública⁴⁷³. Esses juizes são também produtores de “*actos tão violentos como insensatos*”⁴⁷⁴, pois:

Simultaneamente expediu o primeiro [juiz municipal do termo de Joinville] um mandado intimando moradores da villa do Rio Negro, e, entre elles, cidadãos mui considerados, para *servirem como jurados em Joinville*, e o segundo [juiz municipal do termo de São Francisco], uma ordem ao administrador da Agencia fiscal da Encrusilhada, estabelecida, desde 1854, no mesmo municipio de Rio Negro, *para retirar-se, sob pena de ser expellido a força!* Insuflada assim a desordem, pelo mesmos juizes que deviam moderar os ânimos e dar o exemplo do respeito às leis, vieram de Joinville, por diversas vezes, grupos armados á Agencia da Encrusilhada, fazendo ao seu administrador incultos e ameaças.⁴⁷⁵

“*Esses catarinenses*”, objetivados no episódio na figura dos juizes de São Francisco e Joinville, incorporam a imagem ofertada do “outro”: produtores da desordem, da anarquia, da imprudência, do desespero de causa, da insensatez. Mas não só, os “*advogados de Santa Catarina*” são também descritos como executores de “*sophismas*”:

Contra factos eloquentes como esses, repetimos, são inúteis os sophismas que cavillam os advogados de Santa Catharina.⁴⁷⁶

Nessa primeira grande fase, que vai pelo menos até o advento da república – quando já se inicia um procedimento deliberadamente projetado e calculado – os esforços concentram-se no estado vizinho como um todo, ou então na objetivação de caracteres em alguns personagens descritos como representantes de Santa Catarina: juizes, força policial, advogados da causa catarinense.

E mesmo posteriormente, é o “povo inteiro” de Santa Catarina mencionado e genericamente tachado de “mentiroso”. Povo catarinense que, sempre à custa dos outros

⁴⁷² MACHADO, Vicente. *Questão de Limites*, 1891. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Imprensa Paranaense, 1902, p. 118.

⁴⁷³ Cf. BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877.

⁴⁷⁴ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 05.

⁴⁷⁵ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 05. (Itálicos do autor).

⁴⁷⁶ BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877, p. 41.

que no “sacrifício de plantar povoações, repellido os selvagens”, quer “aproveitar-se do trabalho alheio”⁴⁷⁷:

Mentir um povo inteiro, mentir a representação provincial, concordar a presidência da província na mentira, recorrendo-se ao embuste de mandar proceder á eleição de camaras municipaes, dar-lhes posse, aprovar posturas e fazer tudo o mais que é próprio dos municípios, sem todavia haver lei que previamente tivesse elevado á Villa os lugares respectivos, foi coisa que nunca se viu, seria a única excepção do “*nihil sub sole novum*”.

⁴⁷⁸

Ou então, estigmatizar no tempo, em direção ao passado catarinense, uma marca que seria ainda hoje observada:

Muitos illustres paranaenses teem repellido, em luminosos escriptos, as insanas pretenções do visinho Estado que não obstante *continuou sempre em sua tarefa de usurpar territórios* que nunca lhe pertenceram e a que não tem direito por título algum.⁴⁷⁹

Já para um segundo momento observado, nessa busca pela alteridade por parte da intelectualidade paranaense, no caso o período marcado pelo conflito do contestado, a angulação do sentido para o “outro” encontra nos ditos “invasores”, vindos de Santa Catarina, a pedra de toque do discurso intelectual – visualizado aqui como a dimensão de um projeto identitário⁴⁸⁰, ou seja, em uma ação planejada e discutida.

A “Guerra do Contestado” foi um conflito social e político que envolveu os estados do Paraná e Santa Catarina entre 1912 e 1916, e é na verdade o ápice de uma

⁴⁷⁷ VASCONCELLOS, Zacarias Goes de. Limites da Provincia do Paraná, pelo lado de S. Catharina, 1857. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902, p. 65.

⁴⁷⁸ VASCONCELLOS, Zacarias Goes de. Limites da Provincia do Paraná, pelo lado de S. Catharina, 1857. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902, p. 53.

⁴⁷⁹ CLEVE, Luiz. Limites a Sueste, 1902. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902, p. 159. (itálico nosso). E continuam pelos anos. Ver: “Os Catharinenses continuam forjando mentiras para comprometter o Paraná”. *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 14/01/1916, p. 01; “Um morto... Fanático... com um cheque assignado pelo Sr. Lauro Muller no cano das botas”. *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 18/01/1916, p. 01; “Echos de um terrível banditismo”. *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 18/01/1916, p. 02; “A policia catharinense comette depredações em Timbosinho?”. *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 22/01/1916, p. 01; “Editorial: Ela quer ser victima...”. *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 24/01/1916, p. 01; “Editorial: A nossa justiça”. *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 26/01/1916, p. 01; “Libertemos o Paraná”. *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 04/02/1916, p. 01.

⁴⁸⁰ É conveniente lembrar que, aqui, procuramos diferir “política” de “projeto” identitário: para o primeiro, pressupõe-se uma atitude muito mais ampla e envolvente, em uma ação conjunta de diversas instituições e organismos governamentais; para “projeto”, pressupomos uma ação pensada, individual ou coletivamente (através de personagens específicos ou grupos que, sentindo sua necessidade, dispõe-se a objetivá-la), executada através do poder irradiador dos escritos, dos discursos, da notícia, do debate de idéias.

questão maior, qual seja, a da definição dos limites fronteiriços entre Paraná e Santa Catarina, que se estende no tempo desde antes da constituição da província do Paraná em 1853, ou seja, já entre as províncias de São Paulo e de Santa Catarina.

Da movimentação de populações sertanejas do estado de Santa Catarina para o do Paraná percebeu-se – pela intelectualidade paranaense – uma ação de invasão, mas também um momento e um fato propício para se agregar a um projeto de construção identitária regional, na medida em que seria um virtual elemento aglutinador do povo paranaense – pelo menos, dessa forma que fora imaginado pela intelectualidade.

Através do meio jornalístico, a elite intelectual estabeleceria o elo de ligação entre suas narrativas e a sociedade, dessa forma fazendo circular seus enunciados, carregados de valor simbólico, e que angulavam os sentidos, na maior parte das vezes, negativamente ante os “invasores” provenientes do estado vizinho.

De início, podemos fazer uma constatação simples, mas que nos permitirá desenvolver toda esta parte: das polêmicas ocasionadas pelo conflito do contestado, um personagem emerge como o elemento comum ao discurso jornalístico ao longo de todo o período, esse personagem é o sertanejo. Porém não é o sertanejo tal qual ele é, mas uma construção do sertanejo proposta pelos intelectuais.

A partir disso poderíamos nos perguntar o “por quê?” de tal construção produzida pelos intelectuais, mas importante também é perguntar o “como?” se dá essa construção.

Primeiramente, essa construção é parte constitutiva de um discurso que também visa a um projeto identitário. Sendo assim, ele procura um “outro”, um “eles”, condição para pensar o “nós” – esse “outro” figura-se no personagem, ou melhor, na imagem forjada do sertanejo. Mas também porque se quer fazer visível e vulgar a imagem desse outro – uma espécie de afirmação identitária através de um recurso a alteridade sempre presente, diária (presentificação). Mas, além disso, a visibilidade – proporcionada pela confecção de um sentido, de um “dizer” o outro – oferece também a possibilidade de controle das populações por parte dos governos, pois fornece a possibilidade de um saber sobre o outro. Uma das medidas de controle tomada foi a de expulsar o dito “invasor”, através de uma ação militar, controlando dessa forma àquela alteridade construída.

Já quando nos perguntamos “como?": o que há é um procedimento que visa escrever o corpo do outro angulando o sentido que se quer para ele, ou seja, construindo sua imagem em contraponto a imagem que se quer para o paranaense. Nessa medida, essa construção de sentido é fruto de um proceder por divagem – e que já está em operação antes mesmo do conflito –, a uma diferenciação, a uma busca pela alteridade. Esta separação se dá no estabelecer de qualificativos para o outro e, às vezes, para o “nós” –

embora para este último fique subentendido que tudo o que o “outro” idealmente é o paranaense é o oposto, sempre em termos positivos, evidentemente.

Compreendemos que a produção do sentido é resultado da prática discursiva e com o valor simbólico que os enunciados adquirem no seu lócus de circulação, o discurso proveniente dos jornais (ou da mídia em geral ⁴⁸¹) revela sua força ao instituir não só o imaginário, mas a própria realidade social – nas palavras de Michel de Certeau, através de “*as armas do sentido*” ⁴⁸². Afinal, são os meios de comunicação que qualificam os eventos como passíveis à existência pública ou não, assim como o agregam de significado e de interpretações prontas ⁴⁸³. Com relação ao nosso estudo, produzem – através de uma forma de violência – o próprio corpo dos seus objetos de enunciação; o corpo do outro, ou seja, escrevem e dão “o” sentido ao corpo de sertanejo.

Mas também não se pode negar a interferência de determinadas forças sociais agindo na construção da notícia: questões culturais, políticas, econômicas encontram nos jornais o suporte para a sua visão específica da realidade, configurando uma “colcha de retalhos” de significação, à qual, compete aos intelectuais articular, sob a forma de uma narrativa coerente e consistente. É o jornal, ou melhor, o discurso intelectual atuando nos jornais (ou mesmo na tribuna, nos comícios, nas falas públicas em geral), que “cola” esses múltiplos discursos sociais, relacionando falas, fatos, opiniões, contexto em uma notícia acabada e que então, em seu processo de circulação, reflui elaborada para o meio de onde parte de seus elementos se originou. Um processo circular, portanto, mas onde a “força” da influência não age em reciprocidade, pendendo ela para o discurso final dos jornais – afinal, já se tem como parâmetro a própria instituição da imprensa agindo na produção da notícia, através de uma ilusão referencial da linguagem que relacionaria verdade com informação.

Esses discursos reforçam o imaginário social e acabam por fornecer linhas-mestras na construção dos sistemas de representação, eles mesmos organizando e forjando imagens e realocando-as no interior de uma dada forma de organização que, na maior parte das vezes, é embasada segundo o formato de pares dicotômicos. Dessa forma as denominações atribuídas aos sertanejos, tais como as de: “*Esfaimados carnívoros*”; “*Bandidos temíveis*”; “*Bandoleiros assassinos*”; “*Sanguinários inimigos*”; “*Feras indignas de piedade*”; “*Povo inculto e sanguinário*”; “*Criminosos fanáticos*”, “*infelizes sertanejos*

⁴⁸¹ Landowski afirma que “o discurso das mídias, evidentemente, cumpre um papel determinante nisso”. LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 13.

⁴⁸² Cf. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

⁴⁸³ Cf. WOITOWICZ, Karina Lanz. Imagens dos sertanejos na guerra do contestado nas páginas da imprensa. In: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4428/1/NP2WOITOWICZ.pdf>. Acesso em: 04/12/2006.

transviados'⁴⁸⁴, operam na construção de um sentido altamente pejorativo àquela alteridade, ou "figura do outro".

A mecânica dessa operação é muito simples: a repetição. As notícias que circulam todos os dias trazem a cada edição um novo designativo para essas populações, vez por outra, e em contraponto, enaltecendo também a atitude de algum paranaense partícipe.

Para o sertanejo as principais características atribuídas são a do ignorante, do fanático, do rebelde, do criminoso – imagens fabricadas que fazem das narrativas dos intelectuais um campo simbólico que interfere sobremaneira na dimensão social e histórica, assim agindo como fator preponderante na reprodução dos "consensos" contidos nos jornais e dessa forma forjando um sentido "natural" para a imagem negativizada do sertanejo do contestado.

Já a negatificação da religiosidade popular dos sertanejos do contestado, e aqui fazemos uma breve digressão pela historiografia ulterior, também ajudou a concretar uma imagem não só para o monge-messianismo, como para as próprias populações que o seguiam. Por exemplo, na discussão sobre a necessidade de modernização de algumas instituições, em específico, a segurança pública, reivindicava-se a necessária construção de uma:

"escola de policia methodicamente organizada [...] Ela é um producto e dos mais fecundos da sociologia criminal, que tanto se tem empenhado na luta contra o crime. Os processos da anthropologia criminal, há quasi trinta annos vêm mostrando a necessidade da introdução de certa etapa scientifica no exame e nos prejuizos dos factos sujeitos à justiça".⁴⁸⁵

A ressonância desse modo de compreensão persistiria ainda por algum tempo.

Já se disse que:

[...] estigmas físicos de degeneração se patenteiam na fisionomia deste segundo 'monge': descontando as características raciais do tipo 'cabodo' – tal o era – os seus lábios são grossos, o nariz grande e achatado, os zigomas salientes, a fronte curta, as orelhas grandes; tipo desempenado, mas baixo e corpulento, a cabeça grande e em desproporção com os membros curtos. [...] o tipo perfeito do fraudador e mistificador, diz-se irmão do 'monge' João Maria ou ser ele mesmo, deixa crescer a barba para impressionar o povo simples e crédulo, impinge-se como profeta; reivindicador, quer restaurar a monarquia. Instintivo, os delitos sexuais estigmatizam a sua moralidade aberrante. Tudo está a caracterizar em José Maria a sua personalidade de degenerado moral.⁴⁸⁶

⁴⁸⁴ Cf. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba, respectivamente: 17/06/1915; 12/02/1915; 09/02/1915; 10/10/1914; 02/05/1914; 02/10/1912; 03/06/1912; 12/01/1916.

⁴⁸⁵ VIEIRA, Ulysses. *Segurança Pública*. In: *Diário da Tarde*, 8 de janeiro de 1912, p. 01.

⁴⁸⁶ ÁVILA DA LUZ, Aujor. *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos cabodos*. Florianópolis: s.n., 1952, p. 95.

Ou então que:

[...] se apenas fora desequilibrado e inofensivo no principio, logo passara a ser um perigoso chefe de malta, cujo inicio, no plano inclinado do crime, seria, ao que parece, acobertar crimes dos da sua comitiva.⁴⁸⁷

Essa historiografia nada mais é que uma reprise do que já havia sido dito décadas antes, no momento em que o evento se desenrolava, pela intelectualidade paranaense (e também catarinense) nos jornais: voltamos a citar, mas agora as passagens de alguns jornais curitibanos:

Como se não bastasse tanto sangue derramado, a jagunçada tirou, numa emboscada, a vida preciosa do capitão Matos Costa, ilustre e bravo oficial, cujos sentimentos humanitários trazem o mérito de uma pacificação, chamando-se à razão toda essa horda estúpida e alienada que é a dolorosa inferioridade cultural das populações do sertão brasileiro.⁴⁸⁸

Pelas informações que chegam daqui e dali e pelo desenrolar dos acontecimentos, o que se nos afigura é que os fanáticos estão unidos por dois elos principais: sua ignorância fanatizada por monges tão ignorantes como eles próprios e seu ódio a algum morubixaba politiqueiro que os tenha molestado por qualquer razão (...). Se são revoltados contra humilhações contínuas, se são vítimas da ignorância, ou se são ao mesmo tempo uma e outra coisa, merecem esses brasileiros ser acuados na sua toca, como feras, fuzilados a Mouser, varridos a metralha, despedaçados a canhão? Não! Sua culpa é bem menor do que a de quem os exacerbou e de quem os deixou crescer semi-bárbaros nos sertões, segregados da civilização, sem escolas e sem justiça. Que ao menos as intervenções se façam com o mínimo de efusão de sangue exigi-lhes os sentimentos de humanidade, se não o impusessem os da justiça. Eles também são brasileiros!⁴⁸⁹

Bandoleiros e assassinos, ou simples espíritos empolgados no negro fanatismo, os seres que, em bandos terríveis de ferocidade se levantaram empunhando armas contra as gloriosas forças do país eram essencialmente prejudiciais à ordem e ao progresso.⁴⁹⁰

Ainda agora, quando tive conhecimento, por telegramma do Exmo. Snr. Coronel Governador de Santa Catharina, de que bandidos reuniam-se de novo em Taquarussú, exactamente como no anno de 1912, alterando a ordem publica n'aquella Estado [...] minha sincera opinião sobre os factos que alli se estavam passando e cuja reprodução periódica é de intuitiva previsão, enquanto perdurar entre os dous Estados uma situação que, não obstante a boa vontade de seus governos, annulla a lei nas fronteiras e é propicia a reunião de bandos.⁴⁹¹

⁴⁸⁷ CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia., 1942, p. 215.

⁴⁸⁸ Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 19/12/1913.

⁴⁸⁹ Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1914.

⁴⁹⁰ Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 05/04/1915.

⁴⁹¹ Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1914, p. 06.

Como um arremate parcial para essa discussão, podemos afirmar que a ação do estado (uma ação militar também) no intuito de expulsar o chamado “invasor” é fruto da pressão exercida pela opinião pública – veiculada em jornais em grande parte – das elites letradas da capital paranaense. Nesses artigos, a insistência nos argumentos que operam uma inferiorização das populações sertanejas, constrói-se uma divagem entre o “nós” cultural (representado pelo povo paranaense) e um “outro” retratado na figura do violento, criminoso e fanático sertanejo.

A reafirmação constante da inferioridade, tanto cultural quanto moral, do sertanejo, acaba por proporcionar uma “imagem forte” da alteridade – elemento esse percebido pelos intelectuais como chave para se forjar uma identidade paranaense. Dessa forma, contrapunha-se à criminoso, o heróico; à fera, o civilizado cidadão; à fanático, o científico; à mentira, a verdade; à iniquidade, a justiça.

Processos de identificação: ou “O intelectual” pelos “intelectuais”.

Em um ambiente onde a competição pelos lugares de maior *prestígio/status/renome* é acirrada, como no caso da esfera política e intelectual, outras formas de ascensão (que não somente a via da produção intelectual e do exercício da política) se fazem necessárias e usuais. Complexo é o processo pelo qual um dado personagem vincula-se, e é aceito enquanto tal, a um dado *estereótipo/imagem/representação*. No caso de nossa pesquisa, aqui, a intenção é compreender não só as vicissitudes da construção de uma imagem de “intelectual” ou de “intelectualidade” (ou, mais genericamente, a produção de “renome”) para determinados personagens e grupos do Paraná *fin de siècle*, como também o próprio mecanismo que está por trás desse processo.

Em uma sociedade onde a figura do “intelectual” é pouco difundida, onde as oportunidades de uma carreira qualquer são escassas e reservadas a uma pequena fração da população, poucos são os que detêm o privilégio de não precisar dedicar-se a outras atividades que não a de escritor. Dessa forma que a participação de intelectuais na política-partidária dirigente (ou de políticos associados a uma postura e imagem de intelectuais), como formas de colaboração, pode ser efetivada através da assessoria, orientação, auxílios de variadas ordens. E tudo isso acontece como um recurso a efetivação de interesses diversos, na medida em que intelectuais encontram no exercício da política partidária não só uma base de sustentação, mas também um lugar de projeção e expressão e, em alguns casos, um lugar para promover-se a implementação de mudanças em sua sociedade, para a objetivação de visões de mundo. De toda forma, quando intelectuais avançam na esfera

político-partidária, essa ação é geralmente conduzida por interesses instrumentais, assim como quando o contrário (políticos intitulando-se como intelectuais) acontece. Nessa última situação o interesse é mais ou menos claro: gerar “autoridade” e, a partir disso, legitimidade para suas ações na arena política.

Tanto no campo político como no intelectual, princípios de legitimação estão intervindo constantemente. O intelectual precisa deixar clara sua competência (científica na maior parte dos casos). O político igualmente. O que ocorre em grande parte é a perversão desse princípio de legitimação através da ênfase na qualidade retórica pura e simplesmente. Nesse sentido, um personagem que discursar bem e possua uma competência argumentativa baseada na qualidade retórica, acaba por arrebanhar admiradores, dessa forma, também arrebanhando “legitimidade”. Legitimidade que é condição para a geração de “autoridade” ao discurso produzido. Uma vez dotado de autoridade, o discurso intelectual e político abre-se para um potencial trabalho de dominação política (através da ação dos partidos e das políticas governamentais) e cultural (através da construção de identidades e todos seus epifenômenos).

No que tange as construções representativas dos intelectuais, convém salientar que estas se desenvolvem sob duas configurações distintas e, cada qual, com suas peculiaridades próprias. Em primeiro lugar, o elogio presente nos livros, cujo melhor exemplo se dá com Rocha Pombo ao descrever as gerações de intelectuais-literatos paranaenses: “*veremos logo como a vasta e magnífica florescência intelectual dos nossos dias começou a ter, de 1880 em diante, os desbravadores da vereda a seguir*”⁴⁹². O outro viés se dá no desenvolvimento da invenção do intelectual nos jornais, e aí cabe o aspecto performático da escrita (que tem suas características próprias), na medida em que o universo de leitores é bastante diferente do público leitor de livros.

E nessa construção do intelectual, duas formas de proceder se encontram: uma que fabrica a imagem no coletivo, ou seja, da *intelectualidade*; e outra que elogia nomes, homens concretos, nomeando e projetando uma imagem de intelectual de forma objetiva a personalidade daquele contexto.

Sobre os mecanismos pelos quais as identidades, no que tange aquelas “intelectuais” e da “intelectualidade”, são forjadas, podemos arrolar ao menos três formatos: aquele onde é o processo discursivo o forjador de uma auto-imagem, ao elencar caracteres, ao posicionar-se em um determinado campo ideológico (ou visão de mundo), ao ocupar um “lugar de dizer” determinado (por exemplo, “porta voz da causa paranaense”); outro se faz através da própria vinculação a um debate, onde, uma vez tendo ingressado nele, automaticamente, produz-se o retorno de uma imagem, que pode ser “do intelectual”, “do

⁴⁹² POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 236. (negrito nosso).

debatedor”, “do erudito”, “do orador”, “da vanguarda”, etc., mas também ao longo do devir do próprio debate, no posicionamento que os personagens se permitem em relação às disposições contidas nos discursos (onde se pode ser contrário, favorável, neutro, etc.) e em relação aos outros debatedores (apostando na imagem positiva ou negativa que os mesmos vão desenvolvendo); e por fim, um terceiro formato que se processa sob outro viés, na medida em que a imagem gerada do “intelectual” parte da opinião pública, do destinatário do discurso intelectual, suscitando fenômenos como a sacralização, a legitimação, a autoridade.

Alguns autores, como Rocha Pombo e Romário Martins, basicamente enfatizaram descrições panorâmicas das gerações que se seguiam, nas artes, na história, etc.

Ecclosao intellectual. O vasto movimento litterario dos nossos dias. O que expusemos no precedente capitulo está indicando que data de 1875 o **notável movimento intellectual** que por assim dizer preparou a arena para a presente geração que explende no Paraná. Aquelle espirito de iniciativa, que dava clubs e associações litterarias por toda a parte, revelava que no seio do povo paranaense agia um novo impulso vigoroso, a arrastar para o convívio do mundo a alma palpitante de uma nova família moral, que se levantava trazendo na frente altiva e serena todos os signaes do bello céu azul, da natureza prodigiosa em cujo meio nascia para a historia.⁴⁹³

E a capital paranaense era sempre apresentada, senão como o berço de toda inteligência no Paraná, ao menos como o lugar que recebia toda “cerebração” advinda de localidades no interior do estado: Curitiba era mesmo o “*centro mais vasto de elaboração espiritual do país*”. Interessa notar que, ao construir o intelectual, também se procura vincular a “dáviva da inteligência” a um “espírito profundo paranaense”, que em “*um novo impulso vigoroso*” faria aquele ascender. Nesse sentido, quer-se aqui fazer com que um dos elementos que formam a identidade do paranaense seja exatamente a “*vitalidade intellectual*”, aspecto que “*persiste no fundo da nossa raça*”.

E a prova de que assim era, ali nos oferece hoje, principalmente a capital paranaense, onde se deve dizer que a **vitalidade intellectual é um phenomeno curiosíssimo**, digno de estudo, porque dá testemunho irrecusável de que persiste no fundo da nossa raça um elemento que as vicissitudes não mataram, uma grande força viva que a torna capaz das manifestações mais elevadas da cultura humana.⁴⁹⁴

⁴⁹³ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 289-90. (negrito nosso).

⁴⁹⁴ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 289-90. (negrito nosso).

Importa notar, que não somente é a capital paranaense “capital intelectual” do estado, mas o próprio ponto onde se origina “*mais completa e mais brilhante*” o “*gênio nacional*”.

É preciso despertar aqui, no **centro mais vasto de elaboração espiritual do paiz**, entre os nossos estudiosos mais eminentes, é preciso despertar atenção sobre o que se passa no Paraná, incontestavelmente, dos Estados da União Brasileira, aquelle onde se faz hoje o mais activo e fecundo movimento litterario. Se exceptuarmos esta capital, onde as condições de meio mais amplo favorecem e asseguram uma **ecclosão mais completa e mais bilhante do gênio nacional**, não haverá talvez hoje um ponto do Brazil onde se cultive as pátrias letras com mais esforço e mais sinceridade.⁴⁹⁵

Uma das formas de se exaltar a “*intellectualidade que vicejava*” no Paraná era feita através do rebaixamento ou menosprezo, ao que ocorria no campo intelectual em outros lugares do país.

O Maranhão, em poucos annos de inércia e de esterilidade tem perdido os seus antigos foros de terra clássica do espirito indígena e do purismo vernáculo... Pernambuco e S. Paulo esqueceram as tradições luminosas de Castro Alves e de Alvares de Azevedo: as gerações acadêmicas, quer lá no Norte, quer na Paulicéa, desaparecem umas após outras quase sem deixarem historia pode-se dizer.

Somente eventualmente um ou outro “*espírito laborioso*” ousava quebrar a casca e ressurgir com a tradição intelectual do país. No entanto, logo apagado por força do poder sedutor da política e das potencialidades advindas com a industrialização, tal “*espírito*” era logo esquecido e apenas o que subsistiria ainda “*latente aquella mesma força*”:

[...] que nos deu tantos nomes notáveis em épocas de acção e de estímulo e que hoje parece sopitada sob o peso da política, sempre enervante, e do industrialismo, sempre infenso, por índole, a toda pura intellectualidade. Há algum tempo, na capital do Ceará um grupo de moços chegou quase a marcar época na nossa historia litteraria; mas a Padaria Espiritual sumiu-se de um instante para outro, sem ao menos consolar-nos com legado valioso. De sorte que onde quer que se procure um sinal de vitalidade, não se encontra sinão, quando muito, trabalhadores isolados, sem a coragem, a hombridade, a paixão que só o convívio é capaz de gerar.⁴⁹⁶

Ou então, senão a visão pessimista sobre o resto do país, o menosprezo a personagens específicos, a sua obra, a execução de seu trabalho, a sua competência:

⁴⁹⁵ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 289-90. (negrito nosso).

⁴⁹⁶ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 290-2.

O nosso distinto e laborioso patrício, Sr. Romário Martins, tem, com os mais sólidos e inconcussos argumentos, pelas columnas desta folha, reduzido a suas restrictas proporções a – Exposição histórico-jurídica, apresentada pelo illustrado e respeitável Sr. Conselheiro Mafra, advogado de Santa Catharina.⁴⁹⁷

O círculo de amizades também corroborava na consolidação de determinadas imagens, tais quais as de *“laborioso entusiasta do intelecto”*, *“ilustrado homem das letras”*, *“intellectual original”*, *“cerebração potente”*, *“mente não ordinária”*, entre muitos outros designativos que propiciavam a positivação, em um processo circular, dos personagens vários, envolvidos nas discussões principais do Paraná.

Lemos do *Antonina*:

O nosso distinto amigo e illustrado companheiro, cujo nome epigrapha esta notícia, acaba de ser distinguido pela “Societè Académique d’Histoire Internationale” de Paris, com uma medalha de ouro e diploma de membro effectivo da mesma sociepade [sic], como homenagem prestado aos seus méritos, segundo comunicação, datada de 4 de Dezembro ultimo. Ao preclaro homem de letras, que, por essa forma, vae vendo coroados os seus ingentes esforços de trabalhador infatigável o “Antonina” apresenta as suas mais sinceras felicitações.⁴⁹⁸

Uma construção de identidades intelectuais recíprocas na troca constante de elogios e na nomeação daqueles que compunham os quadros de uma “intelectualidade” paranaense. Ou então, na produção de uma auto-imagem: *“a oficina é uma história e um lar. Instrui e educa. Ela formou meu espírito e formou-o de maneira a fazer de mim uma individualidade moral e intellectual de ação no meio do meu tempo”*⁴⁹⁹.

Elogio merecido: O Sr. Dr. Presidente do Estado mandou, pela secretaria de agricultura, agradecer e elogiar ao Sr. Romario Martins, director do museu, os bons serviços prestados no desempenho de varias commissões de que fora ultimamente incumbido. Merecida é essa homenagem ao esforçado patrício que, em diversas fases da questão de limites, há prestado ao Paraná relevantes serviços. Em boa hora, resolveu o governo dar publico testemunho do seu reconhecimento pelos patrióticos esforços do intellectual.⁵⁰⁰

Quando o embate sobre a questão de limites já está se desenvolvendo a mais de meio século, é certo que também produziu, analogamente, a condição necessária para a ascensão de certos personagens nela envolvidos. Tudo dependendo da competência no

⁴⁹⁷ MARTINS, Romário. Subsídios: a Vontade dos Povos. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902, p. 201.

⁴⁹⁸ [JUNIOR, Celestino]. *Diário da Tarde*, 7 de janeiro de 1912, p. 01, (Itálico no original).

⁴⁹⁹ CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romário Martins: Biografia intelectual. In: MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. XXI.

⁵⁰⁰ *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 11/01/1916, p. 01.

discurso disposto ao público leitor, da mesma forma que, da aptidão ao tecer relações sociais que também produzam sua autoridade e tornem legítimas sua fala. É em “*uma demonstração, harmônica e brilhante, de tudo quanto tem de excelente a intelligencia e o coração da pátria*” que se vê “*exalçada perante a história num dos mais graves momentos da vida do Continente*”⁵⁰¹, um grupo de “intelectuais” que no Paraná acabou por criar também um nicho: aquele onde discussões sobre a identidade paranaense se torna a peça central.

O venerando Sr. Desembargador Barradas, notável juriconsulto que tanto tem abrilhantado a magistratura brasileira, há de, como nosso advogado perante o Supremo Tribunal Federal, pôr em evidencia a inandade da pretensão de Santa Catharina, como já por vezes tem feito o provector Sr. Desembargador Bento Fernandes de Barros.⁵⁰²

Uma questão que então surge, é a que questiona: qual a imagem que estão produzindo sobre si mesmos? A de um modelo ético, estético e político? Não apenas, mas um modelo para o próprio “homem paranaense”, um “representante da raça”. Falando de nomes específicos do contexto intelectual:

Em 1886 começa a apparecer Emiliano Pernetta. Ainda era estudante em S. Paulo, mas estava continuamente em Curityba. Desde cedo elle revelou-se um intellectual de raça.⁵⁰³

Entre os moços da geração que explende no Paraná presentemente, há um que se tem destacado pela paciência e pelo talento com que se dedica ao estudo dos costumes e usos do povo simples: é o Sr. Júlio Pernetta. A elle já devemos um livro de valor no gênero. Pois bem: assim continue o nosso distincto compatriótico na trilha encetada, e assim vá ampliando os seus horizontes nesse rumo, até nos dar tudo que temos o direito de esperar de sua intelligencia e do seu perseverante valor.⁵⁰⁴

Uma das diversas formas de articulação possíveis da relação entre o nós e o seu outro, é aquela onde uma identidade constrói seu mundo ao seu redor, alinhando fronteiras com os vizinhos em suas bordas. E vale notar que os intelectuais constroem uma imagem identitária para eles igualmente baseada na diferenciação, embora esta sendo de outra ordem: diferenciação sócio-profissional, de instrução, de papel na sociedade.

⁵⁰¹ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 02.

⁵⁰² MARTINS, Romário. Subsídios: a Vontade dos Povos. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Imprensa Paranaense, 1902, p. 201.

⁵⁰³ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 296.

⁵⁰⁴ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 253-4. (negrito nosso).

Dos políticos e homens públicos locais, Rocha Pombo fala de alguns deles, sempre procurando enaltecer, ante a falta de produção intelectual, as capacidades latentes, as potencialidades que foram podadas pelas vicissitudes da carreira a que seguiram.

O Dr. Ubaldino do Amaral é mais do que figura da alta política do regimen: é um espírito nobilíssimo, que infelizmente as cousas da vida ou preocupações de outra ordem, desviaram da arte. Nada nos tem dado ainda do seu fino espírito: discursos que tem produzido, fallam mais pelo seu talento de homem público, pela sua boa fé e sinceridade de republicano. O conselheiro Correia [Manoel Francisco Correia] é sempre o velho combatente imperterrito, cujas armas não se quebram nunca... Emilio de Menezes é um dos homens mais illustres entre os paranaenses, que vivem fora da sua terra. É um grande talento, mas quase bárbaro como o Santa-Ritta: faz espírito com a própria gloria. E parece que fazendo espírito esterilizou-se...⁵⁰⁵

É assim que assinala as figuras, por ele apontadas, principais desse cenário onde coabitam a política e a intelectualidade.

Mas o paranaense, que nesta capital está representando o que tem de mais fino e mais alto a gloriosa geração florescente no Paraná é, sem reservas, Nestor Víctor. Este é um verdadeiro espiritual... Na diplomacia, tem o Paraná o illustre e eminente Dr. Brazilio Itiberê da Cunha. Além de diplomata distinto, é uma delicada e raríssima organização artística...⁵⁰⁶

O próprio Rocha Pombo, considerado como “pai da historiografia paranaense”, seria assinalado por seu sucessor como uma “*cerebração potente*”, onde “*tudo através do seu espírito e do seu temperamento assumia proporções mal pressentidas pelas inteligências comuns*”⁵⁰⁷.

Embora sejam políticos ou homens envolvidos com as coisas do estado, tenta-se transformá-los ou transportá-los de uma forma ou outra, para o grande grupo de intelectuais, ou elogiando sua competência na política e execução das coisas públicas, ou então rememorando aspectos da formação desses personagens: “*o Dr. João Itiberê da Cunha, irmão do precedente e também diplomata, é uma das intelligencias mais lúcidas que temos conhecido. Estudou e formou-se na Europa*”⁵⁰⁸.

No entanto, nem todos concordam com a atribuição do designativo “intelectualidade” aos personagens assim nomeados. Existem vozes discordantes, ou por se verem cerceadas dos meios pelos quais se teatraliza o “intelectual”, ou por simplesmente

⁵⁰⁵ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 305-8.

⁵⁰⁶ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 305-8.

⁵⁰⁷ MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Fard do Saber, 1995, p. 111.

⁵⁰⁸ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 305-8.

não fazerem parte dos círculos de amizade que acabam por criar, reciprocamente, os intelectuais e a intelectualidade através do auto-elogio.

Aqui é assim – só se vê os nomes de um certo grupo, aqueles dos romancistas creadores, os incomparáveis, os mestres da crítica... Uma súcia de bestas que vive num elogio recíproco, escancarando as mandíbulas em hiatos encomiásticos ao coxear dos versos cambalôs ou ao chirinolar do período fanhoso e vasio do primeiro mu que zurra. Uma cáfila! Vamos cair sobre a súcia a golpes de talento... e havemos maltrata-la porque não vale nada: gente que não lê, gestos sem syntaxe, águias com penas de ganso. Meus amigos, se não temos aqui a tríplice Hecate com as suas sacerdotizas truculentas, temos a ignorância que é um pouco peor. Começemos a campanha, tenhamos a audácia de Orpheo, que o Ideal seja a nossa Eurydice... Que diabo: pois então este povo há de viver eternamente chafurdando na ignorância?⁵⁰⁹

Se os intelectuais construíam a representação (veiculada nos jornais em grande parte) deles mesmos através de uma auto-imagem, ou da construção da imagem por seus colegas, é com as biografias posteriores e mesmo com a historiografia ulterior, que essa representação transmuta-se em um “emblema” duradouro no tempo.

Não é uma obra de história, é uma crônica vivenciada, onde as fontes históricas, isto é, os raros documentos citados têm uma função muito secundária em face de sua própria experiência e de sua intensa comunhão com a comunidade. Tem-se a impressão de que, quando fala do passado histórico, não conheceu esse passado como historiador, mas ouviu dos mais velhos, os ‘antigos’, toda a tradição de sua gente e a reproduz filtrada pela sua própria sensibilidade. Mas quando fala do presente – do seu presente recordado – mostra o seu conhecimento quase total do povo paranaense como uma comunidade cultural... Aí nesse livro tão significativo, Rocha Pombo recorda a cultura popular, os modos de trabalho da população, os folguedos das classes populares, a criação e o desenvolvimento da cultura intelectual, o caráter das lutas políticas pelo poder local, a renovação social ocasionada pela imigração européia, a criação das estradas de ferro, o sistema da educação, as bibliotecas, os teatros.⁵¹⁰

É no mecanismo de impressionar (através da retórica, da erudição, com a defesa da causa pública do PR, etc.), para produzir a ilusão e o respeito, que os intelectuais produzem ao mesmo tempo uma legitimação dessa ilusão que criavam e também fornecem um retorno a eles mesmos: o respeito pelo que dizem. Em outros termos, *“assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num*

⁵⁰⁹ ANSELMO. Episódios da vida literária. In: *Jornal Diário da Tarde* de Curitiba de 15/01/1916, p. 01.

⁵¹⁰ MACHADO, Brasil Pinheiro. In: POMBO, José Francisco Rocha. *O Paraná no centenário (1500-1900)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980, p, X-XI.

instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltam o possível recurso à força bruta” ⁵¹¹.

Nossa hipótese de desenvolvimento supunha que intelectuais e políticos no Paraná da época, haviam se envolvido na questão das fronteiras para beneficiarem-se, entre outras, da legitimação e justificação que o debate poderia lhes proporcionar. Isso, através da imagem por eles projetada às populações via sua performance pública e que retornava como legitimidade para ocupar o lugar que desfrutavam. Além disso, esses personagens acabaram por construir e consolidar a figura do “intelectual” e da “intelectualidade” paranaenses para a época, cujas reverberações se fazem presentes até os dias atuais.

⁵¹¹ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991, p. 185-6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

“Fronteiras” finais (...)

*“E a prova de que assim era, ali nos oferece hoje, principalmente a capital paranaense, onde se deve dizer que a vitalidade intelectual é um phenomeno curiosíssimo, digno de estudo, porque dá testemunho irrecusável de que persiste no fundo da nossa raça um elemento que as vicissitudes não mataram, uma grande força viva que a torna capaz das manifestações mais elevadas da cultura humana”.*⁵¹²

Queremos iniciar aqui, com um retorno àquela curta citação que epigrafa a introdução deste trabalho. Apesar de ela ocorrer apenas uma única vez, não só permitiu que pensássemos, sob outro viés, a questão das fronteiras, como também propiciou que elaborássemos esse trabalho sob uma estrutura, ou mote poético, onde a figura das fronteiras esta sempre presente. Pudemos a partir dela, não só perceber que, para “fronteiras” poderíamos compreendê-la enquanto sua acepção tradicional de limite material/tangível, mas também em sua conotação simbólica/imaterial/intangível. De toda forma, mesmo que esta dicotomização entre concreto/abstrato, ou material/simbólico, possa parecer forçada, é apenas uma forma ilustrativa e um esforço analítico para se buscar a compreensão desse objeto. No real, o material e o simbólico se encontram imiscuídos e imbricados e ambos produzem efeitos (que também não devem ser confundidos) que podem ser tanto materiais como simbólicos (queremos dizer que algo simbólico pode produzir tanto efeitos simbólicos como materiais, e vice-versa).

Evidentemente, não menosprezamos o papel das epígrafes, e a que encabeça esta “necessidade de concluir” possui um valor de igual magnitude. Sim! A “*vitalidade intelectual é um phenomeno curiosíssimo*”, ao menos para nós e, por isso mesmo, “*digno de estudo*”, como já o orientava e apontava sua necessidade, Rocha Pombo em 1900. Intelectuais, intelectualidade, política, fronteiras e alteridade/identidade: estes foram os elementos que tentamos mostrar como estando absolutamente imbricados em um contexto muito específico do início do século XX. E o Paraná seria este grande palco.

Um aspecto que é oportuno aqui explicar é o uso do termo “personagem” aplicado em profusão ao objeto de nosso estudo. Na medida em que homens e mulheres não são mais do que representações, aqui, textuais do que um dia – possivelmente – existiram. Nesse sentido, uma vez que o texto histórico não é o passado propriamente (o

⁵¹² POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 289-90.

próprio passado reconstruído e ressurgido, sua substância), mas um passado representado, a intenção é nada mais do que “brincar” com a polissemia da idéia de “representação” e tornar o texto um palco com atores, enredo e diretor.

Partindo de um truísmo atual, tal como o que relaciona a vontade de saber histórico a um interesse coevo, queremos mostrar que a questão identitária, assim como o jogo de *mis-en-scènes* produtor de imagens para intelectuais e políticos aliados a construção de sistemas de representação (para os personagens, para o outro, para o mesmo), no Paraná (enquanto questão política) reserva ainda uma atualidade imprescindível à tomada de consciência de todos aqueles que a estudam. Se Nietzsche nas considerações intempestivas, já apontava como uma idéia diretora de sua proposta, o fato de a reconstrução (ou melhor, a tentativa de) do passado não ser um fim em si mesmo, queremos notar que muitas vezes perde-se essa dimensão de vista, na medida em que o pesquisador não se posiciona ante as diversificadas tradições teóricas, ou mesmo, ante a uma definição mais rigorosa dos conceitos (posicionais e operacionais à pesquisa). Dessa forma, desobrigando-se da perspectiva que o enraizava ao mundo atual (o mundo dos vivos), devido não só aos seus interesses atuais, mas também ao fato de os fins de sua pesquisa estarem ligados diretamente a questões atuais. Questões essas que precisam ser postas conscientemente, ante o perigo da monumentalização ou estetização do passado. Devido a isso, o interesse em, sempre que possível, mostrar nossos posicionamentos.

Em uma sociedade onde a figura do “intelectual” é ainda pouco disseminada, onde as conveniências de uma carreira qualquer são parcas e reservadas a uma pequena fração da população, poucos são os que detêm a regalia de não precisar dedicar-se a outras atividades que não a de escritor. Devido a isso que a participação de intelectuais na política-partidária dirigente, como formas de colaboração, e efetivadas através da assessoria, orientação, auxílios de variadas ordens, se torna uma constante para o período. O que ocorre como um recurso a realização de interesses diversos, na medida em que intelectuais encontram no exercício da política partidária não só uma base de sustentação, mas também um lugar de projeção e expressão. De toda forma, quando intelectuais avançam na esfera político-partidária, essa ação é geralmente conduzida por interesses instrumentais, assim como quando o contrário (políticos intitulando-se como intelectuais) acontece. Nessa última situação o interesse é mais ou menos claro: gerar “autoridade” e, a partir disso, legitimidade para suas ações na arena política.

Voltando nossos olhos para um desfecho possível, para uma “fronteira última” formalizante, queremos atentar para o fato de que em toda sociedade, os indivíduos que a compõe, assumem (e/ou são assumidos) certas posições que possuem um arranjo de funções, de códigos de comportamento, formas de procedimento, etc., que acabam por torná-los reconhecíveis, gerando assim identidade a esses grupos. Nesse sentido, o

intelectual é um indivíduo que se acomoda a uma posição na organização de sua sociedade. Portanto, independente de seu status particular ou de grupo, ocupa um “lugar” nessa sociedade. Um lugar, em grande medida, construído.

No Paraná, como tentamos expor, o intelectual e a intelectualidade foram o motor da construção de um sistema de representação bastante distinto, marcado por lutas pelo monopólio na tarefa de legislar sobre aspectos da cultura do estado que, sob outros termos, se traduz em uma mutação no modo de exercício do poder, que se torna mais refinado e sutil ao tomar ciência do mecanismo edificador de representações.

Da mesma forma, a partir de sua atitude performática, nas tribunas ou na imprensa, e do mecanismo que constrói imagens para si mesmo e para o grupo ao qual pertence, o intelectual fora elevado (ou, a si mesmo elevou) a uma certa altitude, a um certo posto *in excelsis*. O intelectual havia recebido a competência de “dizer e ser ouvido”, enfim, a soberania na tutela das coisas do intelecto.

Apoteose dos Intelectuais...

Três cenas:

Ali, na terra abençoada há latente um belo instinto, um pressentimento de grandezas que hão de vir.⁵¹³

Lendo tudo isso, contemplando tantos nomes de gente que tem vida espiritual, tem-se a sensação de que aquela alma de povo está numa fase comparável à da vida dos cenóbios – a fase da graça, em que as maravilhas adivinhadas começam a transfigurar os inspirados.⁵¹⁴

Pois é exactamente essa coragem, é essa hombridade, é essa paixão que operam prodígios na magnífica cidade do Sul. Como no Paraná, em parte alguma do paiz se lida nas letras. Uma plêiade selecta de moços de talento ali trabalha incessantemente, e com uma actividade e uma perseverança que constituem a afirmação mais perfeita e mais solemne de que ali há elementos valiosos, sufficientes para se fazer a integração de um bello período na vida espiritual do paiz. Não se passa um ano sem que um daquelles moços entre com seu contingente, escolhido e farto, para a bibliographia nacional. E já não se poderia dizer que se trata de simples ensaios, de somitegas e toscas primícias que a impaciência da notoriedade e da fama provoca aos novéis: ali se publica livros de merecimento real, obras dignas das estantes dos mais finos, pois que não ficariam mal collocadas a par do que de mais excellente temos nós e Portugal...⁵¹⁵

⁵¹³ POMBO, Rocha. Proêmio. In: COELHO, Mariana. O Paraná mental. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002 [1ª Ed. Curitiba: s.n., 1908], p.15.

⁵¹⁴ POMBO, Rocha. Proêmio. In: COELHO, Mariana. O Paraná mental. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002 [1ª Ed. Curitiba: s.n., 1908], p.15.

⁵¹⁵ POMBO, José Francisco da Rocha. O Paraná no Centenário. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 292.

Em variados momentos, desde o chamado “florescimento intelectual” da ainda província até as primeiras décadas do século seguinte, as imagens veiculadas do intelectual assomaram-se a outros elementos na constituição de um palco para a invenção do intelectual no Paraná. Para além dessa construção efetivada, uma voz sussurrante emergia dos discursos, elevando-o a diferentes status na ordem dos debates.

Equitativamente, tanto no campo político como no intelectual, princípios de legitimação estão intervindo constantemente, de forma que ao intelectual cabe deixar clara sua competência (científica na maior parte dos casos). O que ocorre em grande parte é a perversão desse princípio de legitimação baseado na demonstração da competência junto a um certo domínio, através da ênfase na qualidade retórica pura e simplesmente. Assim sendo, um personagem que discursasse bem e possuía uma competência argumentativa, fundamentada na qualidade retórica, acaba por reunir admiradores, dessa forma, também arrebanhando “legitimidade”.⁵¹⁶

De toda forma, a qualidade retórica plasma-se a uma visibilidade performática do intelectual (efetivamente, um efeito de sua vinculação à política), que, na sua ação em esfera pública, “desfila” com sua erudição, competência argumentativa, posicionamentos de toda ordem, tornando “o mundo e suas coisas, uma sala de conferências”. O retorno dessa *performance* materializa-se sob o contorno de imagens produzidas pelo público (ou de forma mais abrangente, pelas populações) receptor da mensagem pelo intelectual proferida. Além da legitimidade produzida pelo seu público, os intelectuais também se promovem circularmente dentro de seus nichos de atuação, no elogio aos seus pares, ou até mesmo no auto-elógio. No Paraná, ao momento dos debates já expostos, a “atuação” dos intelectuais foi exatamente nesse viés.

No sentido próprio, “apoteose” refere-se a ação que “eleva até o lugar dos deuses”, sendo também, de forma figurada, apresentada como uma “deificação”, ou “momento culminante”, e ainda “abundância extraordinária de luzes”. Em todas essas definições, podemos, mesmo que sob forma metafórica ou alegórica, “encaixar” o modelo de intelectual e intelectualidade presente no Paraná àquele momento.

O tom elogioso e garboso dos intelectuais sob si mesmos era a tônica e, de fato, “se impunha num ambiente intelectual, grande e brilhante como o nosso”⁵¹⁷, em franca alusão ao momento de apoteose da intelectualidade paranaense. E se aos “vossos *meritos*

⁵¹⁶ Legitimidade que é condição para a geração de “autoridade” ao discurso produzido. Uma vez dotado de autoridade, o discurso intelectual e político abre-se para um potencial trabalho de dominação política (através da ação dos partidos e das políticas governamentais) e cultural (através da construção de identidades e todos seus epifenômenos).

⁵¹⁷ Ata de Fundação, de 19 de dezembro de 1912. Apud: CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romantismo. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 70.

*litterarios, ‘cantando espalharei por toda a parte, se a tanto me ajudar o engenho e arte’*⁵¹⁸, evidentemente que, desde então, o intelectual estava inventado e, sendo assim, passaria a ser reverberado através das narrativas sobre o Paraná. Enfim, *apothéosis...*

Mas nem todos participavam do *momento culminante* ou eram iluminados pela *abundante profusão de luzes*.

Uma classe, socialmente falando, que, querendo impingir importância intelectual e atrair a consideração geral, obtem exactamente o contrário. Esta classe de indivíduos accentuadamente ridiculos, que vive, por toda a parte, á sombra do mundo civilizado, compõem-se na maioria, de verdadeiras nullidades que invadem a sociedade, e por esta designados com um nome característico: pedantes [...] Quasi não ha classe social que não conte algum membro affetado deste revoltante contagio [...] para uns [ele] se resume e baseia simplesmente nestas palavras: falsa orientação intellectual; para outros, para os mais graduados, numa pretendida e oca erudição.⁵¹⁹

Se é janota e moço, o meo heroe ha de ser forçosamente de salão, todo impertigado na casaca e luva, deixando por onde passa um rastro importuno de essencias caras e prodigalizando a todos a qualificação de estúpidos. Quem o enfrentar depara ordinariamente com um bigode que tenta a custo traçar uma espiral, mas que apenas consegue descrever imperfeitamente dois pontos de interrogação. Então, sobressaindo altaneira aquella physionomia pedantescamente adamada por entre todas as que o rodeiam, parece formular constantemente esta arrojada pergunta: Quem ha ahi que me suplante? ... Ao que se deveria retrucar: Quem haverá aqui que o suporte?⁵²⁰

Circunscrevendo um “*lugar de deuses*” a um número limitado de personagens, assim como esclarecendo como o intelectual não deve ser, ainda assim está a se refinar um sistema de representações onde a figura do intelectual é parte central.

Queremos também aqui mencionar o apartamento que a deificação (que pode parecer exagerado) produz: *apartamento societário*, promovido por um pequeno grupo que se distingue deliberadamente, através do fabrico de sua própria imagem, do restante da sua própria sociedade. Separação que, aqui reproduzida materialmente através da organização desse trabalho (em um meta-sentido: intelectual e intelectualidade, fronteira, identidade de sua população e do outro), apesar de sua vinculação a uma identidade paranaense (afinal, são também paranaenses) que eles mesmos constroem, estão promovendo uma incisão no tecido social, ao distinguirem-se pelo ofício.

⁵¹⁸ COELHO, Mariana. *Paraná Mental*. Curitiba: Typographia da Livraria Econômica, 1908, p. 28.

⁵¹⁹ COELHO, Mariana. *Paraná Mental*. Curitiba: Typographia da Livraria Econômica, 1908, p. 29, 32.

⁵²⁰ COELHO, Mariana. *Paraná Mental*. Curitiba: Typographia da Livraria Econômica, 1908, p. 29.

... No debate sobre as fronteiras e na invenção do Paraná.

Se a “questão de limites” fora tomada pelos intelectuais de forma deliberada como um mote para sua performance pública, então teríamos um movimento complexo que correlacionaria: o interesse em aglutinar a população, criando uma “comunidade de interesses”, em torno de um objetivo comum; a construção de uma identidade, no sentido de “*povo defensor de seus direitos, da justiça e da verdade*”, “*povo aguerrido que tem consciência de suas potências*”; a necessidade dos intelectuais e políticos locais, de compreender a dimensão e força (autoridade e legitimidade) de sua “voz” na condução do povo, no “pastoreio”; se tomado enquanto “veículo de discussão”, a questão de limites possibilita a construção de identidades aos intelectuais e políticos, como os “grandes nomes” na defesa dos interesses do Paraná; e por fim, mantendo-se na discussão, garantem visibilidade, além de legitimar o lugar que ocupam, como políticos (perpetuação no poder) e intelectuais (condutores do destinos do país).

Mas, e se esta “*fúria grande e sonora*”⁵²¹ fosse à realidade, projeção do paranaense? Que, “*para distrahir os ânimos com a encenação de façanhas quixotescas*”⁵²², estivesse na verdade recalçando a sua própria condição de alteridade a outrem, ou então o seu próprio jogo de cena...

***Mas de tuba canora e belicosa,
Que o peito acende e a cor ao gesto muda.***

A ampla e interminável discussão sobre uma identidade do Paraná e do paranaense acabou por originar e, na medida em que se repete *ad infinitum* e lança sua voz a frente no tempo, garantindo assim sua longevidade, reforçar um certo nicho político (mas que também em alguns momentos da história, foi literário, artístico) representado pela recorrente visão do “*Paraná precisa mostrar sua face, sua identidade*”. Aspecto que também ressurgue na questão das fronteiras, afinal, ao mesmo tempo, a luta para definir o que é a identidade autêntica é também uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se estabelecer como legítima.

Um processo de construção identitária se elabora através da afirmação de uma divagem, que delimita as fronteiras. Porém, tal tentativa esbarra nos problemas de definição de um limite geográfico para o Paraná. Essa demarcação é balizada pela dualidade: face à formulação intelectual de uma fronteira “imaginária” (discursiva, textual), a fronteira real das

⁵²¹ Em referência a nota 451.

⁵²² CLEVE, Luiz. Santa Catharina, 1902. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902, p. 165.

populações; face ao sentimento de pertencimento e domínio de um determinado espaço, a ação externa de arbitragem definindo o “seu” e o “meu” território; face à construção do “outro”, o problema de definição do “mesmo”, na medida em que este não se diferencia sobremaneira do diferente, então escolhido.

Tentativas futuras de elaboração de uma identidade para o Paraná, atestam o aspecto frustrado de tal iniciativa. Para esta última sentença, queremos dizer que o que diva um grupo de referência dos demais que ele define em relação a si mesmo como o “outro” não é uma diferença de substância derivada de disfunções sociais, tampouco alguma heterogeneidade “natural” ou “essencial”, e que, aparecendo como um dado, bastaria para demarcar os limites de inclusão/exclusão. As diferenças que produzem uma base, da qual surge um verdadeiro sentimento identitário, nunca são traçadas inteiramente por antecipação: “*elas só existem na medida em que sujeitos as constroem e sob a forma que eles lhes dão*”. Na verdade, “*entre as identidades em formação, há apenas puras diferenças posicionais, quase indeterminadas, quanto aos conteúdos das unidades que elas opõem*”⁵²³. No Paraná, não é diferente. Há uma certa identificação entre Paraná e Santa Catarina, entre Paraná e São Paulo. Em termos diferenciais, o que subsiste são aspectos posicionais: o Paraná é o Paraná – enquanto um espaço que não é o de Santa Catarina –, e o paranaense é paranaense porque está, obviamente, no Paraná, o mesmo acontece com os outros estados/províncias.

Enfim, se “*os instantes reclamamos da geração actual, estatelada e anciosa para os horizontes que se descortinam, e em cujo fundo se vai assignalando a nova aurora, sonhada pelos filhos daquela formosa terra*”⁵²⁴: não fosse a linguagem que indica antiguidade, poderíamos bem estar lendo uma constatação hodierna. Há de se convir que no Paraná da época, assim como hoje, sonhos aliados a imagens de utopia, são um distintivo gerador de uma esperança no porvir: de um Paraná e de uma paranidade.

⁵²³ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 12 (itálico do autor).

⁵²⁴ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 336.

REFERÊNCIAS.

- ADORNO, S. *Os Aprendizizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGULHON, Maurice. Mariana, objeto de cultura? In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.
- ARON, Raymond. *Dimensiones de La Consciencia Histórica*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1992.
- BADIOU, Alan. *Da vida como normas do ser*. In: ALLIEZ, Éric (org). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed.34, 2000.
- BALHANA, Altiva Pilati; et alii. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, Élide Rugai; REGO, Walquíria D. Leão. (Orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'água, 1999, pp. 65-121;
- BENGLI, Lina. O Cenáculo. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 65.
- BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- BOBBIO, Norberto. Intelectuais e vida política na Itália. In: BASTOS, Élide Rugai; REGO, Walquíria D. Leão. (Orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *The Corporatism of the Universal: The Role of Intellectuals in the Modern World*. Telos, 1989, nº 81,
- BOURDIEU, Pierre; SAPIRO, Gisele; MCHALE, Brian. Fourth Lecture. *Universal Corporatism: The Role of Intellectuals in the Modern World*. Poetics Today, Vol. 12, No. 4, National Literatures/Social Spaces, (Winter, 1991), p. 655-669.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris, Minuit, 1984.
- BRANDÃO, Ângela. *A arte e a imagem das máquinas*. In: Revista Tecnologia e Sociedade, nº 02, 1º semestre de 2006, Curitiba, Editora UfPR, p. 41-56.
- BRANDÃO, Ângela. *A Fábrica de Ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba, 1905-1913*. Monografia de graduação em história. Universidade Federal do Paraná, 1993.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. 4ª Ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Camões, 2000.
- CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950*. Tese de doutorado em educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.
- CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938*. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866--Int.pdf>. Acesso em fevereiro de 2008, p. 02-05.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. *Repensando a construção do espaço*. In: Revista de História Regional (Departamento de história – Universidade Estadual de Ponta Grossa). Ponta Grossa/PR: 1998.
- CARNEIRO, Cíntia Maria Sant'ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 a 1928*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

- CAROLLO, Cassiana Lacerda. Fernando Amaro. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p.16-19.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. História do Paraná. In: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. XXIX-XLII;
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romantismo. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 416-9.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romário Martins: Biografia intelectual. In: MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. V-X;
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CERQUEIRA, Luiz Alberto. *A modernização no Brasil como problema filosófico*. In: Impulso. Piracicaba/SP: volume 12, número 29, p 125-136, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991.
- COSTA, Samuel Guimarães. *História Política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Vol. 01. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994.
- COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Org.). São Paulo: Cortez, 2003.
- Da MATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- Da MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DARNTON, Robert. *O Beijo De Lamourette*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34, v. 4., 1997.
- DENIPOTI, Cláudio. "Um homem no mundo do livro e da leitura". *Revista de História Regional (UEPG)* 6 (2), inverno de 2001.
- DENIPOTI, Cláudio. *A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural (Paraná 1880-1930)*. Tese de doutorado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.
- DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.
- Du GAY, P., HALL, S. et al. *Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman*. Londres: Sage, 1997.
- EDER, Karl. . Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 2003, vol. 18, nº. 53.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. *Estud. av.*, Jan./Apr. 1992, vol.6, nº.14.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000, v. 01.
- GALTON, Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. New York: AMS Press, 1973.
- GAHYVA, Helga. *Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau?* In: *Alceu*, jan./jun. 2007, vol. 07, nº 14, p. 152-159.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de A. *Turismo, cultura e identidade étnica*. 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda – PE. 2004.

- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, nº 1, 1988.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HAUSKNECHT, Murray. *Review*. In: *Social Problems*, Vol. 3, No. 3, (Jan., 1956), p. 197-198, University of California Press on behalf of the Society for the Study of Social Problems.
- LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- LARRAIN, Jorge. *Modernidad, Razon e Identidad em America Latina*. Barcelona: Editorial Andres Bello, 1991.
- LAURENT, Sébastien. *L’Affaire après l’Affaire*. In: *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, No. 52, Numéro spécial: Les crises économiques du 20e siècle, (Oct. - Dec., 1996), pp. 135-136, Sciences Po University Press.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. *Sinopse da história regional*. Separata do Boletim do Instituto Histórico. Curitiba: IHGEPR, 1953.
- MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Rev. bras. Hist.*, 2001, vol.21, no.41, p.127-144.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.
- MARCHETTE Tatiana Dantas. *Corvos nos galhos das acácias: anticlericalismo e clericalização em Curitiba; 1896-1912*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas. *Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 637-40.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MOLINA, Ana Heloisa. “A influência das artes na civilização”: Eliseu d’ângelo Visconti e modernidade na primeira república. Tese de doutorado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- NÚÑEZ, Juan Paredes. *Paralelos de lo fantástico decadentista*. Un caso de proyección de Maupassant en España. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo. In *Encontros com a civilização brasileira*. v. 11. 1979.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização & cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 768-776.
- PASTORI, Giorgio. Administração Pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 10-7.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.
- PROCHÁSSON, Christophe. O Caso em todos os seus aspectos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 221-236.
- QUELUZ, Gilson. L. *Rocha Pombo - Romantismo e Utopias (1880/1905)*. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 1998.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RELPH, apud: LEITE, Adriana Filgueira. *O Lugar: Duas Acepções Geográficas*. In: Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ Volume 21 / 1998.

- RIoux, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.
- ROCHE, Daniel. Uma declinação das luzes. In: Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.
- RUSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SALES, Alessandro Carvalho. Deleuze e a Lógica do Sentido: o Problema da Estrutura. In: *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 29(2): 219-239, 2006.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. Cultura, culturalismo e identidades: reivindicações legítimas no final do século XX? In: *Tempo*, Rio de Janeiro, 2004, nº 17.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual, entre mitos e realidades. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 29, Out. 2003.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy*. In: *Liber Intellectus*, v. 1, nº 1, junho de 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Mídia, memória e discursividade das fronteiras brasileiras. In: *Líbero*, Ano X, nº 19, Jun 2007.
- SIRINELLI, Jean-François. "Intelectuais". RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SOARES, Luis Roberto. Romário: um historiador combatente. In: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. III-XV;
- SOUZA, Fredericindo Marés de. *O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado*. Curitiba: Litero-Técnica, 1987.
- SVARÇA, Décio. *O Forjador: Ruínas de um Mito: Romário Martins (1874-1944)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993.
- SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.
- TOPOLSKY, Jerzy. *Metodologia de la historia*. Madrid: Cátedra, 1982.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. *Revista da SBPH*. Curitiba, v. 13, 1997.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 41.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- URFALINO, Philippe. L'histoire culturelle: Programme de recherche ou grand chantier? In: *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, No. 57, (Jan. - Mar., 1998), pp. 115-120, Sciences Po University Press.
- VEJO, Tomás Perez. Nacionalismo y imperialismo en el siglo XIX: dos ejemplos de uso de las imágenes como herramienta de análisis histórico". In: AGUAYO, Fernando; ROCA, Lourdes (org.) *Imágenes: investigación social*. México: Instituto Mora, 2005.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- WACHOWICZ, Ruy C. *As Moradas da Senhora da Luz*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1993.
- WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- WACHOWICZ, Ruy C. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Alfredo Romário Martins. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 275-7.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Clericais e anti-Clericais no Paraná. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 75.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Generoso Marques Santos. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 429-30.

WESTPHALEN, Cecília Maria. República no Paraná. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 401.

WOITOMCZ, Karina Lanz. Imagens dos sertanejos na guerra do contestado nas páginas da imprensa. In:

<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4428/1/NP2WOITOMCZ.pdf>.

Acesso em: 04/12/2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (org.) *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis Vozes, 2000.

“FONTES”.

- [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 15 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *A Blague*. In: Diário da Tarde, 12 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *A Mensagem*. In: Diário da Tarde, 5 de fevereiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *Congresso do Estado*. In: Diário da Tarde, 1 de fevereiro de 1912, p. 02.
- [JUNIOR, Celestino]. *Dr. Carlos Cavalcanti: as festas*. In: Diário da Tarde, 7 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *Eleições Federaes*. In: Diário da Tarde, 29 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *Ermelino de Leão*. In: Diário da Tarde, 7 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *O Pleito*. In: Diário da Tarde, 31 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *Paris de Nestor Victor*. In: Diário da Tarde, 16 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *Política Paranaense*. In: Diário da Tarde, 12 de janeiro de 1912, p. 01.
- [JUNIOR, Celestino]. *Política Paranaense*. In: Diário da Tarde, 9 de janeiro de 1912, p. 01.
- “*A policia catharinense comette depredações em Timbosinho?*”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 22/01/1916, p. 01;
- “*Carta ao glorioso mestre do naturalismo Emile Zola*”. In: Revista do Club Coritibano. Maio de 1898.
- “*Echos de um terrível banditismo*”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 18/01/1916, p. 02;
- “*Editorial: A nossa justiça*”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 26/01/1916, p. 01;
- “*Editorial: Ela quer ser victima...*”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 24/01/1916, p. 01;
- “*Emile Zola*”. In: Revista do Club Coritibano. Março de 1898.
- “*Emile Zola*”. In: Revista do Club Coritibano. Setembro de 1898.
- “*Libertemos o Paraná*”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 04/02/1916, p. 01.
- “*Os Catharinenses continuam forjando mentiras para comprometter o Paraná*”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 14/01/1916, p. 01;
- “*Um morto... Fanático... com um cheque assignado pelo Sr. Lauro Muller no cano das botas*”. Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 18/01/1916, p. 01;
- AMARAL, Victor do. *Seção Especial. Pró-Defreitas: Eleição Federal*. In: Diário da Tarde, 16 de janeiro de 1912, p. 02.
- ANSELMO. Episódios da vida literária. In: Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 15/01/1916, p. 01.
- ÁVILA DA LUZ, Aujor. *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis: s.n., 1952.
- BALLÃO, Jayme. *A Nova Administração*. In: Diário da Tarde, 16 de fevereiro de 1912, p. 01.
- BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa-Catharina*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1877.
- CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia., 1942.
- Carta Régia de 1º de abril de 1809.
- Centro de Letras do Paraná*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1912, p. 01.
- Centro de Letras do Paraná*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.
- CESAR, Braulio. *Coritiba progride...* In: Diário da Tarde, 06 de janeiro de 1912, p. 01.
- Chronica*. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.
- CLEVE, L. *Uma medida sanitária necessária (Conclusão)*. In: Diário da Tarde, 1 de fevereiro de 1912, p. 01.
- CLEVE, L. *Uma medida sanitária necessária*. In: Diário da Tarde, 31 de janeiro de 1912, p. 01.

- CLEVE, Luiz. Limites a Sueste, 1902. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902.
- CLEVE, Luiz. Santa Catharina, 1902. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902.
- COELHO, Mariana. O Paraná Mental. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- “Coritiba às Escuras”. In: Diário da Tarde, 19 de fevereiro de 1912, p. 01.
- “Correia Defreitas – o eleito do povo”. In: Diário da Tarde, 5 de fevereiro de 1912, p. 01.
- “Correia Defreitas”. In: Diário da Tarde, 2 de fevereiro de 1912, p. 01.
- “Dr. Carlos Cavalcanti”. In: Diário da Tarde, 13 de janeiro de 1912, p. 01.
- “Dr. Carlos Cavalcanti: As homenagens no Edelem-Cinema – Visita ao Contestado”. In: Diário da Tarde, 15 de janeiro de 1912, p. 01.
- “Editorial”. In: O Dezenove de Dezembro, 1 de abril de 1854.
- “Editorial”. Revista O Cenáculo. 1895.
- “Epidemia”. In: Diário da Tarde, 19 de fevereiro de 1912, p. 01.
- Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Paraná: pelo presidente André Augusto de Padua Fleury. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 13 de fevereiro de 1866.
- FARIA, Raul. *A Margem dos Factos*. In: Diário da Tarde, 11 de janeiro de 1912, p. 01.
- FONTENELLE, Barbosa. *Terra dos Pinheiraes*. In: Diário da Tarde, 15 de janeiro de 1913, p. 01.
- GOMES, Raul. *Sugestões para uma história da literatura no Paraná*. 1936.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 05/01/1916, p. 02.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 05/04/1915.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1914.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 08/01/1916, p. 01.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 11/01/1916, p. 01.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 12/01/1916, p. 01.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 13/01/1916, p. 02.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 19/12/1913.
- Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 09/01/1912, p. 01.
- Jornal *Diário do Comércio*, 22 de junho de 1891.
- JUNIOR, Rodrigo; PLAISANT, Alcebíades. *Antologia Paranaense*. 1938.
- LEÃO, Ermelino de. *Paraná – Santa Catharina: O litígio perante a História*. Curitiba: Comissão Central de Limites, 1915.
- LEÃO, Ermelino de. *Paraná e Santa Catharina: o voto do Ministro Pedro Lessa*. Curitiba: Typ. Cezar Schulz, 1910.
- LITTRE, Paul-Émile. *Fragments de Philosophie Positive*. Apud: MARTINS, Romário. *Limites entre os estados do Paraná e Sta. Catharina*. Vol. 01: Documentos. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1915.
- Livro de Veneranças da Câmara Municipal de Curitiba: 1755.
- MACEDO, Joaquim Pereira de. *A Mensagem do Prefeito de Curitiba*. In: Diário da Tarde, 16 de janeiro de 1912, p. 01.
- MACHADO, Vicente. Questão de Limites, 1891. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902.
- MARTINS, Romário. Dos Fastos da História Pátria. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902.
- MARTINS, Romário. *Eu*.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MARTINS, Romário. Subsídios: a Vontade dos Povos. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902.
- MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

- Mensagem ao Congresso Legislativo: dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Annibal Rocha e C., 1 de fevereiro de 1907.
- Mensagem do Governador do Estado: Cor. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Curitiba: Annibal Rocha e C., 1 de fevereiro de 1908, p. 07-9.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Affonso Alves de Camargo. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1917, p. 04-5.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Affonso Alves de Camargo. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1918, p. 08-9.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Affonso Alves de Camargo. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1919, p. 04 e 05.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Affonso Alves de Camargo. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1920, p. 04.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba: s.l., 1 de fevereiro de 1921, p. 69-70.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba: s.l., 1 de fevereiro de 1922, p. 67.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1913, p. 06-7.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1914, p. 05-10.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1915, p. 07-17 (também a parte dedicada a "*Ordem Pública*", p. 17-20).
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1 de fevereiro de 1916, p. 05-19 (também a parte dedicada a "*Ordem Pública*", p. 19-25).
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1901, p. 03-4.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1902, p. 02-3.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1903, p. 03.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1904, p. 04-5.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 3 de fevereiro de 1909, p. 03.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1910, p. 05-6.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 1 de fevereiro de 1911, p. 05.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Typ. da República, 2 de fevereiro de 1912, p. 05-9.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1905, p. 08-11.
- Mensagem do Governador do Estado: Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1 de fevereiro de 1906, p. 09-12.
- Mensagem do Governador do Estado: Francisco Xavier da Silva. Curitiba: 04 de outubro de 1892, s.l., p. 09-10.
- Mensagem do Governador do Estado: Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Impressora Paranaense, 13 de novembro de 1895, p. 05.
- Mensagem do Governador do Estado: José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Typ. Modelo, 01 de outubro de 1896, p. 03-4.
- Mensagem do Governador do Estado: José Pereira Santos Andrade. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 01 de outubro de 1897, p. 03.

- MILLARCH, Aramis. *Bamerindus guarda também a memória de nosso estado*. In: Estado do Paraná, caderno Almanaque, coluna Tablóide, 03 de dezembro de 1986, p. 13.
- “*Notas do dia: Rua Floriano Peixoto*”. In: Diário da Tarde, 21 de fevereiro de 1912, p. 01.
- O MATE, a economia e a civilização paranaense: esboço histórico. In: *1º Centenário da Emancipação Política do Paraná: 1853-1953*. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica, 1953.
- “*Os automóveis e os Desastres*”. In: Diário da Tarde, 3 de janeiro de 1913, p. 04.
- PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná pelo Secretario de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Caetano Alberto Munhoz, em 31 de agosto de 1895.
- PARANAENSES. *Secção Alheia. O Pleito de Amanhã: appello aos empregados públicos*. In: Diário da Tarde, 29 de janeiro de 1912, p. 03.
- Pelo Telegrapho: as eleições no Paraná*. In: Diário da Tarde, 2 de fevereiro de 1912, p. 02.
- Pelo Telegrapho: Eleições no Paraná*. In: Diário da Tarde, 1 de fevereiro de 1912, p. 02.
- PERDAO! Editorial do República de Florianópolis, 1900. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902.
- PERNETA, Emiliano. *Literatura no Paraná em 1890*. Revista do Club Coritibano, 1898.
- PERNETTA, Julio. *Chronica*. In: Club Coritibano, 6 de janeiro de 1897, p. 03.
- PILOTO, Valfrido. *Universidade Federal do Paraná – primórdios, modernização, vitórias*. Curitiba: s.n.d.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centerário. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900.
- POMBO, Rocha. *Petrucello*. Curitiba: Impressora Paranaense, 1892.
- POMBO, Rocha. Proêmio. In: COELHO, Mariana. *O Paraná mental*. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002 [1ª Ed. Curitiba: s.n., 1908].
- POMBO, Rocha. *Supremacia do Ideal*. 1892.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Paraná: pelo presidente José Francisco Cardoso. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 01 de março de 1860, p. 30-1.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo presidente da província Dr. Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Typ. da Gazeta Paranaense, 30 de outubro de 1886, p. 03.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo presidente da província Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 15 de março de 1867.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1870, p. 94.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 15 de fevereiro de 1876, p. 03-8.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 13 de fevereiro de 1877, p. 04-10.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 09 de abril de 1878, p. 07.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná: pelo Presidente da Província Manuel Pinto de Souza Dantas Filhos. Curitiba: Typ. Perseverança, 04 de junho de 1879, p. 16.

Relatório Apresentado a Assembléia legislativa Provincial do Paraná: pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1862

Relatório Apresentado a Assembléia legislativa Provincial do Paraná: pelo vice-presidente em exercício Henrique de Baurepaire Rohan. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 01 de março de 1856, p. 88-110.

Relatório Apresentado a Assembléia legislativa Provincial do Paraná: pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1862, p. 92-3.

Relatório apresentado ao excellentissimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos: pelo 2º vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858, p. 123-4.

Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875.

Relatório com que o Excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1875, p. 08-10.

Relatório com que o Excellentissimo senhor Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da província ao 1º vice-presidente Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Curitiba: Typ. Perseverança, 31 de março de 1879, p. 79.

Relatório com que o Excellentissimo senhor Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da província ao 1º vice-presidente Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Curitiba: Typ. da Víuva Lopes, 07 de fevereiro de 1878, p. 03-4.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1874, P. 06.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Dr. André Augusto de Padua Fleury. Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 18 de novembro de 1864, p. 24.

Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854.

Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 08 de fevereiro de 1855.

Relatório do Presidente da Província do Paraná: O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15 de junho de 1854.

Relatório do Presidente de Província do Paraná, Lamenha Lins, a Assembléia do Legislativo da Província, em 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: sem editora.

Relatório que o Exm. Sr. Dr. José Francisco Cardoso apresentou ao Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1861, p. 35.

Relatório que Polidoro Cesar Burlamaque apresentou a Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da província do Paraná. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1867, p. 06.

Relatório: Venâncio José de Oliveira Lisboa. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 15 de fevereiro de 1872, p. 02-07.

ROSA, Gama. *Pariz, por Nestor Victor*. In: Diário da Tarde, 5 de janeiro de 1912, p. 01.

SIDNEY. *Chronica*. In: Diário da Tarde, 3 de fevereiro de 1912, p. 01.

SILVA, Francisco Xavier da. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná*. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1912.

SILVEIRA, Tasso. *Literatura Paranaense* – Notícia Histórica. In: Álbum do Centenário. 1953.

SILVIUS. *Nas Regiões do Ensino - II*. In: Diário da Tarde, 01 de fevereiro de 1912, p. 01.

SILVIUS. *Nas Regiões do Ensino*. In: Diário da Tarde, 31 de janeiro de 1912, p. 01.

SOUZA, Lourenço de. O Sonho de um Poeta. In: Jornal *Diário da Tarde* de Curitiba de 07/01/1916, p. 01.

TOMENCISNA. *Curitiba progride!* In: A República: 23 de junho de 1913, p. 01.

- Universidade do Paraná*. In: Diário da Tarde, 3 de janeiro de 1912, p. 05.
- VASCONCELLOS, Zacarias Goes de. Limites da Provincia do Paraná, pelo lado de S. Catharina, 1857. In: MARTINS, Romário. *Argumentos e Subsídios sobre a Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1902.
- VELLOZO, Dario. *A literatura no Paraná*. Revista do Club Coritibano. 1895.
- VELLOZO, Dario. *Bronzes*. In: Revista do Club Coritibano. Setembro de 1897.
- VELLOZO, Dario. *Esmerilhos* – literatura no Paraná. Revista do Club Coritibano. Números 04 e 06 de 1896.
- VELLOZO, Dario. *Pela literatura*. Revista do Club Coritibano. Número 08 de 1894.
- VELLOZO, Dario. *Pelos Índios*. In: Club Coritibano, 15 de janeiro de 1897, p. 01-02.
- VELLOZO, Dario; PERNETA, Júlio. *Comunicado*. Revista O Cenáculo. Número 09 de 1897.
- VELLOZO, Dario; PERNETA, Júlio. *O Cenáculo*. In: Revista do Club Coritibano. Setembro de 1897.
- VIEIRA, Ulysses. *Às Futuras Câmaras*. In: Diário da Tarde, 11 e 12 de janeiro de 1912, p. 01;
- VIEIRA, Ulysses. *Segurança Pública*. In: Diário da Tarde, 8 de janeiro de 1912, p. 01